

# Coleção Amazoniçidades

## Vol.1



## Senado Federal

Mesa

Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre

Presidente

Senador Eduardo Gomes

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira

4º Secretário

### Suplentes de secretário

Senador Chico Rodrigues

Senador Styvenson Valentim

Senador Mecias de Jesus

Senadora Soraya Thronicke

## Conselho Editorial

Senador Randolfe Rodrigues

Presidente

Esther Bemerguy de Albuquerque

Vice-Presidente

### Conselheiros

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flavia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Vaz Chervenski

Victorino Coutinho Chermont  
de Miranda



# Coleção Amazoniçidades

## Vol.1

O Urbano e a Cidade na Paisagem Amazônica

Edições do Senado Federal

vol. <XXX>

Brasília, 2025

SENADO FEDERAL



O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

**Organização e revisão:** Cristiano Ferreira

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

**Secretaria de Editoração e Publicações**

Diretor: Rafael André Chervenski da Silva

**Coordenação de Pré-Impressão**

Coordenadora: Tatiana Nassif Derze

**Serviço de Formatação e Programação Visual**

Chefes: Eduardo Franco, Leonardo Matoso e Rodrigo Ribeiro

Capa: Leonardo Matoso

Projeto gráfico: Eduardo Franco e Leonardo Matoso

Diagramação: Eduardo Franco

**Serviço de Revisão**

Chefes: Marco Aurélio Couto e Mariana Sanmartin

Revisão: Anderson Gonçalves, Marília Coelho e Mariana Sanmartin

**Serviço de Controle de Pré-Impressão**

Chefes: Claudio Portella e Moisés Nazario

Revisão técnica: < nomes SEPREIM >

© Senado Federal, 2025

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

---

<-- modelo de ficha catalográfica ao lado



## Sumário

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| Capítulo 1 | Historicidade da Globalização na Amazônia.....   | 11  |
| 1          | O incômodo que nos move.....   | 11  |
| 2          | As colonialidades sobrepostas das últimas décadas: para além da história oficial.....          | 14  |
| 3          | Procurando lentes (estratégias metodológicas) para compreender esta realidade.....             | 22  |
| 4          | Protagonismos na produção das tipologias herdadas na Amazônia e as atualizações possíveis..... | 28  |
| 5          | Considerações Finais.....  | 32  |
|            | Referências: .....   | 34  |
| Capítulo 2 | Cidades, Sociedade Urbana e Diversidade Sociocultural na Amazônia Brasileira.....              | 43  |
|            | Introdução.....  | 43  |
| 1          | Amazônia: sociedade urbana em fronteira de expansão capitalista.....                           | 45  |
| 2          | Cidades e diferenciações sub-regionais do espaço amazônico.....                                | 48  |
| 3          | Expressões culturais e difusão da sociedade urbana no espaço amazônico.....                    | 55  |
| 4          | À guisa de conclusão.....  | 66  |
|            | Referências.....   | 71  |
| Capítulo 3 | Urbanização Amazonense: problemas e utopias.....   | 75  |
|            | Introdução.....  | 75  |
| 1          | Aspectos da evolução da consciência ambiental no mundo burocrático.....                        | 79  |
| 2          | Urbanização amazonense revisitada.....   | 85  |
| 3          | Uma leitura da vida urbana amazonense através de crônicas.....                                 | 87  |
| 4          | Considerações Finais.....  | 90  |
|            | Referências.....   | 95  |
| Capítulo 4 | Metamorfoses da Urbanização.....   | 99  |
|            | Introdução.....  | 99  |
| 1          | Urbanização e crescimento da população urbana e da cidade.....                                 | 100 |

|   |   |     |
|---|---|-----|
| 2   | O par urbanização cidade .....  | 101 |
| 3   | A urbanização do território.....  | 103 |
| 4   | A urbanização na expansão da fronteira urbana.....  | 105 |
| 5   | Urbanização e desigualdade socioespacial.....   | 106 |
| 6   | Urbanização como tríade analítica (concentrada, estendida e<br>diferencial).....              | 107 |
| 7   | Considerações finais.....   | 109 |
|   | Referências.....  | 111 |
| Capítulo 5 Amazônia, cidade e (geo)grafias do comum.....  |   | 115 |
|   | Introdução.....   | 115 |
| 1   | O comum como uma alternativa ao desenvolvimento do<br>capitalismo no contexto neoliberal..... | 117 |
| 2   | Altamira, Tucuruí e Marabá e as (geo)grafias do comum.....                                    | 124 |
| 3   | Considerações finais.....   | 142 |
|   | Referências.....  | 143 |
| Capítulo 6 A fronteira urbana amazônica em questão: Cidades-<br>corredores de commodities ou redes de cidades-territórios?..... |   | 149 |
|   | Introdução.....   | 149 |
| 1   | O lugar da Amazônia na (des)ordem global dos capitais e o<br>lugar de suas cidades.....       | 151 |
| 2   | Tipologias e posicionalidades das redes urbanas amazônicas.....                               | 155 |
| 3   | O urbano amazônico na órbita do complexo agromineral-<br>energético.....                      | 157 |
| 4   | Indicadores da agropecuária.....  | 160 |
| 6   | Indicadores da mineração.....   | 166 |
| 7   | Resultados dos indicadores da mineração .....   | 168 |
| 8   | Indicadores de geração de energia .....   | 170 |
| 9   | Resultados dos indicadores da geração de energia elétrica.....                                | 172 |
| 10  | Conclusões parciais .....   | 173 |
|   | Referências Bibliográficas.....   | 175 |
| Capítulo 7 Sistemas territoriais na Amazônia urbano-ribeirinha e a<br>sub-região de Parintins (AM).....                         |   | 179 |
|   | Introdução .....  | 179 |

|  |  |     |
|--|--|-----|
| 1  | Processo urbano na Amazônia: aspectos teóricos e lacunas explicativas.....                   | 181 |
| 2  | Avanços metodológicos e a proposta dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR) ..... | 186 |
| 3  | O modelo STUR aplicado ao Baixo Amazonas: resultados e discussões.....                       | 190 |
| 4  | Considerações finais: uma proposta para agenda de pesquisas.....                             | 196 |
|  | Referências.....   | 198 |
| Capítulo 8 Contribuições do pensamento de Bruno Latour para as pesquisas sobre as cidades amazônicas.....                                  |  |     |
|  | Introdução.....  | 203 |
| 3  | O composicionismo.....   | 210 |
| 4  | A constituição moderna.....  | 214 |
| 5  | Modos de Existência.....   | 215 |
| 6  | O fim da natureza.....   | 217 |
|  | Conclusão.....   | 220 |
|  | Referências.....   | 223 |
| Capítulo 9 Como nasce um Igarapé Urbano? Aspectos ambientais e políticos de reconhecimento do Igarapé do "Bela Vista", Santarém, Pará..... |  |     |
|  | Introdução.....  | 225 |
| 1  | Métodos.....   | 227 |
| 2  | Resultados e Discussão.....  | 229 |
| 1-   | Elementos históricos e físicos de delimitação da bacia e do igarapé.....                     | 229 |
| 2 -  | Riscos ambientais associados.....  | 233 |
| 3  | Mobilização social.....  | 235 |
| 4  | Avanços no reconhecimento do igarapé e horizontes de planejamento.....                       | 238 |
| 5  | Considerações Finais.....  | 241 |
|  | Referências Bibliográficas.....  | 242 |
| Capítulo 10 Metrópoles Amazônicas: fronteira urbana e complexos sub-regionais.....   |  |     |
|  | Introdução.....  | 247 |

|   |  |     |
|---|--|-----|
| 1   | Metropolização e formação de distintas sub-regiões.....  | 249 |
| 2   | Uma nota necessária à questão metodológica.....  | 263 |
| 3   | Belém: Expansão metropolitana e perda relativa de<br>influência regional.....  | 265 |
| 4   | Manaus: Concentração produtiva e ascendência regional.....   | 270 |
| 6   | São Luís: Grandes objetos logísticos e conurbação insular.....   | 276 |
| 7   | Conclusões.....  | 278 |
|   | Referências Bibliográficas.....  | 281 |
| Capítulo 11 Uma Cidade Ribeirinha-Costeira do Salgado Paraense:<br>mudanças e permanências socioespaciais intraurbanas em<br>Maracanã (PA)..... |  |     |
|   | Introdução.....  | 285 |
| 1   | Uma cidade ribeirinha-costeira com fluxo bimodal de<br>transporte.....   | 287 |
| 2   | Mudanças e permanências na orla da cidade: O porto, a feira<br>e a avenida que segue o traçado das águas flúvio-marítimas..... | 289 |
| 3   | Bairros São Miguel e Itacoã: Forte presença da característica<br>ribeirinha-costeira .....                                     | 302 |
| 4   | Considerações Finais.....  | 306 |
|   | Referências Bibliográficas.....  | 308 |
| Capítulo 12 Desviar (d)as águas, morar na água, morar no (arranha)<br>céu: faces do processo de urbanização de Macapá (AP).....                 |  |     |
|   | Introdução.....  | 315 |
| 1   | Entre Faces da Cidade e Trajetórias de Pesquisa.....   | 317 |
| a.  | Desviar (d)a água.....   | 318 |
| b.  | Morar na água .....  | 323 |
| 2   | Morar no arranha-céu.....  | 330 |
| 3   | Desafios de pensar a cidade de Macapá: entre a água e o<br>(arranha) céu.....  | 335 |
| 4   | Considerações Finais.....  | 339 |
|   | Referências Bibliográficas.....  | 341 |
| Capítulo 13 Análise comparativa do fluxo de passageiros nos trapiches<br>de atracação entre as cidades de Macapá (AP) e Afuá (PA).....          |  |     |
|   |  | 349 |

|   |     |
|---|-----|
| Introdução.....   | 349 |
| 1 O contexto das cidades na Amazônia.....   | 352 |
| 2 Transporte Fluvial na cidade de Macapá (AP) e Afuá (PA).....  | 356 |
| 3 As Potencialidades a partir do fluxo de passageiros nos<br>atracadouros de Macapá (AP) e Áfua (PA).....         | 360 |
| 4 Considerações Finais.....   | 363 |
| Referências Bibliográficas.....   | 365 |
| Capítulo 14 Produção do espaço urbano: conflitos por terra e<br>discursos sobre a cidade de Rio Branco (AC) ..... | 369 |
| Introdução.....   | 369 |
| 1 A produção do espaço urbano.....  | 372 |
| 2 A cidade de Rio Branco.....   | 374 |
| 3 Residencial Cidade do Povo.....   | 380 |
| 4 Novos empreendimentos residenciais para população de alto<br><i>status</i> , na cidade de Rio Branco.....       | 382 |
| 5 A questão dos conflitos de terras na cidade de Rio Branco.....  | 386 |
| 6 Para não concluir.....  | 388 |
| Referências Bibliográficas.....   | 390 |



# Capítulo 1

## Historicidade da Globalização na Amazônia



*Ana Claudia Cardoso, Bárbara Baleixe,  
Kamila Oliveira, Luana Castro,  
Thales Miranda, Adriana Alves  
e Cristina Cardoso, Catarine Saunier,  
Taynara Gomes e Giselle Pinho.*

### 1 O incômodo que nos move

O Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia (Urbana) vem desenvolvendo uma agenda de investigação que se pauta na hipótese de compatibilidade histórica e potencial entre urbanização e natureza na região. Essa posição emerge de uma reação ao debate acadêmico baseado em visões polarizadas, que contrapõem urbanização (vista por viés econômico) e preservação (vista por viés ambientalista), e que desconsideram a possibilidade de unidade entre assentamentos humanos e ecossistemas. Nesta perspectiva, o texto é um convite à desconstrução e reconstrução de posicionamentos teóricos e repertórios espaciais, a partir da realidade cotidiana de quem vive na região e de alguma forma mantém a conexão histórica com rios e florestas.

Tal ponto de vista baseia-se na escuta de histórias pessoais e coletivas sobre experiências reais, nas vivências e observações de campo — que muitas vezes obrigaram os pesquisadores do grupo a criarem estratégias de levantamento e registro —, pois tantas vezes categorias ou indicadores (destacados na literatura ou registrados nas bases de dados oficiais), perdiam sentido diante da realidade das cidades, vilas e comunidades já estudadas.



---

Em campo era mais fácil perceber que muito do que já foi dito sobre a fronteira de expansão de capital, de exploração de recursos naturais, sobre o debate a respeito da produção de *commodities* para exportação, baseia-se em dados secundários ou no resultado de modelos organizados a partir de fora da região. De fora é mais difícil compreender nexos que ligam as últimas três gerações, atravessadas por profundas mudanças socioterritoriais, ou compreender o quanto a manutenção da floresta viva interessa às mães e às lideranças comunitárias, ou a grupos sociais lidos como camponeses, que guardam saberes e salvaguardam patrimônios coletivos.

A lógica capitalista da propriedade, da competição, da exploração de corpos e territórios foi disseminada na região com o planejamento regional oficial, e com uma visão de planejamento urbano e de urbanismo que se coloca a serviço da reprodução do que é conhecido em sociedades industriais. Essas ciências, ainda jovens, encontram na Amazônia oportunidade de incorporar demandas ligadas a outras formas de viver e produzir, e de se adequarem aos debates socioterritoriais contemporâneos, que, hoje, conseguem refletir melhor o que aconteceu com territórios colonizados, como a América Latina.

Como seria reconhecer a estruturação do espaço a partir dos rios, da geomorfologia de solos manejados (ou não), ou da distribuição da biodiversidade? Enxergar redes de assentamentos humanos que podem ser baseadas na complementação e cooperação? Compreender que a infraestrutura instrumental para a vida não pode ser concentrada apenas em cidades? Ou entender que logística de transportes não resolve a vida das pessoas, mas coloca os seus territórios a serviço de metabolismos urbanos distantes?

Tal ruptura poderá explicar o distanciamento da utopia de acatar rios como infraestrutura delicada para a vida (para mobilidade, abastecimento de água e alimento de humanos e não humanos dentro e fora das cidades); compreender que a perspectiva antropocêntrica não se justifica, pois, a vida é interdependente nos diversos reinos (humano, vegetal, animal e mineral); e que há abundância para o atendimento das necessidades de todos, mas que também há limites para a exploração destinada à acumulação.



Esses pontos podem parecer tão óbvios quanto incompreensíveis. São óbvios para as pessoas enraizadas e geralmente, também racializadas, que compreendem que o bem-viver nem sempre está articulado ao consumo e à acumulação. São incompreensíveis para quem enxerga riquezas naturais e imagina sua exploração em larga escala para abastecer um mundo branco, patriarcal e centrado em países colonizadores, onde a concentração de riqueza gera cada vez mais escassez e destruição.

Um conjunto de dissertações e teses ligadas ao PPGE e PPGAU, na UFPA, e PPGPAM, na Unifesspa, foi dedicado à investigação de aspectos dessa trajetória. As evidências foram obtidas por meio de diálogos entre as análises das espacialidades a partir de ferramentas de leituras morfológicas) com os campos da economia, da história, da antropologia, da morfologia urbana, do planejamento regional, das geotecnologias, da ciência política e da ecologia da paisagem (Gomes, 2016 e 2024; Melo, 2020; Oliveira, 2020; Miranda, 2020; Saunier, 2023; Castro, 2023; Nunes Neto, 2021). Novas cartografias e representações foram produzidas, a partir de diálogos com grupos sociais, da identificação de espacialidades do passado e do presente em fotografias e/ou imagens de satélites, e do mapeamento de registros que resistem nas paisagens estudadas com o uso de drone (ver a aba “produtos” em [www.contracartografias.com](http://www.contracartografias.com); ou [www.urbanapesquisa.net](http://www.urbanapesquisa.net)). O cotejamento dessas contribuições com as representações de documentos e bases oficiais revela que não só existem outras narrativas possíveis, como tem-se percebido a necessidade de muita complementação de informações e de diálogo com diferentes campos disciplinares, até ser possível alcançar a complexidade das relações socioespaciais que são próprias da região.

Além disso, as pesquisas de doutorado e pós-doutorado em curso no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Oliveira, 2023; Pinho, Cardoso, Oliveira, 2024; Baleixe, 2022; Castro *et al*, 2024; Gomes, 2022) têm indicado que mesmo as leituras mais críticas à simplificação imposta pelos projetos de colonização ainda não têm sido capazes de capturar nuances da conexão entre corpos e territórios, especialmente quando permanecem em uma resolução espacial incapaz de apontar quais circunstâncias são desfavoráveis para as mulheres indígenas,

---

negras e ribeirinhas, que produzem a partir da floresta viva, ou o quanto elas defendem a vida e todas as suas manifestações, em seus territórios. Como vem sendo sinalizado na literatura internacional (Gago, 2020; Kilomba, 2019; Cusicanqui, 2016; Federici, 2022), já não é possível entender a cidade sem tomar consciência dessas camadas de entrelaçamento.

Este texto expõe que há uma disputa em curso por usos da terra e de águas; que tal disputa modela a cidade reconhecida historicamente e a virtualidade das cidades-região que abrangem espaços de urbanização já consolidada; águas, floresta e territórios de comunidades sociodiversas. Para alimentar esse debate, é necessário reconhecer repertórios como pacotes de conhecimento, que têm se provado virtuosos para a produção social do espaço e da natureza, e que destacam a agência humana na produção do bioma e a influência do bioma na produção da cultura e das pessoas. Nessa perspectiva, espera-se, após um século de narrativa, questionar e transcender o mito do inferno verde, ou da visão dicotômica da realidade. Em tempos de crise ambiental e climática, o resgate de saberes, de valores, de espacialidades capazes de expressar equidade de gênero e alteridade pode apresentar direcionamentos para o futuro. Espera-se contribuir com essa discussão para que a narrativa de urbanização seja socioecológica, baseada na vida do cotidiano, e não mais em abstrações.

## **2 As colonialidades sobrepostas das últimas décadas: para além da história oficial**

No século 20, o campo do planejamento urbano e regional foi posicionado desde a perspectiva das metrópoles (ou mesmo das cidades) que polarizavam economicamente uma região (Tavares, 1988). Partia-se de modelos e representações que simplificavam a realidade, e tomavam-se como referência os fluxos, localizações e funções, normalizando a tendência de homogeneização das paisagens (urbanas, rurais, naturais, culturais *etc.*) afetadas pelo metabolismo das metrópoles, segundo a lógica capitalista.

No Brasil também prevaleceu a teoria de que grupos “minoritários”, como os que dependem da floresta, seriam convertidos à lógica urbana industrial

e totalmente assimilados pelas formas de viver desta nova ordem, quer na cidade quer no campo (Abramovay, 1998). Todavia, nesta década, os dados do Censo (IBGE, 2022) não só indicam crescimento de populações indígenas e quilombolas, como as evidências oferecidas pelas pesquisas arqueológicas, sobre tempos pré-coloniais, apontavam para outras direções, que se tornam cada vez mais interessantes quanto mais se aprofunda a crise ambiental (Neves, 2022; Prümers *et al*, 2022; Heckenberger *et al*, 2008; Peripato *et al*, 2023).

As pesquisas arqueológicas indicam que houve, e a observação *in loco* indica que ainda há, uma interação profunda entre cidade, rios e floresta, articulada pelos corpos que vivem no território e o expressam por meio de suas práticas de produção e reprodução. No mínimo, é possível reivindicar que não há uma trajetória única de urbanização como tem sido ensinado oficialmente, e que tampouco a participação humana se dá da mesma maneira em processos de aglomeração ou degradação. Existem humanos que compreendem os sistemas do planeta e se veem como parte do todo, e há humanos que creem em uma supremacia incompreensível fora do mundo dos negócios.

As hegemonias são favorecidas pela necessidade de que os modelos teóricos têm de recorrer a simplificações, e para eles, as dicotomias cidade e campo, rural e urbano, natural e artificial são instrumentais, no sentido inverso da fluidez de movimento observada no cotidiano dos nativos ou convertidos ao modo de vida local (quaisquer pessoas que sentem respeito e dependem da floresta e dos rios vivos), fato que requer a perspectiva do espaço social dialeticamente articulado.

Como já citado, conforme as pesquisas do grupo têm sido realizadas, mais camadas emergem entre a urbanização capitalista e a ancestral, indicando o potencial de inovação para os campos de atuação hoje ligados ao urbanismo e planejamento urbano e regional, por adaptação e/ou melhoria de soluções já bem-sucedidas para a região. A urbanização capitalista é manifesta no crescimento de grandes cidades e no transbordamento do tecido urbano extensivo (constituído por logística para mineração e grande extrativismo, ligado ao metabolismo de cidades e agentes situados em outras regiões ou continentes) por sobre territórios, vilas e comunidades que sempre viveram

---

na e da floresta, e se organizaram em espacialidades que resistem até hoje (Monte-Mór, 2015). Estas redes de vilas e comunidades constituem áreas periurbanas estendidas, que superam em muitas vezes a extensão das cidades, mas que, por serem classificadas como rurais, não são reconhecidas como manifestações de um padrão de urbanização ancestral adaptado aos limites e ritmos da floresta e rios (Cardoso, 2021).

Por décadas, a investigação sobre Belém justificou o ingresso da UFPA em redes nacionais, e a capital emergia como uma ocorrência fora da curva, ou um caso atípico. Isso foi uma indicação de que havia necessidade de levar em conta a história e a formação social e econômica da região, seguindo a orientação deixada por Celso Furtado, em sua experiência no Nordeste. Compreender que até próximo ao final do século 18 essa parte do país se constituía no Estado do Grão-Pará e Maranhão, um estado independente do Estado do Brasil, onde havia conexões com outras partes do mundo, como o Caribe, e maior proximidade de Lisboa. A entrada de portugueses não era suficiente para preenchimento dos postos administrativos, e muitos indígenas ou mestiços exerciam tais funções (Harris, 2018). Da mesma forma, havia um circuito próprio de tráfico negreiro que trazia pessoas escravizadas da África para o porto de Belém. A Proclamação da Independência brasileira significou a subordinação do Grão-Pará à nova Corte brasileira, e a revolta da Cabanagem demonstrou como indígenas, negros, europeus e mestiços puderam se unir contra o novo governo. O castigo exemplar a essa aliança realçou o racismo próprio da colonialidade (Fanon, 2008), e intensificou o choque de visões de mundo. Se os portugueses fizeram concessões para aculturar e cristianizar indígenas, e para receber produtos prontos da floresta para exportação, desistindo do plano original do *plantation*, o espírito bandeirante do Brasil conseguiria alcançar esse propósito em dois séculos.

Mas há de se recuar um pouco mais no tempo para compreender melhor a disputa de narrativas. É preciso deixar de tomar o curto espaço de tempo de uma vida humana como marcador temporal, assumir as culturas de transmissão oral como tão importantes quanto o reconhecimento privilegiado do saber escrito, e compreender que a dissolução, na paisagem, de estruturas construídas com biomateriais (em especial terra e madeira) favoreceram o

apagamento da história pré-cabralina, que tem sido resgatada por meio da pesquisa arqueológica e apoiada por novas tecnologias de imageamento por radar, satélites e sensores de *laser* (Prümers *et al*, 2022; Heckenberger *et al*, 2008 ; Peripato *et al*, 2023; Neves, 2022).

Esses estudos demonstram que a Amazônia era o lugar mais dinâmico do continente, onde tecnologias sofisticadas de manejo de água, solos, fauna e flora constituíram nichos ecológicos e permitiram a domesticação de espécies; e onde o cultivo em gradientes (roça, pomar, floresta profunda) culminou na organização espacial de aglomerações segundo um padrão galático. Constituiu-se um padrão de hierarquização semelhante à organização das cidades-estado gregas, gerido por cacicados. Os ancestrais dos Kuikuro, por exemplo, controlavam uma área do tamanho da Bélgica (Clement *et al*, 2015; Mann, 2008).

Se os movimentos geológicos e as eras glaciais definiram biomas (onde os vegetais e animais estão assentados) e ecossistemas terrestres e aquáticos, a presença milenar dos humanos determinou quatro períodos formativos de antromas (áreas culturais, onde humanos se assentaram e modificaram a paisagem): a) o lítico (7000 a 5000 antes do presente), em que as populações de caçadores-coletores se utilizavam de uma rede de grutas como abrigos no período chuvoso (Magalhães, 1994); b) o ceramista inicial (5000 a 3000 antes do presente), durante o qual surgiram os primeiros assentamentos permanentes localizados em pontos estratégicos do território, a salvo das variações das marés — deste período destacam-se os sambaquis como marcadores espaciais, o cultivo da mandioca e a produção de terras pretas (Clement *et al*, 2015; Neves, 2006; Eriksen, 2011); c) o ceramista médio (3000 a 900 antes do presente), período do adensamento e expansão das aldeias até o auge das ocupações, segundo a estruturação de redes galáticas, articuladas a sistemas complexos de terraplanagem, estradas, calçamentos, açudes e lagos artificiais, ilhas florestais, campos elevados e diversas outras feições arqueológicas (Heckenberger *et al*, 2008; Heckenberger, Petersen, Neves, 1999; Heckenberger, 2009); d) e o ceramista tardio (de 900 a 550 antes do presente), marcado pela expansão tupi e pela reorganização espacial através

---

da ruptura do padrão circular para o padrão linear de ocupação (Moraes, 2010; Moraes e Neves, 2012).

Os colonizadores não foram capazes de ler essas paisagens, ou compreender o quanto elas foram moldadas por pessoas e moldaram grupos sociais. O foco do colonizador nas cidades, refletindo a transição que estava em curso na Europa, e nas tecnologias que eram empregadas para fins militares (fortes, cidades protegidas), ou para afastar as águas (canalização, aterro), impediu a compreensão de repertórios locais. A tecnologia e o saber técnico, nada neutros, passaram a ser transpostos desde o exterior para a Amazônia, articulados com expectativas de consumo e comportamento social, ligadas à realidade industrial, que desvalorizava a relação que já existia entre pessoas, rios, florestas e sua biodiversidade.

A floresta tropical era vista como obstáculo para o acesso à terra, sem compreensão do quanto tal floresta era importante para reter a água e distribuí-la para todo o continente, ou sobre a condição de abundância de alimentos e insumos para suporte da vida cotidiana (desde a casa de madeira até os cestos e objetos utilitários feitos de fibras vegetais ou cerâmica), e a não necessidade de acumulação de excedente. Os países hoje vistos como centrais, antigas potências coloniais, não por acaso são difusores de tecnologias, de condições de financiamento para acesso a tais tecnologias, e dos parâmetros civilizatórios desejáveis. Somente agora, no século 21, cresce o reconhecimento do valor dos saberes ancestrais a respeito do manejo de ecossistemas e da importância da produção de alimento, água e ar, como insumos indispensáveis à vida.

Nas últimas sete décadas, desde a Segunda Guerra Mundial, essa transposição de saberes e de repertórios espaciais se intensificou. Na Amazônia, leituras totalmente racistas da região como um vazio demográfico, que não reconheciam o indígena como humano, ou que aceitavam a exploração de trabalho escravizado, evoluíram para a compreensão desse vasto espaço como uma fronteira, ora de expansão capitalista, ora de exploração de recursos naturais (Becker, 2013; Velho, 2009; Iani, 1978), reificando árvores, solos, águas e pessoas, e valorizando o ‘desenvolvimento urbano’, manifestado pela expansão de cidades, conurbações e constituição de espaços metropolitanos.

A segunda metade do século 20 destacou a dispersão nos países europeus e a concentração em aglomerações nos países de urbanização tardia.

Os autores da Europa e Estados Unidos já passavam a debater a cidade difusa (Secchi, 1984) e a cidade-região (Dickinson, 1967; Soja, 2000), enquanto aqui induziam-se a concentração e a formação de redes urbanas baseadas estritamente no que era reconhecido como cidade — as sedes municipais —, mesmo em realidades em que os municípios são maiores do que muitos países e em que tais sedes são abastecidas por uma rede de vilas e comunidades que drenam produtos da floresta para as feiras, mercados e portos localizados nas cidades.

O tempo longo do desenvolvimento de repertórios adaptados à floresta na Amazônia desenvolveu soluções muito mais robustas do que aquelas pensadas a partir dos novos fluxos e fatores locais valorizados em um período industrial que, após cinco séculos, começou a revelar seus limites. A distância e o custo para acesso de recursos necessários para sustentar o metabolismo das grandes cidades globais, e suas congêneres regionais, são no mínimo insustentáveis. A intensidade de retirada de elementos dos ecossistemas (assumidos como recursos naturais) acontece em velocidade maior do que a capacidade de regeneração desses ecossistemas.

Ainda que, na Amazônia, a exuberância de rios e florestas tenha feito parecer que estes seriam mananciais onde a exploração poderia ser infinita, no ano de 2024 níveis de secas e inundações recorrentes e sem precedentes no país demonstram que o equilíbrio global está ameaçado. Não apenas os efeitos das mudanças climáticas, mas todos os processos de conversão de uso da floresta (para pecuária, mineração ou monocultivo) e os acidentes que degradam águas (contaminação química decorrente de mineração, do uso de agrotóxicos ou de naufrágio de boi vivo) afetam o cotidiano das pessoas, que de um dia para o outro podem sofrer a violência de não poder mais contar com um recurso com a água do rio, ou o alimento oriundo da pesca.

A título de exemplo, em Abaetetuba (PA), as assimetrias entre embarcações ligadas à exportação de *commodities* (balsas e navios) e as rabetas (embarcações usadas pelos ribeirinhos) ilustram a dificuldade de acesso a equipamentos de educação e saúde, ou a mobilidade ribeirinha em geral,

---

pelo risco de acidentes. No Baixo Tocantins, o acesso rodoviário assume importância crescente no desenvolvimento de vilas e na reconfiguração das cidades, especialmente após o barramento do rio pela UHE Tucuruí. Não bastasse a disputa das margens para portos, o extrativismo das várzeas, como a produção de açaí, tem promovido uma revitalização econômica e colocado esses territórios sob disputa pelo monocultivo da fruta.

Para dar visibilidade aos usos e comunidades baseados nos modos de vida ancestrais foi necessário articular escalas, observar e levar em conta o modo de vida e suas espacialidades, para compreender as relações de interdependência entre cidades e comunidades e destas entre si, e de todas com a floresta e com os rios. Emergem processos e ações políticas, culturais e sociais que reorganizam o território em gradientes (espaços de moradia coletiva, produção familiar) e reeditam as formas de dispersão no território na medida em que os camponeses dependem das cidades para a venda de seus produtos e para o acesso aos equipamentos sociais. Ocorre, todavia, que não são apenas as relações econômicas e de classe que importam: há aspectos de raça e cultura nos repertórios que promovem a coexistência com rios e floresta e que estão por ser reconhecidos e incorporados pelas políticas públicas dirigidas aos municípios da região.

Tais nuances são relevantes para destacar que o paradigma de colonização — baseado na reforma agrária sobre a floresta, ou na urbanização concentrada, dirigida para grandes cidades e metrópoles — hoje se revela muito mais limitado para dar respostas às crises do mundo contemporâneo do que a urbanização de baixa densidade agrária tropical (Prümers *et al*, 2022) teria sido capaz de oferecer. O paradigma de urbanização tornado hegemônico pela lógica capitalista está “comendo o mundo” (Krenak, 2022), e na medida em que tal voracidade se coloca como hegemônica, coloca embaixo do tapete e escondido no armário o racismo, a misoginia, a intolerância aos grupos LGBTQIA+, o capacitismo, e o etarismo.

O pioneiro da ocupação na Amazônia era majoritariamente masculino, reprodutor de práticas trazidas por imigrantes europeus no século 19 para o Sul do Brasil e que lá se constituíram em desastre ambiental ainda não devidamente compreendido. Esse pioneiro foi orientado a destruir a floresta, a investir no mercado de terras, e a lutar contra os filhos da terra (indíge-



nas) que pudessem resistir. As dinâmicas nativas dão ênfase para o cuidado com a floresta, com a família e com a comunidade, mas são obscurecidas e desfavorecidas por ocasião de financiamentos, definição de soluções que envolvem obras, e na prioridade de acesso ao território, apesar da crise ambiental que ameaça a humanidade.

Há um passivo histórico enorme a ser resolvido: as vulnerabilidades são reeditadas pelos preconceitos e pela não incorporação de atualizações de disciplinas como a ecologia, a antropologia, a engenharia que incorpora soluções baseadas na natureza, e pela manutenção de padrões sobre como as soluções devam ser, normalmente transpostos de realidades totalmente distintas dos centros para as periferias — que, por definição, não podem definir sua agenda, suas prioridades e valores. Dona Haraway (1995) alerta para a necessidade de valorização dos saberes localizados, e é por isso que adotamos como pauta de pesquisa a investigação dos saberes, espacialidades e valores de populações que necessitam de um redirecionamento já, seja das políticas públicas, ou das ações que envolvem a produção do espaço construído na região.

A reedição de processos regionais baseados no desenvolvimentismo década após década tem determinado as condições de provisão de infraestrutura, com prioridade dada à logística de apoio à produção de *commodities* em detrimento das pessoas. O volume de recursos destinado a portos, rodovias e ferrovias não tem paralelo com a estruturação de rede de cidades, vilas e comunidades. Tal logística também afeta a expansão das cidades, e o traçado envolvido na ampliação de manchas urbanas. Não importa o que acontece com quem precisa sair dos territórios atravessados pelas ferrovias e rodovias, e se as pessoas são obrigadas a mudar para cidades improvisadas e degradadas.

Não é exagero lembrar que a colonização da Amazônia pelo Brasil promoveu uma ruptura no padrões de distribuição de população no território, dentro e fora das cidades, e desvalorizou as formas de viver e produzir conectadas aos rios e à floresta. Becker (2013); Correa (1987); e Carmargo (1973) deixam testemunho dessa transformação, mas é tempo de revisitar as ideias que registraram com novas lentes, aproveitando novos reposicionamentos epistemológicos sul-americanos e a possibilidade de ampliar as

---

pesquisas com o crescimento da pós-graduação na região, além de priorizar a abordagem interseccional que aglutina questões de gênero, etnia e raça às clássicas críticas baseadas na divisão da sociedade em classes capitalista e proletária (Evaristo, 2014; Cusicanqui, 2015; Svampa, 2019; Santos, 2023; Krenak, 2022).

O parcelamento do conhecimento em campos segmentados e a origem euro-estadunidense das grandes narrativas teóricas criou uma carência de categorias de análise e condiciona o enquadramento das manifestações da realidade dentro dos esquemas teóricos já consagrados, como o debate da dependência e da organização socioespacial entre centro e periferia. Foi necessário posicionar o que era diferente como o que fica em torno do centro, seja como periferia ou como periurbano. Todavia, essa narrativa tem limites, porque dá ênfase à cidade ou metrópole como centro difusor do pensamento e de ações. Desde o chão, percebe-se que tanto maior o tamanho das cidades, maior o seu comprometimento com o projeto colonizador.

### **3 Procurando lentes (estratégias metodológicas) para compreender esta realidade**

O ponto de partida das pesquisas em curso tem sido a convergência das geometrias da ecologia e dos padrões espaciais de assentamentos humanos, nas diversas escalas. A floresta é assumida como uma matriz (o pano de fundo predominante), uma macro infraestrutura verde que sempre circundou os assentamentos humanos, definindo condições de separação, produção e permeabilidade. Isso é totalmente diferente dos contextos de urbanização industrial, em que o pano de fundo é antropizado, modificado pelo homem e onde ecossistemas ocorrem em ilhas ou corredores. No caso amazônico, os colares formados pelas áreas de manejo de comunidades e vilas formam os corredores de urbanização nativa contra a floresta. Neste tipo de urbanização, as pessoas se aglomeram nas vilas, mas trabalham no rio, na floresta ou na roça, seguindo práticas agroecológicas que resultam no sustento e na produção de excedentes que são direcionados para as feiras e mercados das cidades. A mobilidade de menor custo é fortemente

dependente dos rios, e o ambiente de várzea costumava ser um espaço de abundância — onde muitos alimentos estão disponíveis.

Essa organização tem desdobramentos muito diversos do padrão de aglomeração que depende da floresta morta para extração de recursos do neoextrativismo (Gudynas, 2019) para exportação. Apesar da ação contínua colonizadora, o padrão milenar é tão resistente que ainda pode ser detectado nos espaços contíguos às cidades, chamados de periurbanos. Porém, a mudança de valores, a transformação da terra em mercadoria, e disputa dos territórios de vida, conduz à periferização das cidades existentes. As capitais estaduais e as cidades que foram ligadas à logística dos grandes projetos econômicos tornaram-se pontos de apoio à lógica colonizadora, que estruturam uma rede de cidades com novas hierarquias, constituindo uma urbanodiversidade (Trindade Junior, 2013) que responde a vocações e funcionalidades da lógica capitalista e colonizadora.

A perspectiva da grande cidade é a exceção na Amazônia, e a consideração dessa referência como “o urbano” é um aspecto do autoritarismo praticado na ditadura militar, a exemplo de outros países sul-americanos, como o Chile (Boisier, 2000). Os planos nacionais e os grandes projetos designados para a região foram catalizadores de conversões na direção da morte da floresta. A promessa de que haveria melhoria de condições de acesso a políticas sociais e maior monetização da economia, na verdade reeditava a colonização, rompendo com todas as estratégias bem-sucedidas desenvolvidas nos tempos pré-coloniais.

Na prática, a exploração de recursos naturais seguia a lógica industrial, e pressupunha a retirada da população nativa, e sua transferência para as cidades, onde também prevalecem os repertórios exógenos, e para onde não existiam estudos, planejamento ou políticas proporcionais à transformação. Enquanto isso, recursos internacionais apoiavam a adaptação de cidades da região sul, para que estas se tornassem centros industriais, no âmbito de programas federais (Castro *et al*, 2024). Em ambos os casos, entretanto, observou-se o crescimento das desigualdades e inchaço das cidades de maior porte, com uma diferença: a Amazônia passou a ser vista como fornecedora de matéria prima e consumidora de produtos industrializados, em condição

---

subordinada, enquanto outras regiões determinavam a agenda econômica nacional (agiam como colonizadores). Nesse processo, a supressão da vegetação do entorno e dentro das cidades, a contaminação, canalização e aterro dos rios internos ocorrem concomitantemente ao desmatamento para transformação da floresta em campo, eliminando o meio que a população, oriunda da floresta, poderia manejar a partir dos seus conhecimentos.

A agenda pressupunha o desmatamento do bioma, sem qualquer consideração a serviços ecossistêmicos para o sistema Terra, como o fluxo de águas e umidade (rios voadores) para todo o continente sul-americano (Nobre, 2014), e sobre o quanto dinâmicas sociais eram adaptadas aos ciclos e ritmos dos ecossistemas, de modo a manejá-lo e mantê-lo vivo, e constituíam socio-naturezas.

No auge da ruptura, enquanto os grandes projetos e toda a política regional trataram a Amazônia como um enorme terreno vazio a ser “limpo” pela exploração, para o assentamento de colonos vindos do Centro-Sul e do Nordeste do país, programas financiados por países centrais, como o LBA e o PPG 7, foram massivamente destinados à caracterização físico-química e da biodiversidade (Luizão, Nobre, Manzi, 2005), e gradativamente houve o reconhecimento da origem antropogênica da floresta, e a confirmação do que populações nativas já conheciam há milênios (Magalhães, 1994; Neves, 2022). Mas, a crença de que seria possível colonizar esse território da mesma maneira que se fazia nessas outras regiões ainda não foi superada.

Como efeito colateral dos projetos de exploração de recursos naturais, os elementos dos ecossistemas que sempre fizeram sentido para a população nativa passaram por degradação, provocando forte impacto sobre modos de vida e a sociobiodiversidade. Se há sobrevida da racionalidade extrativa ecológica, isto deve-se à sua coerência com o bioma, mas o acúmulo de impactos da ação capitalista multiplica conflitos em terra e água, ampliando a ligação entre corpo e território também para os rioteiros e maretórios (espaços de pesca e coleta nos rios e na costa atlântica).

Não por acaso, o padrão predominante dos assentamentos humanos na floresta é a dispersão. Mas, essa característica tornou-se mais facilmente detectável após o advento das geotecnologias, que permitem a detecção, mensuração e tratamento de corredores de massas construídas, rios e matas.

A proximidade dos assentamentos humanos com os rios, e sua imersão em uma imensidão de verde reflete uma conexão ambiental, climática e emocional que precisava de metodologias para ser detectada.

O recurso a sensores dos satélites geoespaciais e modelos matemáticos (algoritmos) tem permitido a detecção de vegetação, água, solo exposto, área construída, que também permitem o cálculo de índice de vegetação para diversos fins no planejamento territorial. Os índices de vegetação avaliam e caracterizam a cobertura vegetal em uma determinada área de acordo com a reflectância, ou seja, na capacidade de refletir a luz solar conforme as suas características. A classificação de imagens, por outro lado, agrupa os pixels ou regiões da imagem por temas/classes definidas pelo usuário (supervisionada) ou pelo próprio algoritmo, sem interferência do usuário (não supervisionada). São técnicas diferentes que podem ser utilizadas para diferentes fins no planejamento urbano. Uma delas é a quantidade de árvores na cidade, ou até mesmo grandes áreas verdes e suas formas no espaço da cidade.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) são necessários 12 m<sup>2</sup> de área verde por habitante — o ideal seriam 36 m<sup>2</sup> —, cerca de três árvores por morador. Estas métricas pretendem atenuar ilhas de calor, inundações, deslizamentos de terra e demais problemas relacionados à falta de vegetação. Todavia, são voltadas a um tipo de cidade: a metrópole adensada, com muita infraestrutura de concreto e aço, impermeável, na qual a vegetação é acessória, e não elemento dinamizador do planejamento urbano. Segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), as duas metrópoles amazônicas, Belém e Manaus, têm 22,4% e 25,1% de arborização por domicílio. São as últimas metrópoles do ranking nacional. Se os municípios amazônicos se ativerem aos mínimos universais ou nacionais estabelecidos, a floresta desaparecerá.

A aplicação desses parâmetros é genérica e envolve todo o território municipal. No entanto, quando o território é subdividido segundo sua condição morfológica e social, compreende-se que há espaços, como as ilhas e comunidades, onde há mais vegetação, menos habitantes e área construída, e múltiplos usos da vegetação: para lazer, coleta, cultivo de plantas medicinais, redução da temperatura da superfície, agricultura (para consumo interno e

---

exportação). Nas regiões periféricas, a vegetação está nas margens, concentrada em áreas sem uso social, mas com importantes funções ecossistêmicas: absorção da água da chuva no solo. Nas ocupações espontâneas, de modo geral, o verde está ligado a heranças camponesas; na escala dos quintais, atende a algumas necessidades de moradores por possibilitar o cultivo de espécies frutíferas, hortaliças e ervas medicinais.

Os conjuntos habitacionais oferecidos para os grupos populares, geralmente construídos em áreas periféricas, contam com grandes áreas livres sem tratamento, visando suprir uma necessidade quantitativa, e muitas vezes, desconsiderando questões socioambientais. Uma vez que o principal objetivo é o de construir o maior número de unidades habitacionais, a preservação ou manutenção de áreas verdes não é priorizada, assim como ocorre com a permeabilidade do solo e a integração de espaços públicos de lazer à vegetação. Em função da distância dos conjuntos habitacionais em relação aos centros urbanos, muitas famílias preferem viver em áreas sujeitas a risco ambiental, mas localizadas mais próximas de serviços, equipamentos urbanos e de trabalho, gerando assentamentos informais.

Os condomínios residenciais horizontais de classes média e alta, frequentemente, utilizam as áreas verdes como artifício de venda dos lotes ou edificações, destinando esses espaços para o lazer e contemplação. Porém, apesar de serem espaços planejados, com a expectativa de que seja considerada a qualidade ambiental em sua execução, os condomínios desmatam a maior parte da área de implantação, principalmente em casos onde a legislação urbanística não possui ferramentas específicas para essa modalidade habitacional (Melo da Costa Filho *et al.*, 2022). As porções de verde urbano em condomínios fechados fazem parte da apropriação do uso desses empreendimentos imobiliários. Consistem em jardins, praças isoladas e dispersas, e nem sempre arborizadas, de uso privado, moldadas numa idealização e combinação paisagísticas de espécies exóticas ou distintas da região amazônica e geneticamente modificadas, relacionadas a modismos desconectados que impactam a lógica do acesso à natureza devido a associação desse verde com a exclusividade — reforça a segregação e a falta de integração com o entorno urbano, perpetuando a divisão de classes sociais (Cardim, 2022; Heiden *et al.*, 2006). No aspecto ambiental, o verde

de condomínios também reforça os impactos ambientais, devido à retirada da vegetação da gleba não ocupada para implementar o empreendimento, ocasionando a destruição de habitats naturais, fragmentação ecossistêmica e degradação. Após a implementação dos empreendimentos, o impacto persiste pela supressão de verde dentro dos lotes, e na manutenção das áreas públicas com uso intensivo de água, pesticidas e fertilizantes.

As áreas verdes e os rios estão interligados. A água pode ser entendida como subproduto da floresta no arranjo de ecossistemas, onde o verde desempenha papel crucial na regulação do ciclo hídrico. As interrelações estabelecidas são de fornecimento de habitat para uma variedade de espécies de plantas e animais que também funcionam, em conjunto, como proteção de enchentes e erosão, e regulação de clima. Juntos (fauna e flora), manifestam o equilíbrio dos ecossistemas. Quando há o desmatamento, em grande escala, desses ecossistemas, podem acontecer desastres ambientais, como os que estão sendo vivenciados na atualidade, em decorrência do desmatamento da vegetação e dos rios, que segue um padrão externo de desenvolvimento urbano e ocasiona um alerta ambiental, devido à perda de habitats naturais e impactos nos ciclos hidrológicos. Em tempos de crise ambiental e climática, o resgate de saberes, de valores, de espacialidades é importante para lidar com a vegetação e poder gerar zoneamentos e diretrizes de planos diretores mais adequados à realidade.

O potencial de desdobramentos positivos dessa urbanização extensiva está ligado à possibilidade da logística de transporte ser adaptada para melhorar o acesso das pessoas a direitos básicos (ex.: mobilidade, acesso a equipamentos e serviços públicos) tanto quanto para o escoamento de mercadorias. Com uma infraestrutura de mobilidade adequada, o padrão de dispersão próprio da floresta poderia ser mantido, analogamente à dispersão que ocorre nos países pós-industriais, que superaram a necessidade das grandes aglomerações. Essa nova condição pode revelar que a dicotomia urbano-rural não faz mais sentido, e restabelecer a percepção de um espaço social, ou socioambiental, em que territórios e aquatórios sejam percebidos de modo contínuo, articulados sistemicamente. Nesta perspectiva, será mais fácil compreender que não é o asfalto e o concreto ou a logística de exportação que trarão abundância e conforto para quem vive na região. A

---

possibilidade de ter água não contaminada, de contar com cadeias alimentares completas que promovem controle de espécies, de compreender os microclimas, formas de sociabilidade, de trabalho articulado ao lazer, de produzir alimento de acordo com a cultura alimentar, são fatores de liberdade e evolução humana.

#### **4      Protagonismos na produção das tipologias herdadas na Amazônia e as atualizações possíveis**

Para as populações negras que chegaram à Amazônia brasileira como reflexo da economia escravagista, a forma de habitar não-aglomerada foi inicialmente percebida como favorável e bem-sucedida quando se tratava da defesa contra o combate aos quilombos, bem como as guerras internas com certos grupos nativos. Todavia, com a abolição da escravatura no Brasil, na aurora do século 20, a forma de habitar e conceber seus espaços nos quilombos, a partir da relação intrincada com os signos naturais, mostra que a possibilidade da habitação não determinada pela ideia da modernidade e dos novos materiais industriais trouxe benefícios socioambientais importantes. Para a população negra, o século 19 foi o auge da fuga, assentamento e desenvolvimento dos quilombos. Localizados, majoritariamente, na foz dos rios amazônicos, os homens e mulheres que resistiram ao sistema escravagista construíram territórios extensos, complexos e que perduram até nossos tempos. A relação com o regime das águas foi fundamental para a permanência e desenvolvimento desses grupos na Amazônia paraense. À parte do mundo dos brancos, em termos de legislações e controles territoriais, os quilombolas no Pará consolidaram relações intrincadas com os grupos indígenas — por vezes pacíficas —, firmando comércio, compadrios e matrimônio — ou belicosas —, na disputa por território e fontes de alimentos.



O comércio dos *regatões*<sup>1</sup> auxiliou no escoamento dos excedentes dos produtos das roças e do extrativismo, em virtude da carência que havia, nas cidades, de alimento suficiente (Salles, 1988; Bezerra Neto, 2000; Saunier, 2023). Os quilombolas consideraram, na criação de seus assentamentos e na ocupação de seus territórios, a ausência de muros e cercas, ou seja, de limites construtivos, as relações de parentesco, o uso comum da terra e o autorreconhecimento. Isso gerou uma expansão orgânica, não aglomerada e, sobretudo, democrática nos seus assentamentos. As ruas partiam de marcos simbólicos, como a igreja, principal ponto de crença e reunião social de um quilombo. As fachadas principais das residências estão voltadas para as margens dos rios, que são a via principal de contato com o mundo exterior ao quilombo. A mata fechada é o *centro* do território, pois concentra toda a riqueza natural e mística que é compartilhada por gerações, através de histórias e atividades coletivas, como a construção das casas e as feitura das roças. No quilombo amazônico-paraense, o habitar não é dissociado da natureza local; ao contrário, são complementares e dependentes.

Como ocorre no contexto indígena, houve a construção de um lugar comum pelos quilombolas, um espaço coletivo que marca as pequenas localidades, e mesmo as cidades, até o presente. Nessa perspectiva, é mais fácil compreender como são formados os corredores socioecológicos ao longo dos rios (corredores de áreas manejadas e espaços de moradia comuns) em meio à floresta. Essa consciência de como viver no ecossistema afetava e afeta todas as formas de vida, além de permitir que haja controle

---

1 “O regatão é um mascate que anda em canôa por lugares longínquos vendendo fazendas secas, espíritos, gêneros alimentícios e bugigangas a troco de barraca, castanha, cacáu, salsa & etc. O regatão, principalmente na vida comercial, ou caixeiro cobrador, é um verdadeiro representante da cobiça. Penetra até as cabeceiras dos rios e igarapés à procura de negocio. Por ahi alhures encontra casas de gente civilizada pelas quaes passa de largo, depois choupanas de tapuios, barracas de seringueiros, ranchos de mocambos, de desertores & e enfim índios e selvagens ou o deserto”. (Relatório por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Pará no dia 17 de janeiro de 1875. p. 56. Apud SAUNIER, 2023)

---

de pragas e equilíbrio ambiental. Um beija-flor pode ser o predador da larva do mosquito da dengue, por exemplo.

Contemporaneamente, a compreensão do ritmo das águas pode também ser incorporada pela comunidade. Em Iranduba, próximo à Manaus (AM), a população do lago Catalão, que vive em casas flutuantes, pode variar relações de vizinhança, adicionar um flutuante para criação de animais, hortas, realização de festas *etc.*, estabelecendo um espaço fluido e dinâmico, onde a festa é tão importante quanto o trabalho, e onde é possível vislumbrar as utopias lefebvrianas de respeito ao meio e aos demais habitantes. Em cidades como Anamã (AM), essa relação com as águas se expressa de modo semelhante. Em cada metade do ano há uma face, alagada ou seca. Os habitantes não se importam de conviver com o rio, mas carecem de solução de saneamento compatível com essa situação. Anamã inspira a capacidade de adaptação a mudanças drásticas.

Todavia, esse relacionamento nativo com as águas não foi, de qualquer modo, incorporado por políticas públicas. Marabá (PA), cidade localizada em uma província mineral e próxima do local onde eclodiu a Guerrilha do Araguaia — e que, por isso, tornou-se prioritária para investimentos —, conviveu com cheias até a década de 1980 e, a partir daí, demonstra como o urbanismo e o planejamento urbano oficiais assumiram as águas como um problema.

Dois planos (Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá - PDUM, e o Plano de Expansão Urbana de Marabá - PEUM) assumiram a necessidade de transferência da população ribeirinha para uma cidade modernista construída à leste do núcleo pioneiro, após uma área de várzea, e nenhum deles compreendeu a relação da cidade com o rio e a floresta (Oliveira *et al*, 2023). Desde esta época, Marabá busca se tornar uma cidade industrial (um polo metalmecânico); sua administração transforma margens de rios em orlas de serviços; e a nova elite pecuária agora assume a identidade *country* e reorienta as edificações das vias que margeiam o rio para assumi-lo como fundos. Ribeirinhos e flutuantes resistem, mas o cotidiano daquela cidade cada vez mais se distancia do Rio Tocantins.

No século 21, os espaços de resistência localizados à curta distância da cidade consolidada, como ocorre com a Ilha do Combu (PA), que fica a

cinco minutos de viagem de barco desde o centro de Belém, tendem a ser transformados em espaços de consumo de paisagens “naturais”, onde os ribeirinhos têm sido seduzidos a vender suas casas para empresários, que as substituem por restaurantes, bares ou alojamentos, situados na várzea para atender a demanda por experiências de visitantes, em um processo de “disneyficação”, que tem como reverso o acúmulo de lixo, a destruição de cadeias alimentares: o cloro das piscinas mata alevinos e camarões, e também, os predadores das larvas de mosquitos da dengue (Brito, 2024).

Em muitas comunidades da região, há uma compreensão de que paisagens instagramáveis, apresentações culturais e boa comida podem ampliar as oportunidades de renda, como é o caso dos quilombos próximos à Macapá (AP), ou de comunidades do Baixo Tapajós, em Santarém (PA). Outras comunidades do Baixo Tocantins passaram a demandar benefícios governamentais, como o financiamento da habitação rural, e receberam soluções que transferem para suas vilas o que é feito na periferia das grandes cidades, sem que haja uma escuta a respeito dos padrões seculares de organização espacial (Oliveira, 2020). A política só pode ser acessada se houver conversão cultural e rendição à racionalidade da produção empresarial.

Nas cidades maiores da região (Belém/PA e Manaus/AM), tende-se à negação de sítio e cultura e à assimilação do padrão centro-periferia. Nos seus processos de crescimento, tem ocorrido o apagamento de rios, de matas e de tipologias de ocupação ribeirinhas. O aterramento de várzeas, a supressão vegetal e conversão de usos em espaços institucionais (áreas militares, aeroportos, portos, empresas públicas) são orientados por interesses econômicos que normalizam a expansão extensiva e a assimilação de territórios ocupados por populações quilombolas, indígenas e ribeirinhas (Blois *et al*, 2023; Cardoso, Castro, Oliveira, 2022). Enquanto cidades como Pittsburgh (EUA) ou Paris tratam as águas para viabilizar o banho nos rios, na Amazônia o interesse econômico normaliza a contaminação de águas que banham comunidades e cidades, rompendo as conexões ancestrais entre pessoas e águas. Merece nota que, em Afuá (PA), as pessoas saem de suas casas a qualquer hora do dia para tomar banho na chamada maré lançante, a maré alta da lua cheia.

---

O aquecimento global e a consequente elevação do nível das águas no planeta reposicionam a supressão vegetal como um erro. Essas cidades contam com aumento de temperatura médio superior a 1 °C nas últimas décadas, aumento e concentração da precipitação e aumento dos períodos secos. Isso intensifica o *stress* térmico das pessoas, os incêndios, a perda de biodiversidade, a inversão térmica e a ilha de calor (Moraes *et al*, 2022). Manaus prevê uma expansão indefinida, e a geração de uma mancha urbana para a outra margem do Rio Negro e para o norte, com a possibilidade de 500% de crescimento, sem atentar para a possibilidade de preservação de corredores ecológicos e interstícios internos como estratégia de adaptação às mudanças climáticas (Santos *et al*, 2022). Guardadas as devidas proporções, ocorre o mesmo em Marabá, Macapá ou Belém.

## 5      **Considerações Finais**

Esta reflexão destaca a necessidade de ação multiescalar para reconhecer, nominar e comparar soluções que já existem e podem ser aperfeiçoadas em termos físicos/tecnológicos e sociais/tecnológicos para o enfrentamento dos desafios colocados no século 21. A articulação corpo e território acontece em todas as escalas, e para efetivamente priorizar o bem-estar das pessoas e um ambiente seguro para humanos e não humanos, há necessidade da ação territorial multiescalar articulada. O artifício de trabalhar com a abstração nas escalas maiores precisa ser superado, para explicitar as formas de exclusão, a prioridade da vantagem de curto prazo, e os mecanismos de degradação.

Geralmente, o manejo de vegetação e de águas é parte das soluções em todas as escalas, ainda que isso não seja reconhecido. Essa obviedade é internalizada na cultura das pessoas que são racializadas, e é necessário superar o racismo, os cânones profissionais comprometidos com posições patriarcais e colonialistas, para acessar novas sociotecnologias que resta-beleçam a capacidade de humanos coexistirem com os ecossistemas amazônicos ou não. É preciso aceitar que há léxicos que precisam ser ressignificados para que se possa politizar e ecologizar o urbanismo, em especial

rever as soluções que são normalmente induzidas pelas políticas públicas, que equivocadamente partem de repertórios genéricos, porque era normal padronizar e retirar o que se constitui em obstáculo para a modernização.

Este retardo na conversão à matriz hegemônica é uma oportunidade de ajudar o país e o mundo. Pesquisar a Amazônia, desenvolver acoplamentos de ideias, envolver pessoas e seus saberes na produção de novas soluções, pode ser a melhor aposta para quem deseja continuar a contar com água, alimento e ar no planeta.

## Referências:

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: EdUsp, 2007.
- ALVES, S. E. M. B.; CARDOSO, A. C.D.; MOURA, N. C. B.; CARVALHO, T. F.; LIMA, G. C. C. M.; COSTA, V. S. (2023). Investigação de Potenciais de Constituição de Paisagens Funcionais na Área de Expansão de Belém. **Paranoá**, v. 16, n. 34, pp. 1–27. DOI: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n34.2023.21>
- BALEIXE, B. **Pensando em geografias mais próximas, em conhecimentos aprendidos nas entranhas, em investigações no nível do habitar na cidade alienígena: um prólogo**. Trabalho Final da Disciplina Teorias e Práticas Urbanas Contemporâneas. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém: Universidade Federal do Pará, 2022. Inédito.
- BECKER, B. **Urbe Amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Para (1840-1888)**. 2000. 373p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- BRITO, Romário. **Sobre as Margens: Padrões Espaciais, Turismo E Colonialidade Na Ilha Do Combu, Belém-Pa**. Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. [Dissertação de mestrado]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2023.
- CAMARGO, J. **Urbanismo Rural**. Rio de Janeiro: Incra, 1973.
- CARDIM, R. **Paisagismo sustentável para o Brasil: integrando natureza e humanidade no século XXI**. São Paulo: Olhares. 2022.
- CARDOSO, A. C. A trama dos povos da floresta: Amazônia para além do verde. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 57-87, 2023. DOI: 10.35699/2316-770X.2021.46237.

- CARDOSO, A. C.; CASTRO, L.; OLIVEIRA, K. Cinturas periféricas na periferia do capitalismo: os casos de Belém e Manaus. **Revista de Morfologia Urbana**, 2023.
- CASTRO, L. **Verde urbano e justiça socioambiental no padrão de urbanização manauara**. Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. [Dissertação de mestrado]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2023.
- CASTRO, L.; OLIVEIRA, K.; CARDOSO, A. C.; VENTURA NETO, R. **O elefante na loja de cristais: A ação dos governos militares na produção do espaço urbano e regional na Amazônia**. Anais VII Enanparq 2022. São Carlos: ANPARQ, 2022.
- CLEMENT, C. R.; DENEVAN, W. M.; HECKENBERGER, M. J., Junqueira, A. B., Neves, E. G., Teixeira, W. G., e Woods, W. I. The domestication of Amazonia before European conquest. **Science**, v. 321 n. 5892, pp. 1214-1217, 2015. Doi: 10.1126/science.1159769.
- CORREA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.
- COSTA FILHO, Felipe Antonio Melo da; PONTES, Altem Nascimento; LIMA, Aline Maria Meiquins de. Análise da qualidade ambiental em condomínios residenciais horizontais: um caso na região metropolitana de Belém. **Revista Espaço e Geografia**, v. 21, n. 1, p. 195-210, 2022.
- CUSICANQUI, S. R. **CH'IXINAKAV VTXIWA**, uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo, n-1 edições, 2021.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociologia de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- DICKINSON, Robert. **The City Region in Western Europe**. London: Routledge, 1967.
- ERIKSEN, L. **Nature and Culture in Prehistoric Amazonia: using GIS to reconstruct ancient ethnogenetic processes from archaeology, linguistics, geography, and ethnohistory**. Lund: Lund University, 2011.
- EVARISTO, C. **Olhos D'Água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2014.
- FANON, F. **Peles Negras Máscaras Brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.
- Federici, S. **Reencantando o Mundo, Feminismo e a Política dos Comuns**. São Paulo: Elefante, 2022.

- GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.
- GOMES, T. **Crise sistêmica da Urbanização e as soluções emergentes das espacialidades amazônicas**. Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. [Qualificação de doutorado]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2022.
- GOMES, T. V. **Santarém**: Uma articulação possível entre urbanização e natureza. Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. [Dissertação de mestrado]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.
- GUDYNAS, E. **Direitos da Natureza**. São Paulo: Elefante, 2019.
- HARRIS, M. **Rebelião na Amazônia**: Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798-1840. Campinas: Ed Unicamp, 2018.
- HECKENBERGER, M. J., *et al.* Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes, and the Future of the Amazon. **Science**, v. 321, n. 5893, pp. 1214-1217, 2008. Doi: 10.1126/science.1159769.
- HECKENBERGER, M. J., Petersen, J. B., e Neves, E. G. Village size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil. **Latin American Antiquity**, v.10, n. 4, pp. 353-376, 1999. Doi: 10.2307/972305.
- HECKENBERGER, M. The lost cities of the Amazon: the Amazon tropical forest is not as wild as it looks. **Scientific American**, n. 10, pp. 64-71, 2009.
- HEIDEN, Gustavo; BARBIERI, Rosalía; STUMPF, Elisabeth R. T. Considerações sobre o uso de Plantas ornamentais nativas. In: **Revista Brasileira de Horticultura Ornamental da Sociedade Brasileira de Floricultura e Plantas Ornamentais**, v. 12. N. 1. 2006. p. 2-7.
- IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. São Paulo: CEBRAP, 1978.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KRENAK, A. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LUIZÃO, Flávio J.; NOBRE, Carlos A.; MANZI, Antonio O. Projeto LBA: estudando as complexas interações da biosfera com a atmosfera na Amazônia. **Acta Amazônica**, v. 35, n. 2, 1-2, 2005
- MAGALHÃES, M. P. **Arqueologia de Carajás**: a presença pré-histórica do homem na Amazônia. Belém: Companhia Vale do Rio Doce, 1994.



- MANN, C. C. Ancient earthmovers of the Amazon. **Science**, v. 32, n. 5893, pp. 1148-1152, 2008.
- MELO, A. C. C. **O invisível em movimento**: Um estudo sobre o urbano e suas possibilidades no sudeste paraense. [Tese de doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Economia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2020.
- MIRANDA, T. B. **A Ilusão da Igualdade**: Natureza, justiça ambiental e racismo em Belém. Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. [Dissertação de mestrado]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2020.
- MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto. (org.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 55-69.
- MORAES, Bergson Cavalcanti; SODRÉ, Giordani Rafael Conceição; CARDOSO, Ana Claudia Duarte; SILVA JÚNIOR, Antônio Rodrigues da. Crescimento urbano e suas implicações para o tempo e clima da região metropolitana de Belém do Pará. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 15, n. 4, p. 2045-2060, 2022.
- MORAES, C. P. Aldeias circulares na Amazônia Central: um contraste entre fase paredão e fase guarita. IN: Pereira E., e Guapindaia V. (Orgs.), **Arqueologia Amazônica 2**. Belém: Mpge; Iphan; Secult, pp. 581-604, 2010.
- MORAES, C. P.; NEVES, E. G. O ano 1000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. **Amazônica**, v. 1, n. 4, pp. 122-148, 2012.
- NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- NEVES, E. **Sob os Tempos do Equinócio**, oito mil anos de história na Amazônia Central. São Paulo: EdUsp, 2022.
- NUNES NETO, J. E. **Centralidade urbana e feiras livres**: O papel das feiras na produção do espaço urbano e regional na Amazônia, o caso de Marabá. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia. [Dissertação de Mestrado] Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2021.
- OLIVEIRA, K. D. **Entre a várzea e a terra firme**: estudo de espaços de assentamentos tradicionais urbanos rurais na região do Baixo Tocantins.

- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. [Dissertação de mestrado]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2020.
- OLIVEIRA, K. D. **Os espaços não compreendidos na Amazônia**: Estudo das espacialidades ribeirinhas e quilombolas na região insular de Abaetetuba - PA. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. [Qualificação de doutorado]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2023.
- OLIVEIRA, K.; LIMA, A.; CARDOSO, A. C.; CASTRO, L. O modelo de cidade moderna: Análise da forma dos planos da Nova Marabá/PA. **Paisagens Híbridas**, 2023.
- PERIPATO, V.; *et al.* More than 10,000 pre-Columbian earthworks are still hidden throughout Amazonia. **Science**, v. 382, n. 6666, p. 103–109, 6 out. 2023.
- PINHEIRO, L.; CARDOSO, A. C. A comunidade flutuante Lago Catalão-Iranduba AM: um tecido urbano sobre as águas. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 7, n. 2, p. 1–15, 2019.
- PRÜMERS, H.; BETANCOURT, C. J.; IRIARTE, J.; ROBINSON, M.; SCHAICH, M. Lidar reveals pre-Hispanic low-density urbanism in the Bolivian Amazon. **Nature**, v. 606, n. 7913, p. 325–328, 25 maio 2022.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**: sob o regime da escravidão. 2ª Ed. Brasília/Belém: Ministério da Cultura/Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988 (1ª Ed. em 1971, publicada pelas Editoras da UFPA e da FGV, e 3ª Ed. em 2005, publicada pelo IAP).
- SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.
- SANTOS, Y. L. F.; YANAI, A. M.; RAMOS, C. J. P.; GRAÇA, P. M. L. A.; VEIGA, J. A. P.; CORREIA, F. W. S.; FEARNSIDE, P. M. Amazon deforestation and urban expansion: Simulating future growth in the Manaus Metropolitan Region, Brazil. **Journal of Environmental Management**, v. 304, n. December 2021, p. 114279, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2021.114279>>.
- SAUNIER, C. **Espaços construídos dos quilombos no Pará**, do Colonial à Pós-abolição (século XIX ao XXI). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. [Tese de doutorado]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2024.

- SECCHI, Bernardo. **Il Raconto Urbanístico** (La política della casa e del territorio in Italia). Torino: Einaudi, 1984.
- SOJA, Edward. **Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions**. Oxford: Basil Blackwell, 2000.
- SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, guinada ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo, Elefante, 2019.
- TAVARES, H. M. Planejamento e Território, ensaios sobre a desigualdade. In: Acselrad, H. (org.) **Cadernos do IPPUR**. Ano 1, n. 1, 1986, p. 229-247.
- TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. da T. Das “Cidades na Floresta” às “Cidades da Floresta”: Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira (Paper 321). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 10 nov. 2013.
- VELHO, O. G. A frente agrícola. In: **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 87-138.

### Ana Claudia Cardoso

Arquiteta Urbanista (Universidade Federal do Pará, 1990), Mestre em Planejamento Urbano (Universidade de Brasília, 1994), Doutora em Arquitetura (Oxford Brookes University/UK, 2002). Professora Titular da Universidade Federal do Pará. Bolsista PQ do CNPQ, membro do Comitê Assessor da área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia do CNPQ. Coordenadora do Eixo Cidades, Vilas e Territórios do Centro Integrado de Sociobiodiversidade da UFPA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza - Urbana. Coordenadora do Observatório Amazoniidades. ORCID ID: 0000-0002-1866-453X, e-mail: aclaudiacardoso@gmail.com.

### Taynara Gomes

Arquiteta Urbanista (Universidade Federal do Pará, 2014), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal do Pará, 2017), doutora

em Arquitetura e Urbanismo (2024). Presidente do Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Pará. Professora do Centro Universitário do Pará.

### **Bárbara Baleixe**

Bacharel em Direito (Centro Universitário do Estado do Pará, 2015), Mestre em Antropologia (Universidade Federal do Pará, 20), doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPA). Membro dos grupos de pesquisa “Cidade, Aldeia Patrimônio”, “Urbana: Urbanização e Natureza na Amazônia” e “Ambiências em Arquitetura e Urbanismo”.

### **Catarine Saunier**

Arquiteta Urbanista (Universidade Federal do Pará, 2009), Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, 2011); doutora em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal do Pará, 2023). Membro dos Grupos de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia - Urbana, e Grupo de Estudos e Pesquisas da escravidão e abolicionismo da Amazônia (Gepeam).

### **Giselle Pinho**

Arquiteta Urbanista (Universidade da Amazônia, 2011), Especialista em Engenharia Civil Planejamento e Controle de Obras (Universidade da Amazônia, 2013); Mestre em Uso de Recursos Naturais em Regiões Tropicais (Instituto Tecnológico Vale, 2015); Doutora pelo Curso de Pós-graduação em Arquitetura Tecnologia e Cidade (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2019). Membro do Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia.

### **Kamila Oliveira**

Arquiteta Urbanista (Universidade Federal do Pará, 2018). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal do Pará, 2020). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Menção Honrosa do Prêmio de Dissertações de Mestrado da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional em 2021. Membro do Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia.

### **Thales Miranda**

Arquiteto e Urbanista (UFPA, 2018). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA, 2020). Recebeu da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) o XII Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional de Dissertações de Mestrado (2021). Doutorando do PPGAU/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza - Urbana.

### **Adriana Alves**

Arquiteta Urbanista (Faculdade Ideal Wyden, 2019), mestranda em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal do Pará). Membro do Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia - Urbana.

### **Cristina Cardoso**

Bacharel em Matemática (Universidade do Estado do Pará, 2015), Arquiteta Urbanista (Universidade Federal do Pará, 2022), mestranda do Programa de pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal do Pará). Membro do Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia - Urbana.



## Capítulo 2

# Cidades, Sociedade Urbana e Diversidade Sociocultural na Amazônia Brasileira



*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior*

### Introdução

Há algum tempo, temos colocado a necessidade de refletir sobre a diversidade urbana amazônica como pressuposto de compreensão de suas cidades e condição para se pensar políticas urbanas mais atentas às particularidades regionais. Nesse intento, viemos sistematizando elementos que problematizam aquilo que estamos chamando de urbanodiversidade, para nos referirmos à pluralidade de formas e conteúdos socioespaciais urbanos presentes na região.

A mesma discussão é aqui retomada, desta feita, colocando-se o acento na diversidade sociocultural e, ao mesmo tempo, mobilizando duas contribuições teóricas centrais. A primeira, a de sociedade urbana, proposta por Lefebvre (1970), que concebe a difusão generalizada da vida urbana moderna no espaço como algo real e como uma tendência em potencial da sociedade contemporânea. A segunda, a de floresta urbanizada, metáfora relacionada à Amazônia e proposta por Becker (1995), no sentido de mostrar a importância das cidades e do modo de vida urbano no processo de ocupação mais recente desse espaço regional.

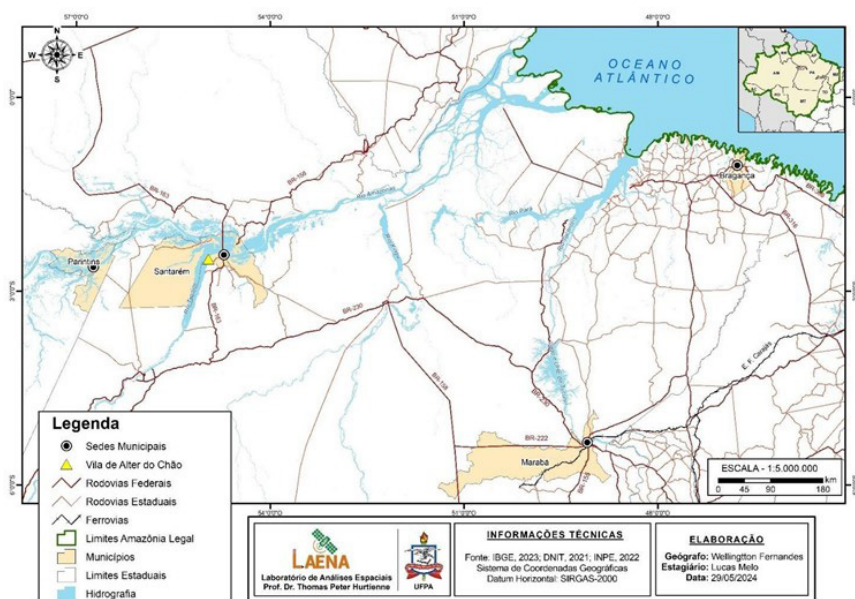
É nessa perspectiva que se tem em vista estabelecer aqui reflexões sobre o processo de urbanização amazônico e suas repercussões em distintas



sub-regiões, as quais apresentam particularidades socioespaciais quanto ao ordenamento territorial e à presença de frentes capitalistas que se apropriam do espaço regional. Empiricamente, toma-se como referência quatro cidades de nível intermediário na rede urbana da região (Mapa 1), a saber: Parintins, no estado do Amazonas; e Santarém, Bragança e Marabá, no estado do Pará.

A escolha dessas cidades se deu em razão: a) da importância e das centralidades que possuem em suas sub-regiões, b) do conhecimento empírico obtido a partir do contato direto com essas realidades, e c) da existência de alguma manifestação cultural tida como representativa de cada uma delas, permitindo-nos analisá-las quanto a maior ou menor difusão de processos, valores e comportamentos urbanos no contexto regional no qual se inserem<sup>2</sup>.

Mapa 1 – Parintins, Santarém, Marabá e Bragança: localização na Amazônia brasileira



- 2 Algumas dessas cidades foram estudadas em investigações específicas do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM), sob nossa liderança. Outras foram objetos de observação direta em



O texto encontra-se estruturado em três partes, além desta introdução e da conclusão. Inicialmente, estabelece-se uma discussão a respeito da difusão da sociedade urbana na Amazônia, considerando sua condição de fronteira econômica e sociocultural. Em seguida, são caracterizadas as quatro cidades e as respectivas sub-regiões onde se situam. Por fim, faz-se uma análise a respeito de uma manifestação cultural tida como expressiva de cada uma delas, levando em conta a maior ou menor difusão da sociedade urbana na realidade local e o perfil assumido por cada uma delas em face da caracterização das sub-regiões às quais pertencem.

## **1 Amazônia: sociedade urbana em fronteira de expansão capitalista**

Ainda que bastante conhecida na teoria urbana crítica contemporânea, a noção de sociedade urbana (Lefebvre, 1970) tem sugerido divisão entre os intelectuais que estudam a atual fase de urbanização da humanidade. Ao se falar de Amazônia, região onde grande parte da natureza se encontra pouco transformada, aquela proposição se apresenta ainda mais longe de ser consensual, tal o questionamento que se faz quanto à ideia de que o processo de urbanização do planeta tende a ser irreversível, haja vista a presença de outras expressões de existência humana que não têm como referências necessárias os conteúdos urbanos da vida moderna, sugerindo-se, assim, ser essa uma forma urbanocêntrica de interpretação do mundo.

Antes de avançar a respeito dessa discussão para o caso amazônico, cumpre tecer algumas considerações a respeito da proposição lefebvriana. Para o autor (Lefebvre, 1970, 1991a), no atual período histórico, é preciso estabelecer a diferenciação entre as noções de cidade e de urbano. Se a primeira nos ajuda a entender a forma socioespacial ou, em seus termos, a

---

trabalhos de campo por nós realizados e tiveram suas realidades analisadas por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Além dessas fontes, a presente contribuição apoia-se em diálogos com pesquisadores que se ocuparam com o entendimento dessas cidades em uma perspectiva socioespacial.

---

morfologia espacial/material, a segunda nos remete muito mais à morfologia social (Lefebvre, 1991a), ou seja, às relações e aos conteúdos da sociedade em um dado contexto histórico. É nesse último sentido que se expressa a noção de sociedade urbana, como manifestação de uma dada morfologia social; não se confundindo, portanto, com o conceito de cidade, ainda que, em determinadas situações, ambas possam estar estritamente relacionadas.

A sociedade urbana, enquanto parte dessa morfologia social, manifesta-se como modo de vida específico e historicamente definido, fruto da modernidade do presente e projetada a partir do perfil de cidade surgido com o modelo industrial de reprodução econômico-social, incluindo seus ritmos cotidianos de vida, seus valores e seus comportamentos, e que hoje recrudesce, atrelado ao modo de produção capitalista em sua fase mais recente. Portanto, em vez de uma forma espacial da qual é originária, trata-se de um conteúdo socioespacial concebido na cidade moderna, mas que se projeta para além de sua malha construída. Nesse sentido, difunde-se para outros lugares, inclusive aqueles tidos como agrários. Isso ocorre pela ampliação de um tecido urbano que se espraia e que coloniza diferentes espaços.

Nos estudos sobre a região amazônica, um entendimento não tão distante da premissa proposta por Lefebvre para a realidade mais geral foi apresentado pela geógrafa brasileira Bertha Becker, que, em contribuições sobre a região em comento, faz referência àquele filósofo francês. Becker (1990a, 2004) buscou interpretar a Amazônia com base na ideia de fronteira econômica, num primeiro momento, e tecnoecológica, em momento posterior, referindo-se a um movimento pioneiro de ocupação capitalista do território comandado por diferentes frentes de expansão. Por meio delas, são constatados avanços, em manchas, de processos de reprodução capitalista em suas versões mais atuais, responsáveis pelas diferenciações internas desse espaço regional e que expressam manifestações particularizadas da urbanização.

Conforme buscamos mostrar em trabalho anterior que discute a contribuição dessa autora a respeito do espaço amazônico (Trindade Jr., 2013), suas reflexões, de modo geral, tendem a enfatizar duas dimensões da realidade regional: a econômica e a geopolítica. Nesse contexto interpretativo, em que a Amazônia assume a condição de fronteira de expansão do capital, sua configuração socioterritorial é compreendida com base em processos que

articulam diferentes formas de poder e de controle político do território por parte de agentes que aí se encontram e se desencontram, com especial ênfase ao papel do Estado (Becker, 1990a, 2004).

Segundo a interpretação inicial que marca sua contribuição nas décadas de 1970, 1980 e 1990, a fronteira não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. Ela é, antes, espaço social e político, não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas (Becker, 1990a). A essa compreensão, inclui-se, como uma das estratégias de sua ocupação, a expansão de cidades e do modo de vida urbano, fenômeno esse por ela denominado de fronteira urbana (Becker, 1990a, 1990b), que se soma a outras frentes de expansão, como a madeireira, a agrícola, a industrial, a mineral e a energética.

Mais recentemente, buscou-se reconhecer uma outra vertente de desenvolvimento para o espaço regional, de forma a superar a ideia de Amazônia como simples fronteira de recursos; daí a noção de fronteira tecnoecológica, proposta pela mesma autora, para pensar a região. Nesse caso, incorpora-se também a ela uma malha socioambiental, caracterizada, entre outras, pela presença de Unidades de Conservação (UCs), de Terras Indígenas (TIs) e de Reservas Extrativistas (RESEXs), concebidas como partes de uma política ambiental, com instrumentos que sugerem maior controle na exploração dos recursos, mas que, como no período anterior, tem nas cidades referências importantes de ordenamento territorial (Becker, 2004).

No seu entendimento, a fronteira urbana (Becker, 1990a) acaba por configurar a floresta urbanizada (Becker, 1995), um fenômeno associado à expansão da fronteira, que nasce urbana, seja pela presença estratégica das cidades, seja pela difusão do modo de vida urbano. Nela, não há um padrão único de organização espacial, por isso a urbanização se manifesta polimorfa e desarticulada, com diferentes formas de interação socioespacial e formações microsociais híbridas, conforme sugerem Browder e Godfrey (1997), apoiados na mesma autora.

Embora polêmica, a tese da floresta urbanizada parece não se distanciar muito do que foi proposto por Lefebvre ao visualizar tendências de expansão e de reprodução capitalista e o peso da vida urbana nesse processo. Mesmo

---

com fundamentos teóricos distintos, ambos estabelecem entendimentos próximos sobre a importância da vida urbana como parte da expansão capitalista, mesmo em realidades bem diferenciadas. Não se fala, absolutamente, no caso amazônico, de domínio da cidade na paisagem, conforme alertou Oliveira (2000), mas de tendência de surgimento e crescimento de cidades e, sobretudo, de expansão da vida urbana, que não se circunscreve ao interior das metrópoles regionais, mas que alcança o campo, as vilas e as cidades de vários níveis, redefinindo relações e formas de reprodução econômico-social.

Cabe aqui ressaltar, todavia, que esse processo não é homogêneo quando se visualiza o conjunto regional. Há diferenciações que pressupõem maiores ou menores assimilações e resistências e que precisam ser identificadas e compreendidas, sob pena de padronizarmos tal processo sem o cuidado de compreender particularidades sub-regionais. Nessa preocupação, cabe referenciar Martins, que acrescenta a dimensão sociocultural ao entendimento do tempo social da fronteira, tida como “o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si”, ainda que o conflito faça “com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, o lugar de descoberta do outro e do desencontro” (Martins, 1996, p. 27).

## **2 Cidades e diferenciações sub-regionais do espaço amazônico**

No sentido de investir na compreensão dos processos anteriormente apresentados e de relativizarmos uma possível padronização dos elementos que definem a sociedade urbana em um espaço regional como a Amazônia, selecionamos quatro cidades de nível intermediário situadas em sub-regiões amazônicas bem diferentes. Tais sub-regiões se encontram mais ou menos inseridas nos processos de transformação regional. Algumas são mais impactadas pelas frentes de expansão capitalista que se manifestaram desde a segunda metade do século 20, outras são mais resistentes a esses mesmos processos. A ideia é reconhecer a diversidade com que se expressa na Amazônia a sociedade urbana, de que falava Lefebvre (1970), e a caracterização não homogênea da fronteira urbana, de que tratou Becker (1990a, 2004).

A primeira sub-região considerada é ainda um espaço acentuadamente marcado pela circulação fluvial. Localizada na parte leste do estado do Amazonas, em porção reconhecida como região de Parintins, tem como principal núcleo urbano a sede do município de Parintins, com população estimada em torno de 65 mil habitantes, haja vista que dados oficiais anteriores registraram que cerca de 68% da população total, que hoje soma 93.372 habitantes (IBGE, 2024a), nela se concentra. Por ser um município limítrofe com o Pará, recebe migrantes desse estado, conforme mostram Schor, Oliveira e Bartoli (2022); ao mesmo tempo que serve de intermediação entre Santarém, a segunda maior cidade do interior paraense, e Manaus, a capital do Amazonas, distanciando-se desta cerca de 370 km e 225 km daquela.

Caracterizada por exercer uma certa centralidade em relação aos municípios vizinhos, Parintins se destaca pela importância na oferta de alguns serviços públicos e privados que atendem não apenas a populações amazônicas locais e próximas, como também às do oeste do Pará (dos municípios de Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná e, até mesmo, Santarém), como mostram Schor, Oliveira e Bartoli (2022).

Não obstante, a influência exercida por Manaus no plano da difusão da sociedade urbana trata-se de uma realidade, segundo Schor e Bartoli (2022), ainda muito articulada à vida da floresta e das águas, conforme se constata quanto à produção rural, notadamente vinculada à terra, aos rios e à mata. Embora existam produções associadas à pecuária extensiva de grandes fazendeiros e às fibras vegetais voltadas para a exportação, constata-se aqueles autores a pouca presença de empresas comerciais ligadas ao agronegócio. Da mesma maneira, os recursos econômicos locais advêm tanto do extrativismo vegetal e animal, quanto daquele tipo de agricultura de várzea e também da pecuária, intensamente dependentes dos ciclos hidrológicos.

O destaque principal da economia local é o comércio e os serviços, uma vez que o setor industrial, salvo a existência de unidades como olarias e movelarias com uso de baixa tecnologia, não tem a mesma importância que aquelas outras atividades. Isso ocorre mesmo após ter sido legalmente destinada uma área da cidade para a implantação de um parque industrial (Oliveira; Schor; Bartoli, 2022). Quanto ao setor terciário, ele chama a atenção por seu relativo dinamismo apresentado ultimamente, dada a implanta-

---

ção de instituições de ensino superior na cidade e ao Festival Folclórico de Parintins, no final de junho e início de julho, que atrai turistas e visitantes de várias localidades, fazendo dele importante marca da cidade.

A inexistência de rodovias de integração e o pouco incentivo do Estado à atração de empresas modernas, concentradas em Manaus, faz da sub-região de Parintins uma área pouco impactada por frentes econômicas e por processos de transformação pelos quais passou a Amazônia desde a segunda metade do século 20. Daí se constituir uma cidade de perfil tradicional, nos termos sugeridos por Becker (1990b), facilmente reconhecido nas formas de circulação intrarregional e nas práticas econômicas e culturais locais.

O mesmo se observa quanto à sua composição demográfica, com a presença de populações de origem regional e que se expressam nos conteúdos urbanos existentes na cidade, caracterizados por elementos do circuito inferior e intermediário da economia urbana<sup>3</sup>. Ainda assim, é possível constatar nexos de difusão da sociedade urbana, especialmente no que diz respeito à influência cultural no seu Festival Folclórico e à presença de turistas originados de vários lugares do país e do mundo, sendo, em razão do mesmo e de seu potencial de atratividade, incluída no roteiro de navios transatlânticos que chegam à região.

Por outro lado, apesar do dinamismo e da projeção proporcionados por esse grande evento, é visível na paisagem urbana a carência de infraestrutura e os graves problemas de moradia, que, espacializando-se de forma mais ou menos generalizada, não definem um processo de segregação socioespacial tão perceptível como em outras cidades amazônicas, mesmo que, em um ou outro setor, possa se constatar alguma forma de seletividade espacial, como a presença de mansões à beira-rio, pertencentes a uma espécie de elite local, mas também funcionando como segunda residência de pessoas

---

3 Para Santos (1979, 1994), o circuito inferior corresponde às formas de reprodução social das populações mais pobres; o superior relaciona-se às modernizações tecnológicas e organizacionais e aos esquemas corporativos de reprodução econômica ampliada; e o intermediário, ou superior marginal, aproxima-se em parte do superior, na busca de adequação a parâmetros modernos, mas tem muito do perfil do circuito inferior, dado o seu caráter subordinado e a sua vinculação às demandas mais locais e/ou regionais.

originárias de Manaus, que as ocupam principalmente na época do Festival, ficando vazias grande parte do ano (Schor; Oliveira; Bartoli, 2022).

Santarém, a segunda cidade considerada nessa análise, situa-se na sub-região do Baixo Amazonas, no estado do Pará. A população municipal foi registrada em 331.942 habitantes no último recenseamento (IBGE, 2024b), estimando-se uma população acima de 250 mil habitantes residentes em sua sede, pois cerca de 80% da população do município nela se concentra, conforme registros de dados oficiais anteriores. Santarém é não somente a principal cidade de sua sub-região, como também uma das mais importantes de todo o espaço paraense e da Amazônia brasileira, conforme já a caracterizamos em outro momento (Trindade Jr., 2023).

Nessa mesma caracterização, mostramos que sua sub-região corresponde a uma Amazônia mais híbrida se comparada a outras como a de Parintins. Seu ordenamento territorial se define ainda pela relevância dos rios, como o Amazonas e o Tapajós, mas também se dinamiza por importantes rodovias, como a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica. Por estar relativamente distante das principais metrópoles regionais (Belém e Manaus), tem também na interligação aérea uma de suas importantes formas de articulação regional e nacional.

Ainda enquanto parte dessa caracterização, merece atenção a sua composição demográfica, na qual se constata tanto a presença de uma população de origem local, como também aquela fruto de migrações mais recentes, como a decorrente da expansão da soja na Amazônia; e do passado, como a população do Nordeste brasileiro que se dirigiu para a região em momentos diferentes, a exemplo da que migrou no período áureo da borracha e, em um segundo momento, quando se procurou reestabelecer a produção gomífera na região, antes mesmo dos processos de integração regional pós-1960.

Afora isso, são numerosos e diversos os migrantes de várias regiões do país que chegaram ao Baixo Amazonas em momentos diferentes, mas especialmente com a abertura das rodovias, na segunda metade do século 20. Trata-se, por isso, de sub-região caracterizada pela superposição de eventos e processos diversos, mas que, ainda assim, mantém, em grande medida, feições ribeirinhas e de ligação com a vida da floresta.

---

Tal qual o perfil populacional, a economia possui o mesmo hibridismo. Abarca uma economia mais tradicional, ligada aos povos e tradições da floresta, mas é também demarcada por frentes econômicas diversas, inclusive as mais modernas, culminando hoje com a expansão da produção e circulação de grãos, assim como com a importância logística da cidade no processo de exportação de produtos do agronegócio para grandes mercados (Trindade, 2015).

Tal complexidade se manifesta em sua configuração urbana, que apresenta uma diversidade interna relacionada a diferentes padrões de ordenamento espacial, mas, ainda, com densos traços ribeirinhos (Costa, 2014), alguns deles, inclusive, com apelos turísticos de alcance global, conforme se vê em Alter do Chão (Mapa 1), uma tradicional vila ribeirinha a cerca de 40 km da cidade e que vem se transformando para receber uma grande demanda turística, inclusive aquela que chega à região por meio de navios transatlânticos.

Apesar dos novos objetos espaciais que se destacam na paisagem urbana, como o porto graneleiro da empresa Cargill, às margens do Rio Tapajós, trata-se de um espaço urbano que contém rugosidades – elementos significativos do passado existentes na paisagem atual (Santos, 1986) –, por ser uma das cidades pioneiras no processo de ocupação da região. Sua complexidade urbana reflete-se tanto no tempo mais lento das populações ribeirinhas quanto nos mais velozes, ligados às necessidades de circulação do capital e à difusão da sociedade urbana que, cada vez mais, fazem-se presentes na cidade e no restante do espaço sub-regional.

Exemplo disso é também a convivência e a justaposição dos três circuitos da economia, de fácil percepção no espaço urbano e já demonstradas em vários estudos, como em Trindade Jr., Trindade e Oliveira (2014), Costa (2014), Trindade (2015) e Oliveira (2017). As diferentes classes sociais são perceptíveis na própria paisagem da cidade, que revela também um maior processo de segregação socioespacial.

Bem diferente das cidades anteriormente mencionadas é Marabá, localizada no sudeste paraense. Trata-se de uma cidade com população estimada em torno de 215 mil habitantes, uma vez que o censo demográfico de 2022 registou a população municipal em 266.533 pessoas (IBGE, 2024c); destes,



cerca de 80% da população do município nela se concentra, com base em registros de dados oficiais anteriores. Assim, Marabá apresenta-se como foco de grandes investimentos, sendo a principal referência econômico-política do sudeste paraense, onde se assenta uma base produtiva apoiada na agropecuária, na indústria minerometalúrgica e no extrativismo vegetal e mineral, conforme buscamos caracterizá-la anteriormente (Trindade Jr. *et al.*, 2016).

Nessa caracterização, o sudeste paraense, mesmo com a presença de grandes rios, a exemplo do Tocantins e do Itacaiúnas, tende a ser referenciada como parte da Amazônia das rodovias, a exemplo da Transamazônica e da PA-150, e dos grandes projetos, especialmente pela presença dos empreendimentos da Vale S.A., especializada na exportação de minérios, como o ferro extraído da Serra de Carajás, pertencente a essa sub-região do Pará.

Elementos de destaque desse perfil socioespacial, as rodovias, mesmo sendo hoje as mais importantes vias de ligação da cidade com a sua sub-região e com outras porções da Amazônia e do Brasil, dividem ainda seus fluxos de transporte com outros modais de circulação. Além dos rios, tem-se a Ferrovia de Carajás e as conexões aéreas como importantes formas de articulação regional. De todo modo, foi principalmente pelas estradas que chegaram muitos migrantes de todos os cantos do país, responsáveis pelo crescimento da cidade e por sua configuração atual, com destaque para a particularidade de seus núcleos principais, que constituem várias cidades em uma só (a Velha Marabá, a Nova Marabá e a Cidade Nova), e outros dois menores (São Félix e Morada Nova).

A estrutura urbana revela alta complexidade, tendência de domínio do tempo rápido em detrimento do tempo lento e de convivência dos diversos circuitos da economia, mas com visível presença do inferior, que manifesta formas alternativas de sobrevivência de populações mais carentes e excluídas dos benefícios da economia moderna presente na cidade (Trindade Jr., 2023). Nela se refletem a expansão da sociedade urbana, mesmo que precária, e a cultura da estrada, que coloca em segundo plano os valores e as tradições ribeirinhas e da floresta (Nunes, 2015). Caracterizada pela pobreza generalizada, é possível reconhecer, mesmo assim, a presença de setores seletivos no interior da cidade, revelando-nos graus diferenciados

---

de segregação socioespacial em cada um de seus núcleos que caracterizam sua complexa malha urbana.

Por fim, tem-se a quarta realidade selecionada, a cidade de Bragança, na região Bragantina, nordeste paraense, cuja população atual é estimada em torno de 75 mil habitantes, os quais correspondem, aproximadamente, a 60% da população do município, hoje com 123.082 pessoas (IBGE, 2024d), conforme se deduz com base em dados oficiais anteriores. A sub-região Bragantina é uma das mais antigas da Amazônia do ponto de vista da colonização europeia. Datada do século 17, é uma porção da região pouco dinamizada pelos grandes rios no decorrer de seu processo histórico. Seus vínculos com o litoral, com a Estrada de Ferro de Bragança, hoje desativada, e com as rodovias, são bem mais fortes (Trindade Jr., 2023).

Conforme já tivemos a oportunidade de mostrar (Trindade Jr., 2023), um fator importante na produção desse espaço sub-regional foi a colonização agrária por migrantes, especialmente do Nordeste do Brasil, assentados ao longo da extinta ferrovia. Interligando Bragança a Belém, essa linha ferroviária foi concebida no auge da economia gomífera da Amazônia, definindo fluxos e o ordenamento territorial dessa sub-região desde o início do século 20 até o final dos anos 1960, quando então foi substituída pelas rodovias. Ainda assim, conservou parte de seu ordenamento territorial antigo, reconhecido por Miranda (2009) como o padrão “ferrovia-terra firme-colônia”.

A história particular da Bragantina define um perfil populacional que é um híbrido de valores e tradições de populações locais e de migrantes que não são tão recentes, posto que se trata de populações que colonizaram o entorno da ferrovia desde a época do período áureo da borracha, e que hoje se caracteriza por um perfil de produção econômica tradicional, mas com modernização pontual de algumas atividades que se voltam para mercados mais dinâmicos, seja da Grande Belém, seja para fora dela (Miranda, 2009).

Ainda que as rodovias deem novo dinamismo à sub-região, no caso de Bragança, trata-se ainda de uma urbanização com densos traços da vida local do passado e ainda de relativa presença do tempo lento, onde é visível o domínio de um circuito inferior da economia urbana, com algumas manifestações do circuito intermediário e poucos nexos de difusão da so-

cidade urbana, que se expressa apenas esparsamente na paisagem urbana (Trindade Jr., 2023).

No geral, entretanto, trata-se de um perfil populacional de fortes raízes sub-regionais, com preservação de costumes e valores culturais e com pouca diferenciação interna do ponto de vista do padrão de vida na estrutura intraurbana. Mesmo que seja perceptível a segregação socioespacial, esta não sugere grandes contrastes sociais entre classes de baixas e altas rendas, uma vez que o padrão de habitação e infraestrutura presente na paisagem urbana revela o domínio das classes populares de baixas e médias rendas (Trindade Jr., 2023).

Essas quatro realidades ajudam-nos a problematizar a diversidade territorial e urbana da Amazônia, da mesma forma que nos permitem visualizar diferentes repercussões da sociedade urbana em sub-regiões particularizadas dentro do conjunto regional. Buscando compreender melhor essas repercussões, analisaremos em cada uma delas um exemplo de manifestação cultural que as caracterizam, de forma a entender processos de mudanças e permanências em face do desenvolvimento geográfico desigual e diferenciado do espaço amazônico, que se expressa a partir da difusão de comportamentos e valores relacionados à dimensão cultural que se projeta desde realidades de forte referência urbana.

### **3 Expressões culturais e difusão da sociedade urbana no espaço amazônico**

Para a primeira cidade estudada, a manifestação cultural eleita foi o Festival Folclórico de Parintins. Bartoli e Oliveira (2022) consideram que a expansão da cidade nas últimas décadas é resultado do crescimento populacional e da consequente atividade urbana que se expressa por meio de comércio e serviços privados, setor público, mas, igualmente, resulta de toda uma estrutura que favorece a realização do referido Festival:

é muito significativo que os galpões onde funcionavam a Fabril Juta e a Cooperativa de Juta tenham sido ocupados pelos Currais do Boi Garantido e do

Caprichoso, respectivamente. Estas atividades vinculadas ao Festival se transformaram num dos principais meios de circulação de recursos na cidade, especialmente a partir dos anos 80, com a construção do Bumbódromo (Bartoli; Oliveira, 2022, p. 226).

Os currais mencionados, e que remetem à temática dos bois, funcionam como sedes das duas agremiações que protagonizam o Festival, a saber: Boi Garantido e Boi Caprichoso. O Bumbódromo referido, derivado de boi-bumbá<sup>4</sup>, é uma espécie de arena onde acontecem apresentações no período do evento. Como manifestação cultural na região, o boi nem sempre apresentou o mesmo perfil que hoje se vê em Parintins. Ela foi trazida do Nordeste por migrantes que chegaram à região há mais de cem anos, no período áureo da borracha, e, gradativamente, ganharam aspectos regionais, como elementos indígenas, resultando em uma grande manifestação de ritmos, cores etc. que levam à disputa de caráter estético no Bumbódromo, com seus brasões, bandeiras e temas originais, oriundos da criação de artistas locais e da tradição e paixão dos moradores pelos bois (Kozel; Souza, 2009). Sobre a origem do Festival,

contam que pessoas brincavam, representando personagens ou figuras, eram os bois-bumbás que saíam pelas ruas festejando e vendendo nas casas a língua

---

4 Conhecido como Bumba Meu Boi em estados nordestinos, como o Maranhão, ou Boi-Bumbá, em estados amazônicos, como o Pará e o Amazonas, trata-se de manifestação da cultura popular brasileira de natureza cênica e que inclui música, dança e representação de personagens diversos (boi, vaqueiro, pai Francisco, mãe Catirina, músicos etc.) e narrativa sobre um casal de escravos, cuja mulher, grávida, desperta o desejo de comer língua de boi, levando seu esposo a matar um dos bois preferidos de seu senhor; este que, inconformado, recorre a curandeiros e pajés para ressuscitá-lo. O desfecho da história resulta em festa e perdão do responsável pela morte do boi. Em Parintins – cuja manifestação cultural tem como personagens centrais o boi, a cunhã-poranga, o amo do boi e outros –, essa expressão da cultura popular ganha caráter de competição entre dois bois, batizados de Garantido e Caprichoso, assumindo a natureza de espetáculo, no qual a agremiação com melhor performance em quesitos pré-definidos vence a competição, em disputa que lembra muito o certame de escolas de samba cariocas e paulistanas.

do boi. Em troca da encenação da morte do boi, o dono da casa compraria a língua do animal, dando dinheiro aos brincantes. A brincadeira era acompanhada por batidas de tambor e cantos de toadas. Quando os brincantes ganhavam o espaço público, os bois acabavam se defrontando, muitas vezes, com brigas violentas. O festival foi criado em junho de 1966 para evitar esse confronto. Assim, passou a ser competitivo nas apresentações, de modo que acabou por conquistar a simpatia popular. O título era dado ao que melhor conseguisse fazer a apresentação.

Mais tarde, a demanda organizacional do evento atingiu níveis que exigiam critérios de julgamento e local apropriados. Em 1988, com recursos do governo do estado do Amazonas, foi construído o Centro Cultural e esportivo Amazonino Mendes – Bumbódromo. Ele tem a capacidade para receber 35 mil espectadores, mas, mesmo quem não consegue um lugar na arquibancada, ainda pode recorrer aos telões que são colocados na parte de fora. A arquitetura do Bumbódromo possui detalhes na parte exterior que lembram o formato de um boi; o lugar, literalmente, divide a cidade ao meio, demarcando o limite dos Currais de Garantido e Caprichoso (Freitas Gil; Gil Filho, 2009, p. 159).

A importância desse evento, que perdura, na verdade, durante o ano inteiro na atmosfera da cidade, revela-se desde seus bastidores, a começar pela estrutura que se monta nos currais<sup>5</sup>, onde acontece a preparação das duas agremiações para a apresentação no evento. Neste, reconhece-se a reconfiguração de toda uma cultura amazônica associada à vida ribeirinha que ganha repercussão na forma de festa/festejo (Claval, 2009), mas que, cada vez mais, assume o formato de festival, conforme passou a ser nomeado o evento<sup>6</sup>.

---

5 O percurso pelos departamentos e setores de confecção e de preparação das fantasias/alegorias das agremiações, que também se tornou uma forma de atratividade turística, faz lembrar, de um lado, as visitas a linhas de montagem de grandes indústrias, e, de outro, os barracões de grandes escolas de samba (Trindade Jr., 2021).

6 Conforme Bartoli e Oliveira (2022), ao ganhar projeção nacional, o Festival passou a se inserir em um circuito nacional de festas populares, incorporando-se ao mercado com grande apoio de patrocinadores e de transmissão em rede nacional de televisão; fato este

---

Não há dúvida que o Festival tenha se convertido em mercadoria. Nesse caso, trata-se de elementos da cultura local metamorfoseados em uma espécie de indústria cultural e voltada, senão unicamente, mas em grande parte, para um público que é de fora. A engrenagem articulada em torno do evento tende a ratificar a difusão da sociedade urbana de grandes cidades brasileiras no interior da Amazônia, alterando-se substancialmente a tradição local, uma vez que as referências, ainda que pautadas em uma cultura popular historicamente definida por meio de seu processo de formação econômica, social e territorial, assume padrões associados a uma forma de reprodução sociocultural com referências metropolitanas.

Conforme já demosmos antes (Trindade Jr., 2021), de tudo o que se remete a essa tradição, meio herdada do passado e meio racionalmente inventada hodiernamente, nada é mais monumental que o próprio Bumbódromo, que, à semelhança dos sambódromos do Rio de Janeiro e de São Paulo, naqueles dias de junho/julho, materializa-se em forma de gente, de fantasias, de músicas, de ritmos e de imagens para o povo local, para a TV e para o mundo, cuja espacialidade se contrapõe flagrantemente à precariedade da vida urbana que se realiza nessa cidade amazônica marcada pela pobreza.

É nesse cenário que o grande equipamento destinado ao Festival se agiganta. Seu tamanho e a estrutura da forma arquitetônica projetada medem com propriedade o conteúdo para o qual foi pensado e desenhado, a ponto mesmo de, dado o seu tamanho e a sua imponência, rivalizar com outros elementos de grande importância para a cidade, como o porto, o hospital, o *campus* da universidade, a Igreja do Carmo e o próprio Rio Amazonas (Trindade Jr., 2021).

Muito se tem falado sobre o modelo de urbanização de Manaus, pautado na Zona Franca e nas indústrias montadoras, que supostamente pouco im-

---

que transformou uma festa popular em um espetáculo, capaz de alçar Parintins a uma escala de projeção nacional e internacional. Isso acontece de tal forma que, hoje, quando se pensa em Parintins, remete-se a duas cores: azul, representativa do Caprichoso, e vermelho, representativa do Garantido. Como pudemos mostrar em outro momento (Trindade Jr., 2021), de tão forte, essa manifestação cultural faz com que marcas famosas, como a Coca-Cola e o Bradesco, adotem, além do vermelho, logotipos com a cor azul.

pactaram a floresta. Se tal modelo tende a preservar, por um lado, o bioma amazônico, os valores urbanos a ele associados, que pouco dialogam com a cultura da floresta, além de promoverem a concentração urbana, do ponto de vista econômico e populacional, por outro, geram outra forma de impacto regional, como o que se vê em Parintins, que assimila um modelo de sociedade urbana que se mostra incapaz de potencializar particularidades regionais.

A urbanização instalada em Manaus e a sociedade urbana nela presente tendem, assim, a se espalhar pela região em seus valores e comportamentos, conforme observamos em Parintins (Trindade Jr., 2021). Nessa cidade da Amazônia ocidental, o Festival, que atende em muito a demandas de turismo, lazer e cultura metropolitanas, mostra uma lógica pouco permeável ao potencial regional, chamando a atenção a forma como se configura hoje o Festival, cujo público principal tem origem na capital amazonense e em outros centros metropolitanos.

Em razão disso, infraestruturas e serviços criados para esse fim pouco se voltam ao atendimento de necessidades locais, uma vez que prioridades são dadas a demandas da sociedade urbana que em Parintins tendem a se territorializar. É o que acontece com a oferta de segunda residência para a população de Manaus que, em razão da espetacularização do Festival, cria espaços seletivos na cidade, como a Orla do Macurany, tida como o setor das mansões e de amenidades, dada a apropriação de elementos simbólico-ambientais que valorizam tais imóveis, diferenciando-os no conjunto da cidade (Bartoli; Oliveira, 2022).

Não muito diferente se dá em outra manifestação cultural que acontece em Santarém, ou mais propriamente em espaço que é uma extensão de seu tecido urbano, a Vila de Alter do Chão, às margens do Rio Tapajós. Com seus aproximados 6 mil habitantes, constitui-se hoje um espaço famoso por suas praias de águas quentes e claras, destino turístico nacional e global, conhecido como “Caribe amazônico”, especialmente quando o jornal britânico *The Guardian* resolveu incluí-lo como um dos lugares mais atrativos do mundo (Phillips, 2009).

Nessa vila, ocorre anualmente a manifestação cultural do Çairé ou Sairé, tradicional festa popular amazônica analisada por Figueira (2014) e também

---

por nós já escrita em outro momento (Trindade Jr., 2021); oportunidade na qual mostramos ser uma festa religioso-profana de aproximadamente 300 anos e cujo ritual inclui ladainhas, danças, procissão e símbolos representativos impregnados de sincretismo religioso e cultural. O principal deles é o próprio Çairé, que dá nome à festa, uma espécie de andor, carregado durante o ritual, que lembra um estandarte feito de madeira ou cipó, com características bem artesanais. Assumindo a estrutura de semicírculo, contém representações em forma de cruz e é todo ornamentado com fitas de cores diversas que recobrem a madeira da qual é confeccionado.

Tal manifestação possui traços indígenas mesclados a elementos religiosos católicos originados da cultura portuguesa. No festejo, ganha destaque a montagem de dois mastros, o que dá início à festa, e que são retirados em forma de ritual do interior da floresta, e, em seguida, enfeitados com frutas da região para homens e mulheres os disputarem separadamente. Segue-se o ritual religioso, com destaque para a procissão, na qual o Çairé é transportado por uma mulher e acompanhado de cantorias e instrumentos de percussão. Também fazem parte do ritual a ladainha, a manifestação em torno dos mastros, além de danças tradicionais pelos moradores da vila. O encerramento se dá com a “varrição da festa”, a derrubada dos mastros, o almoço de confraternização e a festa dos barraqueiros (Trindade Jr., 2021).

Conforme mostramos ao descrever esse evento, desde o final da década de 1990, outro elemento foi introduzido no ritual do Çairé, a disputa dos botos, o Tucuxi e o Cor-de-Rosa, que, à semelhança do Festival de Parintins, buscam o melhor desempenho performático, não em torno da tradição dos bois, mas sim da lenda do boto amazônico, momento em que, da mesma forma que aquela outra manifestação do estado do Amazonas, sai vencedora a agremiação que obtiver melhor pontuação dos jurados.

Durante o período da festa, a disputa dos botos é o que mais parece despertar atenção entre os que visitam a vila. A presença desses visitantes nos demais eventos da festa é praticamente irrisória, sendo, cada vez mais, a festa do Çairé confundida com a competição dos dois botos. De forma a atender a uma demanda externa impregnada de valores da sociedade urbana, a vila se reinventa, voltando-se para o turismo programado, para a performance dos botos e para a publicidade de jornais, sites, revistas etc.



que a projetam globalmente (Trindade Jr., 2021). Apesar disso, a tradição da festa permanece, mas, diferente do festival dos botos – que se massifica e que ganha, à semelhança do Bumbódromo, um Sairódromo para a apresentação das agremiações –, tem pouca visibilidade, limitando-se, cada vez mais, aos antigos moradores locais.

Neste caso, o que se vê é o Baixo Amazonas, caracterizado pela hibridez de seu processo de ocupação e ordenamento territorial, conforme mostrado anteriormente, vivenciar o embate de mudanças e permanências que têm definido esse espaço sub-regional, fruto de sucessivas frentes de expansão que implicaram não apenas transformações econômicas e formas de mobilidade intrarregional, mas também assimilação de novos valores da sociedade urbana no plano cultural, voltada para o mercado e para demandas externas e que nem sempre convivem pacificamente com as tradições socioculturais locais.

Em outro extremo, pode-se situar a cidade de Marabá. Dada a sua condição de espaço de destino migratório de pessoas e culturas de origens distintas e o fato de fazer parte de uma sub-região de intensas transformações, os vínculos locais com o passado se mostram mais rarefeitos. Por essa razão, tende a não apresentar uma manifestação cultural que configure, verdadeiramente, uma identidade coletiva de referência, não obstante a existência de várias manifestações culturais, que se expressam de maneira plural e pontual, mas com pouca repercussão no plano de uma referência identitária sub-regional, a exemplo do que acontece com o Festival de Parintins e com a Festa do Çairé. Provavelmente, algumas das manifestações culturais mais representativas da cidade sejam mesmo as feiras de exposição, que acabam mobilizando a população local em torno de várias atrações.

O estudo de Nunes (2015) buscou mostrar o grau de articulação do poder público e da população local em torno de uma dessas manifestações, a Exposição Agropecuária de Marabá (Expoama), tida como uma das mais expressivas da cidade e do sudeste paraense. Ligada diretamente ao destaque que a agropecuária ganhou no plano local e sub-regional, sua primeira versão, sob a iniciativa do Sindicato Rural de Marabá, ocorreu na década de 1970, sendo uma das primeiras do gênero no Pará, realizada, de 1976 a 1984, no então recém-inaugurado Parque de Exposições Agropecuárias

de Marabá. Foi concebida com o objetivo de reunir os principais grupos econômicos ligados à atividade agropecuária para se confraternizar, trocar experiências e estabelecer alianças e estratégias para esse setor econômico.

Entre 1985 e 1998, o evento deixou de ser realizado, mas, com a apropriação das feiras agropecuárias pela indústria cultural, inspirada notadamente na Festa de Barretos, no estado de São Paulo, e sob a iniciativa agora dos Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá (SPRM), em 1999, a Expoama foi, então, reinaugurada, mantendo o mesmo nome, como uma forma de invocar uma espécie de tradição, dando-se continuidade ao número de sua edição, ainda que em um novo parque de exposições, localizado no Distrito Industrial de Marabá (Nunes, 2015)<sup>7</sup>.

Ainda segundo Nunes (2015), além da Feira propriamente dita, foi acrescentada nesse mesmo ano a I Grande Cavalgada, que consiste em um desfile de cavalos, cavaleiros e amazonas, realizado alguns dias antes da abertura da Feira, e apresentando-se como o ato que marca o início da temporada country e do agronegócio na cidade. Caravanas de Marabá, mas também de municípios próximos, e mesmo de outros estados, participam desse ato, que tem, ao final, um grande churrasco de comemoração do desfile e de confraternização dos grandes produtores rurais da região. Também integram a Expoama shows e eventos outros, tidos como contrapartida social da organização à população local, que também apoia a iniciativa com ajuda financeira e infraestrutural do poder público.

Nunes (2015) acrescenta que a Cavalgada é um desfile principalmente da elite local – homens, mulheres e crianças vestidos ao estilo country,

---

7 No Parque de Exposições de Marabá, conforme descreve Nunes (2015), a Expoama apresenta os seguintes elementos: a) estúbulos, onde ficam os animais a serem leiloados; b) o tartesal (local destinado aos leilões de animais); c) o espaço do SPRM; d) a pista de prova equestre; e) os bancos para assento, com registro dos nomes dos principais colaboradores; f) a arena de shows, que comporta apresentações de bandas nacionais e a etapa de prova de rodeio; g) os estandes de empresas expositoras; e h) a praça de alimentação. O SPRM disponibiliza aos interessados o direito ao uso de espaços do parque no período da Feira mediante pagamento, feito de acordo com o tamanho e a localização.

com camisa quadriculada, calça jeans, cinto com grande fivela, chapéu de *cowboy* e botas –, com apelos importados de outros países, principalmente dos Estados Unidos, muito comum em outros eventos similares em todo o Brasil. A esse grupo se juntam as demais frações da população local, que se reúnem às margens das ruas e avenidas para fotografar, filmar e observar a passagem dos cavaleiros e amazonas, que acenam; e dos bois, das carroças e dos cavalos que, visando à espetacularização do evento, buscam atrair a atenção da população em geral, estimulando nela o consumo material e simbólico de elementos ligados à modernização econômica e cultural do campo. Mostra a mesma autora que os “mais bem trajados” são premiados pela organização do evento.

A exemplo de outras formas de assimilação cultural já mostradas anteriormente para as outras sub-regiões, no caso de Marabá, esse evento cultural, ainda que esteja pautado em referências tidas como agrárias e do campo, é portador de valores e comportamentos que se projetam como parte da difusão da sociedade urbana, que serve, inclusive, de inspiração de conteúdos agrários tidos como modernos. Nesse contexto, a nova racionalidade que chega a essa região articula a várias escalas, onde esses valores são originados, como o apelo country norte-americano e o modelo da Festa de Barretos, no estado de São Paulo.

Conforme conclui Nunes (2015), a relação cidade-floresta, existente no passado em uma sub-região amazônica como o sudeste paraense, passa a ser negada, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural, através de feiras como a Expoama, que passam a traduzir a força do circuito superior da economia (Santos, 1979) e da programação da vida cotidiana (Lefebvre, 1991b) no plano regional e local, dadas as novas frentes de expansão (Becker, 1990a, 2004) e as necessidades estabelecidas pela forma de reprodução capitalista que aí se instala<sup>8</sup>.

---

8 A relação cidade-floresta passa a ser um simulacro na forma como a preservação da floresta é tratada, seja em sua dimensão ambiental, seja na nova expressão cultural definida pelos valores trazidos pelo agronegócio, que a converte em pastos e campos de cultivo. Ligada ao circuito das feiras de exposição, serve, ainda, no sudeste paraense, de modelo para os organizadores de eventos semelhantes em outros municípios, assu-

Diferentemente da realidade do sudeste paraense, tem-se a configuração urbano-cultural de maior expressão da região Bragantina. Nesse caso, o destaque é a festa da Marujada de São Benedito<sup>9</sup> na cidade de Bragança, ainda que essa manifestação não seja dela exclusiva, haja vista que outros municípios próximos também realizam festa semelhante. Como já mencionado, Bragança é uma das principais cidades de sua sub-região, situada em faixa de transição do Pará com o Maranhão, e tem na Marujada sua mais significativa tradição cultural.

Conforme já descrito em outra ocasião (Trindade Jr., 2021), a origem dessa manifestação religiosa e cultural, segundo a história oral local, deu-se no final do século 18, quando os senhores brancos, em atenção ao pedido de seus escravos, permitiram a organização de uma festa e de uma irmandade em homenagem a São Benedito. Entende-se tal pedido, pois, nas festas de fim de ano, os senhores comemoravam o Natal sem, provavelmente, incluírem os negros, que, por isso, resolveram, sob a permissão e o controle de seus senhores, fazerem sua própria festa e homenagear o Santo Preto que carregava o menino Jesus nos braços.

Em agradecimento à permissão, os negros passaram a cantar e a dançar de casa em casa e aproveitavam para fazer a esmolação, permanecendo tal tradição até hoje nos meses que antecedem ao da grande festa, e que possibilitaram, juntamente com outras doações, a construção da igreja de São Benedito; igreja esta que, de certa forma, passou a “rivalizar” com a do Rosário, dado o grande número de devotos. Nesse contexto, são relatadas situações de conflito entre a Irmandade de São Benedito e o poder

---

minho caráter de formação, pois induz a população a aprender sobre a importância do agronegócio e seus valores para a economia da cidade e da região (Nunes, 2015).

- 9 Trazida de Portugal para o Brasil, a Marujada relaciona-se ao contexto das grandes navegações dos séculos 16 e 17, sofrendo adaptações em terras brasileiras. Em Bragança, acontece há mais de duzentos anos, de modo que o auge da celebração ocorre sempre no final de dezembro, mais precisamente do dia 18 a 26 desse mês, ainda que as comemorações acabem por se estender até o início de janeiro. Os preparativos, entretanto, começam ainda no primeiro semestre, quando as “comitivas” saem pela cidade e entorno para arrecadar doações que têm como objetivo reunir recursos para a realização da festa (Trindade Jr., 2021).

eclesiástico local, dentre outras razões, possivelmente pela projeção e pela forma que assumiu aquela manifestação religiosa, com fortes elementos de sincretismo cultural e de articulação entre o sagrado e o profano.

Além da esmolação, outros eventos (a procissão fluvial da localidade de Camutá até o porto de Bragança, os ensaios da Marujada, a Alvorada, o erigimento do mastro, a cavalhada, o leilão, o almoço, a derrubada do mastro, o abraço à igreja etc.) integram a manifestação cultural, que culmina no dia 26 de dezembro, quando ocorre a procissão. Nela, homens e mulheres saem às ruas da cidade compondo um cortejo que segue o andor de São Benedito e chega a reunir aproximadamente 100 mil pessoas, incluindo moradores da sede municipal, mas também de toda a região bragantina, além de turistas e visitantes, muitos deles de origem bragantina e que voltam à sua terra natal ou de seus parentes para o festejo anual.

Faz-se importante destacar que São Benedito é tido como um santo da praia, pois a cidade faz parte da Amazônia atlântica; dos campos, uma vez que há campos naturais na região Bragantina; e da colônia, haja vista a sua colonização por migrantes, especialmente nordestinos, assentados ao longo da extinta ferrovia Belém-Bragança.

Ainda como parte da descrição que fizemos sobre essa festa (Trindade Jr., 2021), pudemos mostrar como a paisagem da cidade se transforma; momento em que, ao traçado colonial de sua área mais central e à arquitetura de seus prédios históricos, junta-se a presença vistosa de marujos e marujas<sup>10</sup>.

---

10 As mulheres se vestem de saia vermelha rodada e comprida, blusa branca e faixa larga vermelha cruzando o corpo. Uma rosa de tecido, também vermelha, é colocada no peito. Portam chapéu de borda dourada de altura incomum, feito de palha, armação em arame, forrado de tecido branco e com flores de pena de pato, fitas coloridas que caem pelas costas e ornado com pequenos enfeites redondos, também coloridos, ordenadamente distribuídos por todo o chapéu. Os homens são dirigidos por um capitão e se vestem com calça e camisa brancas, chapéu de pano branco com faixa vermelha e com aba virada para um dos lados, com uma rosa vermelha. Em um dos braços, portam fita vermelha amarrada em forma de laço. Todos, em geral, caminham com os pés descalços. A cor vermelha só é substituída pela azul nas manifestações do dia 25 de dezembro, que homenageia o nascimento de Jesus. O protagonismo da mulher chama a atenção, como a figura da juíza, a que oferece o almoço principal, e a capitoa, a mais idosa do grupo. Esta

---

Entre os devotos que acompanham a procissão, há pessoas que se pintam de preto, lembrando São Benedito; os que carregam bandeiras e estandartes com referência ao santo; os tocadores, com instrumentos de sopro, corda e percussão; dentre outros.

Diferentemente das outras manifestações culturais aqui consideradas, esta é a que mais preserva elementos de sua tradição, sendo poucas as alterações externas a ela visivelmente presentes por ocasião de seus rituais. Isso acontece inobstante a relativa proximidade da metrópole belenense, que se encontra a pouco mais de 200 km de distância, hoje diretamente conectada por via rodoviária; e por se verificar, gradativamente e pontualmente, frentes econômicas mais modernas, como aquela ligada ao agronegócio, à pesca e aos serviços associados, por exemplo, ao turismo e ao comércio, que difundem, pontualmente, mas ainda sem grandes impactos locais, os valores e comportamentos de uma sociedade urbana moderna.

O período principal de festejos, coincidente com as festas natalinas, mas também o enraizamento cultural presente nessa sub-região, talvez expliquem, em parte, essa força de permanência, que se diferencia das outras realidades aqui relatadas, onde a sociedade urbana parece bem mais difundida na vida local.

#### 4      **À guisa de conclusão**

As quatro sub-regiões e suas respectivas cidades, apresentadas como exemplos da regionalização interna e da diversidade sociocultural da Amazônia brasileira, ajudam-nos a problematizar a complexidade regional para além dos reducionismos recorrentes a respeito dessa região. As manifestações culturais, suas mudanças e permanências, revelam, ainda que par-

---

última ocupa cargo vitalício, sendo a autoridade central da festa, exercendo o cargo até a morte ou até a sua renúncia; situações nas quais a subcapitão a substitui, recebendo o bastão, simbolizando direção, autoridade e importância. Na procissão, duas filas são formadas, tendo à frente a capitão e a subcapitão, que comandam o cortejo (Trindade Jr., 2021).

cialmente, elementos da urbanodiversidade amazônica, que nem sempre é percebida à primeira vista.

Como parte do processo de produção do espaço regional, diversas frentes de expansão econômica e cultural têm promovido diferenciações internas (Becker, 1990a, 2004). Concorre para isso a difusão da sociedade urbana (Lefebvre, 1970), que altera, em maior ou menor grau, elementos socioculturais dentro da escala sub-regional e urbana. É o que podemos perceber ao levar em conta as quatro cidades intermediárias representativas das sub-regiões consideradas, através de suas festas, festividades e festivais.

Importante se faz estabelecer a distinção entre essas nomeações ao nos referirmos às diferentes expressões culturais, acompanhando a ideia de Lefebvre, quando propõe superar as separações entre “cotidianidade-lazeres” ou “vida cotidiana-festa”:

o problema é restituir a festa transformando a vida quotidiana. A cidade foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada. Assim se formula um dos objetivos estratégicos [que aliás consiste na formulação daquilo que se passa hoje, sem graça nem esplendor, nas cidades em que a festividade ou festivais tentam muito sem jeito recriar a Festa] (Lefebvre, 1991a, p. 128-129).

O que acontece nas cidades analisadas e suas respectivas sub-regiões, que vivem dilemas de mudanças e permanências em face de uma sociedade urbana que busca homogeneizar espaços da vida cotidiana, ajuda a esclarecer essa diferenciação. O que temos identificado cada vez mais como festival está normalmente associado a um processo de homogeneização dos lazeres e da cultura, que se distanciam da vida cotidiana local. No caso amazônico, ainda que muitas das expressões culturais tenham como base algumas tradições populares, há uma tendência de transformar tais tradições em pastiches, marcados pela repetição, padronização e invenção combinada da “criatividade”.

Não é por acaso que o Festival de Parintins tende a repetir elementos projetados com base em manifestações culturais de referências metropolitanas nacionais e, concomitantemente, feito replicar regionalmente outras manifestações similares, como é o caso do embate dos botos Tucuxi

---

e Cor-de-Rosa, em Alter do Chão, no município de Santarém; ou, ainda, o Festival das Tribos, com proposta parecida, no município de Juruti, também no Baixo Amazonas paraense.

Tais festivais parecem estabelecer uma indústria cultural regional, não somente em razão das linhas de montagem existentes aquando da preparação de seu respectivo evento, mas, também, pelas estratégias de atratividade que as mobilizam, como critérios de desenvolvimento urbano, com apelos de publicidade, de *marketing*, de sedução, de espetacularização, que ganham as mídias e os interesses nem sempre assentados em bases e retornos locais.

Atraem, por isso, um número de espectadores que em nada exercitam a prática da observação participante; muito pelo contrário, invadem os lugares impregnados de diversidade sociocultural, deles se apropriando e os redefinindo. Tal fato também ocorre com as feiras de exposição, como vimos no caso de Marabá, convertida em modelo de lazer associado a práticas econômicas e traduzidas como simulacros para a vida regional.

A festividade, na forma como a entendemos, inspirados na proposição lefebvriana, aproxima-se muito mais de práticas culturais institucionalizadas, seja pelo poder público, seja pelo poder eclesiástico, ou, ainda, por outras formas de poder que buscam capturar as tradições locais, muitas vezes com alto grau de espontaneidade, levando-as gradativamente a diferentes formações que comprometem a relação orgânica normalmente estabelecida entre as expressões culturais e a vida cotidiana.

Algo nesse sentido foi observado quando a Igreja Católica quis interferir nas manifestações da Festa de São Benedito, em Bragança, buscando trazê-la para seu controle, por se tratar de um santo da tradição católica; fato que causou descontentamento na Irmandade do Santo Preto, mais afeita às tradições seculares que resguardam os rituais dessa manifestação cultural bragantina. É o que se vê igualmente quando o poder público associa o enfrentamento dos botos em Alter do Chão à programação turístico-cultural da Festa do Çairé; esta que, nos seus rituais mais tradicionais, atrai pouca atenção do público visitante, assumindo até mesmo um papel secundário e paralelo para parte desse público, alheio às práticas cotidianas locais.

Mas o que podemos chamar de festa propriamente dita, acompanhando as premissas lefebvrianas, assemelha-se muito mais àquilo que foge às pro-



gramações institucionais. Constatamos tal manifestação, por exemplo, na chegada de São Benedito da Praia, em Bragança, e na sequência de rituais de seu cortejo nos bairros, ruas e casas de anfitriões que o recebem como forma de louvação e, ao mesmo tempo, como expressão de confraternização, partilha e interação da comunidade, que envolve orações, músicas, ornamentos, indumentárias próprias, “comes e bebes” etc., em uma espécie de pausa da vida corriqueira. Nesse momento, nem a Igreja, nem as instituições públicas locais assumem maiores protagonismos.

O mesmo se percebe quando, fora dos currais e das apresentações espetaculares dos bois Garantido e Caprichoso em Parintins, pode-se perceber a presença de outras pessoas, de outros ritmos e até mesmo de outras cores se apresentarem de maneira mais informal para um público menor que o de costume, fora do grande evento em forma de festival. Nesses momentos, pode-se reconhecer um pouco das tradições nordestinas trazidas para a Amazônia no passado, por migrantes que nessa região chegaram, cuja espontaneidade da manifestação chama a atenção por se diferenciar daquilo que se vê nas redes de TV que transmitem para o Brasil e o mundo a “festa-espetáculo”. Há, nessa outra forma de manifestação, outros protagonistas que não são os artesãos locais a exportar suas artes e alegorias para as escolas de samba do Rio de Janeiro e de São Paulo; outros ritmos que não são necessariamente as toadas do Garantido e do Caprichoso; assim como outras cores que não se resumem ao vermelho e ao azul (Trindade Jr., 2021).

A análise das quatro realidades urbanas nos permite, ainda, estabelecer algumas conclusões. De fato, as realidades mais impactadas pelas frentes de expansão capitalista na Amazônia de que fala Becker (1990a, 2004) ao tratar da fronteira econômica e tecnoecológica, tendem a apresentar menos força de permanência ou de preservação de tradições culturais herdadas do passado, como acontece em Marabá, no sudeste paraense, indubitavelmente mais suscetível à padronização do lazer, da festa e das manifestações culturais.

Aquelas outras, como Santarém, no Baixo Amazonas, onde o que chega e o que permanece tendem a se justapor e a se contrapor, fazem com que tais expressões culturais se mostrem mais contraditórias, havendo tanto a manutenção da força cultural do passado, mas que tendem a ser tornar mais vulneráveis, quanto a inovação, que traduz outras demandas da sociedade

---

urbana não local, manifestando, de forma paradoxal, elementos mais ou menos pacíficos ou conflitivos.

Por outro lado, há expressões culturais não tão distantes de realidades metropolitanas que, surpreendentemente, conservam certa força de permanência. É o caso da Festa da Marujada em Bragança, que, relativamente próxima de Belém e com grande influência desta e de seus valores urbanos, tende a se manter; fruto, provavelmente, de um processo de ocupação territorial sub-regional mais consolidado, com fortes heranças do passado e com poucas influências de grandes frentes de modernização no presente, somada ao fato de que o período de realização da festa seja pouco propício à massificação turística, limitando-se, portanto, em grande medida, à população local ou a um público que, mesmo sendo de fora, preserva os laços afetivos e identitários com a sub-região Bragantina.

Por fim, a análise do Festival que ocorre em Parintins, cidade de urbanização tradicional, nos termos de Becker (1990b), permite-nos constatar que, mesmo fazendo parte de uma porção da região onde a circulação fluvial é dominante e o processo de ocupação apenas parcialmente foi afetado por uma ou outra frente econômica, a presença de uma sociedade urbana com referências extralocais e demandas notadamente metropolitanas não se mostra irrisória. Essas se projetam não só a partir de Manaus, mas também de metrópoles nacionais e mercados turísticos globais, alçando aquela cidade intermediária do Amazonas a uma visibilidade mundial, capturada por interesses corporativos externos.

Esse fato nos faz pensar na metáfora da floresta urbanizada (Becker, 1995) e na tese da difusão da sociedade urbana (Lefebvre, 1970); esta que, mesmo não tendo um alcance planetário completo e definitivo, em muito apresenta tendências nesse sentido, se considerados alguns valores e formas de reprodução sociocultural, que, com apelos globais e projetados a partir de realidades urbanas consolidadas, adentram nos mais diferentes espaços do planeta, como naqueles em que a natureza ainda não foi marcadamente alterada e a vida local ainda mantém forte ligação com as ruralidades da floresta e dos rios.

## Referências

- BARTOLI, E.; OLIVEIRA, J. A. A cidade arquipélago: expansão e morfologia urbana de Parintins. In: SILVA, W. R.; SCHOR, T. (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Resende e Parintins. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 207-228.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990a.
- BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, B. K.; MACHADO, L. O.; MIRANDA, M. (Org.). **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília, DF: UnB, 1990b. p. 131-144.
- BECKER, B. K. Undoing myths: the Amazon – an urbanized forest. In: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. (org.). **Brazilian perspectives on sustainable development for the Amazon region**. Paris: UNESCO, 1995. v. 15, p. 53-89.
- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do terceiro milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BROWDER, J.; GODFREY, B. **Rainforest cities**: urbanization, development and globalization of the Brazilian Amazon. New York: Columbia University Press, 1997.
- CLAVAL, P. A cultura ribeirinha na Amazônia: perspectivas geográficas sobre o papel de suas festas e festejos. In: KOZEL, S. *et al.* (org.). **Expedição amazônica**: desvelando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas – “A festa do boi-bumbá: um ato de fé”. Curitiba: SK Editora, 2009. p. 35-61.
- COSTA, T. C. S. **Santarém**: mudanças e permanências na relação cidade-rio na Amazônia. Belém: NAEA, 2014.
- FIGUEIRA, C. L. **Festa popular na Amazônia**: Sairé, a reinvenção da tradição em Alter do Chão (PA) (1973 a 1997). 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- FREITAS GIL, A. H. C.; GIL FILHO, S. F. A representação do cotidiano na festa de Parintins – uma abordagem sociointeracionista. In: KOZEL, S.; SILVA, J. C.; FILIZOLA, R.; GIL FILHO, S. F. (org.) **Expedição amazônica**: desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas. “A festa do boi-bumbá: um ato de fé”. Curitiba: SK Editora, 2009. p. 145-165.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** Parintins. Rio de Janeiro, 2024a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov/parintins>. Acesso em: 23 maio 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** Santarém. Rio de Janeiro, 2024b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov/santarém>. Acesso em: 24 maio 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** Marabá. Rio de Janeiro, 2024c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov/maraba>. Acesso em: 24 maio 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** Bragança. Rio de Janeiro, 2024d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov/braganca>. Acesso em: 24 maio 2024.
- KOZEL, S.; SOUZA, L. F. Parintins, que espaço é esse? Representação espacial sob a ótica do morador e do visitante. *In*: KOZEL, S.; SILVA, J. C.; FILIZOLA, R.; GIL FILHO, S. F. (org.) **Expedição amazônica**: desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas. “A festa do boi-bumbá: um ato de fé”. Curitiba: SK Editora, 2009. p. 117-143
- LEFEBVRE, H. **La révolution urbaine**. Paris: Gallimard, 1970.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991a.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991b.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.
- MIRANDA, R. R. **Interfaces do rural e do urbano em áreas de colonização antiga na Amazônia**: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA). 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- NUNES, D. A. **Feiras-livres & feiras de exposição**: expressões da relação cidade-floresta no sudeste paraense. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- OLIVEIRA, H. M. P. **Santarém**: circuito superior da economia e políticas públicas de ordenamento territorial. 2017. Monografia (Graduação em

- Geografia) – Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.
- OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T.; BARTOLI, E. O cotidiano da cidade dos serviços e comércio. In: SILVA, W. R.; SCHOR, T. (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Resende e Parintins. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 251-272.
- PHILLIPS, T. Top 10 beaches in Brazil: Alter do Chão, Pará. **The Guardian**, London, 15 Apr. 2009. Disponível em: [www.theguardian.com/travel/2009/apr/15/beach-brazil.top-10](http://www.theguardian.com/travel/2009/apr/15/beach-brazil.top-10). Acesso em: 8 abr. 2020.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Educ: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHOR, T.; BARTOLI, E. Produção rural em Parintins. In: SILVA, W. R.; SCHOR, T. (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Resende e Parintins. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 241-250.
- SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A.; BARTOLI, E. Parintins na rede urbana da Amazônia ocidental. In: SILVA, W. R.; SCHOR, T. (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Resende e Parintins. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 229-239.
- TRINDADE, G. O. **A cidade & a soja**: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- TRINDADE JR., S-C. C. Uma floresta urbanizada? Legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 81-100, 2013.

- 
- TRINDADE JR., S-C. C. **Vilas e cidades da Amazônia: paisagens, memórias e pertencimentos**. Belém: Paka-Tatu, 2021.
- TRINDADE JR., S-C. C. Regionalização, cidades e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 1, n. 43, p. 222-239, jan-abr. 2023.
- TRINDADE JR., S-C. C.; TRINDADE, G. O.; OLIVEIRA, H. M. P. Modernização do território e cidade média na Amazônia paraense: Santarém, entre horizontalidades e verticalidades geográficas. *In*: CASTRO, E. M. R.; FIGUEIREDO, S. L. (org.). **Sociedade, campo social e espaço público**. Belém: NAEA, 2014. p. 89-104.
- TRINDADE JR., S-C. C. *et al.* Uma cidade média na Amazônia oriental: a centralidade urbano-regional de Marabá no sudeste paraense. *In*: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Marabá e Los Angeles**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 27-222.

**Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (NAEA/UFPA)**. Geógrafo e Bacharel em Direito, Doutor em Geografia Humana (1998) pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem experiência em Geografia Urbana e Regional, em Direito Urbanístico e em Planejamento Urbano e Regional. É pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6390-665X>. E-mail: [stclair@ufpa.com](mailto:stclair@ufpa.com).

## Capítulo 3

### Urbanização Amazonense: problemas e utopias



*Paola Verri de Santana  
e Geraldo Alves de Souza*

#### **Introdução**

A urbanização crescente na Amazônia, desafio nacional atual, é aqui tratada como síntese dos problemas de cidades amazonenses, conforme o que já foi realizado no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia (NEPECAB), ligado ao Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. São básicos os estudos de José Aldemir de Oliveira [1954-2019], responsável pela fundação do NEPECAB em 1995, em conjunto com Geraldo Alves de Souza. As obras sobre a urbanização amazonense abordam conteúdos políticos, econômicos, sociais e ambientais, inerentes à transversalidade da produção geográfica. Contribuições importantes vêm das crônicas literárias de Oliveira, nas quais são notórias as articulações entre lugares e temas ligados às cidades e ao urbano. As crônicas tratam de questões que envolvem a vida cotidiana, desde a falta de água (algo que é contraditório por se tratar de uma região tão abundante em recursos hídricos), até a de energia elétrica para a cidade, ou ainda, por questões que dividem a opinião: a data do aniversário da cidade, as eleições, a adoção de crianças, o ambiente etc.

A relação entre os problemas amazônicos e os das cidades da Amazônia têm atuação contraditória do Estado. Neste sentido, o problema em inves-



---

tigação consiste em avaliar o espaço urbano, reflexo do modo de produção capitalista, que explicita conflitos sociais e um sistema em crise. A questão está delimitada à urbanização na Amazônia, permeando problemas diversos (falta de saneamento básico, educação, saúde, entre outros) para vislumbrar propostas que permitam analisar os aspectos utópicos possíveis de debate e superação dos entraves. A hipótese pressuposta neste texto é que a atuação contraditória do Estado torna recorrentes esses problemas nas cidades.

Para ilustrar algo discutido<sup>11</sup> na atualidade, observa-se, nos textos autorais (bem como em teses e dissertações orientadas por Oliveira e de outros do NEPECAB), que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas são tratados de modo transversal. Há que se reconhecer a importância desse geógrafo amazonense pelo que contribuiu para os estudos urbanos e para a formação de profissionais atuantes na Amazônia brasileira. Os escritos de Oliveira registram maneiras de enfrentar problemas através da caracterização das questões que afligem as cidades. Isso é um desafio à articulação da urbe sob os pontos de vista geográfico e literário. A Geografia tem bases teórico-metodológicas mais rígidas, enquanto as crônicas têm expressões mais livres quanto às subjetividades afetivas, políticas e culturais, embora possam ser analisadas por meio da teoria da crônica e da crítica literária sociológica. A sistematização e a divulgação desses estudos vêm no intuito de promover a compreensão para se planejar, ver o passado e o presente para vislumbrar um futuro que possa despertar um processo de superação dos problemas para reverberar ações transformadoras em prol de algo emancipatório com consciência ambiental e socialmente mais justo.

Neste trabalho, para discutir o modo como a urbanização amazonense vem acontecendo, adotou-se o procedimento da revisão da produção bibliográfica de Oliveira, a partir de 1995, quando da criação do NEPECAB, mas há que ser considerado o ano de 1994, quando Oliveira concluiu o doutorado em Geografia na Universidade de São Paulo com a tese *Cidades na Selva: Urbanização das Amazonas*. Eventualmente foram usados dados e documentos

---

11 Diretrizes propostas pela Organização das Nações Unidas que debatem problemas comuns e compartilham soluções entre os diferentes países no mundo.



secundários e as memórias de trabalhos de campo. A consulta às crônicas contribuiu para entender o pensamento desse amazonense, no intuito de conhecer a urbanização no Amazonas, com a possibilidade de identificar problemas urbanos e utopias para reproduzir a vida. Esse levantamento bibliográfico se justifica por preservar e recuperar pesquisas de base.

O desafio de identificar em cidades os temas e os problemas abordados por pensadores possibilita rever a questão social e ambiental nos escritos de Oliveira<sup>12</sup>. Os temas da sustentabilidade, do ambiente, da saúde, e as condicionantes ambientais entram no debate. O sítio urbano na Amazônia vinculado ao regime hidrológico se liga aos tipos de moradia, onde palafitas e flutuantes resultantes de condições socioeconômicas excludentes encontram-se diante das doenças de veiculação hídrica. Ao fazer um levantamento prévio das situações que afligem as cidades amazonenses, observa-se as precárias condições de moradia no sentido amplo. Com o espírito de que o espaço urbano é vivido pelas pessoas, Oliveira demonstrou o potencial desses estudos para pesquisas preocupadas em equacionar questões socioambientais associadas à qualidade de vida urbana e à garantia de sentido humano na produção do conhecimento. O objetivo aqui é indicar alguns caminhos para a compreensão da crescente urbanização na Amazônia, em particular, no estado do Amazonas, levantando as problemáticas das cidades e do urbano por meio da produção científica geográfica e da sensibilidade literária de José Aldemir de Oliveira. Ou seja, a relação espaço e tempo na Amazônia é investigada nas transformações e nas permanências espaciais.

A questão do desenvolvimento regional está elencada na produção desse autor na medida em que expressa a presença e/ou ausência da crítica ao processo de expansão da lógica da reprodução capitalista. Acredita-se que havia em Oliveira um espírito desenvolvimentista emancipatório para com sua região.

---

12 Essa questão também está evidenciada em alguns registros no Curriculum Lattes, o que demonstra preocupações com a educação ambiental urbana, inclusive com produção técnica ligada à análise socioambiental das microbacias urbanas na cidade de Manaus.

O esforço de sistematização que se apresenta resulta da revisão da literatura, a começar pelos livros autorais de Oliveira: 1. *Cidades na Selva*. (2000), tese em Geografia Humana com o subtítulo *Urbanização das Amazonas*, defendida na USP em 1994; 2. *Manaus 1920 - 1967: cidade doce e dura em excesso* (2003), com o subtítulo *Permanências e Transformações*, defendida no concurso público para Professor Titular, ocorrido em 1999 na UFAM; 3. *Crônicas de Manaus*. (2011) e 4. *Crônica da minha (c)idade*. (2017). Outras referências são as publicações do autor e as obras citadas encontradas no acervo pessoal, hoje sediado no Museu da Amazônia, em biblioteca que recebeu seu nome.

A questão da urbanização na Amazônia está em processos de sistematização do conhecimento a serem enfrentados mundialmente. O enfrentamento de problemas sociais, como dos povos indígenas, constitui uma das questões recorrentes no Brasil. A atuação contraditória do Estado deve ser revisitada por meio de estudos amazonenses, como os de Balbina e Pitinga (vilas no município de Presidente Figueiredo).

O conhecimento acumulado sobre os problemas urbanos amazônicos oriundos da produção do geógrafo e cronista José Aldemir de Oliveira teve à frente três linhas de pesquisa: 1) Dinâmica das cidades amazônicas; 2) Gestão das cidades; e 3) Rede urbana da Amazônia. Um dos projetos de pesquisa coordenado por Oliveira foi *Cidades amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional*<sup>13</sup>, caracterizado pela rede urbana na calha do Solimões-Amazonas, concentrando-se nas cidades de Benjamim Constant, Tabatinga, Tefé, Coari, Manacapuru, Itacoatiara e Parintins. Esse estudo colocou em evidência o problema da invisibilidade dessas cidades para as políticas públicas urbanas, questionando “espaços vazios” do REGIC/IBGE (Schor et al., 2016). Isso se justifica porque, em 2000, o IBGE mudou a classificação das cidades no Brasil. As cidades médias passaram a ser

---

13 Esse projeto foi desdobramento de outros desenvolvidos na UFAM de 2011 a 2016, que teve, através do Programa de Consolidação de Núcleos de Excelência (PRONEX), financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

consideradas aquelas com população superior a 100 mil habitantes, quando antes era 50 mil. Por esse critério, todas as cidades do interior do Amazonas passaram a ser classificadas como cidades pequenas e Manaus – a capital do estado – cidade grande (Schor *et al.*, 2016).

A urbanização na Amazônia é um processo crescente, como vem sendo registrado nos censos demográficos realizados pelo IBGE. Vários municípios registraram a inflexão do predomínio de uma população rural para urbana. No entanto, esse ponto de vista quantitativo deve ser enriquecido com estudos de maior profundidade social, econômica, política e ambiental. As interpretações das transformações no modo de vida, identificadas do ponto de vista da ciência, somam-se ao da arte, que se aproxima dessa perspectiva. Assim, as visões de mundo se revelam através das crônicas de Oliveira: a vida urbana aparece em temas como a rua, a casa, o barco, a avenida, a feira, o porto, o rio, o jardim, o centro, a praça, a praia, o igarapé, etc. Tudo articulado com todas as “gentes” que dão vida e se relacionam entre si. Este pensamento converge com o que mais recentemente vem sendo defendido pelas Nações Unidas por meio das várias diretrizes dos ODS (UN, 2023).

## **1 Aspectos da evolução da consciência ambiental no mundo burocrático**

Pensar a urbanização amazonense requer entender onde as cidades estão situadas, como vivem e estão distribuídas as pessoas nessa vastidão territorial da Amazônia – uma região imersa na pauta das preocupações e demandas do mundo contemporâneo. A questão ambiental tem caráter universalizante, mas cada lugar tem lidado com programas, projetos e ações homogeneizantes de modo diferenciado. A Amazônia tem sido alvo de diversas políticas na tentativa de lidar com problemáticas contraditórias.

Apesar de a questão ambiental já aparecer nos escritos de Platão (século 4 a. C) (Odum, 1983), foi somente após a Segunda Guerra Mundial que essa passou a ocupar local de destaque na sociedade urbano industrial ocidental. Embora citados por muitos autores, a seguir são destacados os principais eventos dessa agenda, necessários para fins de contextualização.

---

O primeiro grande marco foi o trabalho *Os limites do crescimento*, publicado pelo Clube de Roma no ano de 1972. Como o próprio nome destaca, buscou-se reconhecer a capacidade de suporte do planeta Terra, concluindo que esse não suportaria os níveis de extração e apropriação dos recursos do planeta nos níveis registrados após a Segunda Guerra Mundial e que o crescimento da população também apontava para um risco iminente de haver descompasso entre a produção de alimentos e as demandas humanas futuras. O relatório concentrou atenção em cinco eixos principais: a) crescimento populacional; b) produção de alimentos; c) produção industrial; d) poluição ambiental; e e) consumo de recursos não renováveis. As projeções elaboradas apresentavam cenários e perspectivas de futuro desequilibrados, o que levou à proposição de crescimento zero, ou seja: como o planeta não suportaria os padrões de crescimento projetados, seus autores entenderam que não haveria outra saída que não a de congelar o crescimento (Coelho, 2021).

Por questões óbvias, os países que na época eram classificados como de terceiro mundo (hoje conhecidos como os subdesenvolvidos) não concordaram com tais proposições, vistas as grandes desigualdades de desenvolvimento existentes à época, quando comparados com o primeiro mundo. Essa proposta, além do caráter neomalthusiano, que jogava sobre os pobres a culpa pelo crescimento da população, assegurava os elevados padrões de consumo dos países desenvolvidos. Nesse mesmo ano, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano, realizada em Estocolmo, Suécia, colocando a temática ambiental no centro dos debates (Coelho, 2021).

Em 1987, foi publicado *O nosso futuro comum ou Relatório Brundtland*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sob a liderança da primeira-ministra da Suécia, Gro Brundtland. Nele, o conceito de desenvolvimento sustentável é definido como “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (Coelho, 2021).

Em 1988, a Associação Meteorológica Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) instituíram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Desde sua criação, o painel tem

sido responsável pela construção de cenários e elaboração de relatório que subsidiam os debates em torno das mudanças climáticas (FAS, s. d.).

Outro grande evento ocorreu cinco anos após a publicação do *Relatório Brundtland*. Trata-se da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Eco 92, ou Rio 92, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Seu principal documento foi a *Agenda 21*, assinada por mais de 170 nações presentes na conferência. Além do encontro oficial, que contou com a presença das lideranças de centenas de países, houve também um evento paralelo, com entidades da sociedade civil – o Fórum Global 92. Este foi responsável pela elaboração de uma minuta da *Carta da Terra*, lançada oficialmente no ano 2000.

A partir da Eco 92, outras tantas vêm sendo realizadas anualmente. Denominadas de Conferências das Partes (COP), são mais voltadas para as mudanças climáticas e o aquecimento global. As COPs são ocasiões em que os países negociam o enfrentamento conjunto de questões como aquecimento global, emissão de gases, desmatamento, entre outras questões ligadas ao meio ambiente. A COP 1 ocorreu em Berlim no ano de 1995, e a COP 28, em Dubai, ocorreu em 2023. Em 2023, o governo brasileiro anunciou a confirmação da ONU para que Belém (PA) seja sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), prevista para 2025. O simbolismo na definição do local dá centralidade à Amazônia e é revelador da tendência de a região ser vista como problema e solução.

Outro acontecimento importante foi a Cúpula do Milênio, promovida pela ONU em 2000, portanto, na virada do século. Roma (2019) completa dizendo que desse evento resultou a decisão de estabelecer objetivos a serem alcançados – os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Foram estabelecidos oito objetivos que abrangem um amplo espectro, desde aqueles relativos às condições do ambiente e à vida do/no planeta até questões sociais, tais como o combate à fome, a doenças, às desigualdades sociais etc. Tais objetivos deveriam ser atingidos pelos países dentro de 15 anos, ou seja, até 2015. Aderidos em maior ou menor grau pelas nações signatárias, eles passaram a constar nas respectivas agendas, com resultados variados.

---

Na Conferência da ONU Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 2012, considerando a aproximação do final do prazo dos ODM, foram propostos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e estabelecida a Agenda 2030, ou seja: restavam 15 anos para que esses novos objetivos fossem atingidos. Segundo Roma (2019, p. 38):

O documento resultante da Conferência, intitulado *O Futuro que Queremos*, lançava as bases para que os países-membros da ONU construíssem, coletivamente e a partir da experiência exitosa dos ODM, um novo conjunto de objetivos e metas voltadas para o desenvolvimento sustentável, que passariam a vigorar no período pós-2015.

Além de ampliar de 8 para 17 o total de objetivos a serem alcançados, as metas também foram aumentadas. O prazo dessa nova agenda permaneceu em 15 anos. No entanto, muito ainda há o que se fazer tendo em vista o mundo em crise, não só do ponto de vista climático, mas social, política, econômica e ambientalmente.

Seguramente, o movimento ultraconservador, em curso nos últimos anos, tem forte repercussão sobre essa nova agenda. Novos governos têm tido maiores dificuldades na implementação de políticas ambientais e sociais. Mais lamentável ainda tem sido governos que não só não abraçam essas agendas como, ao contrário, têm buscado promover a supressão de leis dessa natureza, agindo com desprezo sobre questões do meio ambiente e dos direitos humanos. Em muitos países, os retrocessos não são pequenos.

Para muitos, há crenças de que o Estado brasileiro tem adotado posição de vanguarda no que se refere à agenda ambiental, mas há contestações sobre isso, principalmente em função da alternância de orientação ideológica das lideranças que comandaram o Brasil nas últimas legislaturas. Apesar disso, várias instituições têm atuação firme sobre a temática, levantando dados, realizando pesquisas e dialogando com a comunidade científica internacional, buscando avançar na proteção ao meio ambiente. O principal esforço tem sido no combate à destruição dos grandes biomas brasileiros (Mata Atlântica, Cerrado e Floresta Amazônica). Mas é também sobre essas

temáticas que se manifestam as principais forças políticas e econômicas contrárias às agendas ambientais.

Como amazônida, José Aldemir de Oliveira cresceu envolvido com as questões ambientais da sua região e do Brasil. Em diferentes momentos de sua carreira acadêmica, manifestou, de forma contundente, a luta em defesa da vida na Amazônia<sup>14</sup>, denunciando os grandes projetos implantados na região, tais como a mineração, geração de energia, entre outros, e seus impactos sobre o meio e sobre a vida dos habitantes da região.

Muito embora não tenha vivido para presenciar a polarização da sociedade, tão acentuada nos últimos anos, o professor José Aldemir (como era mais conhecido) buscou, ao longo da sua vida, adotar posições firmes sobre as questões ambientais. Nada de “terraplanismo”<sup>15</sup> ou ignorar que o modo como o ser humano se relaciona com o ambiente impacta esse de modo, positiva ou negativamente. Como amazônida, seu olhar foi sempre muito sensível e aguçado, seja para contemplar a importância de um rio para uma população ou mesmo de uma árvore para a paisagem. Seu primeiro trabalho de maior fôlego, *Cidades na Selva* (2000), já deixa clara a preocupação do autor com o ambiente.

Os ODS, como elementos de nova agenda mundial, tendem a induzir um certo sentido da utopia. Essa agenda recente da ONU parece convergir com as preocupações de Oliveira, que provavelmente a tomaria como possível, frente a processos vistos como sem retorno. Os limites disso são os questionamentos quanto às relações capitalistas e da ação do Estado nas políticas de desenvolvimento implantadas na Amazônia.

A pergunta complementar feita é: por que tratar dos ODS quando o plano nesse trabalho é apresentar a urbanização amazonense? Se esse tem sido adotado como um ponto de pauta capitaneado pelas Nações Unidas, a hipótese aqui é que esse processo na região também está sob influência

14 Atuou como palestrante em entidades em prol das causas indígenas e dos trabalhadores, em defesa do acesso à saúde pública, do usufruto dos bens da cidade e do direito à terra.

15 Visão que vai contra evidências da esfericidade do planeta Terra, ignorando a história de investigação com base na ciência.

dessa revisão de valores e que se inseriria ao que Lefebvre (1991a) chamou de “Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido”, que, por meio dos ODS, estaria sendo disseminada uma espécie de “Sociedade Burocrática da Utopia Dirigida” pelos organismos internacionais e governamentais.

Por um lado, é interessante reconhecer que se vive um modelo em crise, apesar dos avanços tecnológicos. Afinal, até que ponto vão suas potencialidades. A crise climática seria apenas uma “ponta do iceberg” frente a questões imbricadas umas com as outras. Os próprios 17 ODS revelam um conteúdo das crises de diferentes ordens. Os objetivos são: 1) Erradicação da pobreza; 2) Fome zero e agricultura sustentável; 3) Saúde e bem-estar; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de gênero; 6) Água potável e saneamento; 7) Energia limpa e acessível; 8) Trabalho decente e crescimento econômico; 9) Indústria, inovação e infraestrutura; 10) Redução das desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Consumo e produção responsáveis; 13) Ação contra a mudança global do clima; 14) Vida na água; 15) Vida terrestre; 16) Paz, justiça e instituições eficazes; 17) Parcerias e meios de implementação (United Nations, 2023). Diante das circunstâncias atuais, essas seriam as utopias? O fato é pensar no futuro desejado ou no que é possível, dado o histórico existente? Futuro para quem?

Essa agenda ordena o sentido da atuação do Estado brasileiro segundo direcionamentos gerais internacionais. Na realidade, a base de dados disponível na página<sup>16</sup> brasileira das Nações Unidas revela que uma estrutura burocrática, incluindo associações, institutos e/ou órgãos governamentais brasileiros, além de demais parceiros, está se engajando na missão de atingir metas que contemplem os ODS. A noção de “dirigida” se assemelha ao compromisso de cumprir esses objetivos. Aqui não se indagou qual o trabalho das Nações Unidas no Brasil para que esse país alcance os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Numa linha diferente desse movimento

---

16 Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) estão disponíveis em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>, onde é possível consultar quais agências da ONU, organismos governamentais, localidades e atividades estão sendo implementadas em prol desses ODS.



em que o Brasil passa a apresentar parceiros que estejam empenhados a atingir metas no sentido do desenvolvimento sustentável, que defende um crescimento econômico, com respeito às sociedades e qualidade ambiental, algo ainda persiste como contraditório. Essas noções lidam com uma preocupação com o futuro, tendo em vista um passado e um presente ainda influenciados pela cultura do crescimento econômico às custas da vida humana e da natureza. De todo modo, há uma mudança de mentalidade com base em questionamentos quanto aos padrões de produção e de consumo e a favor de gestões mais participativas. Esse pensamento alternativo tem sido fundamentado nos conhecimentos dos povos tradicionais.

## **2 Urbanização amazonense revisitada**

A sociedade vive um momento de ascensão de novos valores que emergem de lutas sociais e de avanços científicos em prol de direitos humanos e transição energética, por exemplo, em meio a uma contraditória relação de causa e efeito frente a um capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, Oliveira (1997) criticou a limitação das abordagens sobre a Amazônia brasileira por uma visão reducionista que vê a região somente como natureza e espaço para a realização de grandes projetos que se instalam no que chamou de Amazonia oficial. A primeira posição que apresentou foi a de que considerar o território constituído somente da natureza é desconsiderar as relações sociais. Depois questionou quais transformações ocorreram na região e quais as implicações para as cidades. Nesse sentido, Oliveira junta-se aos estudos críticos à urbanização capitalista nas cidades da Amazônia Ocidental.

Isso também se revela quando defendeu os povos indígenas, em especial os Waimiri-Atroari massacrados onde hoje é o município de Presidente Figueiredo, em que forças exógenas prevaleceram sobre as originárias. Isso resultou na formação de um “novo território” onde se constituíram três núcleos urbanos: a cidade (sede político-administrativa) e a vila Pitinga e a vila Balbina, estas últimas concebidas como espécies de cidades-empresas para a mineração (de iniciativa privada) e para a geração de energia hidrelétrica (antes pública, hoje privatizada), respectivamente, conectados

---

com Manaus e Roraima pela rodovia BR-174 (Oliveira, 2000). Esse processo representa um marco nos anos 1960 e 1970 na reestruturação da urbanização amazonense até então predominantemente ribeirinha, caracterizada pela chamada rede urbana dendrítica (Corrêa, 1987), quando se passou a fomentar o rodoviarismo.

Apesar de proferir palestras e ter sido membro de entidades para o estudo e a defesa de questões indígenas, são poucos os registros de Oliveira sobre as formas de organização desses povos oriundos da Amazônia pré-colombiana.

Lefebvre (2004) afirma que a cidade é anterior à industrialização. Assim, outros profissionais têm se dedicado a pesquisar a existência de exterioridades e concepções do urbano e de cidade anteriores à presença dos colonizadores na América. Os trabalhos ligados ao NEPECAB, ao utilizar as bases de dados secundárias e trabalhos de campo, têm adotado um recorte histórico-geográfico aproximando as definições político-administrativas do Estado brasileiro. Assim, há estudos voltados para as relações entre comunidades rurais, vilas, cidades e metrópole. O interesse por uma geografia histórica fez o professor José Aldemir orientar trabalhos que tratam das primeiras aglomerações coloniais da Amazônia ligadas ao surgimento de fortificações militares, as missões religiosas, e aos aldeamentos indígenas. É o caso da Vila de Ega ligada a Tefé (séculos 18 e 19), segundo Santos (2016).

Com dados do IBGE, Oliveira (1997) afirma que o grau de urbanização na região Norte era o menor do Brasil nos anos 1980. No entanto, a taxa de crescimento da população urbana se apresentava superior à média nacional. Somente o Pará apresentava cidades (além das capitais) com mais de 100 mil pessoas. Quanto à população do Amazonas, mais da metade se concentrava em Manaus. O geógrafo completa dizendo que, em 1991, as cinco cidades mais populosas do Amazonas somavam aproximadamente 17% da população de Manaus e nenhuma atingia 50 mil habitantes. A questão demonstra a discrepância quantitativa e de tamanho. E o autor sugere indagar se as pequenas cidades sentem os mesmos problemas urbanos identificados pela maioria da população brasileira que vive nos grandes centros. A crise da economia da borracha e, posteriormente, a Zona Franca de Manaus induziram o crescimento demográfico (natural e migratório) da

capital. O Censo de 2022 (IBGE) registrou 2.063.689 pessoas no município de Manaus, o que representa mais de 52% da população do Amazonas. No Censo de 2010 (IBGE), 79% da população do estado era considerada urbana. Depois da metrópole, a sede de município com maior efetivo populacional no Amazonas era Parintins com 67.655 pessoas (IBGE, 2010).

Oliveira (1997), ao ter apresentado parâmetros quantitativos, evidenciou os construtores das cidades, aqueles capazes de fomentar dinâmicas diferentes das dos grandes projetos. É na resistência da população indígena e cabocla que entendeu haver interferência na produção do espaço. Lefebvre (2004) ressalta que a sociedade tem vivenciado um histórico de transformação da natureza através da ação humana, mais recentemente intensificada pela industrialização, que se traduz em urbanização. Há nesse processo a tendência de passagem de uma sociedade agrária para o que Lefebvre (1999) denominou de uma sociedade urbana. Isso implica pensar as contradições da relação campo e cidade e as críticas à visão dual como de oposição recorrente à base interpretativa das diferenças socioespaciais.

### **3 Uma leitura da vida urbana amazonense através de crônicas**

A intenção de entender e analisar a urbe sob o ponto de vista geográfico e literário está posta como estratégia de desvendamento da urbanização no Amazonas. O rigor científico explora bases teórico-metodológicas para a construção de argumentos fundamentados em evidências para uma melhor aproximação da realidade. Isso difere um tanto da criatividade e afetividade nas subjetividades de quem escreve crônicas. Os contrastes e as contradições da urbanização denunciam problemas, como a perda da memória sobre o lugar. Isso pode decorrer de demolições, poluição de igarapés e outros fatores oriundos das precariedades da vida urbana, como as condições das moradias, dos rios e das estradas.

Na obra de Oliveira, as relações entre diferentes áreas e formas de conhecimento possibilitam o enriquecimento da interpretação da cidade e do

urbano ao longo da história do Amazonas<sup>17</sup>. Entende-se que um elo reside na reflexão sobre o cotidiano na urbe, como nas diferentes fases da história de Manaus, vividas no tempo da economia da borracha ou no caso da Zona Franca de Manaus (ZFM). Por exemplo, em Manaus *Doce e Dura*, Oliveira (Oliveira, 2003) desvenda o aspecto dinâmico no cotidiano e no espaço interno dessa cidade em meio ao período de crise econômica (1920-1967), devido a uma dependência em relação ao mercado externo da borracha, que deixava a elite decadente na condição de espera do que poderia vir de fora. A paisagem urbana de Manaus envolvia uma dupla geografia: a do centro e a da margem (Oliveira, 2003). A segregação na questão da moradia e a distribuição desigual na forma de apropriação da cidade não se deu sem conflito, pois, “com a crise, vem à tona a cidade dos vencidos” (Oliveira, 2003, p. 135). O autor revela essa exaltação pela capacidade de resistência dos pobres, que são sujeitos do processo de produção da cidade, além de explicitarem uma contradição no cotidiano.

Uma advertência é necessária. Aqui se reconhece a capacidade das crônicas de Oliveira expressarem a urbanização amazonense, apesar de Lefebvre (1991) questionar a possibilidade de a literatura poder desvendar o espaço “real” (aquele da prática social). Considerando a clareza literária das descrições dos lugares, o uso de uma linguagem do cotidiano, há a possibilidade do espaço da cidade, das ruas, enfim, o espaço urbano serem revelados. Lefebvre (1991) alerta que a busca pelo espaço em textos literários pode tender a encontrá-los em qualquer lugar e em toda aparência. A ressalva é que, apesar de importante, a literatura é uma atividade parcial frente à busca por uma análise crítica do espaço “vivido”. Outro alerta que Lefebvre (1991) daria é quanto ao risco de ser uma visão fragmentada, fundada numa área do conhecimento e poder limitar o entendimento da totalidade. As crônicas de Oliveira podem trazer o olhar do geógrafo, assim persiste a ideia desses

---

17 O fato desse autor transitar entre o presente e o passado decorre da inter-relação de pesquisas de Geografia Urbana e Histórica. A interdisciplinaridade entre Geografia e Literatura, diálogo já feito por geógrafos brasileiros, mas que na obra de Oliveira são os problemas amazônicos que aparecem.

registros do pensamento desse especialista amazonense serem ricas fontes sobre as cidades amazônicas e os problemas urbanos da região.

Uma problemática recorrente nas crônicas de Oliveira é a população em situação de rua. As crônicas relatam casos diversos de pessoas em diferentes condições, mostrando como sobrevivem e resistem à condição de pobreza. Essa gente da cidade não se reduz aos “sem teto”: são moradores e há também os músicos de rua, os mendigos, os garis, os engraxates, as crianças e mulheres vendendo pelas calçadas e vários lugares da cidade etc. Segundo estudo de Situba, Lima e Santana (2009), essas questões se encontram em cidades como Tefé e Coari, portanto, presentes no interior do Amazonas, não só em Manaus.

Outro aspecto recorrente em Oliveira é a compreensão do modo como a “modernização” vai atingindo a Amazônia, estabelecendo dinâmicas do tempo e espaço (2011, p. 28). O autor explica ser um processo que “exclui grande parcela da população dos novos espaços e meios de consumo coletivos”. Ainda nesse livro, o crescimento do número de carros e da tendência de construir viadutos, vias de circulação e estacionamento, reduzindo as calçadas e praças da vida na cidade são elementos que convivem com engarrafamentos, mas as pessoas experimentam condições desiguais, pois há quem enfrente isso dentro de carros particulares com ar-condicionado, enquanto outros disputam um lugar para sentar-se dentro do transporte coletivo.

As condições de moradia assim como as dos transportes, das escolas, dos hospitais, da segurança, das áreas de lazer tendem a ser vistas como quesitos isolados, embora sejam necessidades básicas para viver plenamente numa cidade. Esta última deve ser reinventada para a vida de indivíduos em vez de não cidadãos diante dessas questões que talvez sejam os maiores problemas da cidade (Oliveira, 2011). Outros desafios aparecem ainda, como a condição do trabalho (emprego, renda) e do saneamento básico (água, lixo). Questões aparecem como residuais nesse processo, caso dos sabores e os cheiros da Amazônia, que, por sua vez, tendem a se perder no tempo e nos lugares.

A amplidão dos aspectos do cotidiano vistos por Oliveira alcança preocupações correlacionadas a diferentes ODS e condições diversas de vida na Amazônia. Por exemplo, o uso da lamparina para iluminação indica o uso de

---

condições técnicas e econômicas da exploração de recursos naturais para atendimento das necessidades básicas.

A crítica à urbanização amazonense encontrada em Oliveira está na atuação do Estado e a cidade ter se tornado mercadoria no todo e na parte, para diferentes mercados como é o da moradia. Portanto, o uso aos pedaços da cidade depende de como e quem pode pagar. Esse autor (2011) roga para que os governantes e gestores amem a cidade, assim como é amada por esse cronista, porque, apesar de maltratada, sua afetividade faz de Manaus a cidade mais bela. Afirma, portanto, que “a construção da cidade é obra dos homens” (Oliveira, 2011, p. 15). Há o reconhecimento de que “as questões urbanas não são simples nem de fácil solução” (Oliveira, 2017, p. 16), mas acusa a inércia, a ausência e o silêncio (não só da administração, mas da participação social e cidadã) como sendo os piores modos de intervenção nas cidades que estão sujas e abandonadas.

Ao interpretar a urbanização amazônica através da inter-relação entre as crônicas sobre a urbe, esse trabalho reconhece que as áreas de estudo de Oliveira incluem diversas cidades e contextos. Ademais, ao captar o vivido, a vida nas cidades amazonenses aparece como movimento ora anterior e ora posterior à industrialização, tamanha é a influência do Polo Industrial de Manaus.

#### 4      **Considerações Finais**

O espaço urbano na atualidade, produto de um modo de produção capitalista, explicita contradições e conflitos sociais inerentes a essa lógica em crise. Essa realidade tem sido objeto de crítica no interior da sociedade, inclusive dentro do universo acadêmico. A ironia e os questionamentos têm sido elementos, às vezes aliados, para a promoção do espírito crítico nos estudos e nas pesquisas sobre a produção do espaço, não sem ressalvas. José Aldemir de Oliveira tinha desses atributos na dose que sua trajetória de vida e obra lhe permitiu oferecer. Tinha compreensão teórica da realidade e contribuiu para a troca de temas e metodologias voltados para a urbanização na Amazônia. Oliveira desvenda conflitos e contradições próprios

de um desenvolvimento desigual, pois não era indiferente à teoria social crítica, tampouco aos problemas sociais, econômicos, políticos, ambientais do presente, passado e futuro. Ao contrário, era um estudioso. Pode-se afirmar que Oliveira trabalhou por uma geografia crítica<sup>18</sup> e lírica<sup>19</sup>.

Esse texto deixa alguns questionamentos, embora ofereça um aprofundamento a respeito da urbanização amazonense à luz da obra desse geógrafo: Como Oliveira caracteriza os problemas urbanos amazônicos? Quais pensadores amazônidas, brasileiros e internacionais contribuem para a fundamentação da interpretação das cidades amazônicas? A quais Amazônias o autor se refere? Quais contribuições desse autor para o entendimento da Geografia Urbana na Amazônia? Quais recursos literários ajudam a entender a urbanização amazônica? Qual o sentido das mudanças almejadas pelo autor?

Aas questões abordadas por Oliveira motivam o enfrentamento das problemáticas da urbanização na Amazônia. Sobre a vida nas cidades amazonenses, observou-se, na produção acadêmica de Oliveira, a diversidade de contribuições que envolvem as cidades, as vilas, a sustentabilidade urbana, o desenvolvimento, o planejamento, o espaço, a paisagem, a territorialidade, os rios, a floresta, a periferia, os pesquisadores<sup>20</sup>, a moradia popular, a região em si. As reflexões geradas pelas pesquisas de Oliveira convergem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Mas há que se assumir a postura crítica desse pensador, que tinha a possibilidade de enfrentamento de problemas, somando-se a isso a formação de geógrafo cujo entendimento da realidade vivida contém uma interdisciplinaridade. Embora os ODS representem mudanças de atitudes, não parecem ir às últimas consequências

---

18 A influência da geografia urbana aparece via Milton Santos, Maurício Abreu, Ana Fani Carlos, Roberto Lobato Corrêa, entre outros; e há que se incluir Henri Lefebvre.

19 A literatura está presente tanto nas crônicas quanto nos textos acadêmicos, pois cita, por exemplo, Ítalo Calvino e Machado de Assis, também formadores de pensamento.

20 Esse autor cita estudiosos da Amazônia como Mário Ypiranga Monteiro, Djalma Batista, Samuel Benchimol, Bertha Becker. Apresenta interlocutores nos estudos urbanos amazônicos, caso de Vitor Ribeiro Filho, Miguel Ângelo Ribeiro, Saint-Clair Trindade Jr., Tatiana Schor, Geraldo Alves.

quanto a uma crítica ao modo de produção capitalista, portanto, corre-se o risco de se constituir um ajuste para reproduzi-lo.

O estudioso da geografia urbana da Amazônia, enquanto pensador influente, foi formador de gerações de profissionais da educação na região. O trabalho acadêmico de orientação pode ser observado entre os egressos que se desdobraram em grupos de pesquisa como o Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional (NPUR), formado em 2024 no CNPq, e o Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM), criado em 2017, ambos vinculados à Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Hoje alguns integrantes desses grupos acompanham as ações do coletivo AMAZONICIDADES: Observatório das Cidades, Vilas e Territórios Amazônicos (Cardoso e Pereira, 2023).

As contribuições de Oliveira, gestor<sup>21</sup> e formador<sup>22</sup> de recursos humanos, deixam para as novas gerações a missão de atualizar, rever e dar continuidade aos estudos dos problemas urbanos amazônicos. A obra de Oliveira soma esforços para o enfrentamento de problemas urbanos amazônicos, inclusive os inseridos nas agendas internacionais.

Nos anos 1990, quando Oliveira fazia doutorado, era uma inovação estudar a urbanização na Amazônia. O espanto frente à declaração de que pesquisava esse processo era recorrente. Hoje muitos profissionais, em parte formados por esse professor, vêm desenvolvendo pesquisas na geografia urbana da Amazônia. O fortalecimento da crítica sobre a cidade e o urbano é produto da história do pensamento geográfico de interpretações sobre esse fenômeno. Isso requer métodos científicos inseridos na Filosofia, na Geografia, nas Ciências Humanas e Sociais e a compreensão das bases que influenciaram as obras desses autores. Por isso, compreender os problemas urbanos amazônicos, de modo geral, transcende a visão de um único autor.

---

21 De 2003 a 2005 foi o primeiro diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM); entre 2007 e 2009, foi secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas; e, de 2010 a 2013, exerceu o cargo de reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

22 Em especial, na Universidade Federal do Amazonas, de 1986 até seu falecimento em 2019.



Daí, os estudos geográficos das cidades no Brasil vêm sendo objeto de investigação, como demonstra a sistematização de Maurício de Almeida Abreu (1994)<sup>23</sup> por oferecer visão detalhada sobre a produção acadêmica sobre o urbano, embora pouco se refira à Amazônia e aos amazonenses. Em 2005, Oliveira afirmou, em entrevista na Acta Amazônica, haver uma comunidade científica ligada à área na Região Norte, atenta aos estudos sobre cidades, vilas e territórios amazônicos. Nessa ocasião, Oliveira declarou ter se dedicado às cidades na linha da nova escola, que chamou Geografia do Cotidiano. A tese, que defendeu em 1994, explica como os núcleos urbanos são criados na Amazônia, analisando a relação entre as cidades e as políticas desenvolvimentistas.

O estudo revelou o caráter plural da crítica. Passados mais de 40 anos da edição do livro de Milton Santos (1978) intitulado *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*, eis um dos marcos da geografia brasileira. A ciência requer espírito crítico. Sem ele, o avanço desse conhecimento fica comprometido. As crônicas têm esse poder, sua inclusão nesse debate é inovadora. Os anos 1970 marcaram a ruptura com a geografia tradicional e a teórico-quantitativa, enquanto perspectivas marxistas possibilitaram o entendimento de que o espaço tinha se tornado mercadoria. Aliados a essa visão, muitos estudos explicitaram as injustiças sociais, fato que levou a geografia a ser criticada pelo caráter de denúncia que tendia a assumir. Passados mais de 50 anos da primeira edição do livro *O Direito à Cidade*, ocorrida em 1968, e escrito pelo filósofo francês Henri Lefebvre (1968), é registrada a utilização desse título como expressão de luta por movimentos sociais e gestores urbanos. Assim, exprimem a necessidade de uma crítica ao processo de urbanização e urbanismo capitalistas, lançam a possibilidade de construção de um projeto utópico. O desafio é

---

23 Publicado como artigo na *Revista Brasileira de Geografia do IBGE* e no livro organizado por Ana Fani A. Carlos, que resultou do primeiro Simpósio Nacional de Geografia Urbana. O SIMPURB, com mais de 30 anos de atividade, representa a contínua avaliação da Geografia Urbana brasileira. Oliveira esteve presente em diversas edições deste evento com trabalhos apresentados, composição em mesas e como coordenador. Em 2005, esse simpósio foi sediado em Manaus.

---

evitar armadilhas nas políticas públicas sem antes levar a crítica a estrutura burocrática criada pelo Estado no processo de produção do espaço. Muito há que se pesquisar das questões teórico-metodológicas antes de querer firmar propostas práticas precipitadas. Esse texto conta com esforços para ampliar pesquisas, divulgar e abrir debates, bem como trabalhos sobre a realidade multiescalar urbana amazonense.

Esse estudo explicou os diálogos entre os problemas urbanos e os enfrentamentos dos ODS da ONU no contexto da urbanização da Amazônia e da trajetória de Oliveria no pensamento geográfico. O fomento de uma geografia urbana crítica sobre a Amazônia com liberdade teórico-metodológica, apropria-se de vários autores. Isso desvenda problemas das cidades do Amazonas, e ressalta a atuação contraditória dos produtores do espaço, em particular, a do Estado. A compreensão dos problemas na urbanização amazonense sugere a construção de utopias comuns e coletivas.

## Referências

- ABREU, M. de A. Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 56 n. 1-4, p. 21-122, jan./dez, 1994. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1994\\_v56\\_n1\\_n4.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1994_v56_n1_n4.pdf). Acesso em 01/10/2022.
- CARDOSO, A. C. D.; PEREIRA, J. C. M. Manifesto de Lançamento do AMAZONICIDADES: Observatório das Cidades, Vilas e Territórios Amazônicos. **Revista Amazônia Moderna**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2023. DOI: 10.20873/out2023\_1. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna/article/view/17736>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- COELHO, R. *Origem do Debate Ambiental - O livro "Limites ao Crescimento" (1972)*. Arapiraca: Camara 36 do Campus Arapiraca, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NZFdYS1tEzc> Data de acesso: 23 fev. 2024.
- CORRÊA, R. L. Periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 49 (3): 39-68, julho de 1987. Disponível em: <https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/963> Acesso em 7 abr. 2024.
- FAS. Fundação Amazônia Sustentável. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/> Acesso em: 2024.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991a. 216 p.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2004. 145 p.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford [Reino Unido]; Cambridge [Estados Unidos]: Blackwell, 1991b. 454 p.
- ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 1983.
- OLIVEIRA, J. A. Urbanização da Amazônia: novas e velhas formas de exclusão. In: 6º Encuentro de Geógrafos de America Latina, 1997, Buenos Aires.

**Anais 6º Encontro de Geógrafos, 1997.** v. 6. p. 198. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/552.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

OLIVEIRA, J. A. de. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000. 224 p.

OLIVEIRA, J. A. de. **Crônica da minha (c)idade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. v. 1. 130 p.

OLIVEIRA, J. A. de. **Crônicas de Manaus**. Manaus: Valer, 2011. 112 p.

OLIVEIRA, J. A. de. **Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas - EDUA; Editora Valer: Governo do Estado., 2003. 176 p.

REBÊLO, G.; FREIRE, A. P. A FAPEAM é um patrimônio nosso José Aldemir de Oliveira: um cidadão amazônico. Entrevista. **Acta Amazônica**, INPA. v. 35, n. 3, p. 301-316, 2005. Disponível em: <https://acta.inpa.gov.br/fasciculos/35-3/PDF/v35n3a01.pdf>. Acesso em: 01/10/2022.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Revista Ciência e Cultura**. v. 71, n. 1. São Paulo: SBPC, Jan. Mar. 2019. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf> Data de Acesso: 23.02.2024

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec-EDUSP, 1978.

SANTOS, S. P. dos. **Tempo e espaço na Amazônia Colonial: da Vila de Ega a cidade de Tefé século XVIII e XIX**. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5457> Acesso em: 15 abr. 2024.

SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A.; MORAES, A. O.; SANTANA, P. V. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no estado do Amazonas, Brasil, 2016. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. v. 9, n. 1, p. 09-35, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/2234> Acesso em: 14 nov. 2016.

SITUBA, N. dos S., de LIMA, D. de F. P., & de SANTANA, P. V. (2019). Análise do espaço urbano: população em situação de rua em Coari e Tefé – Amazonas. **Revista GEONORTE**, 9(31), 195 - 206. Recuperado de [//www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/4089](http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/4089) Acesso em: 06 mar. 2024.

UNITED NATIONS. **The Sustainable Development Goals Report**. Special edition. 2023. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf>> Acesso em: 15 abr. 2024

**Paola Verri de Santana** - Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, atua na Pós-Graduação de Geografia e no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia - NEPECAB. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (1994), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1998) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2006). Email: [pvsantana@ufam.edu.br](mailto:pvsantana@ufam.edu.br)

**Geraldo Alves de Souza** – Geógrafo pela Universidade Federal de Uberlândia (1988), mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e doutor pelo Programa de Engenharia de Transportes - PET/COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. É líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia (NEPECAB). Email: [geraldoalves@ufam.edu.br](mailto:geraldoalves@ufam.edu.br)



## Capítulo 4

# Metamorfoses da Urbanização



*Jovenildo Cardoso Rodrigues  
e Marlon Lima da Silva*

### Introdução

A urbanização tem reemergido como uma categoria analítica de grande relevância para compreender determinações processuais que vêm aflorando no tempo espacial atual, em um contexto mundial marcado intensas migrações, acelerada globalização, ampliação da diferenciação socioespacial, fragmentação territorial, e crescimento da população mundial que vive na zona urbana, que atualmente alcança cerca de 54%.

Não obstante, o entendimento do respectivo termo “urbanização” não constitui tarefa das mais fáceis. Uma das dificuldades que enfrentamos está relacionada à amplitude e diversidade de significados que este termo abarca. Tal diversidade e amplitude constitui resultado de sua incorporação por parte de diversos campos disciplinares e não disciplinares. Até mesmo o poder público o utiliza, mesmo que de maneira reduzida, para denominar ações interventivas no plano do planejamento urbano.

Portanto, o presente ensaio objetiva investigar de que maneira a **urbanização** enquanto constructo teórico e empírico tem contribuído para pensar uma nova epistemologia do urbano no século 21. Para tanto, buscaremos revisitar algumas aportes teórico-conceituais de alguns dos principais expoentes-pensadores da urbanização, dentre os quais destacamos Beaujeu-Garnier (1997), Santos (1993), Sposito (2004), Lefebvre (1972), Castells (1983), Harvey (2004), Soja (1993), Daniani (2004), Becker (1990, 1991, 1992),



Brenner (2000), Brenner e Schmid (2014, 2015), vinculados ao estudo do referido tema, de maneira que pudéssemos sistematizar alguns fundamentos, para o entendimento das novas determinações do urbano.

## **1 Urbanização e crescimento da população urbana e da cidade**

Beaujeu-Garnier (1997) concebe a urbanização como um movimento amplo e diverso de crescimento da população urbana e da cidade. Ainda segundo Beaujeu-Garnier (1997), este amplo movimento, iniciado na Europa, passou a se expandir pelo mundo, provocando aumento da população das cidades.

Castells (1983) concebe urbanização como forma espacial da organização social em constante transformação, cuja expressão se materializa nas modificações evidenciadas no meio ambiente edificado, como resultado da ação humana.

O termo urbanização refere-se ao mesmo tempo, à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa de atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana (Castells, 1983, p. 46).

Em que pesem as diferenças de perspectivas apresentadas por Beaujeu-Garnier (1997) e Castells (1983) baseadas em movimentos de crescimento da população urbana e em concentrações significativas de atividades, populações e difusão de uma cultura urbana respectivamente, esses autores nos permitem uma reflexão a respeito das manifestações espaciais, expansão e concentração, da urbanização e suas implicações territoriais na escala das cidades.

Ao seu modo, Harvey (2004) considera a urbanização enquanto processo sócio-histórico que produz impulsos e transformações. Ainda segundo Harvey (2004), o processo de urbanização vem se apresentando como uma possibilidade para a reprodução do capital, ao interferir continuamente na



redefinição do espaço construído, fato que vem repercutindo em mudanças espaciais e tensões sociais cada vez mais profundas.

A perspectiva apresentada por Harvey (2004) permite-nos pensar o papel que vem exercendo a urbanização, enquanto processo de transformações espaciais que se realiza como resultado e condição para a reprodução do capital no espaço.

Para Lefebvre (1999), a urbanização contemporânea mudou de natureza, evidenciando uma intensificação na divisão social e territorial do trabalho, bem como uma aceleração do processo de diferenciações na escala da cidade, esta pensada agora como mercadoria, valor de troca, que tende a realizar o processo de acumulação do capital (Lefebvre, 1999).

Dentro dessa perspectiva, a urbanização necessita ser pensada enquanto processo de disseminação do urbano que se amplia e se generaliza em escala mundial, como expressão da produção das relações sociais, ao mesmo tempo em que incide sobre as próprias relações (Lefebvre, 1972).

Ainda segundo Lefebvre (1991), o respectivo processo constitui, portanto, uma condensação de processos sociais e espaciais que permitem ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção. É dentro dessa perspectiva que a própria sobrevivência do capitalismo está baseada, na produção de um espaço social crescentemente abrangente, mistificado e instrumental.

## **2 O par urbanização ↔ cidade**

Considerando o par urbanização ↔ cidade, Soja (1993) argumenta que a urbanização se tornou um elemento fundamental para desvendarmos a dinâmica capitalista atual, diante do intenso processo de transformações da economia mundial; ao passo que a cidade assume importância similar, uma vez que passou a ser vista não apenas em seu papel distintivo como centro de produção e acumulação, mas também como ponto de controle e reprodução da sociedade capitalista, tanto em termos da força de trabalho quanto no que tange aos padrões de consumo (Soja, 1993).

---

Sposito (2004) considera que a urbanização constitui processo, e, enquanto tal, deve ser lido considerando a perspectiva do movimento espaço-temporal. Ainda dentro dessa perspectiva, a urbanização necessita ser compreendida como um processo de longa duração que tem sua gênese relacionada ao aparecimento das primeiras cidades e que se desvela a partir dos diferentes modos de produção, sob diversas formas e manifestações (Sposito, 2001, 2004).

Tal perspectiva analítica pressupõe que possamos compreender o processo de urbanização e sua expressão a partir da existência de uma divisão social e territorial do trabalho, cujas múltiplas faces podem ser evidenciadas nas formas, funções e estruturas inerentes à **formação socioespacial**. A referida perspectiva possibilita-nos entender particularidades do processo de produção da cidade à luz da articulação entre a longa duração e a curta duração do tempo histórico-geográfico, atentando para os engendramentos intrínsecos a mudanças nas formas, funções e estruturas urbanas.

Considerando as novas dinâmicas urbanas peculiares ao processo de urbanização no período contemporâneo, Sposito (2004) afirma-nos que:

Na urbanização contemporânea, a mescla, superposição ou maior grau de articulação entre o urbano e o rural, muitas vezes expressos por menor distinção entre o campo e a cidade, não são indicadores de uma superação do modo capitalista de produção no sentido de construção de uma outra sociedade ou de retomada da humanização por esse caminho. Muito pelo contrário, essa tendência revela o **aprofundamento das bases desse modo de produção**, uma vez que expressa a ampliação da divisão técnica e social do trabalho e da complexidade da teia de relações espaciais que essa divisão exige, tanto do ponto de vista do aumento da especialização dos territórios, cada vez mais diferenciados pela presença ou ausência neles dos meios técnico-científico-informacionais, como do ponto de vista da intensidade e da amplitude das articulações entre diferentes escalas geográficas (Sposito, 2004, p. 41).

Considerando ainda o debate sobre a urbanização, Damiani (2004) ressalta que esse processo vem produzindo intensas mudanças na escala da

cidade. A perspectiva apresentada por Damiani (2004) nos permite pensar acerca do fato de que a urbanização – enquanto elemento relacionado ao avanço do processo de modernização do território e de implementação de uma racionalidade instrumental, inerente à produção do valor e à reprodução do capital na escala das cidades – tem contribuído para a intensificação da divisão social do espaço, para a produção da cidade como valor de troca e para o engendramento de espaços urbanos profundamente desiguais.

Por sua vez, a urbanização apresenta graus, intensidades e ritmos muito diferentes, de acordo com as condições locais. Nesse aspecto, a urbanização, compreendida enquanto processo geral que se manifesta nas diversas cidades brasileiras a partir de uma lógica e uma racionalidade instrumental, não se realiza necessariamente sem levar em consideração as especificidades da escala local (Rodrigues, 2015).

Desse modo, é como resultado do encontro e, por vezes, do confronto entre elementos gerais e as singularidades do lugar, que a urbanização, em sua particularidade, irá se realizar na escala local. Isso requer que levemos em consideração a formação das cidades como possibilidade para compreender tanto a particularidade das cidades quanto a diversidade urbana brasileira (Rodrigues, 2015).

Ainda para Damiani (2004), dialetizar a urbanização pressupõe compreendê-la como concepção de espaço que permita enriquecer lógica e socialmente a apreensão de seus conteúdos, permitindo que nos aprofundemos, conceitualmente, no desvendamento das contradições espaciais.

### **3 A urbanização do território**

Considerando o papel do processo de urbanização na produção do território brasileiro, Santos (1993) elucida que o período contemporâneo está marcado por um momento particular de transformações territoriais aceleradas, associadas à urbanização do território, depois de um longo período de urbanização social e territorialmente seletiva.

---

Como resultado dessas transformações, a cidade, enquanto relação social e materialidade, vem se tornando produtora da pobreza (Santos, 1993). É dessa maneira que o processo de urbanização brasileira revela uma crescente associação com a pobreza. Podemos considerar, ainda, que o processo de urbanização se encontra vinculado à produção das desigualdades socioespaciais, uma vez que tanto a estrutura econômica quanto as estruturas política e espacial encontram-se profundamente vinculadas ao fortalecimento das estruturas de poder e aos interesses de manutenção do modo de produção vigente, pautados na reprodução do capital no espaço.

Dentro dessa perspectiva, a urbanização, como processo avassalador de ritmos, intensidades e contradições, contribuiu decisivamente para a produção de centralidades, tanto na escala das cidades quanto na escala da rede urbana brasileira, redefinindo fluxos e interações espaciais necessárias ao processo de produção capitalista do espaço (Santos, 1993).

A urbanização, como processo contraditório e excludente, torna-se crítica à medida que demandas sociais de significativas parcelas da população brasileira são negligenciadas em razão de interesses particulares e/ou projetos de intervenção urbana, que tendem a atender interesses econômicos relacionados à lógica de revalorização do espaço. Essa prática contribui para o processo de produção capitalista do espaço urbano e para a intensificação das desigualdades socioespaciais (Limonad, 1999, 2008).

As manifestações contemporâneas do urbano, no território brasileiro, apresentam uma complexidade e uma densidade associadas à diversidade de formas espaciais e conteúdos urbanos inerentes às formações territoriais específicas, que se estabelecem como condição e resultados de processos estruturantes, articulados.

A urbanização possui papel significativo na produção capitalista do território brasileiro, seja como expressão de processos de modernização do território, seja enquanto meio a partir do qual a produção capitalista pôde se reproduzir, seja, ainda, como condição para a reprodução do capital nas escalas regionais e locais.

A esse respeito, Santos (1993) afirma que, sobretudo a partir da década de 1970, o Brasil precisou se urbanizar para dar suporte ao desenvolvimento industrial. É dentro dessas circunstâncias que a urbanização do território

brasileiro constitui condição para a urbanização da economia. Ainda segundo Santos (1993), o avanço antecipado da urbanização constituiu importante dispositivo de amplificação dos níveis de utilização do capital e de expansão das taxas de rentabilidade do capital empregado.

#### **4 A urbanização na expansão da fronteira urbana**

O processo de urbanização, realizado por meio da expansão da fronteira urbana (Becker, 1982), tendeu a avançar de maneira sistemática, produzindo antecipações ao próprio processo de acumulação e inversão de capital nas escalas regionais e locais.

Em síntese, a urbanização expandida do território e dos fatores de acumulação constituiu processo politicamente induzido, como condição para realização do excedente capitalista. Ela se deu por meio da produção expandida do espaço urbano e sobre a forma de expansão da fronteira urbana, que se tornou sinônimo de reposição das condições de desenvolvimento desigual na escala ampliada do território brasileiro.

Do ponto de vista da particularidade do território amazônico, a urbanização, enquanto processo espaço-temporal, ocorreu, com maior intensidade, a partir da década de 1970, por intermédio de políticas de modernização e da urbanização seletiva do território, nos lugares escolhidos que funcionariam como mancha diante da extensão territorial da região, com base na intervenção política do Estado (Becker, 1990, 1991; Pereira, 2012).

Dentre as principais características das ações estruturantes do Estado na produção da urbanização, destacam-se: controle dos recursos naturais; criação de um conjunto de instituições de planejamento, gestão, financiamento e disponibilização de recursos públicos para os empreendimentos privados; mobilização de mão de obra, por meio de projetos de colonização e apoio àqueles projetos realizados pelos agentes econômicos; regulamentação do mercado de terras em bases assalariadas; construção de infraestrutura, como estradas, portos e aeroportos; constituição das cidades como fronteiras urbanas que serviram de base para a ocupação da região (Pereira, 2012).

---

Segundo Becker (1987, 1990, 1991) e Corrêa (1987), a urbanização da fronteira amazônica, entre os anos de 1970 e 1980, produziu as seguintes características: 1) expansão e consolidação de centros regionais, sub-regionais e locais que serviram de base para projetos produtivos impulsionados pelo investimento estatal; 2) concentração da população nas capitais estaduais (Belém e Manaus); 3) multiplicação de núcleos dispersos ligados à mobilidade da força de trabalho; 4) retração de antigos núcleos, localizados às margens dos rios, que perderam importância com a abertura das estradas; além da 5) implantação de franjas avançadas, que correspondem às “cidades das companhias”.

Por sua vez, Silva e Cardoso (2021) ressaltam que o modelo de urbanização implementado para a Amazônia, sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970, trouxe consequências nefastas, tanto para os mercados produtores quanto para os mercados consumidores locais e regionais, assim como as comunidades e seus territórios, uma vez que os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) levavam em consideração a escala do território nacional e seus complexos regionais, sem considerar as singularidades dos respectivos territórios. Silva e Cardoso (2021) levantam ainda a seguinte questão: que características herdaram a experiência da cidade na Amazônia como mediação entre sociedade e natureza, no período anterior à urbanização?

Com efeito, os elementos aqui abordados, acerca da urbanização do território, não tiveram objetivo de produzir um debate teórico. Objetivamos tão somente apresentar um resgate e diálogo com algumas das principais abordagens, de maneira a situar o leitor no âmbito de algumas das reflexões que vêm sendo produzidas sobre esse tema.

## **5 Urbanização e desigualdade socioespacial**

O termo “urbanização”, concebido por Harvey (2008), necessita ser entendido como processo, e, enquanto tal, deve ser compreendido à luz da longa duração do tempo histórico-geográfico, considerando o par urbanização-desigualdade, suas expressões na forma de segmentações sociais e espaciais, bem como a produção/distribuição desigual do espaço construído.

Para Sposito (2004), a urbanização e sua expressão material, a forma de ampliação da divisão técnica e social do trabalho, da complexidade da teia de relações espaciais inerentes a esta divisão, assim como o aumento da especialização dos territórios, vêm contribuindo para o fortalecimento das bases do modo de produção e para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Rodrigues (2015) ressalta que urbanização e a desigualdade constituem processos dialéticos codeterminantes, cuja expressão espacial se manifesta na produção desigual do espaço urbano das cidades, no período contemporâneo (Rodrigues, 2015). A urbanização, enquanto processo planetário, tem produzido efeitos acelerados na divisão social do espaço urbano, contribuindo para recomposições urbanas associadas a recentralidades e policentralidades na escala da cidade, ampliação de diferenciação espacial na escala das cidades, sobretudo vinculadas ao mercado de terras, reconfiguração territorial do padrão centro-periferia, bem como o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Ainda para Rodrigues (2015), a diversidade urbana e a urbanização devem ser apreendidas à luz da formação histórico-geográfica das cidades pesquisadas, como possibilidade para refletir a particularidade da produção da cidade e do urbano brasileiro.

## **6 Urbanização como tríade analítica (concentrada, estendida e diferencial)**

A urbanização no século 21 tem se tornado mais complexa diante das metamorfoses associadas às múltiplas escalas da produção capitalista do espaço (Brenner, 2000). Inspirados na hipótese lefebvriana da “urbanização completa da sociedade”, Brenner e Schmid (2014, 2015) têm chamado a atenção para a necessidade de se construir uma nova epistemologia do urbano que seja capaz de: a) orientar leituras em múltiplas escalas; b) ultrapassar as fronteiras das cidades e dos países; c) considerar o rural no cerne da urbanização; d) conduzir à prática pela negociação, imaginação, experimentação e luta.

---

Essa perspectiva é conduzida por um conjunto de transformações globais no curso das últimas décadas do século 20 e do início do século 21, quais sejam: a) desregulamentação ou novas formas de regulamentação do sistema financeiro global e de sistemas nacionais e subnacionais; b) flexibilização dos processos produtivos, constituindo redes globais de produção; c) revolução digital (Brenner, Schmid, 2015).

De modo resumido, os autores partem da premissa de que o curso da urbanização contemporânea exige reconhecer que, embora as cidades sejam importantes na reprodução sistêmica das transformações, é preciso ir além delas (Brenner, Schmid, 2014). Nesse desafio, Brenner e Schmid (2015) propõem uma tríade analítica que consiste na relação dialética entre três momentos que se condensam no presente: “urbanização concentrada”, “urbanização estendida” e “urbanização diferencial”.

A “urbanização concentrada” representa o reforço polarizador da aglomeração urbana. Regiões metropolitanas, megalópoles, conurbações e a multiplicação de cidades de diferentes portes e funções reafirmam a tese da aglutinação populacional, da concentração do investimento e das diferenciadas posições de comando exercidas por esses núcleos. Portanto, ele se vincula ao movimento de polarização e hierarquização do fenômeno urbano.

Por sua vez, a “urbanização estendida” representa a pulverização de amplas “paisagens operacionais” ou novas “hinterlândias” (Brenner, Katsikis, 2020), que, embora se vinculem à “urbanização concentrada”, extrapolam os limites das aglomerações propriamente ditas, em grandes cadeias de valor. A ideia se aproxima da noção de “urbanização extensiva” de Monte-Mór (2004), porém articula escalas mais amplas.

A conexão entre “urbanização concentrada” e “urbanização estendida” se faz mediante: a) redes urbanas mais amplas de extração de recursos em zonas de exportação agroindustrial (incluindo alimentos, biocombustível, petróleo etc.) com impacto sobre pequenas e médias produções e sobre o ambiente; b) enormes infraestruturas operacionais de transporte e comunicação capazes de intensificar a circulação e acelerar a reprodução do capital diante dos imperativos de consumo das principais cidades do mundo; c) redes de migração inter-regional por meio de infraestruturas de



comunicação, orientando novas experiências cotidianas que ultrapassam as fronteiras (Brenner, Schmid, 2014, 2015; Brenner, 2018).

A tríade analítica se completa com a “urbanização diferencial”. Esta consiste no constante impulso à transformação das paisagens da “urbanização concentrada” e da “urbanização estendida”, constituindo novas formas e novos conteúdos da produção do espaço urbano. A rapidez com que as paisagens são continuamente refeitas no fluxo da “destruição criativa” exige novos esforços interpretativos (Brenner, Schmid, 2015).

Nesse caminho, é fundamental compreender as múltiplas dinâmicas históricas e geográficas para reconhecer os padrões e os caminhos conduzidos pela tríade analítica “urbanização concentrada”-“urbanização estendida”-“urbanização diferencial”. Portanto, “novos processos de urbanização são evidentes em todos os lugares [...], mas assumem uma rica diversidade de formas e expressões à medida que se tornam localizados e situados em áreas geográficas particulares” (Soja, 2000, p. XVII).

Dessa forma, o pensar e o agir no curso da urbanização contemporânea necessitam ser reorientados sob novas bases teórico-metodológicas. A tríade analítica exposta é certamente um importante caminho a ser problematizado e confrontado em diferentes formações socioespaciais.

## 7 Considerações finais

O presente artigo sistematizou, de maneira breve, um conjunto de proposições teórico-metodológicas referentes à categoria urbanização. Na tarefa de refletir sobre o tema, um dos principais desafios é a construção de novos parâmetros capazes de iluminar o pensar e o agir no curso da urbanização contemporânea.

As diferenciações socioespaciais são cada vez mais velozes e intensas e a literatura recente mostra a importância de se pensar a urbanização em múltiplas escalas, associando-a à complexidade da produção do espaço. Ainda dentro desta perspectiva, entender a complexidade da urbanização e a maneira como esta se manifesta de maneiras distintas em diferentes con-

---

textos, requer que façamos um esforço intelectual e analítico no sentido de análises inovadoras que permitam considerar as coexistências e correlações entre as multiplicidades de formas de manifestação da nova urbanização no contexto da formações socioespaciais.

Com efeito, as reflexões aqui apresentadas não têm a pretensão de esgotar qualquer debate acerca do termo urbanização. Nossa pretensão é de tão somente situar o leitor no debate e provocá-lo no sentido de que possa refletir sobre a natureza do processo de urbanização no século 21, atentando para as correlações e metamorfoses da urbanização e do urbano em movimento.

## Referências

- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian 1997.
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ática, 1990.
- BECKER, B. K; EGLER, C. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- BECKER, B. K. Gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros em Carajás. In: LENA, P.; OLIVEIRA, A. E. (Org). **Amazônia**: a fronteira 20 anos depois. 2ª ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992, p. 333-351.
- BRENNER, N. The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. **International Journal of Urban and Regional Research**, 24(2), 361-378, 2000.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. The 'urban age' in question. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 38, n. 3, p. 731-755, 2014.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? City, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015a. 10.1080/13604813.2015.1014712.
- BRENNER, N. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.
- BRENNER, N; KATSIKIS, N. Operational landscapes: Hinterlands of the Capitalocene. *Architectural Design*, v. 90, n. 1, p. 22-31, 2020.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORREA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49, n.3, p. 39-68, 1987.
- DAMIANI, A. L. urbanização crítica e produção do espaço. **CIDADES: Revista científica/ grupo de Estudos Urbanos**, v.1, n. 1, p. 307-339, 2004.
- HARVEY, D. L'Urbanisation du capital. **Actuel Marx**, n. 35, p. 41-70, 2004.
- HARVEY, D. The right the city. **New Left Review**, n. 53, 2008.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

- 
- LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Portugal: Editora Ulisseia, 1972.
- LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, Ano 1, n. 1, p. 71-91, 1999.
- LIMONAD, E. Espaço-tempo e urbanização: algumas considerações sobre a urbanização brasileira. **Revista Cidades**, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2008.
- MONTE-MÓR, R. **Modernities in the Jungle**: extended urbanization in the Brazilian Amazonia. 2004. 360 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) University Of California, Los Angeles, 2004.
- PEREIRA, J. C. M. **Os modos de vida na cidade**: Belterra, um estudo de caso na Amazônia Brasileira. 2012. 256 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas**: análise de Santarém e Marabá, Pará. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista –UNESP, Presidente Prudente, 2015.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SILVA, H & CARDOSO, A. C. Urbanização e natureza na Amazônia – notas sobre uma agenda de pesquisa. **Agendas de Pesquisas do PGPAM**: Desenvolvimento e Planejamento na Amazônia, Editora: PGPAM UNIFESSPA, 2021.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOJA, E. W. **Postmetropolis**: Critical Studies of Cities and Regions. Oxford: Basil Blackwell, 2000.
- SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: Sposito, M. E. B. (Org). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GASPERR, 2001. P. 609-643.
- SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização economia e cidades no Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2004. 508 f. Tese (Livro Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

**Jovenildo Cardoso Rodrigues**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (PPGG-UNESP – Campus Presidente Prudente). Líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM). Professor da Faculdade de Geografia do Campus Universitário de Ananindeua e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFGA). E-mail: [jovengeo@yahoo.com.br](mailto:jovengeo@yahoo.com.br); [jovenildo@ufpa.br](mailto:jovenildo@ufpa.br)

**Marlon Lima da Silva**

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFGA).



## Capítulo 5

### Amazônia, cidade e (geo)grafias do comum



*Michel Lima*

#### **Introdução**

Partindo do debate crítico sobre o comum, aproximando-o de uma interpretação geográfica, ou das (geo)grafias do comum (Lima; Santos, 2023), o presente texto destaca a importância dessa dimensão coletiva, apropriativa, política e insurgente da atividade humana (Dardot; Laval, 2017; Federici, 2022; Gutiérrez Aguilar, 2017) para pensar a realidade urbana amazônica.

Nesse sentido, reforça a ideia de potencializar e empoderar usos, práticas, formas-conteúdo e subjetividades nos espaços regionais — florestas, rios, orlas e beira-rios das cidades, ambientes costeiros, bairros ribeirinhos, igarapés urbanos *etc.* — a partir da perspectiva do comum, sobretudo no contexto de degradação socioambiental e de conflitos socioterritoriais produzidos pelo desenvolvimento do capitalismo e de sua razão de mundo na Amazônia.

Assim, subsidiando-se em referenciais empíricos de realidades urbanas regionais, objetiva-se analisar o processo de modernização da Amazônia e a dialética protagonizada pelas (geo)grafias do comum nas cidades paraenses de Altamira, Tucuruí e Marabá.

Do ponto de vista do instrumental teórico-metodológico adotado para a elaboração do artigo, ressalta-se: a) revisão teórico-conceitual de temáticas



importantes, como o processo de modernização da Amazônia, os comuns e a produção do espaço urbano regional; b) levantamento e análise bibliográfica, de caráter histórico e geográfica, centrada em Altamira, Tucuruí e Marabá; c) análise documental referente a intervenções e projetos infraestruturais voltados para o referencial empírico selecionado; d) trabalhos de campo<sup>24</sup> realizados entre os anos de 2018-2020, com observação sistemática das dinâmicas socioterritoriais existentes nas cidades selecionadas, com foco nos sujeitos coletivos e/ou moradores dos espaços ligados aos recursos florestais, às águas e ao processo modernizante.

O texto está estruturado em introdução, duas seções e mais as considerações finais. Na primeira seção, desenvolve-se uma análise do debate sobre o comum, com suas aproximações e distanciamentos teóricos e epistemológicos, priorizando o seu potencial para a produção de uma interpretação geográfica. Em seguida, os pormenores do processo de modernização da Amazônia e os seus impactos nas cidades de Altamira, Tucuruí e Marabá

---

24 As visitas à cidade de Marabá e ao seu espaço de orla fluvial se iniciaram no ano de 2010, por meio de pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade (Geourbam) da Universidade Federal do Pará (UFPA), coletivo do qual o autor deste trabalho é membro, sendo coordenado pelo Professor Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. Os campos intensificaram-se a partir do ano de 2016 e perduraram até o ano de 2020, quando foram realizados estudos e coletados dados primários e secundários, tanto dos espaços vividos ligados aos rios (Tocantins e Itacaiúnas) e aos recursos florestais, quanto dos impactos do processo de modernização infraestrutural (projetos turísticos, hidrelétricos e logísticos) ocorrido nos rios e em suas margens. Altamira e Tucuruí, outras cidades pesquisadas, foram visitadas entre os anos de 2018 e janeiro de 2020, com o objetivo de levantar informações semelhantes ao estudo desenvolvido em Marabá. Em tais situações, recorreu-se à observação sistemática da paisagem dos locais direta e indiretamente contemplados pelo processo modernizante. Por meio da observação, dos registros fotográficos e de entrevistas semiestruturadas, fez-se inventário dos objetos, interações, usos, práticas, estratégias de resistências e lutas que decorreram da relação da população com os rios e suas margens, sempre potencializando, dando visibilidade e protagonismo às dinâmicas socioespaciais existentes nos territórios de uso comum relacionados às águas e aos recursos florestais. O resultado das incursões culminou na produção de uma tese de doutorado (Lima, 2020) defendida no ano de 2020. Por fim, destaca-se que uma parte dos dados dessa tese foram selecionados, atualizados para o ano de 2022, sendo apresentados na forma deste artigo.



são discutidos a partir da perspectiva das (geo)grafias do comum. Por fim, as considerações finais retomam alguns pontos do debate empreendido, sinalizando a necessidade de elaboração de leituras mais sensíveis sobre o urbano na Amazônia, de modo a potencializar, principalmente, outros protagonismos, trajetórias e cosmovisões.

## 1 O comum como uma alternativa ao desenvolvimento do capitalismo no contexto neoliberal

Pensado como uma dimensão diferenciada da relação sociedade-natureza, o comum — comuns ou *commons* — apresenta significados diversos, de acordo com diferentes períodos históricos, situações socioespaciais, contextos culturais e perspectivas científicas.

De maneira geral, a partir de referenciais europeus<sup>25</sup>, são entendidos enquanto bens, recursos e *espaços de uso coletivo* (Thompson, 1998; Po-

---

25 Para Polanyi (2012), no coração da revolução industrial do séc. 18 ocorreu um avanço significativo nos instrumentos de produção e um progresso econômico que se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação na vida das pessoas, principalmente em razão do avanço e/ou consolidação da economia de mercado. Os cercamentos, que estão no centro deste debate, consistiram em uma espécie de revolução dos ricos — inicialmente senhores e nobres, e, posteriormente, agricultores e mercadores — contra os pobres, notadamente em função de restrições de acesso aos campos abertos e das conversões de terra arável em pastagem na Inglaterra, quando os campos e as áreas comuns foram cercados pelos senhores e condados inteiros ficaram ameaçados de despovoamento. Sobre esse processo, Thompson (1998) frisa que a cultura tradicional, da plebe (classe popular da sociedade), acabava por colidir, em nome do costume, com as racionalizações e inovações da economia, como os cercamentos de terras comunais (local de acesso comum para os habitantes dos feudos, que abrangia as florestas, os bosques, os pastos), com a “nova” disciplina de trabalho e com os “livres” mercados não regulamentados que os governantes, os comerciantes ou os empregadores queriam consolidar. Além disso, é importante destacar que esse processo também provocou a degradação social nas cidades europeias do séc. 19, pois houve significativa piora nas condições de renda, habitação, vestuário e alimentação da população trabalhadora, principalmente nos bairros operários (Engels, 2010).

lanyi, 2012), ou, também, como protagonistas de um inevitável processo de destruição<sup>26</sup> impulsionado pela sua utilização desregulada (Hardin, 1968), ou, por fim, na forma de um sistema de recursos distribuídos em pequena escala pelo planeta, sejam eles naturais ou socialmente produzidos (florestas, um canal de irrigação, uma ponte, um sistema de computação etc.), sendo alvos de apropriações, de usos ou do estabelecimento de regimes de propriedade coletiva (Ostrom, 2000).

De todo modo, tomando como referencial leituras menos “canônicas” e pesquisas mais recentes, sobretudo no contexto neoliberal, outros aspectos científicos, teóricos e práticos podem ser abordados. Nesse sentido, destaca-se que, para Harvey (2013, 2014), os comuns são espaços e relações sociais instáveis e maleáveis entre determinado(s) grupo(s) sociais autodefinidos e os aspectos existentes ou ainda por criar, do meio social e físico, que são considerados essenciais para a sua vida.

Assim, os comuns podem ser *recursos, relações e práticas* não mercantilizáveis e resistentes aos poderes do capital, que são produzidos ao longo do tempo e abertos para uma coletividade em um determinado referencial socioespacial. Dessa forma, são comuns o ambiente socialmente construído, os territórios de usos coletivos, os recursos naturais (terra, água, ar, flo-

---

26 A ideia central e amplamente difundida de Hardin (1968) é a de que os campos, os oceanos, os parques nacionais e os demais espaços de livre acesso (comuns) têm os seus recursos esgotados pela população, que aumenta exponencialmente. Diante disso, existiriam três saídas para evitar a sua destruição: a) vendê-los como propriedade privada; b) conservar o seu caráter público, restringindo o seu acesso; ou, por fim; c) poderiam também leiloá-los, dando acesso com base em princípios meritocráticos e em padrões acordados socialmente. Os argumentos de Hardin (1968) colocavam-se contra qualquer forma de propriedade comum ou estatal, que eram acusadas de transferir os custos do uso dos comuns para a coletividade, levando ao esgotamento do recurso. Isso justamente no contexto da oposição entre o socialismo soviético e o capitalismo americano, na década de 1960 (Mendes; Cava, 2017). Nessa perspectiva, enviesada e ideológica, o modo de produção capitalista, que engendra uma produção desenfreada de mercadorias e a degradação da natureza, os avanços técnicos (que poderiam potencializar e ampliar os recursos existentes) e os limites das relações sociais hegemônicas, como tais, são convenientemente desconsiderados em favor de um argumento malthusiano e do destaque para os benefícios do avanço da propriedade privada no conjunto da sociedade.

restas), os avanços e inovações tecnológicos, as práticas socioculturais, as relações econômicas, os serviços (saúde, educação), o conhecimento científico, o material genético, a linguagem criada, os modos de sociabilidade etc.

Ademais, sua utilização pressupõe a ação política, reconhecendo *contradições e conflitos* sociais, sendo, tanto exclusivos de um grupo social, quanto parcial ou totalmente abertos a diversos outros grupos. Por conta disso, os comuns são permeados pela ideia de exclusividade, de livre acesso, de controle regulado ou até mesmo pela ideia de administração/gestão por poderes mais centralizadores (Harvey, 2013, 2014).

O enfrentamento do capitalismo de razão neoliberal e a importância do comum também são abordados por autores que entendem essa dimensão coletiva não apenas como uma contradição, mas sim como uma racionalidade oposta, um *princípio político* (Dardot; Laval, 2017) e uma alternativa aos intentos de acumulação (Gutiérrez Aguilar, 2017), isto é, que definem o comum a partir de relações assentadas em subjetividades mais subversivas, cooperativas e solidárias, que são praticadas por diversos grupos humanos, seja em perspectivas anarquistas, marxistas/socialistas, ecologistas e ecofeministas (Federici, 2019).

Dos referenciais consultados, destacam-se Dardot e Laval (2017, 2018), autores para quem o comum — no singular, para fugir do sentido restrito de bens comuns, assumindo uma perspectiva de relação social e subjetividade política — é um princípio que traduz um sistema de práticas que emana dos movimentos sociais, de seus embates e de suas experiências diretamente contrárias à racionalidade neoliberal, como: o conjunto de tendências de radicalização da democracia, a luta pela afirmação de direitos universais, a busca por melhorias nos serviços públicos, a ocupação de espaços públicos, os debates em torno da questão ambiental etc. Trata-se de visão de mundo alternativa que faz prevalecer, tanto o uso comum sobre o princípio do individualismo e da propriedade privada exclusiva quanto o autogoverno democrático sobre o comando hierárquico e, acima de tudo, torna a (co) atividade e a cooperação indissociáveis da (co)decisão no que diz respeito aos direcionamentos sociais.

Nessa proposta, a atividade prática e os usos dos indivíduos também adquirem importância central. Assim:

[...] é preciso afirmar que *somente* a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que *somente* essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexistia a essa atividade na qualidade de titular de direitos. Se existe “universalidade”, só pode tratar-se de uma universalidade *prática*, ou seja, a de todos os indivíduos que, em dado momento e em dadas condições, se encontram engajados numa mesma tarefa. O comum pode ser repensado apenas se romper com o confronto metafísico entre sujeito livre e coisa material oferecida ao domínio soberano desse sujeito. Por isso, empenhamo-nos em promover aqui o uso substantivo, falando *do* comum, em vez de nos satisfazer com o adjetivo “comum”. Não que não possamos nos permitir falar *dos* comuns para designar os objetos construídos e sustentados por nossa atividade, o que já é uma forma de substantivação, mas sobretudo porque abdicaremos de falar dos “bens comuns” ou mesmo do “bem comum” em geral. *O comum não é um bem*, e o plural nada muda nesse aspecto, porque ele não é um objeto ao qual deva tender a vontade, seja para possuí-lo, seja para constituí-lo. O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É, por isso mesmo, o princípio político que define o novo regime de lutas em escala mundial (Dardot; Laval, 2017, p. 53-54, grifos dos autores).

Além dessa perspectiva, destaca-se o debate feminista que enfatiza o comum em uma proposta crítica em relação ao apagamento do trabalho reprodutivo<sup>27</sup> e ao processo de submissão e degradação das condições de vida das mulheres. Sobre esse aspecto, Federici (2019, 2022) destaca que é necessário produzir socialmente os comuns, reconhecendo os existentes

---

27 Em estreita relação com o processo produtivo (relações contratuais, formais e informais de trabalho, produção, circulação, consumo etc.), destaca-se o trabalho reprodutivo, comumente invisibilizado ou considerado pouco importante nas sociedades capitalistas. Tal trabalho diz respeito ao conjunto de necessidades materiais, como moradia, preparação de alimentos, organização do espaço, criação dos filhos, sexo, procriação, e, também trata da reprodução de nossas memórias coletivas e dos símbolos culturais que dão sentido à vida e alimentam nossas lutas (Federici, 2022).

(bens, relações, culturas, tecnologias etc.) ou mesmo reapropriando espaços controlados pelo capital e pelo Estado. Nesse sentido, afirma-se a importância de “tornar comuns” espaços, relações/subjetividades e culturas em uma perspectiva também feminista, permeada por processo de (des)alienação, autonomia, solidariedade, partilha e responsabilização sobre nossas vidas e sobre os nossos corpos.

Para a autora em tela, destacam-se os corpos das mulheres, os grupos historicamente mais atacados pelo desenvolvimento do capitalismo, pela sociedade de mercado e sua lógica machista e patriarcal.

Assim, como sujeitos essenciais do trabalho reprodutivo, historicamente, as mulheres sempre dependeram mais do que os homens<sup>28</sup> do acesso aos recursos comuns e foram as mais comprometidas em sua manutenção e difusão, isto é, colocaram-se na linha de frente na defesa dos usos, práticas e relações referenciadoras de uma perspectiva coletiva e contrária aos interesses do mercado, de seus agentes difusores e/ou mesmo do Estado-nação (Federici, 2019).

Igualmente e intensificando o deslocamento de olhares, Gutiérrez Aguilar (2017) pontua como é importante abordar, analisar e destacar os lugares autônomos de produção, reivindicação e cuidado da vida humana, das formas políticas e da política dos “de baixo” — populações expropriadas, colonizadas e escravizadas, sobretudo na América Latina, mas cujo raciocínio pode estender-se para África, Ásia e outros espaços subalternizados —, assentadas no comum, para além de perspectivas invisibilizadoras, homogeneizadoras, colonizadoras e Estado-cêntricas.

---

28 As mulheres, em função das atividades do trabalho reprodutivo e de suas lutas territoriais, contribuíram significativamente para valorizar o trabalho de seus filhos e da comunidade, desafiando hierarquias sexuais nas quais o capitalismo prospera, forçando o Estado-nação a expandir o investimento na reprodução da força de trabalho. Elas também forçaram o reconhecimento de seu protagonismo histórico e social e têm sido as principais apoiadoras de um uso não capitalista dos recursos naturais (terras, águas, florestas), da agricultura de subsistência e da segurança alimentar na América Latina, África e Ásia, ficando no caminho do completo cercamento da “natureza” e da degradação dos últimos comuns remanescentes (Federici, 2019).

---

Nesse sentido, atrela-se o comum a um horizonte comunitário popular, que consiste em um amplo e dificilmente definível conjunto de esperanças, insurgências e práticas de transformação e subversão das relações de dominação e exploração associadas ao capital e seus representantes, e ao Estado, em diferentes escalas e contextos. São ações de homens e mulheres em torno da defesa do que lhes é comum, sobretudo no sentido de recursos materiais, políticos e culturais essenciais para a sua sobrevivência coletiva (Gutiérrez Aguilar, 2017).

Adensando o debate sobre o conceito e pensando mais na realidade brasileira, Leroy (2016) aborda o comum como um conjunto de bens, práticas e interações sociais que expressam um tipo de organização econômica e sociocultural produtora de territorialidades assentadas em partilhas e/ou usos coletivos que se colocam para além do mercado. Essa leitura se apresenta como uma possibilidade de reprodução socioespacial anticapitalista e de restituição da relação “humanidade-natureza” — relação de caráter menos predatória, mais justa e aproximativa/solidária —, tendo como exemplos centrais etnias indígenas e demais populações tradicionais, setores do campesinato etc.

O aspecto mais sensível pontuado por Leroy (2016), no que diz respeito ao conjunto de relações (econômicas, políticas e simbólico-culturais) sociedade-natureza, aproxima o debate dos comuns ao da crítica socioambiental contemporânea. Sobre esse aspecto, Leff (2021) comenta que os comuns configuram modos comunitários de habitar o planeta através de uma racionalidade ambiental diferenciada, envolvendo cosmovisões, ideologias e sentidos civilizatórios diferentes daqueles hegemônicos, da sociedade de mercado.

Tomando como exemplo grupos camponeses, culturas aborígenes e populações indígenas, o mesmo autor enfatiza o comum como um bem e/ou recurso de uso coletivo, engendrado a partir de relações ecológicas diferenciadas e não predatórias da natureza, de construção de territórios de vida e de outros sentidos existenciais, de autodeterminação e conflitos/enfrentamentos relacionados aos embates entre populações diversas, com

os interesses do capital, do Estado e da normatividade hegemônica do direito privado (Leff, 2021).

Dessa forma, a dimensão do comum não coloca a humanidade separada da natureza, mas sim como sua exploradora e guardiã, sempre se centrando nas práticas de interação, de cuidado e de coabitação, em um mundo comum. Por isso, estimula e/ou promove formas benéficas de relação sociedade-natureza, inclusive, limitando usos e/ou práticas prejudiciais ao meio ambiente (Hardt; Negri, 2016).

Assim, a partir do referencial ora apresentado<sup>29</sup>, realiza-se um esforço interpretativo e aproximativo sobre o comum com base na relação sociedade-natureza, enfatizando alguns de seus principais elementos teóricos e epistemológicos. Desse modo, o comum: i) diz respeito a uma dimensão coletiva, cooperativa e apropriativa — no sentido de valores de uso e não de valores de troca — da atividade humana; ii) são recursos materiais e imateriais de uso coletivo ou bens comuns; iii) constitui uma dimensão de relações sociais e de subjetividades permeadas por ideais de partilha, solidariedade, (co)responsabilidade, (co)gestão e autodeterminação; iv) apresenta uma perspectiva antipatriarcal, ecológica e de reconhecimento do trabalho reprodutivo; v) subsidia elementos de contradição e de conflito com o Estado, o capital e seus agentes/grupos difusores, bem como, de conflito entre os próprios produtores do comum; e vi) configura um princípio político anticapitalista, insurgente e (des)colonizante, por valorizar populações, territórios e cosmovisões contrárias ao desenvolvimento do capitalismo, da sociedade de mercado e de suas ideologias.

Os elementos elencados existem em diversos espaços, com mais ou menos intensidade de uma ou outra dimensão, de acordo com os diferentes

---

29 A despeito das possíveis críticas e divergências existentes entre os autores apresentados e suas respectivas abordagens sobre os comuns, priorizou-se suas contribuições, consideradas essenciais para interpretar a realidade latino-americana, brasileira e amazônica. De todo modo, para um maior detalhamento das limitações das propostas de alguns autores referenciados, sobretudo Hardin (1968), Ostrom (2000), Harvey (2013, 2014) e Hardt e Negri (2016), sugere-se como leitura as contribuições de Dardot e Laval (2017), Federici (2019) e Gutiérrez Aguilar (2017).

---

contextos históricos, econômicos, políticos e culturais. São dinâmicas que imprimem as suas marcas, (geo)grafando a terra, e, portanto, possibilitam uma interpretação geográfica, principalmente a partir dos arranjos espaciais, ou, mesmo, do surgimento de uma morfologia material (dimensão das coisas, da matéria a ser modelada, da realidade prático-sensível, da natureza, do ambiente construído) e social (campo das relações, da sucessão regulamentada de atos e ações, de decisões, de condutas, de mensagens e de códigos) dialeticamente articuladas (Lefebvre, 2006), por meio das quais se configuram territórios (Haesbaert, 2009, 2024) e subjetividades/cosmovisões assentadas no que é comum. Essas (geo)grafias serão comentadas a seguir, com ênfase, em específico, na realidade urbana amazônica.

## 2 Altamira, Tucuruí e Marabá e as (geo)grafias do comum

A gênese do espaço urbano amazônico situa-se no momento de (des) encontro das populações indígenas com os conquistadores/colonizadores europeus, no séc. 17, que estabeleceram aglomerações humanas — espaços de ocupação originários de diversas cidades, como Belém, Manaus, Cametá e Vigia — em sítios estratégicos, localizados, de acordo com Castro (2008), na interseção entre os cursos d'água e a floresta.

Sobre esse processo de colonização, Trindade Júnior (2015, p. 307) destaca que:

[...] de maneira geral, costuma-se associar o início da produção social do espaço amazônico à colonização portuguesa, que se deu a partir do século XVII. O fato é que, antes desse processo de colonização, sociedades diversas aí existentes já eram responsáveis não só pela formação de um espaço socialmente produzido, como por uma dada configuração do território [...].

Isso, por sua vez, revela que a Amazônia não era um grande vazio demográfico; portanto, não estava “desocupada” (Porto-Gonçalves, 2015). A ocupação nos primeiros séculos significou uma forma de colonização que



muito utilizou os habitantes originais, os indígenas, como mão de obra para a construção dos fortins, catequização, adquirir conhecimentos dos recursos existentes *etc.* (Oliveira, 2000).

Dessa forma, desde o período pré-colonial amazônico, o processo de ocupação de terras se deu às margens dos rios ou em áreas adjacentes (espaços de beira) aos cursos d'água que faziam a ligação com o litoral (Amazônia costeira) (Trindade Júnior, 2015; Barreto, 2019). Nesses espaços, desenvolveu-se um conjunto diversificado de usos, práticas e culturas que entrelaçaram os rios e os recursos florestais à perspectiva do comum (Diegues, 2001; Lima, 2020); foram desenvolvidos, reelaborados e transmitidos ao longo de gerações. Tais práticas são decorrentes de interações nem sempre pacíficas de sujeitos e culturas diversas, quais sejam: povos indígenas, populações africanas escravizadas e seus descendentes, colonos europeus, ribeirinhos *etc.*

Paralelamente a isso, destaca-se também que ocorreu um pouco descrito processo de ocupação litorânea que levou ao estabelecimento de cidades ao longo da costa atlântica amazônica (Trindade Júnior, 2022). Tais espaços constituem locais de ocupação antiga demarcados por extensas áreas de manguezais, restingas, estuários e florestas litorâneas. Neles, agrupamentos humanos engendraram culturas particulares e modos de vida assentados no uso comum dos recursos, com grande conhecimento dos ecossistemas, das correntes e marés, da tipologia do pescado *etc.* (Diegues, 2001).

Nesse sentido, na floresta, nos rios, nas várzeas e nos espaços costeiros subsiste uma diversidade de recursos, relações e referenciais/cosmovisões a partir dos quais se originam apropriações dos espaços e de seus recursos naturais e culturais, em íntima relação com as dimensões do comum apresentadas na seção anterior deste trabalho, seja no campo ou na cidade, configurando importantes singularidades e particularidades locais e regionais.

Assim, a complexidade socioespacial amazônica nos cobra um pensamento crítico e descentrado, de forma a melhor reconhecer suas particularidades urbanas e a lidar com sua diversidade do ponto de vista da natureza (biodiversidade), da sociedade (sociodiversidade), mas, igualmente, das diferentes

---

e desiguais expressões da vida e das formas urbanas presentes na região (urbanodiversidade). Este último empreendimento requer mobilizar abordagens teórico-conceituais sensíveis às particularidades e às singularidades das cidades amazônicas (Trindade Júnior, 2022, p. 26).

De todo modo, é mister destacar que a diversidade fisiográfica, ecológica e social da Amazônia brasileira sempre foi pouco considerada nas ações do Estado, das empresas e das políticas modernizantes impostas ao espaço regional, sobretudo a partir da última metade do séc. 20 (Ab’Sáber, 2004, 2021).

Nesse sentido, o espaço socialmente produzido da Amazônia, que apresenta uma íntima relação sociedade-natureza, acaba sendo associado, historicamente, ao processo de acumulação e aos códigos, normas e à cobiça do mercado (Oliveira, 2000; Trindade Júnior, 2006), principalmente no sentido de expansão do modo de produção capitalista recentemente orientado, *mutatis mutandis*, pela razão de mundo neoliberal da maneira teorizada por Dardot e Laval (2016).

É a partir dessa dinâmica “moderna”, hegemônica, que se dão ações que aproximam o Estado e o mercado — surgindo parcerias público-privadas decorrentes dessas interações — e se desenvolvem diversos projetos infraestruturais e de conotação capitalista na região. Tal situação intensifica o aproveitamento dos recursos (*commodities* minerais, vegetais, energéticas) amazônicos (Castro, 2010), dinâmicas que se materializam em processos de cercamentos, privatizações, espoliações (Harvey, 2004; Svampa, 2013) e des-territorializações (Haesbaert, 2009) de sujeitos, segmentos e coletividades; populações essas ligadas à floresta, às várzeas e aos rios, ao mar e ao espaço costeiro (Diegues, 2001), grupos que comumente são considerados “invisíveis” ou mesmo entraves ao desenvolvimento do grande capital.

Assim, é por meio desse (des)encontro de lógicas, de movimentos e de dinâmicas recentes ligadas ao processo de modernização em curso, que ocorre a produção da cidade e do urbano na Amazônia (Oliveira, 2000), em um embate entre tempos sociais contraditórios, discordantes e culturalmente diversos (Vicentini, 2004), manifestados nos conflitos relacionados aos espaços e recursos de uso comum, nas estratégias de enfrentamento e nas resistências aos intentos de efetivação da racionalidade do capital.

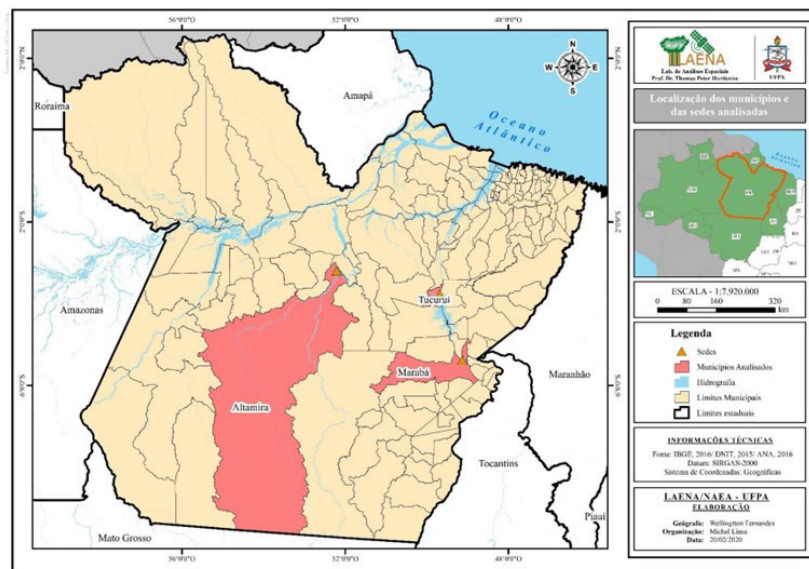
Sobre essas contestações e resistências amazônicas, Trindade Júnior (2014, p. 276) enfatiza que:

[...] em função da pluralidade de relações, de temporalidades e de espacialidades que na região se apresentam, o espaço amazônico tende a se dinamizar em função de ser uma sociedade diversamente territorializada e que cada vez mais se caracteriza pela multiplicidade de apropriações, de acréscimos, de subtrações e também de resistências, sejam elas operárias, indígenas, caboclas ou camponesas.

Tal situação se consolida pela permanência de usos, práticas e processos de trabalho (pesca marinha e fluvial, agricultura de subsistência, extrativismo vegetal, artesanato *etc.*) e pela existência de lutas sociais cujos principais objetivos são a afirmação de direitos (Castro, 2008, 2014) e a reprodução de modos de vida em territórios já estabelecidos, seja no campo ou na cidade, o que constitui contradições entre o espaço que se concebe e o espaço que demarca vivências cotidianas e valores de uso regionais (Trindade Júnior, 2014).

É nesse contexto em que se destacam os referenciais empíricos deste trabalho, as realidades de Altamira, Tucuruí e Marabá (mapa 01), no estado do Pará, principalmente as suas sedes municipais, e, secundariamente, os seus entornos imediatos. As três cidades inserem-se no processo de modernização do espaço regional, pois suas dinâmicas socioespaciais estão, em diferentes intensidades, associadas a uma temporalidade social historicamente ligada aos rios e à floresta, assim como vinculam-se ao desenvolvimento capitalista na Amazônia e ao momento de (re)valorização de atributos locais, logísticos e “naturais”.

Mapa 01 – Localização dos municípios e das sedes municipais de Altamira, Tucuruí e Marabá



O aglomerado populacional que originaria Altamira surge no sudoeste paraense, sendo produto do processo de colonização portuguesa na Amazônia, no final dos séculos 17-18. Nesse período, a bacia hidrográfica do Rio Xingu foi considerada um importante espaço para a realização de incursões (inglesa, holandesa e portuguesa) na foz do Rio Amazonas (Miranda Neto; Herrera, 2016).

Assim, elevada à categoria de cidade em 1917, Altamira teve a sua fundação relacionada aos intentos militares (proteção do território), comerciais (drogas do sertão) e religiosos (catequese e aprisionamento de mão de obra indígena), manifestados no (des)encontro do conquistador europeu com as populações originárias — etnias Xipiaia, Curuaia, Juruna, Arara — (Alonso; Castro, 2006) na Volta Grande do Rio Xingu.

A Volta Grande do Rio Xingu consiste num território de aproximadamente 200 quilômetros de extensão, abrangendo parte dos municípios paraenses de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio. Trata-se de um

espaço denso e diversificado, composto por rios e seus afluentes, igarapés, lagos, furos, igapós e uma floresta primária com madeiras de lei raras e diversas espécies endêmicas (Magalhães; Silva; Vidal, 2016).

É habitada por pescadores, ribeirinhos, agricultores, coletores, moradores que ocupam os beiradões e por povos indígenas de diversas etnias. Grupos que historicamente desenvolveram uma combinação de agricultura, extrativismo vegetal, caça e pesca, elementos fundamentais para a sua reprodução material e social (Almeida; Marin, 2014).

Destacando-se como entreposto comercial, a cidade de Altamira manifesta em seu espaço urbano as características, dinâmicas e relações existentes na Volta Grande do Rio Xingu. Em função disso, diversos sujeitos (indígenas, ribeirinhos, agricultores, barqueiros, marisqueiros, oleiros, caçadores *etc.*) desenvolviam usos, arranjos espaciais/formas-conteúdo e territorialidades comuns dos recursos hídricos e florestais existentes, com destaque para o conjunto de apropriações do Rio Xingu e suas margens, dos igarapés, das ilhas e do interior da floresta (Lima, 2020).

Isso posto, comenta-se que a cidade cresce acompanhando o Rio Xingu, surgindo em suas margens bairros com características ribeirinhas. Além disso, o seu espaço de orla e dos três igarapés urbanos existentes são marcadamente dinamizados por apropriações comuns dos recursos regionais e pelas interações com moradores das ilhas, em uma simbiose que aproxima rio, floresta, várzea e ilhas; situação essa que perdura até meados do séc. 20 (Lima, 2020).

Da mesma forma que Altamira, o aglomerado populacional originário de Tucuruí também esteve ligado ao momento de colonização europeia da Amazônia e aos seus intentos militares, de exploração comercial e de aprisionamento e catequização de indígenas (Assurinís, Parakanãs e Gaviões) no médio curso do Rio Tocantins, no séc. 18 (Rocha, 2008).

Inicialmente conhecido como Alcobaça, Tucuruí tornou-se um importante entreposto comercial entre Belém (a capital do estado) e a sua região de influência (médio Tocantins), principalmente por conta do comércio extrativista da borracha e da castanha do Pará (Magalhães, 2007), assim como, por ser um ponto central de atividades de uma ferrovia construída na década de 1890, voltada para a circulação dessa produção e, também, pelos

---

fluxos de abastecimento de mercadorias em escala regional (Rocha, 2008). Ademais, é importante ressaltar que, no ano de 1943, em função do destaque adquirido, o distrito de Alcobaça recebeu a denominação de Tucuruí, desmembrando-se do município de Baião e sendo elevado à categoria de município, pela Lei Estadual n.º 62, de 31 de dezembro de 1947 (Velho, 1972).

Assim, enquanto se desenvolvia a frente extrativista da castanha e Tucuruí ascendia como entreposto comercial, em sua organização socioespacial e cultural predominava uma dimensão coletiva que era marcada por um tempo social cadenciado, que aproximou os sujeitos (indígenas, descendentes de quilombo, ribeirinhos, moradores dos espaços de orla/beira) dos recursos hídricos e florestais, principalmente em uma perspectiva de usos, práticas e vivências do comum (Lima, 2020).

São arranjos espaciais, formas-conteúdo e territorialidades amazônicas que tinham pouca presença de ritmos comandados e direcionados por uma tecnologia mais avançada, pelo tempo rápido do capital e de suas transações eminentemente econômicas; (geo)grafias do comum essas que também predominaram até meados das décadas de 1950-1960.

No caso de Marabá, o seu aglomerado populacional embrionário surge no espaço regional amazônico durante o final do séc. 19, no sul/sudeste paraense. Seu processo de ocupação remonta ao (des)encontro e embates entre populações indígenas (Gaviões, Kayapós, Assurinís, Parakanãs) com religiosos, garimpeiros, comerciantes e exploradores profissionais, tendo como um marco histórico-geográfico de adensamento populacional a fundação do Burgo Agrícola do Itacaiúnas, no ano de 1895, construído na tentativa de estimular o processo de ocupação e atender as necessidades alimentares da capital do estado, no contexto do boom do extrativismo da borracha (Velho, 1972; Coudreau, 1980; Emmi, 1999).

A criação do burgo teve como consequência a intensificação do povoamento na região, uma vez que se estabeleceram famílias, casas, e, aos poucos, desenvolveram-se povoados à margem esquerda do Rio Tocantins.

Posteriormente, as dificuldades econômicas e administrativas pelas quais passava o burgo, bem como a descoberta e a comercialização do caucho — goma elástica provinda da castanheira, similar à borracha — consistiram em

fatores que contribuíram decisivamente para o seu despovoamento e para a sua desagregação, ocasionando uma mudança locacional para a confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas (Emmi, 1999). É nesse espaço que se forma, em 7 de julho de 1898, o aglomerado que originou Marabá.

O crescimento de Marabá se fez no sentido de montante dos rios. A acomodação do traçado das ruas principais se dava acompanhando esses corpos hídricos, pelas facilidades e vantagens econômicas apresentadas pela topografia do sítio. Além disso, a margem esquerda do Rio Tocantins ganhou notoriedade pelo estabelecimento das mais importantes casas comerciais e armazéns de depósito de castanha da época (Dias, 1958).

Nesse contexto, diversos segmentos da população de menor poder aquisitivo (ribeirinhos, indígenas, agricultores, barqueiros, garimpeiros, lavadeiras, oleiros etc.) que não estavam inseridos de maneira tão vantajosa nos fluxos econômicos mais dinâmicos da época, tinham na apropriação comum dos recursos hídricos e florestais importantes referenciais de subsistência, de trabalho, de deslocamento (circulação fluvial), de identidade e de vida (Lima, 2020).

Assim, os rios foram importantes para o desenvolvimento de atividades econômicas ligadas ao comércio do caucho (Emmi, 1999), para a exploração da castanha e de seu fruto (ouriço), sobretudo em um período histórico que foi marcado por uma intensa circulação fluvial local e regional (Rocha, 2008), e, por fim, também foram essenciais para o estabelecimento de uma frente mineradora ligada à extração de cristal de rocha e diamantes, atividade cuja coleta era feita nas partes mais profundas desses corpos hídricos (Dias, 1958).

Dessa maneira, pensando as realidades urbanas comentadas e tendo como recorte temporal a década de 1960, sobressaíram-se usos e apropriações coletivas da floresta, dos rios e dos demais espaços do comum. De acordo com Lima (2020), esses usos e apropriações podem ser assim sistematizados: i) localização beira-rio privilegiada, na qual se estabelece o uso habitacional, com maior liberdade de edificação individual e coletiva de moradias da população de menor poder aquisitivo; ii) obtenção de recursos fluviais e florestais, a partir dos quais é realizada uma diversidade de atividades (pesca, agricultura, extrativismo vegetal, caça etc.), seja para

---

o próprio consumo dos recursos, seja para a sua comercialização; iii) aproveitamento das amenidades naturais (clima, fauna e flora) dos territórios; iv) águas dos rios utilizadas para beber, cozinhar e para uso doméstico em geral (lavagem de roupas e louças, e para banhos); v) obtenção de renda mediante a carpintaria naval artesanal; vi) desenvolvimento de sociabilidades mais diretas, solidárias e aproximativas, permeadas por partilhas, laços de parentesco e amizade; vii) realização de circulação fluvial em pequena e média escala; viii) difusão da cultura regional e espaços de festas religiosas; ix) desenvolvimento de atividades comerciais (formais e informais) de pequeno porte; e, por fim x) floresta e rios como importantes referenciais simbólico-culturais, o que demarca a permanência do tempo cadenciado da natureza na trajetória dos sujeitos.

Toda essa dinâmica sofre alterações significativas em meados do séc. 20, por conta da modernização regional oriunda das ações do Estado desenvolvimentista e do aproveitamento capitalista dos recursos (vegetais, minerais, energéticos/hídricos *etc.*), dos grandes projetos hidrelétricos e minerais, da predileção pelo modal rodoviário como a principal forma de circulação, da criação de redes de telecomunicações, de internet e da intensificação da inserção da Amazônia brasileira à economia nacional e internacional.

Nesse sentido, o Estado, o mercado e as elites políticas/econômicas locais e regionais produziram e ainda produzem modernos cercamentos urbanos e rurais, manifestados a partir do estabelecimento de uma dinâmica hegemônica e de ações que primam pelo surgimento e otimização de infraestruturas, relações e subjetividades do capital (quadro 01).

Disso resulta, principalmente, mas não só, desterritorializações (Haesbaert, 2009) provocadas pela construção de hidrelétricas e suas eclusas, intensificação da utilização e da degradação dos recursos proporcionados pela conectividade rodoferroviária e hidroviária associadas ao escoamento de *commodities*, projetos de mineração produtores de conflitos socioambientais, incentivo ao turismo de massa programado e aos circuitos de grandes festas, obras de revitalização e requalificação que expulsam os moradores originais, especulação imobiliária *etc.* Iniciativas que afastam, invisibilizam e, gradativamente, privatizam o comum dos sujeitos, os silenciosos, silenciados e resistentes protagonistas do espaço amazônico.



Quadro 01. Altamira, Tucuruí e Marabá: principais infraestruturas realizadas e projetadas para as cidades e os seus entornos até o ano de 2022

| Local    | Infraestrutura   | Objetivo  | Principais funções e resultados   | Principais agentes   | Situação  |
|----------|--|---|---|--|---|
| Altamira | Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte   | Atender demandas e projeções do Governo Federal de produção de energia, integrando-se ao Sistema Interligado Nacional (SIN)                                     | Modernização regional; mudanças na estrutura urbana de Altamira; diminuição do fluxo de água do rio para a Volta Grande; espoliações de territórios e conflitos socioambientais                                 | Governo Federal, Prefeitura Municipal e Norte Energia S.A. (NESA). | Liberação da licença de instalação em 2011, e início das atividades de operação em 2016 |
| Altamira | Transferência da população das áreas afetadas e construção dos espaços de reassentamentos urbanos coletivos (RUCs) | Realocar a população urbana que estava situada na faixa de segurança de até 100 metros acima do nível do mar para novos espaços planejados                      | Habituação; realocação conturbada; denúncias de irregularidade; “novos bairros” distantes do centro de comércio e serviços da cidade e do Rio Xingu; conflitos sociais  | Norte Energia S.A. (NESA), Governo Federal e Prefeitura Municipal  | Ocorrido entre os anos de 2014 e 2015   |
| Altamira | Ações de requalificação urbana das áreas diretamente atingidas pela UHE de Belo Monte                              | Estabelecer melhorias na infraestrutura socioambiental e urbana da cidade, a partir da mitigação dos impactos causados pelo enchimento do reservatório da usina | “Reorganização da orla” da cidade; valorização turística, recreativa e comercial; recuperação ambiental dos igarapés urbanos que foram (re) estabelecidos como parques ambientais (áreas verdes e de recreação) | Norte Energia S.A. (NESA) e Prefeitura Municipal                   | Ocorrido a partir dos anos de 2014 e 2015   |

| Local                            | Infraestrutura                                  | Objetivo   | Principais funções e resultados   | Principais agentes  | Situação   |
|----------------------------------|---|--|---|---|--|
| Altamira                         | Reassentamento Urbano Coletivo Pedral/Tavaquara | Realocar população deslocada (pescadores, oleiros, ribeirinhos, indígenas) em espaço localizado na margem do Rio Xingu                     | Espaço habitacional indígena e ribeirinho; produto de mobilizações populares e escolha coletiva de um território na margem do Rio Xingu                                   | Norte Energia S.A. (NESA), governo Federal e populações indígenas | Em vias de finalização   |
| Altamira                         | Territórios Ribeirinhos                         | Retorno de parte das populações ribeirinhas para territórios situados no reservatório da usina (municípios de Altamira e Vitória do Xingu) | Acolher adequadamente os sujeitos espoliados; mobilizações populares e conflitos; precariedade de infraestrutura e de assistência por parte da empresa e do poder público | Norte Energia S. A. (NESA), Governo Federal, Conselho Ribeirinho  | Em andamento   |
| Altamira e Senador José Porfírio | Projeto de Mineração Volta Grande               | Explorar o potencial mineral existente no subsolo, principalmente para extração de ouro.   | Atividades de mineração em maior escala; degradação ambiental e conflitos sociais   | Belo Sun Mineração Ltda. (empresa canadense)                      | Obteve licença de instalação (2017) – atualmente está paralisado |

| Local            | Infraestrutura                      | Objetivo  | Principais funções e resultados   | Principais agentes   | Situação  |
|------------------|-------------------------------------|---|---|--|---|
| Tucuruí e Marabá | Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí | Subsidiar projetos minero-industriais e ofertar energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN) | Modernização regional e geração de energia; degradação ambiental; espoliação dos territórios de uso comum e conflitos sociais   | Governo Federal (Eletronorte/ Eletronorbras)   | Primeira etapa (1973-1984) e ampliação da potência (1998-2006) concluídas |
| Tucuruí          | Eclusas da UHE de Tucuruí           | Reestabelecer a navegação fluvial de médio e grande porte no curso do Rio Tocantins           | Operacionalizar a construção de hidrovia; ampliação da área do lago; aumento do número de atingidos; espoliação dos territórios de uso comum e conflitos sociais          | Governo Federal (via Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes - DNIT) | Início na década de 1980 e conclusão no ano de 2011                       |
| Tucuruí          | Bairro Nova Matinha                 | Abrigar moradores que foram deslocados de seus territórios para construção das eclusas        | Habitação, pavimentação asfáltica e serviços gerais; realocação problemática dos moradores em função do não cumprimento de acordos firmados e da infraestrutura inacabada | Eletronorte, DNIT e Prefeitura Municipal de Tucuruí.   | As obras iniciaram em 2010 e encontram-se inconcluídas                    |

| Local                        | Infraestrutura                                  | Objetivo  | Principais funções e resultados   | Principais agentes                                    | Situação  |
|------------------------------|---|---|---|---|---|
| Tucuruí                      | Complexo Cultural na Orla de Tucuruí            | Produção de uma nova área de recreação, lazer e turismo   | Espaço de lazer; infraestrutura inacabada; especulação imobiliária e produção de espaços urbanos subutilizados e/ou ociosos   | Prefeitura Municipal, Governo do Estado e Eletronorte | Início na década 2010 e encontram-se inconclusas  |
| Tucuruí                      | Revitalização da orla da cidade em três trechos | Revitalização do cais de uma parte da orla, melhorias infraestruturais gerais (paisagismo, pavimentação asfáltica, drenagem etc.) e estímulo ao turismo | Otimização do espaço, no sentido comercial, turístico e de lazer, na beira do Rio Tocantins; mobilidade urbana; contemplação do rio   | Prefeitura Municipal e Governo do Estado              | Iniciada em 2021 e primeira etapa concluída em 2022   |
| Tucuruí, Marabá e Itupiranga | Hidrovia Araguaia-Tocantins                     | Estabelecimento da navegação comercial no trecho da bacia Araguaia-Tocantins  | Maximizar o dinamismo econômico; criação de um novo eixo de transporte modal fluvial regional; negação da existência de impactos às populações tradicionais; mobilizações dos atingidos e conflitos sociais | Governo Federal (DNIT) e Consórcio DTA/ O'Martin.     | Após inúmeras denúncias de necessidade de complementação do EIA/RIMA, obteve a licença prévia do Ibama no ano de 2022 |

| Local  | Infraestrutura   | Objetivo   | Principais funções e resultados  | Principais agentes  | Situação  |
|--------|--|--|--|---|---|
| Marabá | Ponte rodoviária sobre o Rio Itacaiúnas e sua duplicação | Facilitar o fluxo de pessoas, mercadorias e veículos na cidade de Marabá, criando uma ligação direta, via rodovia, entre os núcleos Cidade Nova e Nova Marabá. | Conectividade local e regional; diminuição da importância da circulação fluvial local; espoliação dos territórios de uso comum e conflitos sociais                                     | Governo Federal (PAC) e Prefeitura Municipal  | Construída em 1981 e duplicada no final da década de 2000 |
| Marabá | Ponte mista (rodoviária) de Marabá                       | Possibilitar o cruzamento ferroviário e rodoviário sobre o Rio Tocantins, permitindo o transporte de cargas de minério de ferro de Carajás                     | Maior conectividade local e regional; escoamento de minério; diminuição da importância da dimensão ribeirinha e da circulação fluvial local  | Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (atual DNIT) e Vale S. A.                       | Finalizada em 1984  |
| Marabá | Orla Sebastião Miranda                                   | Obra de proteção contra erosão das margens do Rio Tocantins e construção do calçadão e cais de arrimo.   | Proteção contra enchentes; valorização de serviços e comércio ligados ao turismo, entretenimento e ao lazer; especulação imobiliária e substituição da população original (ribeirinha) | Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) em parceria com a Prefeitura Municipal | Finalizada em 2004  |

| Local            | Infraestrutura                      | Objetivo  | Principais funções e resultados   | Principais agentes  | Situação   |
|------------------|-------------------------------------|---|---|---|--|
| Marabá           | Avenida Transmangueira              | Aterramento e pavimentação da avenida, constituindo um novo eixo de ligação entre a Nova Marabá e o núcleo pioneiro.  | Maior conectividade local; valorização comercial, especulação imobiliária e produção de ocupações irregulares na margem da avenida pela população de menor poder aquisitivo | Governo Federal, em parceria com a Prefeitura Municipal                               | Finalizada em 2007   |
| Marabá           | PAC “Cabelo Seco”                   | Construção do muro de contenção, terraplenagem, regulamentação fundiária, e edificação de 80 unidades habitacionais no bairro Francisco Coelho.               | Proteção contra enchentes; melhorias habitacionais; equipamentos de recreação e lazer; ausência de rampas de acesso ao Rio Itacaiúnas e negação da dimensão ribeirinha      | Governo Federal (PAC) e Prefeitura Municipal.   | Construções iniciadas em 2008 e concluídas nos anos de 2013 (1ª fase) e 2014 (2ª fase) |
| Marabá e Tucuruí | Zona de Processamento de Exportação | Instalação de uma Zona de Processamento de Exportação, de um distrito industrial e de portos para o escoamento da produção siderúrgica da cidade e da região. | Estrutura industrial e portuária na margem esquerda do Rio Tocantins; escoamento da produção industrial local e regional; isenção de pagamento de impostos (IPI e IOF).     | Governo do Estado, Associação Comercial e Industrial de Marabá e Prefeitura Municipal | Infraestrutura estimulada a partir do início da década de 2010                         |

| Local  | Infraestrutura   | Objetivo  | Principais funções e resultados  | Principais agentes  | Situação   |
|--------|--|---|--|---|--|
| Marabá | Usina Hidrelétrica (UHE) de Marabá                               | Dar suporte e/ou estimular o desenvolvimento de atividades industriais na cidade e na região  | Geração de energia; mobilizações locais e regionais de populações e movimentos sociais em defesa dos seus territórios de uso comum; conflitos sociais                            | Ministério de Minas e Energia, Eletronorte e Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.   | Estudos de viabilidade retomados na década de 2000 e atualmente encontra-se paralisada |
| Marabá | Continuidade do prolongamento do cais e construção de um mirante | Ampliação das obras de infraestrutura portuária e de contenção das margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas, e construção de uma estrutura de lazer e contemplação (mirante) no encontro dos rios            | Proteção contra enchentes e erosão; continuidade do processo de urbanização do centro histórico da cidade; dinamização econômica e valorização da infraestrutura turística local | Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Regional) e Prefeitura Municipal de Marabá | Início no ano de 2019 e finalização no ano de 2022                                     |
| Marabá | Orla Domingos Saraiva dos Santos (bairro Amapá)                  | Pavimentação, urbanização e drenagem que visam estabelecer melhorias infraestruturais e de contenção na margem esquerda do Rio Itacaiúnas, com estabelecimento de área de recreação, esporte, saúde e lazer | Proteção contra enchentes e continuidade da urbanização; estímulo ao uso turístico e lúdico; pouca otimização dos fluxos provenientes da circulação fluvial local                | Governo Federal e Prefeitura Municipal de Marabá  | Início no ano de 2019 e finalização no ano de 2022                                     |

| Local  | Infraestrutura  | Objetivo  | Principais funções e resultados  | Principais agentes   | Situação  |
|--------|---|---|--|--|---|
| Marabá | Construção de pontes rodoviária e ferroviária sobre o Rio Tocantins | Infraestrutura de 2,3 quilômetros de extensão, que amplia a capacidade de transporte de minérios, insumos e pessoas | Escoamento da produção mineral e otimização da logística regional; melhorias na mobilidade urbana; | Licença autorizada pelo Ibama e obra de responsabilidade da empresa Vale S. A. | Iniciaram no ano de 2022 e estão em fase de terraplenagem e construção de canteiro de obras |

Fontes: elaborado pelo autor, em 2024, com base em levantamentos/trabalhos de campo e em Rocha e Gomes (2002), Magalhães (2007), Rocha (2008), Leme (2009), Altamira (2010, 2011), Norte Energia (2011), Brasil (2011), Nova Cartografia Social da Amazônia (2014), Novaes e Marin (2015), Boletim Cartografia da Cartografia Social (2017), DNIT (2018), MPPA [...] (2019), Lima (2020) e Costa (2022).



O quadro 01 expressa infraestruturas, ações e projetos implementados, projetados e/ou em espera para o surgimento das condições necessárias à sua concretização, denotando um processo contínuo pautado na predileção pela dinâmica de mercado, sua subjetividade — lógica da propriedade privada, empreendedorismo, competição, individualismo, financeirização etc. — e seus fluxos econômicos de média e grande proporção, no trato dos recursos, das infraestruturas (naturais e sociais) e nos direcionamentos públicos e privados.

O referido processo leva a uma (re)valorização manifestada por meio da “mercadificação” dos comuns nas cidades de Altamira, Tucuruí e Marabá, engendrando o cercamento dos rios (Xingu, Tocantins e Itacaiúnas), dos igarapés, do interior da floresta, dos espaços de orla/beira, das ilhas etc.; cercamentos esses que provocam alterações nas dinâmicas socioespaciais dos referidos centros urbanos e em seus entornos imediatos, produzindo degradação das condições de vida, contradições e conflitos sociais com diversos sujeitos/grupos, sobretudo os coletivos que produzem as (geo)grafias do comum.

Por fim, a ascensão do valor de troca em detrimento do valor de uso dos rios, da floresta, das várzeas, das ilhas *etc.*, também levou os espaços, sujeitos e subjetividades entrelaçados pelo modo de vida que está pautado nas (geo)grafias do comum, a se configurarem como uma contradição ao avanço do grande capital. Além disso, as unidades de mobilização em torno da sua defesa fizeram surgir conflitos e bandeiras de lutas coletivas assentadas em subjetividades de caráter mais cooperativo, subversivo e solidário, que, de maneira geral, são difundidas como formas originais de ação e discurso (princípios políticos) entre os grupos sociais impactados direta e indiretamente pelas ações modernizantes.

### 3 Considerações finais

O espaço da Amazônia apresenta uma grande complexidade em sua dimensão física, ecológica e humana (Ab'Sáber, 2004, 2021), que é socialmente produzida ao longo dos séculos por ordens locais, regionais e estruturais — essas últimas mediante ações, códigos, normas e subjetividades do capitalismo contemporâneo — dialeticamente articuladas e que atravessam trajetórias, formas-conteúdo, territórios e culturas, seja na cidade ou no campo.

Para entender tal situação, é necessário exercitar um pensamento crítico, sensível e descentrado, de forma a reconhecer atributos da biodiversidade, da sociodiversidade, e, também, da urbanodiversidade, para a qual tem destaque e importância singularidades e particularidades manifestadas na região (Trindade Júnior, 2022).

É nesse sentido de contribuição que toma forma e ganha fôlego o debate do comum, em específico, das (geo)grafias do comum existentes nas cidades de Altamira, Tucuruí e Marabá, no sentido de reconhecer um outro tipo de urbanidade, menos devastadora, desigual e colonizante para o espaço regional amazônico. Nelas, destacam-se usos, interações, arranjos/morfologias (materiais e sociais) e subjetividades mais aproximativas, ecologicamente equilibradas e solidárias, permeadas por ideais de cooperação, partilha, (co)habitação, autonomia e (co)decisão no que diz respeito à relação sociedade-natureza.

São esses outros sentidos do urbano que precisam ser (re)descobertos, potencializados e difundidos, tanto na academia e nas suas produções, quanto nas políticas públicas, nas mobilizações dos movimentos ambientalistas, sociais ou socioterritoriais, nas escolas, nas associações de bairro etc.; histórias, relações, cosmovisões e subjetividades difusoras de uma outra Amazônia que não é a do capital, sendo mais plural, diversa, ecologicamente equilibrada e socialmente justa.

## Referências

- AB'SÁBER, A. N. **Amazônia**: do discurso à práxis. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- AB'SÁBER, A. N. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. 8. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2021.
- ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A. Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do Xingu: resolução não negociada dos conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte. In: OLIVEIRA, J. P.; COHN, C. (org.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília, DF: ABA, 2014. p. 143-169.
- OLIVEIRA, J. P.; COHN, C. (org.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília, DF: ABA, 2014. p. 143-169.
- ALONSO, S.; CASTRO, E. M. R. Processo de transformação e representações rural-urbano em Altamira. In: DUARTE, A. C. C. (org.). **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006, p. 161-215.
- ALTAMIRA. **Plano Diretor Municipal**: diagnóstico do Plano Diretor. Altamira: Thechnum Consultoria, 2010.
- ALTAMIRA. **Plano Diretor Municipal**: revisão do Plano Diretor. Altamira: Câmara Municipal de Altamira, 2011.
- BARRETO, A. M. **Território de águas na Amazônia**: ribeirinhos e o direito à propriedade coletiva da terra. Curitiba: Juruá, 2019.
- BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Povos tradicionais da Volta Grande do Xingu**: garimpeiros, agricultores, assentados, indígenas, pescadores e moradores – n. 12 (dez. 2017). Manaus: UEA Edições, 2017.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2020**. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2011.
- CASTRO, E. M. R. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. M. R. (org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008, p. 11-39.
- CASTRO, E. M. R. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E. M. R.; VEJMEKA, M. (org.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010, p. 105-122.

- CASTRO, E. M. R. Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. M. R. (org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, p. 100-118.
- COSTA, G. K. G. **A centralidade de Marabá na industrialização regional:** (des)envolvimento, siderurgia e cidades amazônicas. 2022. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- COUDREAU, H. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas.** São Paulo: Edusp, 1980.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum:** ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A sombra de outubro:** a revolução Russa e o espectro dos soviets. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- DIAS, C. V. Marabá: centro comercial da castanha. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 383-425, out./dez. 1958.
- DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB, 2001, p. 97-124.
- DNIT. **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental:** obras de dragagem e derrocamento da via navegável do rio Tocantins. Brasília: DNIT/DTA/O’Martin, 2018.
- EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, S. **Reencantando o mundo:** feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.

- GUTIÉRREZ AGUILAR, R. **Horizontes comunitario-populares**: producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HARDIN, G. The tragedy of commons. *Science*, [s. l.], v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dec. 1968.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. *et al.* (org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27-34.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEFF, E. **Ecologia política**: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.
- LEME. **Relatório de Impacto Ambiental**: aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte. Brasília, DF: Leme, 2009.
- LEROY, J. P. **Mercado ou bens comuns?** O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2016.
- LIMA, M. M. **Territórios de uso comum na Amazônia**: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional. 2020. 375 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- LIMA, M. M.; SANTOS, L. A. Acumulação por espoliação, cidades e (geo) grafias do comum no médio curso do rio Tocantins. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 17, n. 43, p. 59-81, jan./abr. 2023.
- MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007.

- 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- MAGALHÃES, S. B.; SILVA, Y. Y. P.; VIDAL, C. L. Não há peixes para pescar nesse verão: efeitos socioambientais durante a construção de barragens – o caso de Belo Monte. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 37, p. 111-134, maio 2016.
- MENDES, A. F.; CAVA, B. **A constituição do comum**: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo. Rio de Janeiro: Revan, 2017.
- MIRANDA NETO, J. Q.; HERRERA, J. A. Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. **Confin**s, Paris, n. 28, p. 01-18, out. 2016.
- MPPA requer suspensão imediata de licenciamento do projeto Belo Sun. **Ministério Público do Estado do Pará**, Senador José Porfírio, 25 set. 2019. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-requer-suspensao-imediata-do-licenciamento-do-projeto-belo-sun.htm>. Acesso em: 08 dez. 2019.
- NORTE ENERGIA. **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**: planos, programas e projetos. Brasília, DF: Norte Energia S.A., 2011.
- NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação**: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais – Atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí – n. 10 (set. 2014). Manaus: UEA Edições, 2014.
- NOVAES, J. S.; MARIN, R. E. A. Estratégias de resistência de povos e comunidades tradicionais à hidrelétrica de Tucuruí: trajetórias identitárias e processos de expropriação. *In*: NOVAES, J. S.; MARIN, R. E. A. (org.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015. p. 173-203.
- OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.
- OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes**: la evolución de las instituciones de acción colectiva. Cidade do México: CRIM-UNAM, 2000.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- ROCHA, G. M. **Todos convergem para o lago! Hidrelétrica de Tucuruí**: municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.
- ROCHA, G. M.; GOMES, C. B. A construção da usina hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 27-57.
- SVAMPA, M. «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, mar./abr. 2013.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia de Letras, 1998.
- TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Pensando a concepção de Amazônia. *In*: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (org.) **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 355-364.
- TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *In*: LIMONAD, E.; CASTRO, E. M. R. (org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, p. 273-294.
- TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades e centralidades urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015.
- TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Urbanodiversidade e pensamento crítico contemporâneo: reflexões a partir das cidades amazônicas. *In*: PACÍFICO FILHO, M. *et al.* (org.). **Urbanodiversidade**: possibilidades e contradições. Palmas: EDUFT, 2022, p. 25-58.
- VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

---

**Michel de Melo Lima é graduado** (bacharel e licenciado) em Geografia e possui mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Ciências (Desenvolvimento Socioambiental) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. É professor de Geografia na Universidade do Estado do Pará (UEPA) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (Geourbam) e do Geografia do Pará Urbano (GeoPUrb).



## Capítulo 6

### A fronteira urbana amazônica em questão: Cidades-corredores de commodities ou redes de cidades- territórios?



*Luis Fernando Novoa Garzon,  
Neiva Araujo,  
Igor Laltuf Marques,  
Amanda Michalki da Silva,  
Diogo Henrique Costa Fonseca,  
Carolina Moreira de Hollanda e  
Afonso Maria das Chagas*

#### **Introdução**

Conceber cidades mediadoras de novos fluxos na Amazônia pressupõe indicar passagens, patamares e potencialidades inscritas no presente que alarguem as margens de outros futuros possíveis para a região amazônica e para o país. Significa também apontar um caminho que não a malfadada concentração metropolitana, com suas deseconomias de escala, incapacidades de universalizar serviços básicos, crescente déficit habitacional e segregação urbana vinculada ao avanço do domínio das facções do crime organizado, como já é patente nas regiões metropolitanas de Belém e de Manaus e que se prenuncia em Porto Velho e Rio Branco.



---

Na Amazônia não há como dissociar ciclos de crescimento espasmódicos, ajustes espaciais desestruturantes e o surgimento/crescimento de cidades (re)concebidas como polos ordenador-ordenadores de espoliação social-territorial (Novoa Garzon *et al.*, 2012). A alternativa de uma nova regionalização amazônica fundada no policentrismo urbano tem sentido similar à acepção de Becker (1990) de “fronteira urbana” como fronteira sociopolítica de regulação da fronteira de expansão do capital. Fronteiras de acumulação ou regulação das fronteiras: em tempos de desregulação social, econômica e ambiental crescente, em função da maior autonomização e financeirização dos investimentos, é a própria ordem dos fatores que é colocada em jogo. As cidades amazônicas, particularmente as cidades médias, seguirão sendo instrumento de expansão da fronteira de *commodities*, ou se constituirão como fronteira de novas economias locais-regionais com máxima regulação socioterritorial?

Frente à acelerada funcionalização de cidades médias amazônicas por grupos empresariais especializados no processamento e exportação de recursos naturais, deve ser apresentada e efetivada uma agenda de diversificação de investimentos que aponte para as tais transições propugnadas — nacional e internacionalmente — para a Amazônia. A transição que diz respeito à Amazônia é aquela que supera a lógica da rotação e fragmentação de territórios em função de formas distintas de viver fundadas na interterritorialidade e na interculturalidade. Se é nas cidades que são concebidos os dispositivos materiais e simbólicos para manter sempre abertas as fronteiras na Amazônia, é preciso construir nelas e, a partir delas, as interposições e os anteparos físicos, institucionais e culturais necessários para enquadrar tais dispositivos.

Tomamos por base o universo das 34 cidades intermediárias elencadas no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA 2024-2027), levando em conta os processos de territorialização empresarial intensificados nas últimas décadas na Amazônia Legal. Deste subconjunto de municípios, com características de “cidades novas” (Trevisan, 2020) ou reestruturadas profundamente por dinâmicas vinculadas a empreendimentos especializados em *commodities*, 5 deles são capitais dos estados: Rio Branco (AC), Porto

Velho (RO), Boa Vista (RR), Palmas (TO) e Macapá (AP). Outras são capitais regionais, como Imperatriz (MA), Santa Inês (MA), Barra do Garças (MT), Cáceres (MT), Rondonópolis (MT), Sinop (MT), Altamira (PA), Marabá (PA), Santarém (PA), Ariquemes (RO), Ji-Paraná (RO), Araguaína (TO) e Gurupi (TO).

Não pode haver política pública territorial (ou de desenvolvimento regional) na Amazônia sem que se compreenda como as dinâmicas socioterritoriais hegemônicas são concebidas e retroalimentadas. É inócuo planejar sem que se vislumbrem caminhos para novas alianças, coalizões e arranjos territoriais que, primeiro, condicionem e, depois, reorientem essas rotas em função dos interesses da população e do meio ambiente. Não tratamos aqui de diversidades territoriais fixadas, mas sim de tensões territoriais continuadas que podem gerar desenlaces, seja em direção a uma maior homogeneidade funcional-mercantil, seja em direção a uma maior pluralidade socioeconômica. Tal esforço se fará em grande parte na contramão das dinâmicas socioterritoriais hegemônicas na região, emanadas pela expansão da fronteira hidrelétrica e mineral e pelo avanço da cadeia da soja e da carne e de seus respectivos corredores logísticos.

Diante desses cenários sobrepostos, procuramos realizar um estudo exploratório no âmbito do Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários da Amazônia, para avaliar qual tem sido o papel das cidades médias da Amazônia Legal para a intensificação de conflitos fundiários e da devastação ambiental correlata. Coube-nos ainda perscrutar o que tem sido feito nessas cidades na direção contrária, em termos de reconversão de práticas políticas e administrativas capturadas pelos grandes grupos econômicos em espaços públicos e diversos.

## **1 O lugar da Amazônia na (des)ordem global dos capitais e o lugar de suas cidades**

A região amazônica tem servido para aprofundar o perfil produtivo neoe-xtrativista (Gudynas, 2015; Svampa, 2019) do Brasil e dos demais países em

---

que está contida. Perfil que depende crescentemente da flexibilização de direitos territoriais, de normativas ambientais e da precarização da força de trabalho. Na denominação do conceito compósito de *neoextrativismo*, percebe-se o esforço analítico de condensar as características típicas de economias primário-exportadoras em um novo patamar de sintetização territorial, considerando as novas tecnologias espoliativas disponíveis e os profundos ajustes institucionais que se impuseram esses países. Compõem esse regime de simplificação territorial e redução política: a) marcos regulatórios sob encomenda dos investidores setor a setor; b) formações discursivas pró-abertura de fronteiras a qualquer custo contra qualquer limite ambiental ou pactuação social; c) e processos de militarização (e paramilitarização) dos territórios em processo de apropriação.

Entre as novas tecnologias disponíveis, cabe destacar aquelas que localizam e mensuram a integralidade das utilidades e rentabilidades a serem auferidas. Esse maior poder de “medição da realidade” (Crosby, 2011), por sua vez, confere aos vetores de homogeneização do espaço roteiros mais precisos para o apagamento das reticularidades coletivas e de suas memórias impregnadas. Segundo Acselrad (2014, p. 92), é através de formas sociais assim reorganizadas que “o movimento dos investimentos incute a norma — os atributos disciplinares que justificam a localização e o perfil dos negócios”.

É nesse quadro tendencial que ganham relevo os processos de territorialização em larga escala promovidos por grandes projetos de infraestrutura e de mineração e o avanço e a concentração das atividades do agronegócio, conformando verdadeiros “complexos territoriais” (Michelotti, 2019) que estão estruturando a região amazônica em função de encomendas das chamadas cadeias globais de valor. Estruturação que implica em deslocamentos de comunidades tradicionais e camponesas, arregimentação e mobilização de força de trabalho em momentos e espaços determinados, criação e obsolescência de infraestruturas especializadas e criação de novos arranjos de poder multiescalar, insensíveis ao controle social e democrático.

Observa-se assim que as ligações/vínculos entre essas cidades médias amazônicas expressam polarizações que compreendemos como irradiações de determinados processos de territorialização empresarial-corporativa. Dessa maneira, fica explicitado qual é o projeto de planejamento territorial

vigente, de fato, na Amazônia. Enquanto isso, as políticas públicas territoriais embutidas nos planos regionais ou políticas setoriais, quando muito, têm tido repercussões territoriais meramente implícitas.

Além de saber quem se consorcia mais e em múltiplas escalas, para assim descobrir o centro de gravidade política de um grande projeto, como sugeria Ribeiro (1988) em sua pesquisa seminal, importa revelar em torno de que novos centros de poder orbitam os grandes projetos. A articulação (e a conjugação) entre eles permite a visualização dos fios que os ligam às arenas oligopólicas de decisão dos investimentos e às instâncias inter e intraestatais. Governança, nestes termos, torna-se uma forma para compartilhar ou naturalizar o que já está estabelecido ou será estabelecido, em que todos (*stakeholders*) são “corresponsáveis”.

Nessa mesma ótica, o desmatamento na Amazônia não deve ser apenas medido ou limitado, tampouco deve ser utilizado como uma espécie de moeda de troca, um sinal ou um selo verde, para a vinda de investimentos “diferenciados”. O desmatamento na Amazônia deve ser compreendido como um metabolismo particular do capitalismo no Brasil, impulsionado e mantido por determinadas coalizões de interesse entre agentes econômicos e políticos que resultam em ordenamentos territoriais “de fato”, que margeiam ou esgarçam os ordenamentos de direito (Araújo; Vieira, 2019).

Aqui nos valem da categoria de “agroestratégias” (Almeida, 2010), entendidas como aquelas que se referem ao acionamento articulado das posições do agronegócio no intuito de consolidar e expandir de forma estável o domínio fundiário e territorial do setor. De maneira conjunta, as estratégias do setor elétrico, mineral e agropecuário atuam de forma coetânea na Pan-Amazônia, atualizando-se e entronizando-se nas distintas instâncias e esferas do poder público, relativizando normativas que regulem o aproveitamento econômico integral dos territórios e anulando os dispositivos que dão escora aos direitos territoriais das comunidades tradicionais.

Ressalta-se, ainda, que a chantagem locacional é duplicada sobre os territórios que recebem bolhas de crescimento dos grandes empreendimentos hidrelétricos e minerais. As cidades e as sub-regiões incorporadas como províncias hidrelétricas e minerais representam um marco ampliado de capitalização – não só pelo volume de recursos privatizados, mas pelo que

franqueia em termos de novas disponibilizações territoriais a investimentos conexos. As “cidades do agronegócio”, ao se especializarem nas funções e ofertas demandadas pela cadeia de grãos e da carne, tendem a incorporar seus entornos de forma homogeneizadora, o que acentua a difusão e extensividade urbanas e produz, ainda, segregações espaciais aceleradas em função de grandes obras rodoviárias e portuárias que interferem diretamente na valorização imobiliária (Elias, 2018).

A “corrida por terra e território”, impulsionada pelos grandes grupos econômicos incorporadores da Amazônia, desdobra-se em uma “guerra das rotas” de infraestrutura (Aguilar, 2019, 2021). Trata-se de uma disputa inter-capitalista pelos traçados da infraestrutura logística vinculadas aos corredores de escoamento de commodities já constituídos e em instalação. Essa disputa pelas “rotas vencedoras” se dá entre distintos blocos compostos por grupos políticos e econômicos locais, governos estaduais, prefeituras, agências do governo federal e de corporações multinacionais. Essa criação de “novos objetos geográficos” (Neto; Théry, 2018) tem cumprido o papel ou de bastião da fronteira consolidada ou de “cabeças de ponte”<sup>30</sup> para o movimento das fronteiras, avanço que se dá sob comando particularista e privatista em que se associam capitais transnacionais e oligarquias locais.

É justamente quando os grandes empreendimentos obliteram e dissimulam, enunciando que não são o Estado, é que de forma factual pode se afirmar que “o Estado são os grandes empreendimentos”, como conclui Bronz (2013) em sua etnografia dos grandes projetos de investimento na Amazônia. Concluímos, de forma similar, que vem se processando na Amazônia uma coerência crescente entre finanças e comércio globais e atividades operacionais, o que resulta em um novo tipo de coerência entre e no interior dos territórios empresariais. São novas formas de gestão do espaço impostas por grandes corporações capazes de demandar e canalizar investimentos governamentais, em infraestrutura física, definindo assim os processos de

---

30 Na terminologia militar, muito parelha à dos grandes negócios na Amazônia, “cabeça de ponte” se refere à porção estratégica que permite o acesso amplo e massivo a um novo front de ocupação do território em disputa.

expansão e de organização das economias urbanas e regionais subordinadas. Desta forma atualiza-se o pacto político entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro, materializados na integração entre os complexos agroindustriais, o sistema de crédito e o mercado de terras.

Neste sentido, a forma de incorporação monopolista da Amazônia define a forma predominante de incorporação do Brasil como um todo. As dinâmicas de acumulação na Amazônia, sempre consideradas marginais ou derivadas, agora revelam e antecipam as novas centralidades em formação, ou seja, as fronteiras para onde o capitalismo se desloca são estruturantes e irradiadoras. Mais que “fronteiras em movimento” (Velho, 2009), a partir de polos em expansão ou de fronteiras econômicas consolidadas expandindo seu raio de ação, o que queremos ressaltar é o movimento das fronteiras como uma continuada apropriação e produção da natureza. Nesse sentido, não se pode dizer simplesmente que o capitalismo disponha de fronteiras, mas que ele é definido pelo movimento de fronteiras (Moore, 2016).

## **2 Tipologias e posicionalidades das redes urbanas amazônicas**

A pluralidade tipológica e organizacional das formas espaciais das cidades amazônicas aponta para a construção de parâmetros igualmente sofisticados, em que o habitante, o sítio de permanência e o modo de vida comunitário apresentem elementos de vinculação e interrelação próprios de coletividades étnica e territorialmente definidas. A compreensão da urbanodiversidade regional institui o caráter regional das formas espaciais e de seus conteúdos urbanos. O imbricamento contínuo da matriz cidade-floresta revela formas espaciais híbridas e o dinamismo de fatores naturais e sociais que constitui as cidades (Trindade Jr., 2013).

A condição plural é garantida a partir do reconhecimento e integração dos agrupamentos socioculturais e aglomerações urbanas de menor escala territorial, núcleos urbanos distritais e demais localidades protourbanas e rururbanas aos arranjos municipais e regionais das cidades médias onde se inserem (Schor, 2016). O modelo de conversão utilizado nas cidades da

---

floresta promoveu o desenvolvimento desigual e extensivo da urbe amazônica, reproduzindo contextos de ocupação espraiada do tecido, configurando aglomerados e núcleos urbanos, periurbanos e protourbanos, expandidos em rizomas sobre as macrozonas rurais e ambientais do território municipal. A partir desse pressuposto, deverão ser estabelecidos processos e feições do tecido urbano para a definição dos subgrupos funcionais e destacadas as regiões espaciais, no âmbito das cidades intermediárias, onde há transformação de valor social para além da distinção “espaço rural-agrícola/espaço urbano-industrial”.

A emergência da compreensão da heterogeneidade do contexto urbano não dual possibilita proposições de novas ruralidades destacadas da identificação das “paisagens operacionais de urbanização”, compostas por infraestruturas sociais e técnicas encadeadas ao atendimento de demandas em escala global e às operações industriais e logísticas que metabolizam a condição urbana da cidade.

A ênfase empírico-analítica desta pesquisa recaiu sobre o conjunto urbano sob comando imediato do complexo agromineral-energético que tem relação com a consolidação do avanço das fronteiras agrícola, mineral e energética para a região amazônica. Nesse cenário não caberia o estabelecimento de tipos ideais com características fixas. Em outro contexto histórico-econômico, Schor (2015) apresentava uma tipologia de cidades médias em que aquelas com atributo de “responsabilidade territorial” teriam uma inserção regional diferenciada, com pendão de estabelecer sobreposições territoriais. No atual contexto, é o planejamento territorial corporativo que estabelece de fato sobreposições territoriais. A cidade de Tefé, por exemplo, exercerá seu papel como nódulo de uma economia regional baseada na economia do conhecimento da floresta (Abramovay, 2019) ou será engolfada pela expansão da produção de petróleo e gás na região de Coari (bacia sedimentar do Solimões)?

As tipologias, por isso, não apenas devem propor classificações, mas expor opções e escolhas sendo feitas em cada momento. E neste momento, ganha realce a classificação feita igualmente por Schor (2016) que é equivalente ao subconjunto agromineral-energético, de “cidades médias com



dinâmica econômica externa”, entendendo o qualificativo “externa” tanto em relação à Amazônia como em relação ao país. Seriam cidades vinculadas a economias de enclave para além de seu sentido clássico. A economia de enclave dos países latino-americanos, em sua conceituação original (Cardoso e Falleto, 1979), foi estabelecida a partir do século 19 por núcleos exportadores controlados de forma direta pelo exterior.

Distintas combinações históricas foram possíveis a partir do perfil, volume e permeabilidade destes núcleos. Contudo, tendo-se em conta o novo papel do continente na divisão internacional do trabalho, especificamente o papel da Amazônia brasileira nas últimas décadas, observa-se, não apenas a multiplicação dos enclaves, mas a universalização de sua lógica, abrindo caminho para recortes territoriais ampliados, corredores logísticos e zonas econômicas especiais, como demonstram o chamado “Corredor Norte” entre a Serra dos Carajás (PA) e São Luís (MA), o zoneamento semiformal do agronegócio realizado no Matopiba (intersecção de porções dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e, em direção similar, a iniciativa da Amacro (porções dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia).

### **3 O urbano amazônico na órbita do complexo agromineral-energético**

Nas últimas décadas, com a consolidação de economia de fronteira desimpedidas na Amazônia, em um cenário de “outrificação estigmatizadora” (Pacheco de Oliveira, 2021) contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, tornaram-se inseparáveis os processos de expansão de fronteiras de acumulação e situações de fronteira vigendo como estados ou territórios de exceção, celeremente se implantam as “condições gerais de produção” na forma de “condições regionais” para a extração e escoamento máximos. Esses enclaves em sistema, organizados como cardápios móveis, com ampla rotatividade territorial (Harvey, 2006), conformam um avassalador “Complexo Financeiro-Territorial”, nos termos de Michelotti (2019). Pode-se afirmar que as disputas por terra e território têm se dado

---

crescentemente na ausência e negação de espaços de mediação e regulação, o que redundava na magnificação da violência, em suas distintas manifestações.

O peso monopsônico das demandas das cadeias de commodities agrícolas e minerais tem o pendão de apropriação e funcionalização de cidades detentoras dos volumes fixos e dos fluxos comerciais dessas mercadorias em função da necessidade de suporte técnico e administrativo, de monitoramento dos planos pré-traçados, de arregimentação de força de trabalho e de naturalização histórico cultural destes processos. Quanto mais intensivos e globalizados forem os empreendimentos agropecuários, energéticos e minerais, mais “urbana” se torna a sua gestão macroterritorial, com relação a distintas esferas de circulação, economias urbanas de “escopo” e sociedades fraturadas e segregadas.

Esses processos se encontram diretamente relacionados aos intensos fluxos migratórios gerados pela itinerância desinibida destes Complexos Financeiro-Territoriais e que atingem as sedes dos municípios-polo. As bruscas redistribuições espaciais da população na Amazônia, historicamente reiteradas nos grandes projetos implantados na Amazônia, exemplificam uma das consequências mais visíveis da rotatividade territorial imposta à região.

Com o intuito de entender as influências e as injunções produzidas pelas atividades do agronegócio, da mineração e da geração de energia elétrica nas cidades médias da Amazônia Legal, foi construída uma série de indicadores<sup>31</sup> de modo a permitir que seja possível identificar as cidades em que essas atividades têm maior proeminência econômica e territorial. Por isso, também, cada um desses três componentes de análise é interdependente e não excludente, ou seja, é possível que um município se destaque em mais de um dos três setores analisados, ainda que em proporções distintas.

Os indicadores do método aqui apresentado podem ser divididos em quatro grupos ou tipos. O primeiro (tipo 1) pontua os municípios devido ao fato de eles apresentarem ou não uma determinada característica, indepen-

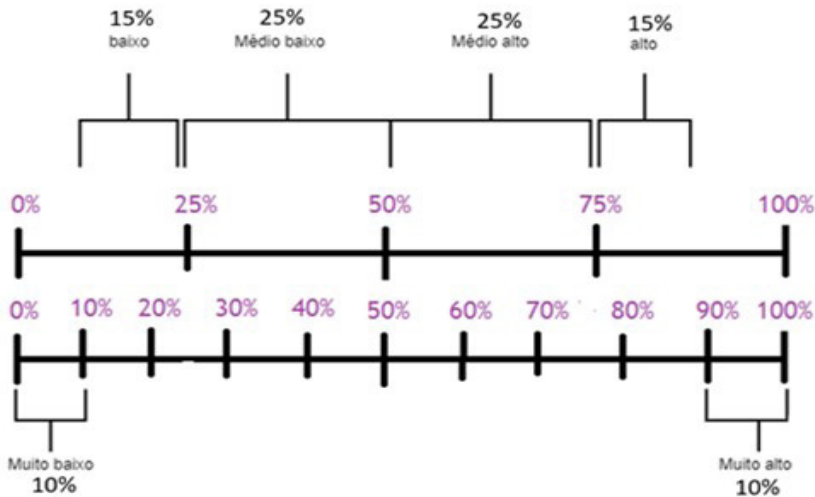
---

31 Os indicadores foram construídos em diálogo com a metodologia apresentada pela nota técnica do Ipea publicada em 2020 e intitulada “A Agenda Urbana e a Escala Municipal: Elementos para Discussão Tipológica de Municípios”.

dentemente da situação das demais cidades. Por exemplo, uma cidade que tem pelo menos uma usina termelétrica, recebe um ponto no grupo de indicadores que fazem parte do subconjunto sobre geração de energia elétrica.

O segundo tipo de indicador (tipo 2, ver Figura 1) envolve o ranqueamento das cidades da Amazônia Legal. Neste caso, as cidades que apresentaram um valor alto ou muito alto — aquelas que tiveram valores acima do terceiro quartil no ranqueamento — receberam um ponto. Essa classificação foi extraída da nota técnica do Ipea, e a figura abaixo busca explicar como se deu a sua construção por meio da relação entre quartis e decis.

**Figura 1** - Classificação do indicador do tipo 2



Fonte: Elaboração própria com base em Funari *et. al*, 2020.

Para os casos em que foram encontrados muitos valores baixos nas cidades estudadas, de modo que, mesmo com a aplicação do indicador do tipo 2, a faixa alta tenha valores absolutos baixos, foi criado o indicador do tipo 3. Neste caso, em vez de conceder um ponto para os municípios com

---

valores altos e muito altos, como faz o indicador do tipo 2, ele registra um ponto apenas para municípios com valores na faixa muito alta.

O último tipo de indicador, o tipo 4, é para casos específicos em que foi utilizado um parâmetro em valores absolutos ou relativos como nota de corte. A definição deste parâmetro foi feita com base em conhecimentos sobre o setor estudado. O único indicador desse tipo diz respeito à arrecadação do ITR cota-parte e o valor de corte será explicado mais à frente.

#### 4 Indicadores da agropecuária

Ao todo, foram construídos seis indicadores relacionados à agropecuária: (1) a quantidade de empregos formais gerados pelo setor; (2) a concentração de terras; (3) a produção de grãos ou o efetivo de rebanho bovino; (4) o impacto direto do setor nas finanças municipais; (5) o desmatamento; e (6) a existência de infraestrutura de apoio a estas atividades. A cada um desses indicadores foi atribuído um valor (0 ou 1), ou seja, a pontuação total que uma cidade pode receber sob a ótica agropecuária que varia entre 0 e 6.

Os dados sobre empregos formais foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2019, por meio do *data lake* - Base dos Dados (Carabetta *et al.*, 2020). Foram analisados os vínculos pertencentes aos grupos 01.1 (produção de lavouras temporárias), 01.5 (pecuária) e 01.6 (Atividades de apoio à agricultura e à pecuária; atividades de pós-colheita) da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae 2.0). Diferentemente das demais análises da Rais que serão vistas mais adiante, aqui foi utilizada a quantidade de vínculos em vez do número de vínculos ativos, já que as lavouras de soja, milho e arroz, aquelas de maior relevância no agro-negócio, são temporárias e não abrangem a data verificada pelo indicador de vínculos ativos. Por se tratar de um indicador do tipo 2, foram calculados os municípios com uma quantidade de vínculos alta ou muito alta, que receberam 1 ponto no somatório total.

Para verificar a concentração de terra, foram analisados os dados do Censo Agropecuário de 2017, com o intuito de verificar a quantidade de estabelecimentos com mais de 200 hectares em cada município. Com esse

recorte, busca-se ranquear as cidades pela quantidade de estabelecimentos que se enquadram como médio (entre 200 e 1.000 hectares) e grande (acima de 1.000 hectares). Este é um indicador do tipo 2, ou seja, as cidades que pontuaram “alto” ou “muito alto” receberam 1 ponto.

O indicador sobre a produção de grãos e efetivo do rebanho bovino difere dos demais em um aspecto: para pontuar neste critério, o município precisa estar classificado como alto ou muito alto em apenas uma das duas variáveis, que são ou o valor da produção de soja, milho e arroz em médios e grandes estabelecimentos agropecuários, ou a quantidade de cabeças de gado/município. Para se ter uma ideia da relevância da produção de empreendimentos desse porte para o agronegócio, os médios e grandes estabelecimentos agropecuários foram, em 2017, responsáveis por gerar 79,5% do valor da produção brasileira de arroz; 74,6%, de milho; e 83,7%, de soja. Os dados do valor da produção das culturas supracitadas foram retirados do Censo Agropecuário de 2017. Já as informações sobre o efetivo do rebanho bovino foram consultadas na Pesquisa da Pecuária Municipal de 2019, do IBGE.

Para entender o impacto direto do setor sobre as finanças municipais, foram levantados os dados de arrecadação da cota-parte do Imposto Territorial Rural (ITR) do ano de 2017. A cidade de Sinop (MT) foi selecionada como cidade de referência do agronegócio (indicador do tipo 4). Em outras palavras, todos os municípios da Amazônia Legal que arrecadaram pelo menos metade do valor arrecadado por Sinop via cota parte do ITR, receberam um ponto. Os dados do ITR foram fornecidos pelo Ipea e são da Secretaria do Tesouro Nacional (Tesouro Nacional, 2017a).

Com o intuito de entender o impacto ambiental, em termos de desflorestamento que ocorreu nesses municípios, foram levantados os dados do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), que faz parte do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), sobre desmatamento na Amazônia Legal, de 2005 a 2020. A área desmatada dos municípios (em quilômetros quadrados) foi classificada conforme os indicadores anteriores do tipo 2.

O sexto e último indicador é do tipo 1 e diz respeito às infraestruturas de suporte ao agronegócio. Aqueles municípios que apresentarem pelo menos um armazém, estação ferroviária ou porto — que escoem produtos da agropecuária — receberam um ponto. Esses dados foram consultados no

---

anuário de 2019 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), na declaração de rede de 2020 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e na Pesquisa de Estoques do IBGE que analisou o segundo semestre de 2020.

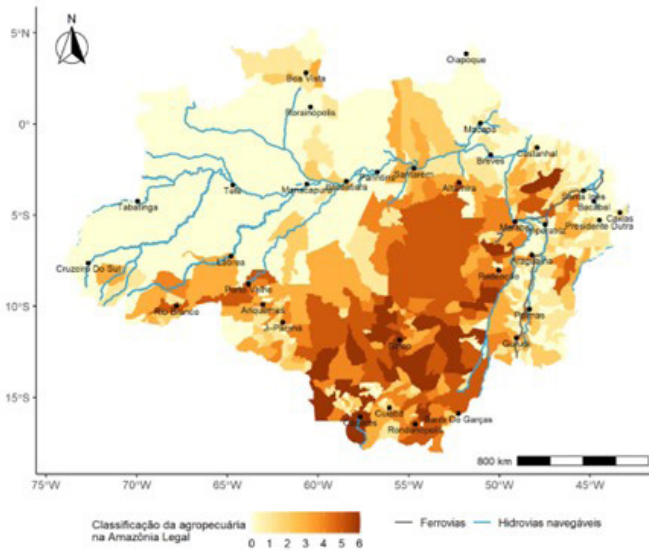
Ao verificar os resultados de cada um dos indicadores no âmbito da região analisada, alguns pontos devem ser destacados:

- (1) ao realizar um recorte com os 40 municípios com mais empregos formais no setor, 33 destes municípios ficam no estado do Mato Grosso;
- (2) do ponto de vista de infraestrutura logística, os seguintes municípios apresentaram pelo menos uma infraestrutura portuária de suporte ao agronegócio: Porto Velho (RO), Itacoatiara (AM), Manaus (AM), Barcarena (PA), Santarém (PA) e Santana (AP). Para além dos portos públicos que atendem aos interesses de diversas empresas, alguns chamaram a atenção pelo fato de pertencerem a empresas privadas do setor. As principais empresas são: Cargill Agrícola S.A, AMAGGI, S.A em Porto Velho (RO); Ocrim S.A. Produtos Alimentícios em Manaus (AM); as empresas Terminal de Grãos Ponta da Montanha S.A. e Bunge Alimentos S.A., ambas em Barcarena (PA);
- (3) sobre o transporte ferroviário, os municípios que têm estações ferroviárias em que foram enviados produtos da agropecuária são: Palmeirante (TO), Porto Nacional (TO) e Porto Franco (MA) na Ferrovia Norte Sul Tramo Norte (FNSTN); Açailândia (MA) na Estrada de Ferro dos Carajás (EFC); e Alto Araguaia (MT), Itiquira (MT) e Rondonópolis (MT) na Rumo Logística Malha Norte (RMN).

Ao sobrepor todos os indicadores mencionados anteriormente, temos um mapa capaz de mostrar em quais municípios da Amazônia Legal as atividades do agronegócio mais se destacaram nos últimos anos (ver Figura 2). Dos 773 municípios estudados, 124 tiveram pontuação igual ou maior do que quatro. As cidades médias que se encaixam nesse critério são Porto Velho (RO), Sinop (MT), Cáceres (MT), Altamira (PA), Rio Branco (AC), Marabá

(PA), Ariquemes (RO), Rondonópolis (MT), Barra do Garças (MT), Redenção (PA), Ji-Paraná (RO), Araguaína (TO) e Gurupi (TO).

**Figura 2** - Mapa somatório dos indicadores da agropecuária na Amazônia Legal



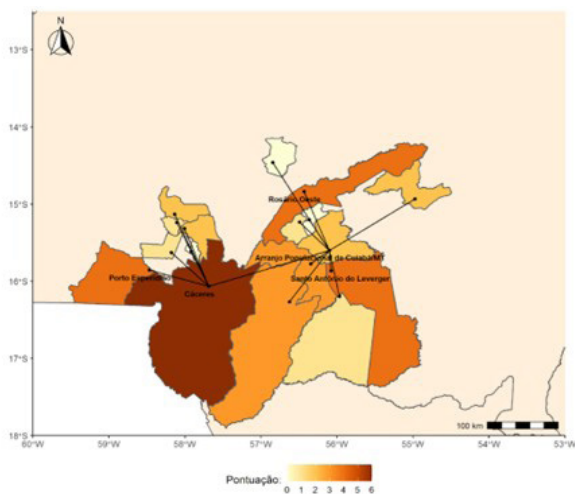
Fonte: Elaboração própria. Carabetta *et. al* (2020), Tesouro Nacional (2017a), IBGE (2019a, 2019b e 2020a), Inpe (2020), Antaq (2019) e ANTT (2020).

Existem três formas de classificar as cidades médias da Amazônia Legal como pertencentes ao agrupamento da agropecuária: (i) a cidade apresentou uma pontuação igual ou superior a quatro — conforme visto na tabela anterior —; (ii) a cidade tem, em sua região de influência, pelo menos uma ligação com um município de pontuação igual ou superior a quatro; ou (iii) casos específicos, como as cidades em perspectiva, que serão vistas mais adiante. Para calcular as ligações do segundo caso, foram utilizados os dados da Pesquisa Regiões de Influência das Cidades (Regic) de 2018. Foram selecionadas aquelas ligações que configuram vínculo de rede urbana, têm

ligação na temática de agropecuária (independentemente do grau) e com distância máxima de 200 quilômetros em relação à cidade intermediadora. Nesse segundo quesito, quatro cidades podem ser consideradas como pertencentes ao agrupamento da agropecuária: Cuiabá (MT) (ver Figura 3), Imperatriz (MA), Santa Inês (MA) e Santarém (PA).

Ao agrupar os municípios que tiveram o valor total igual ou maior do que quatro com aqueles municípios que servem de suporte logístico para outros municípios nesta condição, segundo a Regic de 2018, destacam-se, entre as cidades médias da Amazônia Legal, as cidades que mais são sobredeterminadas pela agropecuária: Altamira (PA), Araguaína (TO), Ariquemes (RO), Barra do Garças (MT), Boa Vista (RR), Cáceres (MT), Castanhal (PA), Cuiabá (MT), Gurupi (TO), Imperatriz (MA), Ji-Paraná (RO), Marabá (PA), Palmas (TO), Porto Velho (RO), Redenção (PA), Rio Branco (AC), Rondonópolis (MT), Santa Inês (MA), Santarém (PA) e Sinop (MT).

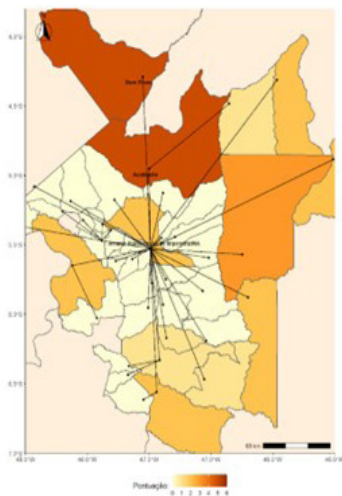
**Figura 3** - Região de influência de Cuiabá com ligação temática de agropecuária e pontuação dos indicadores



Fonte: Elaboração própria. Carabetta *et. al* (2020), Tesouro Nacional (2017a), IBGE (2019a, 2019b, 2020a e 2020b), Inpe (2020), Antaq (2019) e ANTT (2020).

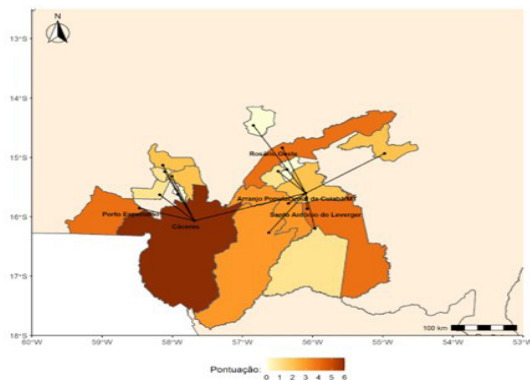


**Figura 4** - Região de influência de Imperatriz com ligação temática de agropecuária e pontuação dos indicadores



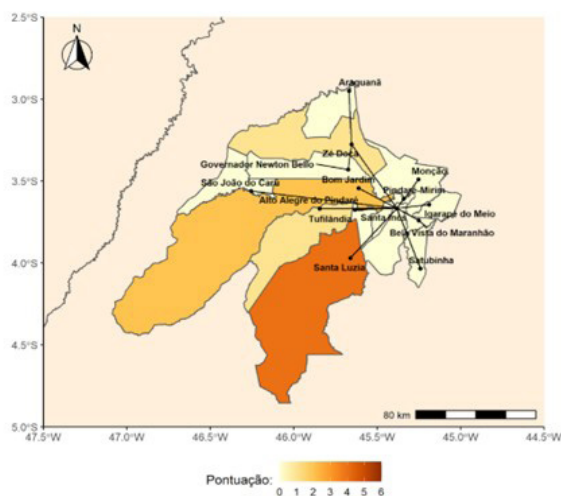
Fonte: Elaboração própria. Carabetta *et. al* (2020), Tesouro Nacional (2017a), IBGE (2019a, 2019b, 2020a e 2020b), Inpe (2020), Antaq (2019) e ANTT (2020).

**Figura 5** - Região de influência de Santa Inês com ligação temática de agropecuária e pontuação dos indicadores



Fonte: Elaboração própria. Carabetta *et. al* (2020), Tesouro Nacional (2017a), IBGE (2019a, 2019b, 2020a e 2020b), Inpe (2020), Antaq (2019) e ANTT (2020).

**Figura 6** - Região de influência de Santarém com ligação temática de agropecuária e pontuação dos indicadores



Fonte: Elaboração própria. Carabetta *et. al* (2020), Tesouro Nacional (2017a), IBGE (2019a, 2019b, 2020a e 2020b), Inpe (2020), Antaq (2019) e ANTT (2020).

## 6 Indicadores da mineração

No que tange à mineração na Amazônia Legal, foram desenvolvidos seis indicadores: (1) a quantidade de empregos formais gerados pelo setor; (2) o impacto direto nas finanças municipais; (3) os grandes projetos apoiados pelo BNDES no setor; (4) a existência de infraestrutura de suporte; (5) o desmatamento causado pela mineração; e (6) a existência de atividades de mineração ilegal.

O indicador de empregos formais é um indicador do tipo 2 em que foram utilizados os dados da Rais de 2019. Neste caso, diferentemente do indicador da agropecuária, foram analisados os vínculos ativos — aqueles existentes

em 31 de dezembro de 2019 que estivessem relacionados à extração de minerais metálicos (código Bo7 da Cnae 2.0).

Com o intuito de verificar o impacto direto do setor de mineração na administração pública municipal, também foram analisados os Royalties da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) recebidos pelas prefeituras das cidades da Amazônia Legal para o ano de 2017. As cidades que tiveram valores muito altos para os padrões da região receberam um ponto. Os dados foram fornecidos pelo Ipea e são da Secretaria do Tesouro Nacional.

O terceiro indicador são os desembolsos diretos e indiretos não automáticos do BNDES para grandes projetos de mineração na Amazônia Legal. Aqueles municípios que receberam financiamento do BNDES para, pelo menos, um grande projeto dentro da divisão Bo7 da Cnae 2.0 (Extração de minerais metálicos) entre 2002 e maio de 2021, recebem um ponto na classificação (indicador do tipo 1). Foram considerados grandes projetos aqueles que desembolsaram mais de 40 milhões de reais em valores de maio de 2021. Os valores anteriores à data citada foram deflacionados pelo IGP-DI.

Para entender as estruturas de apoio à mineração, assim como no caso da agropecuária, foi criado um indicador do tipo 1 para verificar a existência de certas infraestruturas. Este processo envolveu a análise de dados do anuário de 2019 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da declaração de rede de 2020 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Aqueles municípios que continham estações ferroviárias ou portos que escoam minerais da Amazônia Legal, receberam 1 ponto.

Sobre o desmatamento causado pela mineração, foram estudados os dados do Projeto Terra Class Amazônia, desenvolvido em conjunto pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para os anos abrangidos pelo estudo: 2004, 2008, 2010, 2012 e 2014. A extensão desmatada (em quilômetros quadrados) devido à mineração, em cada município da Amazônia Legal, foi agregada em todos os anos supracitados e ranqueada para formar um indicador do tipo 3.

Por fim, foram analisados os municípios que registraram atividade de mineração ilegal. Os dados utilizados são da Raisg (*Red Amazônica de Infor-*

---

*mación Socioambiental Georreferenciada*). Os arquivos georreferenciados do projeto foram sobrepostos aos *shapefiles* dos municípios brasileiros de modo a descobrir quais municípios registraram atividades de garimpo e, assim, criar um indicador do tipo 1.

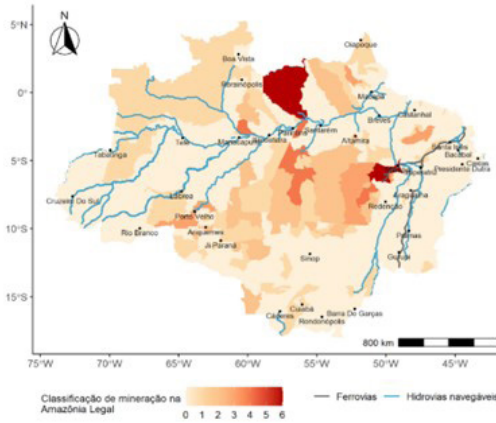
## 7 **Resultados dos indicadores da mineração**

Do ponto de vista da logística, os municípios da região com portos que embarcaram produtos minerais foram Manaus (AM), Almeirim (PA), Barcarena (PA), Juruti (PA), São Luís (MA) e Oriximiná (PA). Já aqueles que contêm portos que pertencem a empresas privadas do setor são: Almeirim (Caulim da Amazônia S.A.), Juruti (Alcoa World Alumina Brasil Ltda), Barcarena (Imerys Rio Capim Caulim S.A.), Oriximiná (Mineração Rio do Norte S.A.) e São Luís (Alumar S.A.).

Sobre o transporte ferroviário, de acordo com dados da ANTT, as cidades que cumpriram um papel-chave no escoamento de minérios na região no ano de 2020 são Canaã dos Carajás (PA), Curionópolis (PA), Marabá (PA), Parauapebas (PA) e Açailândia (MA).

Quanto aos financiamentos do BNDES na região, o banco apoiou grandes projetos de empresas como Vale S.A., Alumina Limited do Brasil S.A., Alcoa Alumínio S.A., Mineração Rio do Norte S.A., Mineração Dardanelos Ltda e Zamin Amapá Mineração S.A nos seguintes municípios: Aripuanã (MT), Canaã dos Carajás (PA), Oriximiná (PA), Marabá (PA), São Luís (MA), Parauapebas (PA), Juruti (PA), Ourilândia do Norte (PA) e Pedra Branca do Amapari (AP).

**Figura 7** - Mapa somatório dos indicadores de mineração na Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria. Carabetta et. al (2020), Tesouro Nacional B (2017), BNDES (2021), Inpe (2014), ANTT (2020), Antaq (2019) e Raisg (2020).

No total, oito municípios na Amazônia Legal — incluindo apenas uma cidade intermediadora — somaram um valor igual ou maior do que 4: Marabá (PA), Parauapebas (PA), Canaã dos Carajás (PA), Oriximiná (PA), Juruti (PA), Manaus (AM), Ourilândia do Norte (PA) e Itaituba (PA). Manaus (AM) se diferencia dos demais municípios, pois é o único que não apresentou uma elevada quantidade de empregos formais. Os municípios que pontuaram em todos os seis critérios estudados no setor de mineração foram: Marabá (PA), Parauapebas (PA), Canaã dos Carajás (PA) e Oriximiná (PA) (ver síntese na figura 7).

Diferentemente da agropecuária, os vínculos de extração mineral entre municípios não são contemplados nas ligações da REGIC de 2018. Neste caso, para classificar as cidades médias como pertencentes ao grupo da mineração, foi necessário realizar uma análise logística das estruturas de su-

---

porte à mineração de que estas cidades são detentoras. De qualquer forma, em alguns casos, serão indicados exemplos de regiões de influência a que estas cidades pertencem, o que demonstra níveis de compartilhamento de estrutura urbana na viabilização e expansão da atividade mineral.

A relação mais direta é entre Canaã dos Carajás, Parauapebas e Marabá, e não apenas pelo corredor ferroviário que as atravessa, mas também pela rede diversificada de serviços que Marabá nucleia. Já nos casos de Juruti (PA) e Oriximiná (PA), apesar da proximidade com o município de Santarém (PA) e da presença destes municípios na sua região de influência não específica, ambos os municípios apresentam portos locais que escoam minerais, segundo os dados do anuário da Antaq de 2019. Este último fato sugere que tais cidades funcionam como cidades-enclave prototípicas.

## 8 Indicadores de geração de energia

O terceiro conjunto de indicadores diz respeito à geração de energia elétrica na Amazônia Legal. Para fazer este recorte, foram analisados: (1) os empregos formais da geração de energia elétrica; (2) o impacto direto nas finanças municipais; (3) os grandes projetos apoiados pelo BNDES no setor; (4) a existência de Usinas Termelétricas (UTES); (5) a existência de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) ou Usinas Hidrelétricas (UHEs); e (6) o impacto ambiental da geração de energia elétrica.

A quantidade de empregos formais no setor de geração de energia elétrica (classe código 35.11-5 da Cnae 2.0), medida pelos vínculos ativos em 31/12/2019, foi coletada segundo os dados da Rais de 2019. Aqueles municípios com uma quantidade de vínculos ativos muito alta receberam 1 ponto (indicador do tipo 3).

Para verificar os dados sobre o impacto direto nas finanças municipais, foram classificados os valores recebidos pelos municípios via Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos para Geração de Energia Elétrica (CFH) para o ano de 2017. Os municípios da Amazônia Legal que receberam um valor considerado alto ou muito alto receberam 1 ponto na

classificação final. Eles foram fornecidos pelo Ipea e são provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional.

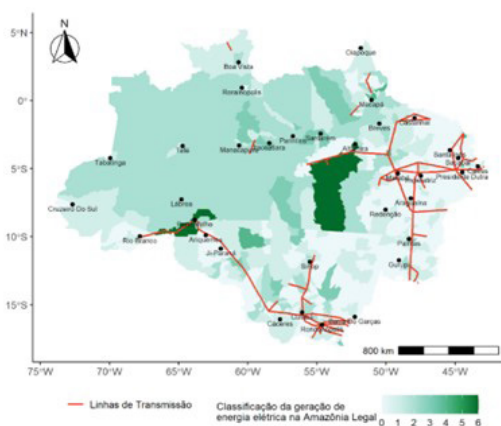
Assim como no caso da mineração, foi feito um levantamento dos grandes projetos de geração de energia hidrelétrica apoiados pelo BNDES nos municípios da Amazônia Legal. Os municípios que receberam investimentos de pelo menos um grande projeto — desembolso acima de R\$ 40 milhões em valores de 2021 —, entre 2002 e maio de 2021, enquadrado dentro da classificação Cnae 2.0 como pertencendo ao subsetor “Geração de Energia Elétrica – Hidrelétrica”, receberam um ponto.

Os indicadores quarto e quinto dizem respeito às infraestruturas de geração de energia elétrica da região. A existência de UTEs foi separada das PCHs e UHEs devido ao maior impacto que as segundas estruturas têm sobre o território do seu entorno. No caso da existência dessas infraestruturas de cada um dos indicadores, o município recebe 1 ponto. Estes dados foram extraídos do Sistema de Informações de Geração da Aneel (Siga) em julho de 2021. Pela profusão de novas PCH na Amazônia Legal, como pode ser verificado em detalhe no Mapa-Síntese 2, seria preciso construir indicadores que contemplem sub-bacias e bacias hidrográficas para dimensionar impactos cumulativos nos territórios e cidades desses entornos conjugados.

O último indicador diz respeito ao desmatamento em regiões de bacia hidrográfica na Amazônia Legal. Foram analisados os dados de 2005 até 2020 do Inpe, desenvolvido pelo Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes). As cidades com as maiores áreas desmatadas receberam 1 ponto (indicador do tipo 2).

## 9 Resultados dos indicadores da geração de energia elétrica

**Figura 8** - Mapa somatório dos indicadores de geração de energia elétrica na Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria. Carabetta *et. al* (2020), Tesouro Nacional B (2017), BNDES (2021), ANEEL (2020), INPE (2020).

Na Amazônia Legal, seis municípios — incluindo três cidades — somaram um valor igual ou maior do que quatro na pontuação de geração de energia elétrica: Porto Velho (RO), Altamira (PA), Macapá (AP), Aripuanã (MT), Tucuruí (PA) e São Luís (MA). A relevância de três destas cidades no setor, a saber: Porto Velho (RO), Altamira (PA) e Macapá (AP) pode ser reforçada na figura 8, já que estas cidades estão em uma das pontas de linhas de transmissão.

São elucidativos os casos das cidades médias que são simultaneamente capitais estaduais amazônicas como Rio Branco, Boa Vista, Macapá, Palmas e Porto Velho, todas reunindo, de forma complexa, centralidades políticas e econômicas com predomínio do agronegócio e/ou da mineração. No caso de



Porto Velho, sobrepõem-se territorializações induzidas pelo agronegócio e por grandes projetos hidrelétricos. De forma similar, em capitais regionais como Santarém, Ji-Paraná, Araguaína e Marabá, a cadeia da soja e da mineração preponderam. Em centros sub-regionais do Amazonas como Lábrea, Itacoatiara e Manacapuru, predominam funções de logística no intercurso fluvial vinculado à polarização exercida por Manaus e dos negócios e projetos ali definidos. Já em centros sub-regionais e zonais fronteiriços como Cruzeiro do Sul, Oiapoque, Rorainópolis, Tabatinga, mesclam-se funções de provisão de bens e serviços em zonas dispersas e isoladas e ainda a condição de faixa de fronteira em que se processam interações transfronteiriças.

No caso das cidades do Mato Grosso, situadas na Amazônia Legal, incluindo sua capital Cuiabá, cabe avaliar o quanto impulsionam o avanço da sojicultura para o sul da Amazônia, alavancando demandas para a instalação de complexos portuários graneleiros nos rios amazônicos. Em outra direção, seria apropriado avaliar qual poderia ser o papel dessas cidades no sentido de fornecer serviços ambientais diferenciados e proporcionar processos de qualificação de redes de PD&I em sociobioeconomia.

No caso das cidades do Maranhão, destacam-se, por sua urbanização reflexa, aquelas situadas no corredor minero-siderúrgico entre Carajás e São Luiz, como Santa Inês e Bacabal, além de Imperatriz, capital regional que extrapola sua influência para o norte de Tocantins e o sudeste do Pará.

## 10 **Conclusões parciais**

A expropriação da Amazônia e de seus usos e imaginários sociais vincula-se de igual modo à expropriação da capacidade de percepção e inteligibilidade do território recriado. Podemos observar os resultados de cinco décadas de privatização e tecnificação do território amazônico em termos de sua sociobiodiversidade, somente suprimíveis à custa de extrema violência material e simbólica. Os efeitos irreversíveis produzidos pelos ajustes espaciais em larga escala na Amazônia antecipam os piores efeitos das mudanças climáticas, para o aqui e agora da região amazônica:

---

desmatamento e queimadas em escalada incontrolável, empobrecimento da biodiversidade e extinção de espécies endêmicas, perda de mananciais e das recargas hídricas, contaminação e degradação das águas remanescentes, deslocamento e favelização das comunidades tradicionais, hierarquizações sociais, culturais e políticas que naturalizam a humilhação social, o racismo e a violência sistemática contra os não “assimiláveis”.

Frente a tal limiar, todas as cautelas deveriam ser redobradas em um mosaico de biomas, solos, subsolos, bacias hidrográficas e massas de ar, territórios, comunidades, vilas e cidades em desequilíbrio, sob incorporação intensiva-extensiva dirigida por grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Evitar exposição a desastres induzidos na Amazônia deveria implicar em cessação das atividades de extração de recursos naturais em larga escala nas zonas críticas da região.

Trata-se de identificar processos de reinscrição consciente no lugar e de reapropriação social e comunitária das cidades-territórios amazônicas. Trazidas mais ou menos clandestinas vão sendo refeitas. A difícil “r-existência” (Porto-Gonçalves, 2018) se coloca não somente no esforço da reconstrução material de fontes de renda, mas também na reconstrução cognitiva e afetiva, no sentido do resgate de futuros possíveis.

## Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019.
- ACSELRAD, Henri. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. *Sociologias*, v. 16, n. 35, p. 84-105, 2014.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (Org.). *Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- ARAÚJO, Roberto; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Desmatamento e as ideologias da expansão da fronteira agrícola: o caso das críticas ao sistema de monitoramento da floresta amazônica. *Sustainability in debate*, v. 10, n. 3, 2019.
- BECKER, Bertha. Significado de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. (Orgs.) **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: UnB, 1990, p. 115-130.
- BRONZ, Deborah. O Estado não sou eu. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. *Campos*, UFPR, v. 14, n.1/2, 2013.
- CARABETTA, J. et al. **Base dos Dados**: Repositório de Dados Abertos. 2020. Disponível em <https://basedosdados.org>. Acesso em 05 de agosto de 2021.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: um ensaio de interpretação. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979.
- CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico**. São Paulo: Cia da Letras, 2011.
- ELIAS, Denise. Interações entre o rural e o urbano a partir do agronegócio globalizado e desenvolvimento regional. In: SILVEIRA, R. L. L. da; FELIPPI, A. C. T. (Org.). **Territórios, redes e desenvolvimento regional**. Florianópolis: Insular, 2018, p. 117-134.

- GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos** - ecología y economía política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. Cochabamba: Cedib, 2015.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- MICHELOTTI, Fernando. **Territórios de produção agromineral**. Relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense. Tese de Doutorado, IPPUR, 2019.
- MOORE, Jason. El fin de la naturaleza barata: o cómo aprendí a dejar de preocuparme por “el” medioambiente y amar la crisis del capitalismo. **Relaciones Internacionales**, n. 33, Universidad Autonoma de Mexico, 2016.
- NETO, T., THERY, H. A expansão da produção de grãos e a infraestrutura de circulação no Brasil. **Revista de Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 3, p. 284-305, 2018.
- NOVOA GARZON, Luis Fernando *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **e-cadernos CES**, Universidade de Coimbra, 2012.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. A nação tutelada: uma interpretação a partir da fronteira. **Maná**, v.27, n. 1, p. 1-31, 2021.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **Transnational capitalism and hydropolitics in Argentina: the Yacyretá high dam**. Gainesville: University Press of Florida, 1988.
- SANTOS, Diana Aguiar Orrico. Dossiê Crítico da Logística da Soja. **Fase**, Rio de Janeiro, 2021.
- SANTOS, Diana Aguiar Orrico. **As veias abertas para a expansão do capital: tensões territoriais no projeto de transformação do Tapajós em corredor logístico**. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, 2019. 325 f.
- SCHOR, Tatiana, *et al.* Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas. **PRACS-UNIFAP**, v. 9, n. 1, p. 09-35, 2016.
- SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**. Guadalajara: Calas, 2019.
- TREVISAN, Ricardo. **Cidades novas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

TRINDADE JR., Saint-Clair. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do Naea**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Centro Edelstein, 2009.

**Afonso Maria das Chagas** - Graduado em Direito (Unir) e Teologia (Studium/PUC/PR), pós-graduado em Processo Civil, lato sensu (Unisul/SC); Mestre em Direito (Unisinós/RS); Doutor em Ciência Política (UFRGS/RS). Áreas de pesquisa: Direito Público, Direito Agrário, Direitos Humanos e Dinâmicas Ocupacionais na Amazônia e em Rondônia. Vinculado ao Instituto de Ensino Superior (IES/UNIR), onde exerce a docência junto ao Departamento de Ciências Sociais (DACS/UNIR) e Departamento de Ciência Jurídica (DCJ/UNIR). Integra a Comissão docente do Mestrado em Políticas Públicas (MPPP/DACS/UNIR).

**Amanda Michalski da Silva** - Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia; Mestrado em Geografia pelo PPGG da Universidade Federal de Rondônia; Pesquisadora vinculada aos Grupos de Pesquisa: GTGA; GEP-Front; e Terriama, ambos da Universidade Federal de Rondônia. Assessora da Comissão Pastoral da Terra em Rondônia (CPT - RO). Ouvidora-Geral Externa da Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia.

**Carolina Moreira de Hollanda** - Professora da Universidade Federal de Rondônia; graduada Arquiteta e Urbanista, e também Mestre, pela UFF; Doutora pelo PROURB-UFRJ com bolsa sanduíche DAAD-CAPES na Bauhaus Universität-Weimar. Atuou em projetos de Regularização Fundiária junto ao ITERJ e à UFRJ; foi representante titular do Conselho Municipal da Cidade (2018 a 2022), tendo participado da revisão do Plano Diretor do município de Porto Velho; tem se dedicado, em especial, à área de Planejamento Urbano e Regional na Amazônia.

---

**Diogo Henrique Costa Fonseca** - Arquiteto Urbanista e Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE, especialista em Direito Ambiental e Urbanístico e Doutorando em Arquitetura, Urbanismo e Desenvolvimento Urbano PPG-AU (UFBA) e PPG-DU (UFPE). Pesquisa e atua na concepção e execução de planos, programas e políticas públicas voltadas ao planejamento e gestão urbana, regularização fundiária urbana e planejamento regional na Amazônia, com enfoque nas dinâmicas territoriais e fundiárias do estado de Rondônia, cidades intermediadoras e faixa de fronteira terrestre.

**Igor Laltuf** - é economista pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Com mais de 15 anos de experiência em análise de dados públicos, atualmente trabalha como cientista de dados na Fiquem Sabendo.

**Luiz Fernando Novoa Garzon** - Assessor Técnico do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), requisitado pelo Ministério de Direitos Humanos. Professor Associado da Universidade Federal de Rondônia. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ. Entre 2019 e 2022, coordenou pesquisas sobre a confluência de estratégias empresariais caracterizadas por processos de desmonte de direitos territoriais e de normativas urbanas na Amazônia. É pesquisador da Rede Amazonidades e da Rede regional Arandurã criada para enfrentar contextos críticos e de emergência climática nos países do Mercosul.

**Neiva Araujo** - Professora da Universidade Federal de Rondônia; Graduação e Mestrado em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul; Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia, com bolsa sanduíche da Capes na Universidade da Flórida. Pesquisa impactos de projetos de infraestrutura e direitos humanos, em especial na Amazônia brasileira.

## Capítulo 7

### Sistemas territoriais na amazônia urbano-ribeirinha e a sub-região de parintins (AM)<sup>32</sup>



*Estevan Bartoli*

#### **Introdução**

A propagação do termo “ocupação” da Amazônia carrega em si um conjunto de ideias e representações estruturadas desde o início da invasão colonizadora europeia, que, ainda hoje, encontram reiteraões discursivas enalacradas nos setores dominantes (Bueno, 2002; Dutra, 2005). Tais discursos são permeados de promessas de riquezas oriundas da biodiversidade ou do etnoconhecimento passíveis de serem explorados pelo capital, recriando o mito do Eldorado e organizando agências de pesquisas mundo afora nas escolhas do que deve ser estudado na Amazônia (Schor, 2008). Isso afeta a agenda de pesquisas sobre a região, definida por valores, forças e vetores hegemônicos (Mello-Théry, 2011). Os principais programas de pesquisa em meio ambiente do Ministério de Ciência e Tecnologia, por exemplo, não têm tratado da questão urbana com a merecida importância e urgência.

O presente texto objetiva contribuir para ressaltar dinâmicas urbanas na Amazônia, partindo da discussão sobre sistemas territoriais presentes na maior unidade federativa brasileira: o estado do Amazonas. Como premissa,

---

32 Adaptação do texto apresentado no Colóquio Geografias Fora do Eixo (2022)



temos que a existência de uma das mais contrastantes e desiguais redes urbanas do país é a desse estado, o qual apresenta particular estruturação territorial histórica e relacional embasada nos transportes, territorialidades e dinâmicas fluviais e ribeirinhas, as quais condicionam *situações* das cidades e de suas redes de sujeitos. Isso implica discutir abordagens teórico-metodológicas para o entendimento do fenômeno urbano na Amazônia, considerando a existência de diversas redes (reescaladas em *situações* diversas), que salientam lacunas explicativas.

No segundo item, elencam-se avanços em pesquisas, apresentando a proposta metodológica associada aos estudos de setores populares situados em cidades de dinâmicas ribeirinhas e fluviais. O modelo STUR (Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho) propõe estudo da densidade de relações territoriais que as cidades possuem, tanto em sua estruturação interna como em relação às redes estabelecidas com seus entornos. A partir das dinâmicas de diversas redes de sujeitos pertencentes à economia popular informal, utiliza-se análise multidimensional e transescalar para compreensão e descrição das vertentes que compõem o modelo. A análise do STUR requer entendimento de sua interação com frações do capital mercantil dominantes nas cidades, que interagem com outras escalas na rede urbana, permitindo melhor apreensão do processo urbano na Amazônia.

No terceiro item apresentam-se resultados do projeto intitulado Rede urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos no Baixo Amazonas<sup>33</sup>, que demonstram a existência de um padrão espacial de influência das cidades no contexto sub-regional (com intensa dinâmica ribeirinha e fluvial<sup>34</sup>), estruturado por sistemas territoriais populares em

---

33 Financiamento concedido por meio de Bolsa Produtividade da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) intitulado: Rede urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas territoriais Urbano-ribeirinhos no Baixo Amazonas.

34 Usa-se o termo ribeirinho associado a práticas espaciais e territorialidades associadas a populações interioranas (elemento simbólico-cultural ativo), com permanência de temporalidades ligadas a flexíveis e criativas estratégias dos populares hibridizadas e adaptadas ao meio urbano. O termo fluvial será utilizado indicando atividades de transporte com maior funcionalidade e uso de embarcações maiores que são relacionadas às



interação com sistemas territoriais mercantis e demais escalas na rede. Constata-se que, a partir do modelo STUR, é possível descrever características gerais existentes nos municípios, onde circuitos realizados por transporte fluvial/ribeirinho de setores populares são “impulsionados”, gerando “forças” centrífugas e centrípetas. Tais “forças” partem das cidades para interiores na distribuição de produtos industrializados, e que retornam dos interiores com produtos variados, visando acesso a serviços urbanos e mercados. Constata-se ainda que: i) as centralidades dos municípios e das comunidades conectadas a tais circuitos são afetadas por novos tipos de transporte e intensificação das trocas; ii) a caracterização laboral multifuncional aparece como um dos aspectos centrais das territorialidades dos sujeitos que formam o STUR; iii) demonstra-se que intensificação do processo de urbanização se reproduz localmente pela interação STUR e o capital mercantil, manifestando-se na morfologia da cidade com ocorrência de conflitos, disputas e tensões territoriais.

Aspectos físicos das calhas de rios também foram considerados, sendo centrais para formação da situação de cada sede. O regime fluvial, a fisiografia dos rios e a geomorfologia dos municípios e dos sítios das sedes necessitam ser entendidos como variáveis que condicionam e até limitam as territorialidades e dinâmicas fluviais e ribeirinhas.

## **1 Processo urbano na Amazônia: aspectos teóricos e lacunas explicativas**

O entendimento do fenômeno urbano na Amazônia conta com o desenvolvimento de aspectos teóricos que permeiam a gênese de sua ocupação pré-invasão/colonização europeia, até a formação da rede urbana e

---

atividades do capital mercantil e dos setores distribuidores de produtos das metrópoles regionais e cidades médias. Na maioria dos estudos, ribeirinho e fluvial acabam sobrepondo lógicas, como demonstrado no modelo STUR.

---

sua inserção em ciclos econômicos de produção/extração de mercadorias (Oliveira, 2000).

O processo urbano ligado a fases da mundialização, movimento amplo de realização de mais-valia (Carlos, 2011), sempre encontrou em cidades da Amazônia nós para ação e organização de territórios, desde o Ciclo da Borracha (século 19) até a atual extração de alumínio pelas corporações transnacionais.

Interpretar antigos padrões de circulação, extração de excedentes e drenagem de renda frente às recentes mudanças relacionadas ao processo de urbanização é parte de uma questão ampla que se desdobra em outras: quais seriam as principais *mediações no ordenamento territorial* que os núcleos urbanos possuem hoje? Quais são as redes de sujeitos e como suas práticas territoriais reinserem o papel dos núcleos urbanos numa nova divisão territorial do trabalho?

Aportes teóricos revelam características importantes sobre as condições de contexto que o processo urbano recente tem se manifestado regionalmente nos indicando três lacunas explicativas. A primeira refere-se ao legado histórico. O violento processo de invasão colonial posterior ao século 16 introduziu mudanças nas lógicas espaciais às populações autóctones através da escravização, do etnocídio e da destruição de vínculos territoriais a partir de *estratégias variadas* e continuadas entre os séculos 17 e 18: descimentos, tropas de resgates, guerras justas ou implantação dos diretórios indígenas (Pacheco de Oliveira, 2006). Com a acelerada desterritorialização e rompimento da longa trajetória humana coevolutiva, o processo urbano induziu aceleração na modificação da configuração territorial, mas, alcançando poucas modificações de dinâmicas econômicas capitalistas pujantes até o século 19.

Apenas no final do século 19, o ciclo do extrativismo do látex introduz mudanças formando linhas gerais do que viria a ser a malha urbana do Amazonas. A existência de pequenas vilas, distribuídas de forma linear nas margens dos rios, originou cidades com estrutura urbana mínima e sem articulação entre si (mas funcionais para a contínua estratégia de destruição das culturas autóctones), estando ligadas apenas pelo tipo de atividade

econômica baseada no extrativismo vegetal, com produtos destinados à exportação em estado *in natura* ou, no máximo, semibeneficiados (Oliveira, 2000). Esse tipo de atividade não contribuiu para a criação de infraestrutura ou atividades urbanas complementares à transformação de matéria-prima. Essa drenagem de renda implicou em não fixação de capitais nas cidades, ocorrendo permanência parcial de riquezas em Manaus, fator que também relegou dinamismo reduzido aos demais núcleos urbanos (*Ibid*, p. 73), cuja literatura ampla sobre o aviamento já tratou alhures (Santos, 1980).

Através do uso de lentas embarcações que fortaleceram historicamente o capital mercantil urbano, os comerciantes chamados de *regatões* eram muito presentes desde o ciclo da borracha no final do século 19, realizando o intercâmbio entre áreas extrativas e as vilas, muitas vezes rompendo com o aviamento e o regulamento dos seringais (Cintrão, 2014; Mcgrath, 1999). As funções atreladas ao comércio que exerciam os regatões são encontradas atualmente no Baixo Amazonas a partir de restrita quantidade de embarcações. Mas a extração de excedente continua a partir de novas configurações, como explanado no modelo STUR.

As escassas rendas interioranas tem sido drenadas pela rede da metrópole regional Manaus e pela rede urbana paraense através do consumo de itens importados de Belém e Santarém. Isso tem estimulado demanda de alimentos no mercado urbano cujo atendimento vem alterando cada vez mais itens da dieta regional (Moraes, 2008; 2014), causando crescente ocorrência de doenças cardiovasculares entre as populações de cidades e interiores (Nardoto *et al.* 2011). Portanto, a primeira lacuna aparece na necessidade de se detalhar como o funcionamento das redes urbanas possui mediações dos sistemas territoriais, com marcante permanência de padrões rústicos de uso da terra e forte domínio de frações relativas ao capital mercantil, que se beneficiaram do atraso histórico regional. Cabe-nos investigar até que ponto a “cultura herdada” de ciclos econômicos passados compõe o movimento atual de desterritorialização contínuo enquanto componente da acumulação primitiva permanente (Brandão, 2010) que veio se redesenhando sem cessar até a atualidade.

---

A segunda lacuna refere-se à produção geográfica de espaços desiguais e acirramento da competição inter-regional. A dinâmica desigual da produção do espaço econômico nacional que se desenvolveu a partir da segunda metade do século 20 se embasou no amplo domínio da região sudeste e aprofundamento da concorrência inter-regional industrial e do agronegócio (Cano, 2007). Aliado ao projeto Zona Franca de Manaus, gerou estagnação dos interiores do Amazonas com falência gradativa das bases econômicas históricas municipais, até então pouco numerosas e muito frágeis.

Essa segunda lacuna advém da necessidade de detalhar as relações escalares que emergem de fragmentos em espaços opacos submetidos ao uso corporativo do território (Santos; Silveira, 2003), e que atingem economias de baixa diversidade, ainda incapazes de gerar novas divisões territoriais do trabalho. A modernização lenta, incompleta e desigual do território amazônico tem aprofundado as desigualdades na rede urbana. Com interpretação sobre a urbanização extensiva, Monte-Mór (2006) aponta que o processo ocorre para além das cidades e áreas urbanizadas e se estende virtualmente a todo o território nacional, cuja centralidade urbano-industrial passou a integrar e submeter os múltiplos espaços regionais a partir das principais aglomerações metropolitanas brasileiras. A urbanização se propaga em redes que penetram virtualmente os espaços, constituindo o tecido urbano (Brenner; Schmid, 2015; Monte-Mór, 1994).

A terceira lacuna aparece com a aceleração do processo urbano e do processo de desterritorialização — interpretações sobre a fronteira urbana como expressão da fronteira do capital. Floresta urbanizada (Becker, 1995), urbanização na selva como difusão do modo de vida (Oliveira, 2000) ou as diversas frentes de urbanização complexa e desarticuladas de um princípio ordenador a partir de uma miríade de formações microsociais híbridas (Browder; Godfrey, 2006) são alguns exemplos da vasta literatura sobre a temática para nomear difusão do processo urbano na Amazônia. Devido à existência de sistemas polimorfos e irregulares de cidades que apresentam funções diferencialmente articuladas com a economia mundial, Browder e Godfrey (2006) propõem para análise do processo urbano na Amazônia uma teoria pluralista. A expansão agrícola e o desenvolvimento industrial

são pontualmente localizados e não se dão de forma generalizada, mesmo com o crescimento da população urbana se manifestando por toda a região.

Por fim, essa lacuna aparece na necessidade de explicar padrões espaciais de organização das redes urbanas, os rebatimentos no espaço intraurbano e as relações com a formação da força de trabalho. Focos de nossa análise, os setores populares informais mantêm submissão e dependência econômica dentro da circulação urbano-ribeirinha, mas possuindo plasticidade e flexibilidades criativas na construção de territorialidades, como veremos. Quando analisadas pelo paradigma da competitividade capitalista, as cidades amazônicas são caracterizadas pelo viés da estagnação, não permitindo entender as principais contradições, resistências e dinâmicas fluviais e ribeirinhas que estruturam complexas redes no Amazonas. Em contexto urbano atual vinculado às atividades das cidades, o perfil da força de trabalho se torna precário, móvel, temporário e polivalente, pois não ocorreu a proletarianização e assalariamento, cuja nova condição urbana criaria maior instabilidade, exploração e dificuldades de organização sindical e política, sendo também uma estratégia de sobrevivência da família camponesa (Becker, 1990). Pressupostos teóricos que indagam a capacidade de cidades na Amazônia em ordenar territórios de entorno apontam que a maioria das economias urbanas não possui hinterlândias consolidadas, apresentando economias pouco diversificadas e de baixo dinamismo (Becker, 2013, p.21).

As lacunas explicativas sobre detalhamento das permanências de padrões de drenagem de renda cada vez mais dinamizados por dinâmicas inter-regionais contam com as mediações de cidades funcionando para além de simples bases logísticas. O desafio consiste em desvendar o funcionamento das lógicas espaciais dinamizadas por sistemas territoriais multidimensionais de dinâmicas transescalares.

## 2      **Avanços metodológicos e a proposta dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR)**

Pela acumulação histórica, formas espaciais e conteúdo socioeconômico diferenciado, a manifestação fenomênica do processo urbano na Amazônia requer metodologias específicas para captar dinâmicas e práticas espaciais existentes. Não seriam apenas sedes de municípios, mas fornecedoras de bases para a reprodução da vida social que alavancam atividades produtivas e usos variados do território.

O Núcleo de Pesquisas e Estudos das Cidades na Amazônia Brasileira (Nepecab - Universidade Federal do Amazonas) aparece como referência na trajetória de construção de inovações metodológicas. Pelo baixo dinamismo econômico das cidades, metodologias e paradigmas explicativos dominantes se mostraram insuficientes para estudar a realidade dos interiores do estado do Amazonas, que é melhor entendida considerando eixos transversais, como as redes de peixes, caça, transição de hábitos alimentares e aspectos da hidrologia. A visão integrada de uma rede urbana para a Amazônia ou para o Amazonas depende da articulação das diversas redes nas diversas escalas (Schor, et al., 2016).

O desenvolvimento do modelo STUR se apoia nesse tipo de inovação metodológica. Nele, propomos análise do “retorno ao território” de populações que migraram para cidades e agora reconstroem redes complementares através da interação com o milieu urbano. Isso exige entendimento da constante reterritorialização e das novas mediações urbanas, que possibilitam coevolução das articulações territoriais transescalares (Bartoli, 2017). Elencam-se elementos para reconduzir a interpretação do território a partir da cidade, que é cenário de coalizões, negociações, conflitos, articulações e redesenho dos projetos das redes de sujeitos. Populações indígenas e interioranas, antes distanciadas da presença da cidade como recurso, do acesso a bens de consumo, educação, instituições etc., hoje usufruem do meio urbano enquanto possibilidade de novas interações com ambientes rurais, comunidades, aldeias, vilas e distritos (Bartoli, 2015; 2017).

Os papéis e funções das cidades do Baixo Amazonas foram afetados pelo processo acelerado de crescimento urbano e êxodo rural. Vínculos territoriais foram alterados, rompidos e, em muitos casos, recompostos pela maneira como sujeitos se articulam na cidade. Grupos urbanos, como indígenas, pescadores, extrativistas e produtores de embarcações regionais, possuem diferenciações quanto às estratégias e à composição de suas territorialidades, onde a maneira com que os grupos formularam projetos em coletivos organizados pode alterar o modo com que reordenando territórios a partir da cidade de Parintins.

Essa contínua e acelerada reprodução de espaços urbano-regionais com constantes fluxos migratórios, êxodo, consolidação e crescimento das cidades, remete à abordagem de conceitos (reinterpretados em outros contextos), como os de território e territorialidade (Dematteis, 2005; Sack, 2013; Raffestin, 2009; 2010; Raffestin; Bresso, 1979; Saquet, 2011). O sistema de análise multidimensional presente na abordagem territorial (Raffestin, 1993; Dematteis, 2005; 2008; Saquet, 2007; 2011), abrange a economia, a política, a cultura e a natureza (EPCN). Evidencia existência de sistemas territoriais que envolvem apropriação de bases materiais no território, com construção de valoração simbólica e representações de poder, indicando intencionalidade dos sujeitos que disputam trunfos para o ordenamento do território.

O STUR é um modelo analítico que propõe detalhar o comportamento espacial dos circuitos informais da economia popular inseridos em contexto específico de intensa relação com a fração local do capital mercantil. Considerações sobre dinâmicas transescalares são feitas para melhor detalhamento das complexas relações existentes com a rede urbana regional com forte influência da metrópole Manaus, em disputa com a rede urbana paraense, e escalas nacionais e globais.

Moldando espaços intraurbanos e realizando intensos deslocamentos, trocas e intercâmbios com as áreas de entorno, o papel mediador que o STUR abrange aparece em vertentes apresentadas em Bartoli (2017; 2018a; 2018b; 2020): i) zonal e topológico: conectando a cidade ao entorno sub-regional por meio de redes diversas através da navegação fluvial e ribeirinha; ii) sujeitos se projetam sobre o território a partir de estratégias e escalas

---

de ação, que vão desde redes familiares, de compadrios ou de amizade nos bairros, até as formas organizacionais e institucionais: cooperativas, associações, colônias de pescadores, *etc.* Tais tipos de coalizão de sujeitos ganham relevância mediando ações que se desdobram em práticas sobre o território; iii) produzem e configuram o espaço urbano em bairros oriundos de ocupações irregulares e em fragmentos do espaço intraurbano, constituindo fixos úteis para as ações (beiras de rios populares adaptadas para a navegação, por exemplo); iv) formação de circuitos econômicos duais e complementares: sendo dinamizados principalmente pela economia popular informal, mas em interação constante com as esferas de ação do capital mercantil dominante na cidade (saltos escalares ocorrem em relações que ultrapassam a sub-região); v) simbólico-cultural: traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares tradicionais são ressignificados, absorvidos e hibridizados e pela inserção ao processo urbano; vi) as estratégias e territorialidades são situacionais: variam de acordo com a sazonalidade dos rios (cheias e vazantes), disponibilidade de produtos regionais de cada época (pescado, pupunha, tucumã, *etc.*), auxílios governamentais e variações gerais de mercado (custo de vida, inflação, *etc.*).

Apresentamos na Figura 1 a interação e composição entre os sistemas territoriais, num modelo geral cujas características variam a partir da *situação* de cada localidade e pela variedade das territorialidades que sujeitos constroem em subsistemas. As circunferências pontilhadas (influência, permeabilidades e interpenetrações) representam a abrangência e interações entre o STUR e o sistemas dominante pertencente ao capital mercantil (Sistema Territorial Urbano-Fluvial - STUF), atingindo sistemas territoriais ribeirinhos e indígenas com pouca interação com a cidade. Pela aceleração do processo urbano, cada vez mais STUF influencia o STUR, ocorrendo complementos, interpenetração e dependência deste devido à intensificação da demanda por recursos regionais e da agropecuária pela economia urbana. A propagação de modos de vida e de consumo urbano também tem aumentado o poder do capital mercantil, mas que começa a receber concorrências devido à aceleração do comércio *online*.



**Figura 1:** interações entre sistemas territoriais mediadores da influência urbana.



**Legenda:**

- A - Tensões e conflitos: produção do espaço urbano.
- B - Hibridização: elaboração de soluções criativas, artesanais e adaptações técnicas em instrumentos de trabalho, moradias, tipos de embarcações, circuitos de circulação fluvial e outras formas e práticas espaciais.
- C – Saltos escalares diversos associados tanto ao capital mercantil quanto à economia popular na formação de redes urbanas.
- D - Extração de recursos regionais (garimpos, madeira, até mesmo areia e seixo para construção civil) sem processamento local, mantendo sujeitos populares que abastecem os fluxos em grau elevado grau de territorialidade passiva.

Fonte: Bartoli (2017; 2018a), adaptado.

---

Composto por frações do capital mercantil, o Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF) cada vez mais se sobrepõe e absorve dinâmicas ribeirinhas, aproveitando a enorme capacidade de deslocamentos, inventividade e plasticidade dos sujeitos que compõem o STUR. As práticas espaciais do STUF resumidamente: i) causam maior rebatimento espacial, pois possuem maior poder de organizar espaços partindo da posse de lotes e glebas, materializados principalmente nos portos, o que confere maior extração de renda da terra (Bartoli, 2018b; Marques; Bartoli, 2020); ii) incentivam circuitos econômicos geradores de maior impacto ambiental em extensas áreas a partir de ações como extração de madeira, areia, seixo e criação de gado, búfalos, pesca comercial/industrial, *etc.*; iii) uso de embarcações grandes de ferro e madeira, conferindo vantagens competitivas ao obter produtos de Manaus e do Pará, o que os torna os maiores distribuidores de alguns produtos na sub-região, como materiais de construção, combustíveis e alimentos industrializados (Silva, 2018; Silva; Bartoli, 2019). O STUF passa a ordenar a divisão territorial do trabalho a seu favor, afetando os demais sistemas ao impor uma lógica mais funcional, ditando preços e controlando o mercado urbano de absorção dos produtos e mercadorias advindos de florestas, rios e da produção rural. A presença dessa fração do capital mercantil varia de acordo com o papel que a cidade cumpre na rede, levando em conta a composição do STUF, gerando polarização e centralidade. Há variada pulverização dos investimentos do chamado capital mercantil, que em constante metamorfose se adapta a diversas circunstâncias e cenários.

### 3 O modelo STUR aplicado ao Baixo Amazonas: resultados e discussões.

Em 2019, ampliamos a área de estudo a partir do projeto Rede urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas territoriais Urbano-ribeirinhos no Baixo

Amazonas<sup>35</sup>. Dando sequência à proposta metodológica presente em Bartoli (2017, 2018a, 2018b), “calibramos” os procedimentos metodológicos e dimensões basilares do modelo STUR seguindo as seguintes etapas: a) análise da influência do relevo sub-regional como condicionador das relações e fluxos dos principais núcleos urbanos, o que implica entendimento do sítio urbano e sua relação com a morfologia; b) levantamento de dados secundários, em instituições diversas, relativos a uso, densidade e ocupação do território, serviços e comércio existentes, aspectos ambientais, coletivos organizados (secretarias municipais, institutos governamentais, sindicatos, colônias de pescadores, etc.); c) realização de trabalhos de campo para identificar e descrever as principais práticas espaciais das redes de sujeitos locais (STUR e STUF): i) aplicação de formulários semiestruturados a donos de embarcações, entrevistas a empresários, lideranças do setor pesqueiro, sindicatos, associações de produtores rurais e de comerciantes do comércio popular, visando ao entendimento de como são tecidas as redes de interação entre STUR/STUF e cidades/interiores; ii) análise da expansão urbana e das consequências na configuração de elementos na análise da morfologia urbana com uso de imagens de satélite e drone, identificando o comportamento dos sistemas no espaço urbano; iii) elaboração de mapas, tabelas e quadros, que auxiliaram na descrição dos padrões espaciais inerentes da interação STUR/STUF.<sup>36</sup> Os resultados foram apresentados em publicações diversas (Bartoli, 2019a; 2019b; 2020a; 2020b; 2020c; 2021) que, em síntese, apontam características comuns entre os municípios estudados revelando que:

- a) Duas “forças”, em direções de vetores, partindo das cidades para interiores e, no sentido inverso, que dialeticamente se impulsionam, compondo a maneira com que o STUR realiza sua circunscrição espacial. A

35 Com bolsa de produtividade concedida pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), aplicamos o modelo STUR em seis municípios do Baixo Amazonas, entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020, realizando adaptações na metodologia e novas constatações.

36 A discussão sobre o destaque de Parintins, que a caracteriza como cidade média de responsabilidade territorial, é feita em Bartoli et al. (2020), onde incorporam-se novas dimensões às discussões até então realizadas.

---

força centrípeta no STUR consiste no movimento de populações que migram na busca de benesses e melhorias que a cidade oferta, como o acesso a serviços de educação e saúde, instituições de fomento/apoio à produção, bancos, mercados e tantas outras “facilidades” urbanas. Isso induz novos contextos de inserção de sujeitos na cidade, que não possui capacidade de absorção laboral e suscita construção de complementos de renda. Essa demanda impulsiona parte dos sujeitos novamente aos interiores (força centrífuga), que retornam com uma série de produtos industrializados adquiridos nos comércios da cidade, configurando aspectos do processo da urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994). A força centrífuga ocorre pela busca do complemento dual: através da demanda de produtos extrativos regionais ou produção rural e pecuária, a economia mercantil dominante influencia, financia, incentiva e, de certa maneira, impulsiona a economia popular do STUR, usufruindo de seus saberes em navegar, coletar, pescar *etc.*

- b) A análise do uso das embarcações nos fornece boas indicações multidimensionais compondo territorialidades: não se restringem ao transporte de produtos regionais, pesca, produção agrícola *etc.*, mas cumprem função de moradia, sendo ainda *locus* de relações sociais amplas ou familiares. No que tange ao papel de drenagem de renda e exploração de recursos, o cenário mais preocupante encontrado nas pesquisas sobre os fluxos de embarcações do STUR foi a enorme quantidade de madeira transportada dos interiores para a cidade. Como o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Amazonas (Idam) confirmou, são pouco numerosas as iniciativas de planos de manejo municipais, e pelas várias pilhas de madeira de lei vistas nas beiras de rio das cidades, deduz-se que essa atividade ilegal é uma das mais intensas. Mas grande parte dessa madeira cumpre uso social de extrema serventia na construção de moradias e embarcações populares, sendo recurso estratégico da manutenção da vida urbano-ribeirinha.
- c) Com a crescente quantidade de pessoas acessando as sedes municipais, antigas embarcações de madeira estão sendo lentamente

substituídas por lanchas de alumínio, denominadas localmente como “expresso” ou “a jato”. Os percursos que eram realizados em quatro horas (ou mais) pelos barcos de madeira (exemplo do percurso Barreirinha-Parintins) foram reduzidos para uma hora ou uma hora e meia, dependendo da sazonalidade fluvial (ciclos de cheias e vazantes). As transformações nesse tipo de transporte afetam as centralidades, tanto dos municípios como das comunidades conectadas nos trajetos, pois moradores alteram deslocamentos para consumo e acesso a serviços urbanos.

- d) Conflitos entre STUR e STUF ocorrem em disputas territoriais entre pescadores e o capital mercantil. Colônias de pescadores tem realizado auxílio na formação de acordos de pesca junto ao Ibama na implementação de defesos contra pesca predatória e industrial financiadas pelos frigoríficos do STUF, inclusive os de cidades paraenses como Santarém. Pressionados, ao norte, pelas tensões e limitações da APA e, a leste, pela pressão de grupos de pescadores paraenses, os pescadores de Parintins são “empurrados” e impelidos a realizar percursos cada vez mais distantes em direção a oeste. Passam a ter obrigação de atingir produtividade elevada para custeio dos gastos feitos na cidade. Gelo, gasolina e alimentos (fluxos adjacentes fornecidos pelo capital mercantil na cidade) são gastos altos que exigem apropriação do excedente de trabalho. O pagamento insignificante pelo quilo, na maioria das espécies de pescados, também agudiza a tendência de parcos rendimentos monetários dos pescadores.
- e) Corroborando constatações de estudos relativos à calha do Rio Solimões no estado do Amazonas (Moraes e Schor, 2010; Moraes, 2008; 2014), percebe-se que a demanda de alimentos no mercado urbano vem alterando cada vez mais itens da dieta regional, com a marcante presença de conserva, frango congelado, embutidos e outros produtos industrializados. Os mapas apresentados no Atlas de Parintins (Bartoli, Pinheiro, 2022) demonstram fluxos de embarcações do STUR (força centrífuga) no consumo e na distribuição de produtos industrializa-

---

dos adquiridos nas cidades de Barreirinha, Urucará e São Sebastião do Uatumã: eletrodomésticos, gasolina (para uso em embarcações, roçadeiras e motosserras), rancho (cesta básica), frios e estivas.

- f) As cidades pequenas do entorno de Parintins caracterizam-se por seu caráter funcional mais local, atendendo sua região imediata com alcance espacial “mínimo”, considerando a escala municipal, mas atingindo longínquas comunidades das bacias hidrográficas. No quadro urbano sub-regional, possuem centralidade baixa, limitando-se a atender demandas de seus entornos.
- g) Calhas de rios condicionam dinâmicas fluviais e ribeirinhas, centrais para formação da situação, onde os papéis na divisão territorial do trabalho são estruturados também pelo tipo de circulação. Comunidades situadas nos altos cursos dos rios nas áreas municipais são mais “fechadas” e voltadas para mediações e mercados das sedes municipais, possuindo baixa complexidade de funções produtivas e comerciais, mas apresentando considerável atividade extrativista e produção rural de subsistência. Já as comunidades e os distritos da rede urbana, localizados no rio principal e proximidades (Rio Amazonas), são mais “abertas” e dinâmicas, recebendo fluxos da metrópole Manaus, a oeste, e da rede urbana paraense, a leste. Essa calha principal condiciona cidades a serem mais polarizadas em relação a Parintins. Tanto sedes municipais como comunidades e distritos localizadas no Rio Amazonas são os que mais cresceram nos últimos anos.
- h) Como resultado interativo da força centrípeta e centrífuga, proprietários de embarcações realizam variadas atividades e serviços laborais na cidade, necessitando de complementos de renda com outras atividades nos interiores. Sobre estas, destacamos o extrativismo, a pecuária de pequena escala, agricultura, pesca, caça e a criação de animais. Assentados em ocupações irregulares urbanas, também necessitam “absorver” complementos recursivos dos interiores: madeira para moradia popular, construção de barcos ou para pequena

indústria moveleira; pescados; palha; piaçava; carne de caça ou que-lônios; pequenas criações de gado; produtos do extrativismo *etc.* Essa caracterização laboral multifuncional é um dos aspectos centrais das territorialidades do STUR, sinalizando a capacidade de adaptação sazonal e situacional dos sujeitos em criativos modos de subsistência.

- i) Intensificação do processo de urbanização se reproduz localmente pela interação STUR/STUF, manifestando-se na *morfologia das cidades*: aspectos sítio/plano/paisagem aparecem como condicionantes das práticas espaciais onde os limites de ocupação são cada vez mais sa-lientados pela dispersão urbana observada em todas as cidades da sub-região de Parintins. Surgem grandes áreas de ocupação irregula-res periféricas que se tornaram bairros, cuja rápida expansão do plano urbano acarreta sérios problemas socioambientais; as contradições entre STUR/STUF se manifestam também nos usos de espaços das cidades enquanto par público/privado, onde as edificações urbanas (fixos diversos) ditam parte das dinâmicas nas beiras de rio enquanto nódulos multireticulares. A necessidade das transações comerciais e a imposição do valor de troca não anulam as vivências ribeirinhas e a espontaneidade das apropriações e práticas espaciais dos sujeitos que animam o STUR. Populações tradicionais passam a usar os es-paços modificados nas cidades, mantendo aspectos e traços culturais ribeirinhos reconstruídos e/ou adaptados ao meio urbano.

Em Bartoli (2020a; 2020b; 2020c), apresentamos os subsistemas territo-riais no Baixo Amazonas, alguns não submetidos às mediações locais entre STUR/STUF, como no caso da mineração, principalmente. A significativa criação de animais, produção de alimentos em pequenos roçados e pesca para subsistência foram constatadas em todos os municípios.

Ausência de agregação de valor aos produtos exportados no Baixo Ama-zonas merece atenção urgente, como nos casos do pescado, da madeira e do guaraná (Bartoli, 2017; 2019a; 2021). A capacidade de ordenamento das relações territoriais das cidades fica comprometida pela ausência de planos de manejo e de fiscalização das atividades pesqueira e madeireira.

---

Os conflitos e territorialização da atividade pesqueira foram relatados em Bartoli (2019b). Portanto, as cidades do entorno de Parintins, apesar de pequenas, são responsáveis por influenciar o ordenamento territorial de áreas municipais imensas, o que muitas vezes ocorre por subsistemas territoriais geradores de impactos ambientais.

As experiências organizacionais em cooperativas são tímidas e pouco numerosas, mas as existentes realizam saltos escalares que propiciam maior interação com a rede urbana regional e nacional/global. O caso do Consórcio indígena Sateré-Mawé é um dos exemplos de reterritorialização a partir das práticas espaciais construídas no ambiente urbano (Bartoli, 2015).

#### 4      **Considerações finais: uma proposta para agenda de pesquisas**

Os desafios e avanços no tipo de análise proposto no STUR, pela amplitude de critérios e dimensões envolvidos nas complexas territorialidades analisadas, requer retomar aspectos coevolutivos dos sistemas territoriais, sendo necessário aprofundamentos quanto:

- a) À *situação* dos subsistemas compondo a dinâmica cidade-território-região, os quais, enquanto *condições de contexto*, são apreendidos através das dinâmicas sociais efetivadas por territorialidades. A análise de aspectos mais funcionais dos circuitos relacionais, entre os espaços rurais e urbanos, formam continuidades passíveis de serem cartografadas em escalas que propiciem maior detalhes, a exemplo das dinâmicas das famílias nas cidades e interiores.
- b) À interpretação da cidade como *milieu* cada vez mais central ao ordenamento territorial requer tanto o entendimento da materialidade que os sistemas territoriais configuram (incluindo a relação com sítio, geomorfologia e morfologia urbana) quanto os aspectos relacionais e organizacionais: análise das redes de natureza e temporalidades diversas que se justapõem, como as redes sociais, as redes de solida-



- riedade e novas formas de organização, ou mesmo nas redes temáticas (Moraes, 2012), bases metodológicas para desvendar complexidades.
- c) À circulação necessária dos sujeitos do STUR contrasta com formas de circulação alienadas no interior da relação STUR/STUF. É necessário desvendar lógicas de *“geografias do atraso” e manutenção de poder relacionadas às frações arcaicas do capital mercantil e existências de redes ilícitas*. São temáticas essenciais para entendermos a ocupação (predatória ou não) das vastas porções do território que estão sobre influência e comando das cidades (Cano, 2010; Brandão e Cano, 2006). Estas estão tradicionalmente dominadas por elites conservadoras ligadas à permanência de estruturas de exclusão e pobreza para manutenção de posições político-econômico privilegiadas e reconstrução de formas de acumulação primitiva e suas formas derivadas (Oliveira, 2003).
- d) Ao entendimento de que cidades são sistemas abertos vinculados a *aspectos coevolutivos* junto ao sistema mais amplo (formando o *milieu* urbano), passíveis de trocas de energia, informação e matéria. Ressaltar a valorização “genético-evolutiva” do território local permite entender a variedade de opções elementares para o desenvolvimento territorial. A ideia das esferas evolutivas pode ser complementada pela ideia de que as dinâmicas sub-regionais possuem um substrato material herdado (sedimento territorial) a partir das quais surgem *formas híbridas* de arranjos territoriais.
- e) À análise dos *conjuntos de práticas espaciais e da capacidade de abertura ou fechamento operacional dos sistemas evolutivos*, considerando diversas modalidades de estratégias que redes de sujeitos constroem. Variam na intensidade de relações com o espaço intraurbano ou rural, até as relações multiescalares. De acordo com a capacidade de resistência, politização e autonomia dos sujeitos, pode ocorrer uma adaptação ou não das possibilidades de interpretação dessas “novidades” como recurso (Machado, 2003; 2005).

## Referências

- BARTOLI, E. Ações Indígenas Sateré-Mawé na Cidade de Parintins (AM) e a Formação de Sistemas Locais Territoriais Urbano-Ribeirinhos. *In: Anais Simpósio Nacional de geografia Urbana (SIMPURB)*, CD-room. Fortaleza: UFCE, 2015.
- BARTOLI, Estevan. **O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)**. 2017 (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: PPGG - Unesp.
- BARTOLI, Estevan. Cities in the Amazon, Territorial Systems and the Urban Network. **Mercator**, v. 17, e17027, p. 1-16, 2018a.
- \_\_\_\_\_. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b.
- \_\_\_\_\_. Cidades Pequenas na Amazônia e Ordenamento Territorial: Redes de Sujeitos Locais e as Redes Urbanas de Urucará (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM). Geoingá: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 12, n. 1, p. 80-105, 2020a.
- \_\_\_\_\_. Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, nº 19 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 132-157, 2020 b.
- \_\_\_\_\_. Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM). **Revista Espaço e Economia**, v. 20, p. 1, 2020 c.
- \_\_\_\_\_. Funções Urbanas na Faixa de Fronteira Amazônica: Centralidade de Nhamundá (AM) e seus Sistemas Territoriais. **Geografia em Questão**, v. 14, p. 117-139, 2021.
- BARTOLI, Estevan.; SERRÃO, A. M. Periodização Econômica, Espaço Intraurbano e Sistemas Territoriais de Urucará (AM). **Revista Geoamazônia**, v. 8, p. 214-235, 2021.
- BARTOLI, Estevan. SCHOR, Tatiana. OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades Médias na Amazônia: ampliando percepções sobre a responsabilidade territorial de Parintins (AM)**. Terra Plural, 2019.

- BARTOLI, MARQUES, Rildo. Morfologia e Geomorfologia Urbana: sistemas territoriais e as margens fluviais em Parintins (AM). **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 13, n. 2, p. 44-58, 2019.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, B. K. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (Orgs.). **Geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 421-443.
- \_\_\_\_\_. **A Urbe Amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista. In: **Capitalismo Globalizado e recursos territoriais**. ALMEIDA, A. W. de. et al. (orgs). Lamparina: Rio de Janeiro, 2010, p. 39-69.
- BRANDÃO, C.A; CANO, W. **Anotações sobre o Capital Mercantil**: análise de sua natureza e estudo das formas através das quais ele dá a tônica da valorização de capitais no Brasil. Campinas, 2006 (mimeo).
- BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a New Epistemology of the Urban? **City**, n. 1, p. 151-182, 2015.
- BROWDER J.O. GODFREY, B.J. **Cidades na Floresta**. Manaus: Edua, 2006.
- BUENO, Magali Franco. **O Imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes. Dissertação. Programa de Pós – Graduação em Geografia Humana - USP. São Paulo, 2002.
- CANO, Wilson. Reflexões Sobre o Papel do Capital Mercantil na Questão Regional e Urbana do Brasil. Texto para Discussão. In: **Revista da SEP**. IE/Unicamp, Campinas, n. 177, maio de 2010.
- CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo, Contexto: 2011.
- CINTRÃO, Núbia Lira. De carona com um regatão: as relações contraditórias do sistema comercial na Amazônia do século XIX. In: SILVA, Heloísa Helena. (Org.) **Traços Culturais, Tecnológicos e Cooperativistas da Economia Solidária no Amazonas**. Curitiba, CRV: 2014, p. 36-46.
- DEMATTEIS, G. Il sistemi territoriali in um’ottica evoluzionista. in: DEMATTEIS G. GOVERNA, F. (orgs.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità**: il modello Slot. Milano: Angeli, 2005.
- \_\_\_\_\_. Sistema Local Territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. CORRIJO, B. CANDIOTTO, L.

- (orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- DUTRA, Manoel Sena. **A natureza na TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia**. Belém: NAEA, 2005, 279 p.
- MCCRATH, David. Parceiros No Crime: o Regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. *In: Novos Cadernos NAEA* vol. 2, nº 2 – dezembro, 1999.
- MACHADO, L. O. Região, Cidades e Redes Ilegais: geografias alternativas na Amazônia Sul-Americana. *In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. (Orgs.). Regiões e Cidades: cidades nas regiões*. São Paulo: Edunesp, 2003.
- \_\_\_\_\_. Sistemas e Redes Urbanas como Sistemas Complexos Evolutivos. *In: CARLOS, A. F. A. LEMOS, A. G. Dilemas Urbanos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **Território e Gestão ambiental na Amazônia**. São Paulo, Annablume. 2011.
- MONTE-MÓR, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. *In: SANTOS, M., SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (Org.). Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p.169-181.
- \_\_\_\_\_. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. *In: DINIZ, C.; CROCCO, M. (Org.). Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 61-85.
- MORAES, André de. **Peixes, redes e cidades: aspectos socioambientais da pesca comercial de bagres no Médio e Alto Solimões - AM**. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.
- \_\_\_\_\_. Embalando Mercados em Redes Urbanas: alimentação e pesca articulando cidades na Amazônia brasileira. *In: SCHOR, T. (org.). Dinâmica Urbana na Amazônia* – vol. 1. Manaus: Valer, 2014.
- NARDOTO, G. MURRIETA, R. S. S. PRATES, L. E. G. ADAMS, C. GARAVELLO, M. E. P. SCHOR, T. MORAES, A. O. RINALDI, F. D. GRAGNANI, J. G. MOURA, E. A. DUARTE-NETO, P. J. MARTINELLI, L. A. Frozen chicken for wild fish: Nutritional transition in the Brazilian Amazon region determined by carbon and nitrogen stable isotope ratios in fingernails. **American Journal of Human Biology**, v. 23, p. 642-650, 2011.

- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica a Razão Dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.
- PACHECO de OLIVEIRA, João. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília, Ministério da Educação, 2006.
- RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- \_\_\_\_\_. A produção das Estruturas Espaciais e sua Representação. In: SAQUET, M. SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades. Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- \_\_\_\_\_. Uma Concepção de Território, Territorialidade e Paisagem. In: PEREIRA, Silvia Regina. COSTA, B. P. SOUZA, E. B. C. (orgs.). **Teorias e Práticas Territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- RAFFESTIN, C. BRESSO, M. Travail, Space, Pouvoir. **Lausanne: L' Age d' Homme**, 1979.
- SACK, R. O significado de territorialidade. In: Leila Cristina Dias e Maristela Ferrari (orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.
- SANTOS, R. A. O. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- SCHOR, Tatiana. **Ciência e Tecnologia: o caso do experimento de grande escala da biosfera-atmosfera na Amazônia (LBA)**. 1. ed. São Paulo: Anna-Blume/Fapesp, 2008. 147 p.
- SCHOR, Tatiana; MORAES, André de Oliveira. Programas de pesquisa em meio ambiente e o urbano: um ensaio sobre a ausência. **Revista Geonorte**, v. 02, p. 1-24, 2011.

- 
- SCHOR, T; OLIVEIRA, J.A; MORAES, A.; SANTANA, P. V. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil. **Revista PRACS**, V.9, N.1. Macapá: 2016.
- SILVEIRA, M. L. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 15, núm. 1, janeiro-abril, 2010, pp. 74-88.

### **Estevan Bartoli**

Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) - Parintins, Doutor em geografia pela Unesp e artista visual, realiza pesquisas nas áreas de geografia urbana com ênfase em sistemas territoriais para o desenvolvimento de cidades na Amazônia. Líder do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (Netam), é pesquisador da Rede Iberoamericana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (Redeteg) e da rede de estudos sobre cidades pequenas (MikriPoli).

## Capítulo 8

### Contribuições do pensamento de Bruno Latour para as pesquisas sobre as cidades amazônicas



Ana Beatriz Oliveira Reis

#### Introdução

A cada ano que passa, novas mediações passam a fazer parte da cidade de Santarém, localizada na região oeste do Pará. Essa cidade, que se descortina no início desse século 21, — terceira maior do estado em população, se assenta sobre um território indígena onde diversos povos, antes da chegada dos colonizadores, já se relacionavam com as águas e com as terras tapajônicas, por meio de maneiras próprias de organização socioespacial. Compreender a Santarém de hoje passa pelo entendimento das muitas redes e sujeitos que compõem essa cidade, humanos e não humanos: o Rio Tapajós, a soja, os ribeirinhos, a política ambiental, a China, os povos indígenas, a mudança climática, as periferias urbanas, os programas de habitação social, o mercado de terra, os prédios, o planalto santareno, os quilombolas, a Cargill, os sushis *gourmet*, os portos, o novo centro de convenções, o turismo, os indígenas Borari, o Rio Amazonas, o Lago do Maicá, os Guardiões do Bem Viver, a mandioca, os assentamentos agroextrativistas, os sítios arqueológicos, os igarapés, a UFOPA, entre muitos outros.

A Santarém de hoje tenta se firmar como mais uma das cidades do agro-negócio no Brasil. Nas últimas décadas, essa cidade tem se transformado para fazer caber as necessidades desse segmento econômico que transforma



---

não apenas as infraestruturas da cidade. Ele modifica os modos de vida, as paisagens, as percepções sobre o que tem sido Santarém, território cujas raízes estão firmadas na rica história antiga da Amazônia. Nas últimas décadas, podemos destacar ao menos dois grandes marcos da ingerência dos interesses do agronegócio na cidade: a instalação da multinacional Cargill sem licenciamento ambiental prévio e o desfecho do processo de revisão do plano diretor. Esse último destinou grande parte do território santareno à plantação intensiva de grãos, bem como ampliou a zona portuária do município para a região do Maicá (Reis, 2024).

Partimos da cidade de Santarém enquanto cenário para apresentarmos as possíveis contribuições do pensamento de Bruno Latour para as cidades amazônicas. A obra desse pesquisador francês tem contribuído para diferentes campos das humanidades, por compartilhar um olhar original sobre alguns dogmas sedimentados há séculos na área e por jogar luz sobre questões consideradas lugar comum para muitos cientistas sociais. Para Latour, por exemplo, a crítica não se reduz a uma estratégia discursiva. Ela se realiza na radicalidade da pesquisa científica que descreve rigorosamente as múltiplas redes de elementos heterogêneos que compõem a realidade.

Esse artigo se propõe a percorrer a obra de Bruno Latour para destacar aquilo que pode ser valioso para as pesquisas sobre as cidades amazônicas, forjadas na téttrade cidade-rio-floresta-campo (Cardoso, 2021). Destacamos nos seus escritos aquilo que pode ser apropriado por nós a partir das nossas necessidades de pesquisa, num movimento ativo de construção de referenciais que atendam às necessidades das investigações de uma realidade tão plural, tão diversa e tão única. Devoramos as ideias de Latour para criarmos uma outra coisa a partir da realidade amazônica.

Este texto é ainda um primeiro retorno à minha própria tese de doutorado acrescido de novas leituras da cosmologia latouriana, em especial as reflexões sobre ecologia política. Esse retorno tem como objetivo fazer circular os problemas que orientaram o meu trabalho e que, de alguma forma, já foram experimentados numa pesquisa empírica a partir da realidade da cidade amazônica de Santarém (Reis, 2024).

Percorremos as obras de Bruno Latour destacando cinco questões centrais do seu pensamento: a agregação do social; o composicionismo; a



constituição moderna; os modos de existência e o fim da natureza. Essas problemáticas não seguem a ordem cronológica das obras de Latour. O fluxo que percorremos aqui atende mais às necessidades de construção de sentidos por meio dos pensamentos e dos conceitos mobilizados e que se implicam mutuamente. As principais obras utilizadas foram: *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede* (2012); *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas* (2016); *Manifesto Compositorista* (2010); *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica* (2019a); *Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos* (2019b); *Políticas da Natureza: como associar as ciências à democracia* (2019c).

## **1 Quem foi Bruno Latour?**

Antes de adentrarmos ao universo latouriano, é necessário apresentar quem foi Bruno Latour. De origem francesa, Latour nasceu no ano de 1947, e nos deixou recentemente, em outubro de 2022. Durante a sua trajetória, transitou por diversas áreas do campo das humanidades, sendo reconhecido como filósofo da ciência, antropólogo e sociólogo. Suas preocupações sobre como as ciências são produzidas foram refletidas em pesquisas que descortinaram a vida nos laboratórios e postularam instigantes interseções entre a ciência e a política. Essas reflexões aproximaram as práticas dos ditos cientistas da natureza e dos pesquisadores das ciências ditas humanas, ambos atravessados por redes compostas por elementos não tão distintos.

Importante destacar ainda o interesse de Latour pelo Brasil. Numa de suas últimas entrevistas, ele enfatizou o protagonismo do nosso país na construção de soluções para os problemas emergentes compartilhados por todos os seres do nosso planeta. Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* realizada em setembro de 2020, auge da pandemia de covid-19, Latour afirmou que “se o Brasil achar solução para si, vai salvar o resto do mundo”, pois nenhum outro país reúne, na mesma intensidade, as duas crises que se juntam, a crise política e a crise ecológica (Latour, 2020).

Um ponto de partida instigante para adentrar a obra de Bruno Latour nesse trabalho é a sua compreensão sobre o social. As contribuições de Latour podem ser situadas num movimento maior dentro das próprias humanidades, chamado de Sociologia Pragmática. Como um metafísico empirista, Latour fala a partir das coisas que já estão no mundo.

Em *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*, obra originalmente publicada em 2005, Bruno Latour (2012) apresenta um novo olhar para o social. Por intermédio do pensamento de Gabriel Tarde, Latour se opõe ao pensamento sociológico tradicional de origem durkheimiana, que tenta explicar as coisas socialmente. Ao invés disso, propõe uma sociologia das associações que tem como objetivo descrever as conexões feitas pelos atores e investigar suas políticas de agrupamento por meio do que denominou como “Teoria ator-rede” (Latour, 2012), que tem por finalidade auxiliar na tarefa de descobrir essas associações.

Ao apresentar uma nova forma de abordagem do social, Bruno Latour expressa um entendimento do social como “uma série de associações entre elementos heterogêneos [...] um tipo de conexão entre coisas que não são, em si mesmas, sociais” (Latour, 2012, p. 23). Essa abordagem se contrapõe às perspectivas teóricas que compreendem o social como “um estado de coisa estável” (Latour, 2012, p. 17) e enfatiza o social como “um movimento peculiar de reassociação e reagregação” (Latour, 2012, p. 25). Enquanto movimento, o social não está restrito a nenhum lugar particular. Ele pode circular em qualquer lugar num movimento que liga ainda coisas que não são sociais (Latour, 2012, p. 158).

Na proposta de Bruno Latour, a sociologia deixa de ser a ciência do social, e assume a busca de associações (Latour, 2012, p. 23). Ou seja, uma sociologia das associações que almeja rastrear associações (Latour, 2012, p. 160). A tarefa do sociólogo, nessa perspectiva, passa a ser construir um experimento artificial, como um relato, uma narrativa ou uma história, onde o mundo e as mediações que fazem os atores agirem possam ser desdobrados ao máximo (Latour, 2012, p. 267). Na teoria ator-rede, “o social é o nome

de um tipo de associação momentânea caracterizada pelo modo como se aglutina assumindo novas formas” (Latour, 2012, p. 100). Nessa linha, na sociologia pragmática, há uma alteração profunda do conceito de “social” (Latour, 2012, p. 157). Latour, por sua vez, prefere o usar a palavra “coletivo” no lugar de “sociedade”.

A compreensão dinâmica de social de Bruno Latour (2012) favorece uma abordagem pragmática do social, uma vez que este não deve servir para explicar, e sim ser explicado. No esforço descritivo de explicar as muitas conexões entre os atores e as coisas é que a realidade pode se apresentar. As associações que explicam o social, não o contrário (Latour, 2012, p. 340). Ao referenciar William James, Latour afirma que “é multiplicando as conexões com o exterior que conseguimos perceber como o ‘interior’ está sendo mobiliado” (Latour, 2012, p. 310), pois existem mais mediações no pluriverso que os cientistas sociais julgam possível (Latour, 2012, p. 171).

Por intermédio dessa perspectiva sobre o que é o social, Latour (2012) aponta quais devem ser os objetivos das ciências sociais. Esses objetivos são realizados quando se cumprem três tarefas: desdobrar as controvérsias sobre as quais as associações são possíveis, mostrar por quais meios as controvérsias são estabelecidas e como elas prosseguem, e ajudar na definição dos procedimentos adequados para compor o coletivo. Esses deveres são sucessíveis e não devem ser cumpridos simultaneamente (Latour, 2012, p. 12).

Em *Cogitamus*, publicado originalmente em 2010, Bruno Latour afirma que fazer uma cartografia de uma controvérsia significa aprender e localizar todos os movimentos entre a dúvida radical e a certeza indiscutível (Latour, 2016, p. 80). As controvérsias são espaços pelos quais o pesquisador deve navegar de maneira confortável (Latour, 2016, p. 151) a fim de prolongar as investigações que levem em conta a “multiplicidade das injunções contraditórias” (Latour, 2016, p. 111, grifo do autor).

Latour (2012) ressalta que essas controvérsias não devem ser limitadas pelo pesquisador. Este deve entendê-las no âmbito de elementos heterogêneos que podem ser associados. Cabe aos atores encerrar as controvérsias, produzindo traços empíricos, restaurando uma “ordem” diversa daquela que

seria estabelecida pelo próprio investigador (Latour, 2012, p. 230-232). Na tarefa de rastrear o social, o sociólogo deve “desdobrar o âmbito total de controvérsia, em vez de tentar decidir [...] qual o melhor ponto de partida para segui-la” (Latour, 2012, p. 236). Nesse sentido, as ciências sociais passam a contribuir aos processos nos quais as sociedades refletem e se confrontam consigo mesmas (Barthe *et al.*, 2016, p. 90).

Bruno Latour adverte que a obra *Reagregando o social* é apenas a sua visão pessoal sobre a teoria ator-rede e resume essa teoria como um caminho sobre como estudar as coisas, ou melhor, como não as estudar, concedendo aos atores espaço para se expressarem (Latour, 2012, p. 206). O principal postulado da teoria ator-rede é, portanto, que os próprios atores fazem tudo, até mesmos seus quadros de referências, suas próprias teorias (Latour, 2012, p. 213). Nesse sentido, a tarefa do cientista social é a de devolver aos atores a capacidade deles mesmos elaborarem suas próprias teorias sobre o social (Latour, 2012, p. 31).

Os atores são constituídos na articulação entre vários outros atores, recusando-se a dicotomia entre sujeito e objeto. Na teoria ator-rede, cabe aos atores as tarefas de definir e de ordenar o social (Latour, 2012, p. 44). E cabe ao cientista social levar as narrativas dos atores a sério, e evitar traduzir essas narrativas pelo léxico social acadêmico. Caso contrário, os atores deixam de ser mediadores da pesquisa para se tornarem apenas meros intermediários passivos (Latour, 2012, p. 221).

Na teoria ator-rede, a expressão “rede” é compreendida como um indicador da qualidade do texto, uma vez que um bom texto tece redes de atores e permite ao pesquisador estabelecer uma série de relações (Latour, 2012, p. 189). Ela é uma expressão que serve “para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir” (Latour, 2012, p. 192). Na produção de um relato ator-rede, deve-se acrescentar os “muitos traços deixados pelo fluido social” e “a proporção de mediadores e intermediários aumenta” (Latour, 2012, p. 195). Em resumo, “o ator-rede consiste naquilo que é induzido a agir por uma vasta rede [...] suas muitas conexões lhe dão a existência” (Latour, 2012, p. 312).

Ao traçar as conexões sociais, o cientista social estará, de certa maneira, compondo relatos, o que exige dele um texto bem escrito para que o social apareça (Latour, 2012, p. 181-184). Logo, um bom relato é aquele que tece uma rede (Latour, 2012, p. 189), enquanto um mau relato textual “transporta causalidades através de meros informantes” (Latour, 2012, p. 191) e o social não aparece.

Ao escrever, o pesquisador deve levar em consideração a diferença entre descrever e explicar. Bruno Latour (2012) valoriza a descrição como uma realização máxima, ainda que mais rara, trazendo como exemplo os processos de pesquisa de outras áreas do conhecimento, como as ciências naturais. Quando as redes não são desdobradas, as explicações se tornam supérfluas, sendo ruins aquelas descrições que precisam de explicações (Latour, 2012, p. 199-200). Nesse sentido, critica as chamadas “explicações contextuais” por não explicarem coisa alguma. Além de serem supérfluas, não introduzem diferenças entre os atores e correm o risco de “afundarem os novos atores interessantes num dilúvio de atores velhos” (Latour, 2012, p. 214). Latour ressalta a importância de não passar da descrição à explicação e de não tentar preencher lacunas (Latour, 2012, p. 217).

No âmbito da teoria ator-rede, deve-se sair do contexto e voltar às práticas locais na difícil tarefa de descrever o estado de coisas numa postura menos interpretativa e mais objetivista (Latour, 2012, p. 209). Sendo o contexto entendido por Latour como sinônimo de “moldura”, não seria tarefa dos sociólogos estabelecer previamente suas fronteiras (Latour, 2012, p. 309).

Latour (2012) ainda apresenta sua compreensão do que é a ação a partir das ideias de surpresa, mediação e acontecimento, devendo ser encarada como nó que só pode ser desemaranhado aos poucos. Ele critica as posturas que partem da determinação da ação pela sociedade, dos cálculos individuais ou ainda do poder do inconsciente (Latour, 2012, p.72-74). Deve-se procurar saber como cada ação é desenvolvida (Latour, 2012, p. 91).

Por intermédio das contribuições de Bruno Latour, é possível ainda compreender o empírico cada vez mais atrelado à fidelidade da experiência (Latour, 2012, p. 343). Por meio do compromisso com a experiência é que Latour apresenta sua crítica da divisão entre natureza e sociedade, dada a

---

artificialidade dessa separação. Para ele, os extremos das cadeias “social” e “natural” precisam ser dissolvidos simultaneamente, uma vez que a “natureza” é um artefato produzido, assim como o “social” quando associado a uma noção de causalidade mal adaptada (Latour, 2012, p. 160-161).

Para Latour, “o mapeamento das controvérsias científicas sobre questões de interesse deve permitir-nos renovar de cima para baixo a própria cena do empirismo – e, portanto, a divisão entre ‘natural’ e ‘social’” (Latour, 2012, p. 168). É necessário ampliar o repertório de conexões e associações, indo além das explicações oferecidas pelo social (Latour, 2012, p. 353). Numa boa investigação, deve-se compreender a rede de associações na qual a coisa está inserida e empenhar esforços simétricos para alistar esforços humanos e não humanos. Ou seja, uma controvérsia não deve ser explicada pelo social, e sim pelo emaranhado de fios que tecem aquela rede.

Por fim, cabe ressaltar que, em 2012, ao realizar uma antropologia dos modernos em *Investigação sobre os modos de existência*, Latour (2019b) revisita a teoria ator-rede. Para o autor, graças à teoria ator-rede, a sociedade já não é feita mais de um material particular, o social, e sim de um movimento de conexões cada vez mais estendidas. Contudo, essa teoria poderia ser acusada de maquiavelismo por propor que tudo pode associar-se com tudo, sem definir o que pode funcionar e o que pode faltar. Na nova investigação, ele propõe que a livre associação seja apenas uma das formas pelas quais se pode abordar o curso de uma ação qualquer. Agora, a livre associação aparece ao lado da descrição, da verificação, da exploração e da proposição (Latour, 2019b, p. 64-65).

### 3 O composicionismo

Dentro da ecologia política de Bruno Latour, uma outra ferramenta que ganha força, em especial, a partir de 2010, é o composicionismo.

Afinal, o que é uma composição? Para essa pergunta, são possíveis muitas diferentes respostas. Para os linguistas, composição é o processo de formação das palavras de uma língua. A partir de duas ou mais palavras (ou radicais), forma-se uma nova palavra com significado próprio. Novas

palavras são formadas por dois processos distintos: por justaposição – palavras lado a lado – ou por aglutinação, quando uma das palavras perde sua integridade sonora ou ortográfica (Kuchenbecker, 2023).

Na música, a composição é o processo de produção musical no qual se organizam elementos sonoros com intenção de criar uma música. A composição é o pilar do processo artístico. Sendo um ato criativo, a composição se distingue da interpretação e da apreciação musical, pois inventa algo, é original (Maldalozzo, 2015).

Já para a química, a composição é o arranjo dos átomos ligados entre si. Ela expressa a quantidade relativa de cada elemento químico na formação de um determinado composto. Cada composto tem um arranjo específico, sendo os átomos posicionados em uma determinada ordem. A disposição de cada elemento químico para compor varia. Os gases nobres, por exemplo, são estáveis suficientemente para não interagirem com outros átomos, ainda que, em certas condições extremas, alguns desses gases nobres possam reagir.

No *Manifesto Compositorista*, escrito por Latour em 2010, a tarefa de compor o mundo é defendida como meio de agregar os elementos heterogêneos que fazem parte desse grande coletivo. Latour apresenta, de maneira propositiva, aquilo que também pode ser lido como uma crítica à constituição moderna e suas cisões. Para compreender a realidade, é necessário recompô-la com os seus muitos híbridos. Essa associação agrega elementos heterogêneos ao mesmo tempo que conserva as suas diferenças.

Ao traçar as conexões sociais, o cientista social estará, de certa maneira, compondo relatos, o que exige dele um texto bem escrito para que o social apareça (Latour, 2012, p. 181-184). Logo, um bom relato é aquele que tece uma rede (Latour, 2012, p. 189) enquanto num mau relato textual “transporta causalidades através de meros informantes” (Latour, 2012, p. 191) e o social não aparece.

O trabalho de compor deve ser lento e progressivo e evitar as cisões modernas. A tarefa do composicionismo seria buscar a universalidade, entendendo que essa não deve ser desvendada, pois não é dada a priori. Trata-se de um trabalho de construção, do qual pode derivar uma boa composição ou uma má composição (Latour, 2010, p. 474). Numa boa composição, nada está fora de discussão, pois os composicionistas querem a imanência e a

---

verdade juntas (Latour, 2010, p. 478). Nessa ampliação do repertório de conexões e associações, os encadeamentos que tecem a ação somam-se numa composição, lenta e progressiva, sempre de caráter ambíguo (Latour, 2016, p. 30). Em outras palavras, o composicionismo de Latour enfatiza a reagregação de coisas diferentes que conservam, ao mesmo tempo, sua heterogeneidade (Latour, 2010, p. 473-474).

No *Manifesto Composicionista*, publicado em 2010, Bruno Latour apresenta o caso do atum rabilho para nos mostrar o que seria uma boa composição. Segundo Latour, se antes os naturalistas poderiam reduzir a cadeia desse animal aos seus predadores e às suas presas, agora deve-se considerar, no ecossistema do atum rabilho, consumidores japoneses, bares de sushi de todo planeta, ativistas ambientais e, até mesmo, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, que havia prometido proteger esse peixe (Latour, 2010, p. 480-481). Uma boa composição, portanto, deve acrescentar muitos híbridos para recompor o social, aumentar a sua escala (Latour, 2019a, p. 135) e seguir essa rede que, mesmo extensa, “continua a ser local em todos os pontos” (Latour, 2019, p. 146).

Para um composicionista, nada está fora de discussão (Latour, 2010, p. 478). Um trabalho de composição, lento e progressivo, seria capaz de substituir a separação entre ciências e o resto da existência. Nas palavras de Bruno Latour, é necessário às humanidades científicas “aprender a considerar toda a obra, e não apenas um de seus atos” (Latour, 2016, p. 23) num trabalho desafiador de não poder separar nem fazer coincidir por completo ciências e sociedade (Latour, 2016, p. 156).

Dando continuidade aos desafios do composicionismo exposto, primeiramente, por meio do caso do atum rabilho, passamos agora ao mundo dos carrapatos para acrescentarmos mais uma perspectiva à nossa reflexão. Em *Cogitamus*, Bruno Latour resgata as ideias de Jakob von Uexküll para criticar o conceito de ambiente e nos apresentar, em oposição, a ideia de *Umwelt*. Enquanto ambiente é “uma noção abstrata, e inventada por pura comodidade pelos humanos para designar esse envoltório universal que supostamente circunda todos os seres vivos”; para o biólogo e filósofo von Uexküll, é como se cada animal, inclusive o homem, “criasse em torno de si uma espécie de bolha, que extrairia do ambiente certo número de sinais pertinentes”,



sinais subjetivos (Latour, 2016, p. 189). Logo, na natureza viva, não haveria objetos. No mundo vivo, só há sujeitos, e esses sujeitos estabelecem entre si relações de significação, e não de causalidade (Latour, 2016, p. 189-190).

Voltemos aos carrapatos. Bruno Latour ressalta que, mesmo o carrapato sendo menos articulado do que um cachorro ou um ser humano, esse pequeno aracnídeo não deixa de produzir seu ponto de vista, ou seja, um mundo de significações. E é nesse mundo que o carrapato reside, no seu próprio *Umwelt*. Nas palavras de Latour, “por mais pobre que seja (para nós) o mundo do carrapato, é um mundo tão articulado quanto o nosso ou do elefante” (Latour, 2016, p. 190).

Para Latour (2016), só há sujeitos porque tudo age e os sujeitos são efeitos das relações entre coisas que coexistem. As substâncias não preexistem às conexões, sendo a existência dos sujeitos possibilitada pelas associações entre muitos atores. E, quanto mais conexões, mais força ganha determinada existência.

Outro exemplo constantemente associado à obra de Latour é o do micróbio, que passa a existir a partir da constituição de uma cadeia de relações. A rede que sustenta a existência dos micróbios é composta pelo micróbio, pelo cientista e pelo microscópio, que permite o encontro entre o sujeito humano e o não humano. Ou seja, nada existe isolado, as relações preexistem aos indivíduos. Tudo que existe precisou se misturar, se compor com outros, numa cadeia de existência. E tudo que existe precisa se associar para continuar existindo.

No pragmatismo especulativo de Bruno Latour, interessa saber como descrevemos o que os sujeitos fazem na sua relação com as outras coisas, saindo da intenção de afirmar que algo é verdadeiro ou falso. Na obra *Vida de Laboratório*, escrita no final da década de 1970, ele começa a desenvolver a ideia de rede enquanto um método de pesquisa. Ao realizar uma etnografia de um laboratório, Latour descreve as muitas redes que compõem o local em que são produzidas as ciências: tubos, financiamentos, patentes, frascos, políticas internas, técnicos, questões éticas, entre muitas outras redes. Na produção da ciência há, portanto, a associação de muitos elementos heterogêneos.

Retornemos aos sujeitos. Mas, afinal, não seriam os animais (e tudo aquilo que existe para além dos humanos) objetos? Bruno Latour é crítico da separação entre sujeitos e objetos por transformar a diferença entre humanos e não humanos em uma discrepância (Latour, 2010, p. 483). Latour compreende que essa cisão faz com que não possamos entender sobre o mundo, pois nada liga os sujeitos aos objetos (Latour, 2016, p. 141). No final das contas, quem é que questiona como os objetos fazem os sujeitos? (Latour, 2019a, p. 103). Sujeito e objeto, portanto, são o recorte num conjunto imenso de associações entre humanos e não humanos. Eles são efeitos das relações, e não entidades ontológicas separadas.

Latour atribui à modernidade a prática da separação. Separam-se humanos e não humanos (coisas). Segrega-se a política, representante dos sujeitos, e a ciência, representante das coisas. Expurgam-se os mitos e as religiões. Nas palavras de Bruno Latour, “a constituição moderna inventa uma separação entre o poder científico encarregado de representar as coisas e o poder político encarregado de representar os sujeitos”, ou seja, de um lado o sujeito de direito, do outro, o objeto das ciências (Latour, 2019a, p. 43-44). Mas, abaixo dos processos de purificação da modernidade, os híbridos continuariam se proliferando. Os híbridos são os mistos que os modernos evitam por meio de um processo de purificação. Ou seja, jamais fomos modernos porque as misturas continuaram acontecendo.

A prática de separação da modernidade reduz as relações à forma sujeito e objeto, fazendo com que tenhamos acesso às coisas diretamente, sem um esforço de tradução. A recomposição dessas cisões exige um esforço de tradução. Para Latour, traduzir é, ao mesmo tempo, “transcrever, transpor, deslocar, transferir e, portanto, transportar transformando” (Latour, 2016, p. 30). Traduzir é tecer redes, é “descrever os imbróglis onde quer que eles nos levem” (Latour, 2019a, p. 12), pois nada simplesmente é e nenhuma existência existe sem custos.

Bruno Latour defende a necessidade de reconstituir as cisões entre os humanos e não humanos (Latour, 2019a, p. 23), pois na modernidade incluímos apenas os humanos no coletivo. O moderno toma os não humanos

como paisagem. A realidade, contudo, não é uma forma pré-dada, ela é uma construção coletiva entre humanos e não humanos. Tecer as redes desse coletivo não significa procurar o ponto comum entre coisas diferentes, e sim compor mantendo o caráter ambíguo. Nesse sentido, não haveria dois lados, mas apenas um, com múltiplas ramificações (Latour, 2016, p. 94).

Da modernidade, devemos também abandonar o sentido de ciência que se opõe ao senso comum, por se apoiar numa polêmica que contrasta o racional e o irracional (Latour, 2016, p. 178). O cientista deve ser compreendido como aquele capaz de “estabelecer uma diferença entre estados de coisas até então confundidos” (Latour, 2016, p. 180). Com o avanço das ciências e das técnicas, nosso contato com as coisas se tornaria mais íntimo (Latour, 2016, p. 61).

Necessitamos, portanto, renunciar a todo legado da modernidade? Bruno Latour afirma que devemos guardar tudo dos modernos, exceto a confiança exclusiva na Constituição Moderna. Essa constituição, ao mesmo tempo que possibilitou a proliferação dos híbridos, só é eficaz quando nega a existência desses mistos (Latour, 2019a, p. 166-167). O trabalho de purificação dos modernos torna-se, portanto, um caso particular do trabalho de mediação (Latour, 2019a, p. 168). Precisamos, portanto, reescrever a modernidade acrescentando mais híbridos, tornando-a mais interessante, recusar a transcendência e perceber que nós, humanos, também somos terrestres.

## 5 Modos de Existência

Em 1943, o filósofo Étienne Souriau escreveu a obra *Diferentes modos de existência*, na qual, entre outras perguntas, questiona se existem várias maneiras de existir. Inicialmente, ele difere o pluralismo ôntico, que pressupõe a multiplicidade dos seres, do pluralismo existencial, que postula a multiplicidade dos modos de existência. Para Souriau (2020), o mundo múltiplo que nos impressiona pela sua riqueza, também pode nos impressionar pela sua pobreza. Há muitos modos de existência ainda inominados e inexplorados (Souriau, 2020).

---

Os mundos seriam múltiplos, assim como os modos de existência: “Quando falamos de ‘ser-no-mundo’, é preciso entender que falamos de ‘ser-em-um-certo-mundo’” (Souriau, 2020, p. 68). Por exemplo, para Souriau (2020), cada romance, cada quadro, é, sob certos aspectos, “um microcosmo”. Esses microcosmos de quadros e romances comporiam um grande cosmo literário e artístico.

Étienne Souriau (2020) defende ainda a ideia de que a existência são todas as existências. Ela se realiza de maneira integral em todos os modos e em cada modo tomado separadamente. Ele associa a “arte múltipla de existir” à agência: “para existir é necessário agir, mas para agir é necessário existir” (Souriau, 2020, p. 48). O ser por vir não é uma obra acabada, nunca tem o aspecto de revelação. Ele é determinado explorando a sua via. Nesse sentido, instaurar é seguir uma via, é um movimento em direção à existência (Souriau, 2020).

Na pluralidade de modos de existência, há existências marcadas pela precariedade e pela brevidade. Elas são construídas de maneira precipitada e depois são destruídas. Essas existências, confundidas com a ilusão de uma existência fraca, seriam, na realidade, obras abandonadas cedo demais, por medo de ir muito longe. “Muitas coisas ficaram no meio do caminho, no estado de esboço. Nada garante que elas não sejam, até certo ponto, recuperáveis, por meio de acabamentos de que ainda estamos incumbidos” (Souriau, 2020, p. 182).

No início dos anos 2010, Bruno Latour (2019b) se propõe a realizar uma antropologia dos modernos ao investigar os modos de existência da modernidade. Inspirado em Étienne Souriau, para quem as coisas possuem suas próprias maneiras de existir, Latour organiza os modos de existência da modernidade não com o objetivo de separá-los, mas de mostrar como esses modos se implicam. Na obra *Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos*, interessou a Latour investigar os diferentes modos de produzir verdade das instituições modernas e como esses modos se misturam. Importante ainda foi distinguir as experiências dos modernos, de como eles próprios relatam a experiência.

## 6 O fim da natureza

Num momento em que a urgência de se adiar a queda do céu passa a fazer parte, com mais frequência, dos discursos políticos que extrapolam as fronteiras do Estado nacional, as cisões modernas entre sociedade e natureza, sujeito e objeto, ciência e política não dão conta de refazer as muitas redes que compõem a realidade. Essas questões emergentes já faziam parte das preocupações que orientavam as pesquisas de Bruno Latour desde o final do século passado.

Em *Políticas da Natureza*, publicado originalmente em 1999, Latour aponta que a ecologia política leva à associação de seres de formas complicadas como regulamentos, aparelhos, consumidores, humanos, coisas. Nesse sentido, ela perturba as classificações dos seres, multiplica as conexões não previstas e muda, brutalmente, sua importância. Na crise da constituição moderna, a ecologia política multiplica os objetos por meio de uma prática abundante. Em outras palavras, a ecologia política é uma boa maneira de compor o mundo (Latour, 2019c).

Bruno Latour apresenta quais são os três desafios da ecologia política: a produção científica, o abandono da natureza e a redefinição do político. Começemos por aquele que parece ser o mais difícil e contraintuitivo de todos: a questão da natureza.

Em *Políticas da Natureza*, Latour aponta que a conservação da concepção de natureza é um problema a ser enfrentado, sendo a crença de que a ecologia política se interessa pela natureza uma doença infantil. Quando os movimentos ecológicos alegam defender a natureza, eles a conservam, o que torna impraticável o seu uso político. Para Latour, a ecologia política não saberia conservar a natureza e esse tem sido o seu principal obstáculo, uma vez que a conservação da concepção de natureza congela o desenvolvimento do discurso público (Latour, 2019c).

Latour assinala que nós nos encontramos na junção de dois grandes movimentos contrários: a irrupção da natureza como uma nova preocupação política ao mesmo tempo que a natureza desaparece enquanto um modo de

---

organização política. Ele defende que a ecologia política sempre se manifesta, na prática, pela destruição da ideia de natureza (Latour, 2019c).

Na ecologia política, a natureza não está em questão, e sim uma diversidade maior de entidades e de destinos. Os elementos que mais importam são a multiplicidade dos não humanos e o enigma de sua associação. Ao abandonarmos a ideia de natureza, restaria um *pluriverso* a ser descrito, um cosmo a ser construído (Latour, 2019c).

Dando um passo atrás, Latour cita a expressão “bifurcação da natureza” de Alfred Whitehead. Em *O conceito de natureza*, publicado originalmente em 1920, Whitehead (2019) aponta que há dois sistemas de realidade, a matéria e as adições mentais, sendo o pensamento sobre a natureza diferente da percepção sensível sobre a natureza. Se, na percepção sensível, a natureza se revela como um complexo de entidades em relações mútuas, o objetivo do pensamento é a sua individualidade pura e simples, não podendo proceder de outra forma. No pensamento, há uma nítida perda de conteúdo, sendo que todas as percepções sensíveis deveriam ser consideradas (Whitehead, 2019).

Para Whitehead, a origem desse equívoco remonta à influência da filosofia grega na ciência e sua doutrina da matéria. Criou-se uma distinção que não existe na realidade, na qual desconectou-se a natureza da sua complexidade, tornando-a uma simples abstração. Ele defende que é necessário pôr fim em determinado estágio dessa dissociação.

Em *Investigação dos modos de existência*, Bruno Latour retoma a expressão de Whitehead. Resgatando a “bifurcação na natureza”, Latour aponta que, se por um lado existe uma realidade invisível, mas formal, temos todo um conjunto de características irreais percebidas pelos sentidos, desprovidas de substância. Essa bifurcação é o que explica a oposição moderna entre teoria e prática (Latour, 2019b).

A distinção entre o social e o natural, segundo Latour, é um ponto de vista particular dos ocidentais. As outras culturas ignoram essa distinção e jamais foram interessadas pela natureza. Para Latour, deve-se evitar dois exotismos simétricos: aquele que faz com que os ocidentais acreditem que são separados da natureza e, por outro lado, aquele que faz crer às outras

culturas que elas haviam vivido na fusão entre as ordens natural e social (Latour, 2019c).

Outro desafio à ecologia política apontado por Bruno Latour é a produção científica. Para Latour, estaríamos atravessando uma crise da objetividade que não diz respeito apenas aos objetos ecológicos. Ele aponta que a natureza e as crenças humanas sobre a natureza se confundiram num espantoso caos. A condição de sobrevivência da Ciência é distinguir, de maneira absoluta, as coisas como elas são da representação que os humanos fazem dessas coisas (Latour, 2019c).

Essa divisão teria sua origem ainda na Grécia Antiga e remonta ao Mito da Caverna, de Platão. Latour questiona qual seria a utilidade do Mito da Caverna hoje e afirma que deveríamos jamais ter entrado na caverna, pois, quando entramos nela, nós, humanos, cortamos nossas inúmeras ligações com a realidade. A caverna seria apenas uma distração (Latour, 2019c).

Bruno Latour vai propor a distinção entre a Ciência e as ciências. A Ciência seria as ciências politizadas pela epistemologia, que separa as ciências da sociedade. Ele enfatiza a sua crítica a um tipo de epistemologia específica, aquela contrária à política. Diante da multiplicidade dos objetos que colocam em crise a objetividade, é necessário tratar, com o mesmo interesse, a prática das ciências e da política (Latour, 2019c).

Por fim, o último desafio da ecologia política é a redefinição da política. Assim como difere a Ciência das ciências, Latour se distancia da política-poder, herdeira da caverna, e propõe à política um conjunto de tarefas que possibilitem a composição progressiva do mundo comum a compartilhar. Para redesenhar a democracia, seria necessário dispormos, desde já, da multiplicidade das associações de humanos e não humanos coletados pelo coletivo (Latour, 2019c).

O coletivo, responsável por coletar essas associações, aparece como o sucessor das duas câmaras criadas pela modernidade. Latour aponta que cabe à ecologia política deslocar o papel de unificador das arenas da natureza e da política para a arena única do coletivo (Latour, 2019c).

Compreendido que natureza e sociedade não passariam de uma forma muito particular de organização pública, resta escolher entre a realidade do

---

mundo ou o inferno do social. “Uma vez tirado da grande cenografia política ‘da’ natureza, não fica mais que a banalidade de associações múltiplas de humanos e não humanos que aguardam sua unidade por um trabalho coletivo” (Latour, 2019c, p. 77).

A escolha pela realidade do mundo aponta, segundo Latour, para a necessidade de conjugar as ciências com as questões do coletivo. A ecologia política também nos orienta em direção a duas operações: a multiplicação das entidades e a composição. Nessa nova direção, os não humanos deixam de ser apenas objetos na grande cena da natureza e os sujeitos dão lugar à associação entre humanos e não humanos. As ciências, para Latour, vão poder desprender o formidável potencial do pluriverso, multiplicando as arenas, as instituições, as experiências, as provas. “A Ciência está morta. Viva a pesquisa e vivam as ciências” (Latour, 2019c, p. 84).

## **Conclusão**

Ao final do nosso percurso pelas ideias e conceitos construídos por Bruno Latour, é possível destacar algumas contribuições de seu pensamento para as pesquisas sobre as cidades amazônicas. Essas contribuições se dão a partir do diálogo e da construção de novos problemas a partir da nossa realidade e não são trazidas aqui num simples movimento passivo de assimilação.

Primeiramente, destacamos a teoria ator-rede, que prioriza a descrição das associações e dos elementos diversos que constituem a realidade. Logo, podemos renunciar a categorias exógenas que tentam encaixar as cidades amazônicas, tão diversas e complexas, em categorias pré-estabelecidas pensadas para cidades compostas por elementos e redes muito diversas. Essa é uma primeira armadilha a ser evitada nas investigações sobre as cidades amazônica e, principalmente, na construção das políticas públicas que pensam o urbano na região.

Ampliar o repertório de conexões e associações que compõem a nossa realidade possibilita superar o uso dicotômico de categorias tão presentes nas pesquisas sobre as cidades da Amazônia como urbano e rural, floresta e cidade. Em termos latourianos, ampliar esse repertório é permitir proliferar



os híbridos! E isso pode importar, inclusive, na construção de categorias específicas para dar conta de uma região tão diversa em modos de existência, por exemplo, as categorias periurbano e urbanização extensiva. Elas melhor dão conta da realidade amazônica composta por diferentes experiências de cidades, de vilas e de territórios.

Essas diversas experiências de organizações socioespaciais são invisibilizadas quando operadas a partir de categorias pouco sensíveis às especificidades de cada lugar. E essas categorias, quando postas em práticas por meio, por exemplo, de políticas públicas criadas de cima para baixo, tendem a agravar problemas já existentes e/ou fazem emergir novos problemas. Como exemplo, as políticas públicas de acesso a moradia no espaço urbano amazônico que atendem às populações ribeirinhas. Não são incomuns casos em que essa população sente, em diferentes dimensões da vida cotidiana, o efeito drástico de, na nova morada, não ter mais disponível na mesma medida o acesso à água, que vai muito além da dimensão do saneamento básico. As águas são elemento constitutivo da identidade desses sujeitos, que também são híbridos: as águas compõem as redes que garantem a vida, a alimentação, o sustento, o transporte, a espiritualidade, o lazer.

Para evitar que esses muitos elementos e redes se percam nas pesquisas sobre as cidades amazônicas, Latour nos disponibiliza uma ferramenta interessante, o composicionismo. Ao criar composições de elementos heterogêneos, podemos traçar conexões fragilizadas por abordagens que consideram mais os aspectos macrosociológicos. Compôr é criar um mundo em que caibam todos esses elementos e essas redes!

Outro aspecto interessante na obra de Latour e que pode ser apropriado por nós a partir das nossas necessidades de pesquisa é a sua abordagem que considera que todas as coisas têm agência, portanto, só há sujeitos. Esses sujeitos não são categorias ontológicas fechadas em si, mas efeito da relação com diversos outros elementos. Nesse sentido, podemos nos questionar: o que muda se considerarmos como sujeitos os humanos e não humanos que compõem as cidades da Amazônia? Qual é a experiência de cidade em que cabem todos esses sujeitos: os rios, os igarapés, os sítios arqueológicos, as florestas, os animais, a policultura de plantas? Como ir além da constituição moderna que separa sujeitos e objetos no planejamento e na gestão das

---

nossas cidades amazônicas? Quais são os elementos que não podem ficar de fora? E pensando na pluralidade de modos de existência que reivindicam seu direito de existir nas cidades amazônicas, questionamos: qual a política urbana capaz de garantir mais realidade à pluralidade de sujeitos que compõem essa realidade?

Sobre o conceito de natureza, precisamos nos questionar em que medida os problemas em torno desse conceito têm repercutido na agenda política das cidades amazônicas. Como as nossas pesquisas podem ajudar a superar as análises que se concentram apenas no verde (Cardoso, 2021)? Como ir além das representações que são feitas sobre as cidades amazônicas presentes em diferentes discursos e pesquisas e que não dão conta da nossa complexa realidade?

Por fim, a ideia de coletivo presente em *Políticas da Natureza* parece ser um caminho bem instigante para superar a dicotomia moderna entre natureza e cultura. O que muda se pensarmos as cidades amazônicas como um grande coletivo de elementos heterogêneos indo além das definições políticas, administrativas e jurídica de município? Como os elementos heterogêneos que compõem a realidade das cidades amazônicas se associam? Como melhor compor nossas cidades amazônicas, de forma a garantir mais realidade aos diferentes modos de existência?

Voltemos ao caso de Santarém. Seria possível compreender essa múltipla cidade a partir de uma única determinação? Ao descrever essa realidade, é possível perceber que a construção dessa cidade se dá a partir de muitas mediações. O referencial apresentado por Bruno Latour, portanto, nos instiga a considerar que as pesquisas sobre as cidades amazônicas devem considerar os muitos sujeitos e as muitas redes que compõem essas realidades e não simplesmente reduzir as cidades a uma representação.

## Referências

BARTHE, Yannick *et al.* Sociologia pragmática: guia do usuário. **Sociologias**. v. 18, n. 41, pp. 84-129, 2016.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. A trama dos povos da floresta: Amazônia para além do verde. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 57-87, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/46237>. Acesso em mai. 2024.

KUCHENBECKER, Luciana. Composição. **Portal Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/composicao.htm>. Acesso em 8 set. 2023.

LATOUR, Bruno. Se o Brasil achar solução para si, vai salvar o resto do mundo, diz Bruno Latour. Entrevista realizada por Ana Carolina Amaral. **Jornal Folha de São Paulo**. 17 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/se-o-brasil-achar-solucao-para-si-vai-salvar-o-resto-do-mundo-diz-bruno-latour.shtml>. Acesso em jul. 2024.

\_\_\_\_\_. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 4 ed. São Paulo: editora 34, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Investigação sobre os modos de existência**: uma antropologia dos modernos. Petrópolis: Vozes, 2019b.

\_\_\_\_\_. **Políticas da Natureza**: como associar as ciências à democracia. São Paulo: Editora Unesp, 2019c.

\_\_\_\_\_. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo, Editora 34, 2016.

\_\_\_\_\_. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador: Edufba. 2012. Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

\_\_\_\_\_. **An Attempt at a “Compositionist Manifesto”**. *New Literary History*, 41: 471-49, 2010.

MALDALOZZO, Tiago. **Composição Musical**. Guarapuava-PR: Unicentro, 2015.

REIS, Ana Beatriz O. **Multiplicidade**: composições entre as águas, a floresta e o urbano a partir de Santarém-PA. 2024. 224f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

---

SOURIAU,<sup>1D</sup> Alfred N. **O conceito de Natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

**Ana Beatriz Oliveira Reis**

Professora Adjunta de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutora em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGD/UERJ). Tem experiência na área de Direito e Planejamento Urbano, com ênfase em Direito Urbanístico, atuando principalmente com os temas direito à cidade, legislação urbanística e sujeitos coletivos.

## Capítulo 9

### Como nasce um Igarapé Urbano?

### Aspectos ambientais e políticos de reconhecimento do Igarapé do "Bela Vista", Santarém, Pará



*João Paulo Soares de Cortes,  
Diani Fernanda da Silva Less,  
Mayerly Alexandra Guerrero-Moreno,  
Aricia Jaiane Carvalho Dantas,  
Emanuelle dos Santos Teixeira,  
Wendel Felipe Costa dos Santos,  
Livia Carla Gonçalves Pinto e  
Sâmela do Nascimento da Silva*

#### Introdução

Historicamente, a presença de drenagens naturais está associada com a instalação de povoados, cidades e com a delimitação de outras unidades territoriais como estados e países (Guimarães *et al.*, 2021). Essa história “comum” entre os corpos d’água e a ocupação do espaço é marcada na história das cidades “modernas” pelo uso abusivo e predatório dos recursos hídricos para consumo, navegação e especialmente a destinação de efluentes, o que levou as drenagens urbanas a situações completamente insalubres já final do séc. 19 (Walsh *et al.*, 2005). A partir deste contexto, uma segunda fase, focada na conservação e restauração destas drenagens, especialmente pautada na engenharia e na técnica, toma lugar com o objetivo de melhor integrar esses recursos às cidades, com adoção de obras de canalização, por exemplo, mui-



---

to comuns ao modelo urbano ocidental. Na Amazônia brasileira, os rios que ditam a localização e os tempos das cidades são de uma magnitude única no planeta e compõem sistemas hidrográficos complexos que incluem várzeas, lagos, igarapés e moldaram a maneira amazônica de produção do espaço urbano. A cidade de Santarém (PA), por exemplo, situada na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, convive com os regimes fluviais desses dois megarrios, que possuem características hidrológicas, ecológicas, humanas e ambientais bastante únicas e direcionam os fluxos de ocupação, comércio, transporte, lazer e praticamente todos os aspectos da vida urbana. Soma-se a esse cenário, a diversidade cultural e histórica de ocupação que marca a região (Gomes; Cardoso, 2019).

Dentro desse contexto, os igarapés, que são drenagens de ordens inferiores, foram muitas vezes ocupados de maneira agressiva pelas cidades, especialmente em áreas de maior adensamento, em função de episódios de crescimento muito brusco atrelados aos ciclos econômico-extrativistas que marcam a região (Costa, 2015). Junto a esse tipo de crescimento, a falta de planejamento (ou o “desplanejamento”<sup>37</sup>) e a adoção de modelos externos de urbanização, saneamento e outros temas a nível teórico e metodológico, que pouco se aplicam à realidade amazônica, são elementos que deixaram, em muitos casos, os igarapés urbanos e outras áreas úmidas da região em situações de degradação extrema (Silva; Rocha, 2019).

Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de apresentar o caso do Igarapé do “Bela Vista”, que até então é amplamente considerado como “esgoto” pelo poder público e pela sociedade de Santarém. Desde 2018, o Grupo de Estudos Avançados em Gestão Ambiental na Amazônia (Geagaa) vem trabalhando para reunir elementos que suportem o reenquadramento dessa drenagem como um curso d’água natural do município e que, por-

---

37 Chamamos de “desplanejamento” o movimento consciente e dirigido do poder público, guiado por interesses privados, no sentido de oportunamente preterir os instrumentos de planejamento. Em casos como o exposto neste trabalho, observamos uma tendência maior ao “desplanejamento” do que uma falta de planejamento propriamente dita, uma vez que, quando conveniente para determinados grupos, instrumentos como o “Plano Diretor” e estruturas e recursos públicos são alocados com maior eficiência.

tanto, teria os mesmos direitos e atenção das políticas públicas que os demais igarapés, incluindo o reconhecimento de sua bacia hidrográfica como unidade de planejamento. São apresentados argumentos físicos e históricos que demonstram a materialidade dessa drenagem, e apresentada parte do trabalho de mobilização política realizado pelo grupo de estudos para conscientização da sociedade em torno da importância do reconhecimento deste igarapé, visando à mudança no sentido do processo de degradação intensivo a que está exposto.

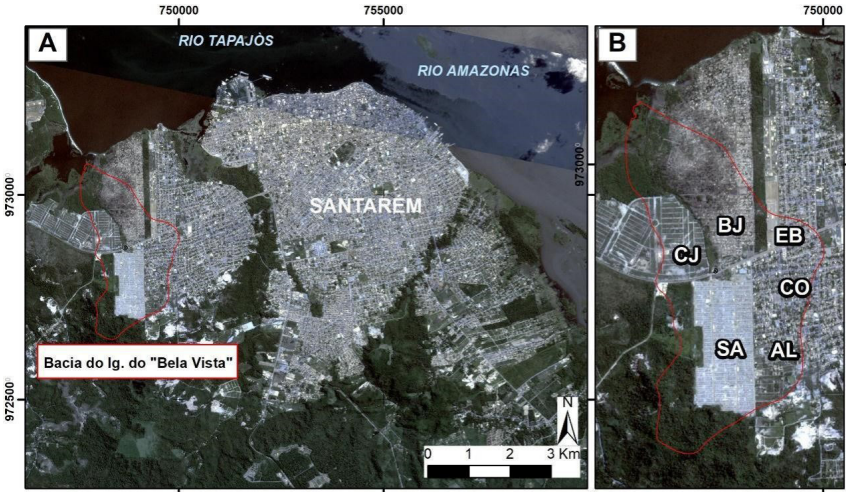
## **1 Métodos**

Os trabalhos realizados tiveram três frentes principais de investigação que utilizaram diferentes métodos. A primeira teve relação com o histórico e levantamento da ocupação na bacia, a partir de entrevistas com moradores, análise documental e sensoriamento remoto. A segunda, focada em riscos e qualidade ambiental, foi realizada com base em evidências de campo (Machado et al., 2022; Barros; Dantas; Less, 2022; Dantas et al., 2022), monitoramento via VANT de situações identificadas (De Cortes et al., 2022) e entrevistas. A terceira, com foco em ações de educação ambiental, utilizou metodologias de intervenção dentro e fora do ambiente escolar (Perna et al., 2021), produção de material didático (Mendes et al., 2022) e inclui, também, as estratégias de mobilização de autoridades e da sociedade civil organizada em torno da importância do reconhecimento do igarapé.

A Figura 1 ilustra a localização da área de estudos na cidade de Santarém, e os bairros Vista Alegre, Cidade Jardim, Conquista, Elcione Barbalho e Residencial Salvação, que compõem a bacia hidrográfica do “Bela Vista”. A bacia se caracteriza por diferentes formas de ocupação e de consequentes impactos socioambientais associados, como a intensa degradação do Igarapé do “Bela Vista”, além de alagamentos, enxurradas, enchentes, entre outros efeitos da urbanização que comprometem a qualidade ambiental e de vida população local (Barros; Less; De Cortes, 2022). O processo mais amplamente representado, em termos espaciais e temporais, é o de reprodução do tecido urbano a partir das ocupações espontâneas, representado

pelos bairros mais antigos, como Alvorada, Conquista e Elcione Barbalho e, mais recentemente, pelo bairro Vista Alegre do Juá. Na área de estudos, o residencial Salvação representa a implantação de projetos de habitação popular massiva e o bairro Cidade Jardim, que se trata de um empreendimento privado (De Cortes; Less, 2024; Santos, 2017).

Figura 1



A – Localização da bacia do “Bela Vista” na cidade de Santarém. B – Bairros que integram a bacia hidrográfica. AL – Alvorada. BJ – Vista Alegre do Juá. CJ – Cidade Jardim. CO – Conquista. EB – Elcione Barbalho. SA – Residencial Salvação.



## 2 Resultados e Discussão

### 1- Elementos históricos e físicos de delimitação da bacia e do igarapé

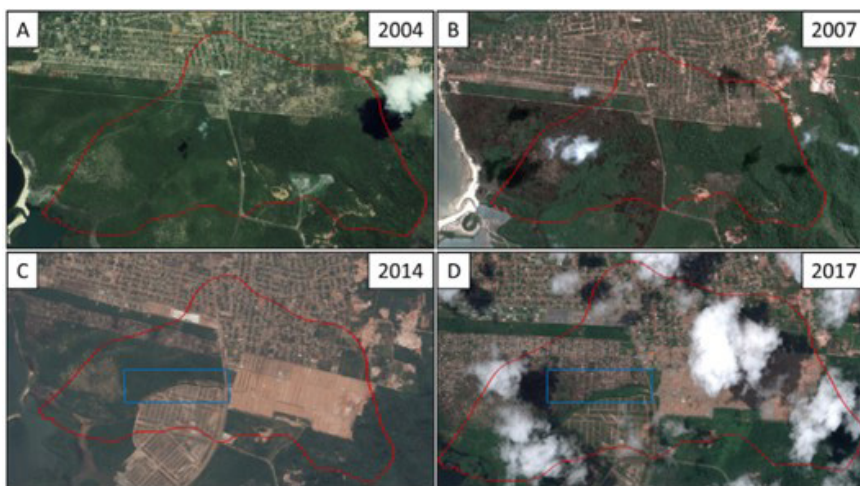
A percepção de que o igarapé seria esgoto tem como bases o processo de ocupação da bacia e a dinâmica original do vale, que, segundo os dados levantados, deveria funcionar mais como uma área de igapó do que como um igarapé, propriamente dito. Zonas de fluxo hídrico subsuperficial raso são observadas a montante e jusante do atual canal e dão indícios do estado inicial dessa drenagem, que se configurava mais como uma área alagada, com fluxo hídrico difuso sazonal. Entrevistas feitas com autoridades e moradores(as) mais antigas da área, indicaram que o curso d'água, com canal e dinâmica fluvial, foi desenvolvido a partir da construção e instalação da rede de drenagem do bairro Residencial Salvação, que fica a montante do atual canal, a partir do ano de 2014.

O bairro Residencial Salvação se constitui em uma das obras mais vultuosas do programa Minha Casa, Minha Vida, com a entrega, naquele momento, de um total de 3.081 residências, e ocupando uma parte considerável da bacia hidrográfica do “Bela Vista”, até então muito pouco urbanizada. Desde a inauguração desse conjunto habitacional, no entanto, a falta de planejamento e má execução das obras de saneamento deram início a um processo de rápido aprofundamento do canal e degradação da qualidade dos recursos hídricos. A estação elevatória de esgoto que deveria destinar os efluentes do bairro para a Estação de Tratamento de Efluentes Mapiri foi inaugurada, naquele momento, com uma falha no funcionamento, que ainda persiste até o momento sem correção, o que faz com que, além das águas pluviais direcionadas ao fundo de vale, previstas inicialmente, cheguem também efluentes domésticos.

A Figura 2 ilustra a evolução do uso do solo na bacia a partir de imagens históricas entre os anos de 2004 e 2017. Na imagem de 2007, são observadas diversas cicatrizes de queimadas, o que pode indicar já uma pressão imobiliária nesse ambiente, que começa a se concretizar com a abertura

dos terrenos que vão compor o residencial Cidade Jardim, no ano de 2011. É possível notar que, antes de 2014, quando as obras do Residencial Salvação ainda estavam em andamento, o canal do igarapé não era identificável nas imagens e só se torna mais evidente após a entrega das obras e consolidação da ocupação Vista Alegre do Juá, em 2017.

**Figura 2**



Evolução do uso do solo na bacia do “Bela Vista” entre os anos de 2004 e 2017. Cicatrizes de queimadas são observadas em 2007 (B); enquanto a primeira imagem onde o igarapé aparece identificável é em 2014 (C); quando uma parte considerável da bacia havia sido antropizada para instalação dos residenciais Buriti (2011) e Salvação (2014). Em 2017 (D), com a consolidação da ocupação na bacia, o igarapé passa a ser claramente observável nas imagens.

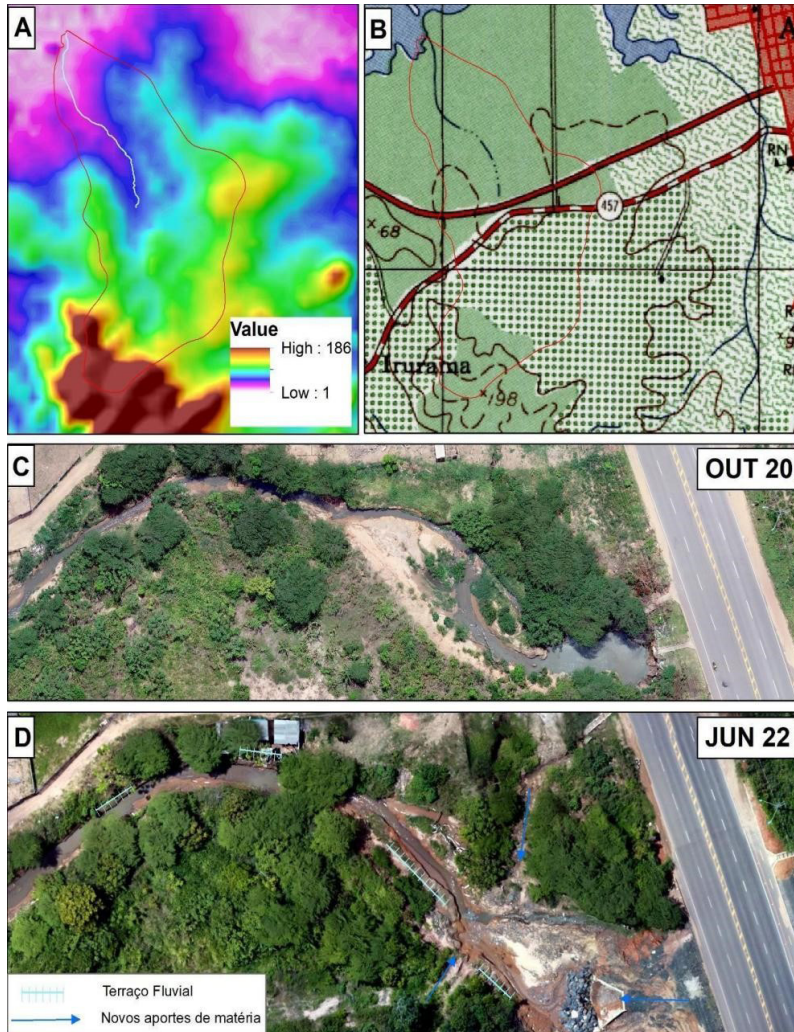
A concentração do fluxo de drenagem em um ponto único associado com o aumento da impermeabilização da bacia, que vem com o processo de urbanização, começou, então, a escavar o que viria a ser o canal do Igarapé do “Bela Vista”. Isso fez com que, na percepção da população local, essa drenagem tenha sido associada — desde que passa a se tornar mais evidente —, com o lançamento de esgoto do Residencial Salvação, que assim passou a ser considerado tanto pela população quanto pelas autoridades municipais pela alcunha de “esgoto do Salvação”. O Igarapé do “Bela Vista”, no entanto, tem toda a dinâmica geomorfológica de fundo de vale, esperada para qualquer drenagem natural, como pode ser observado na Figura 3A, que apresenta os limites de sua bacia hidrográfica.

Além dos elementos físicos, a identificação histórica do igarapé como uma drenagem intermitente pode ser resgatada a partir do mapa topográfico em escala 1:100.000 do IBGE (1983), apresentado na Figura 3B. Essas informações reforçam a proposta de que, antes da intervenção antrópica marcada pela urbanização dentro da bacia e da instalação de uma rede de drenagem confluindo para um ponto único, esse igarapé deveria ter as características de um igapó típico.

O fato é que, ainda que tenha havido uma forçante antrópica importante no desenvolvimento do canal, ele passa a ter dinâmica fluvial característica a partir do processo de entalhe da drenagem, inclusive com rápido desenvolvimento em função do alto fluxo de matéria e energia, e das condições ambientais da área. Dentre essas condições, ressaltamos os materiais geológicos extremamente friáveis (pelitos da Fm. Alter do Chão) e o regime pluviométrico intenso e muito concentrado, típico desta região da Amazônia.

A evolução recente do canal pode ser observada a partir do monitoramento realizado via VANT entre 2020 e 2022 (Figuras 3C e 3D). Na comparação entre os dois cenários é possível notar processos de avulsão fluvial, surgimento de terraços evidenciando o forte desenvolvimento vertical do canal e cicatrizes bem desenvolvidas no terreno, após a reformulação das obras de drenagem, realizada em fevereiro de 2022.

Figura 3



A - Delimitação da Bacia do “Bela Vista” sobre relevo sombreado.

B – Mapa Topográfico do IBGE (1983) indicando a drenagem como intermitente.

C – Cenário da parte alta do igarapé em outubro de 2020, antes das mudanças na drenagem.

D – Cenário da parte alta do igarapé em junho de 2022, após as mudanças na drenagem, com indicação de novas áreas de aporte de matéria e energia, e presença de terraços fluviais.

## 2 - Riscos ambientais associados

A ocupação não planejada e intensa das áreas da bacia durante a década de 2010 culminou na instalação de diversas situações de riscos ambientais associados. O monitoramento realizado pelo Geagaa contou com a parceria da Coordenação Municipal de Defesa Civil (Coomdec) e realizou atividades de educação para riscos para a população local (Perna *et al.*, 2021), que incluiu o lançamento de uma cartilha destinada aos docentes, para aplicação em sala de aula nas séries do ensino fundamental e médio com jogos interativos abordando o papel da Defesa Civil e outros aspectos ligados à prevenção de riscos e desastres (Mendes *et al.*, 2022).

A partir do agravamento de situações de exposição a riscos, incluindo desabamento de moradias instaladas na margem de erosão do igarapé, alagamentos e isolamento de residências, foi realizado um relatório técnico destinado às autoridades municipais (De Cortes; Less, 2022). Esse relatório foi, então, encaminhado via ofício circular para as secretarias municipais responsáveis (Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Públicos, Habitação e Regularização Fundiária), Defesa Civil e Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

Nesse relatório, foram apresentadas as situações de risco identificadas, com foco nos riscos de movimentos de massa (deslizamentos) e desabamento de residências (Figura 4A); interrupção de tráfego, afetando o acesso de famílias que vivem às margens do igarapé Bela Vista (Figuras 4B e C); e alagamento ou inundação rápida (Figura 4D). Além disso, visando à prevenção de desastres com possíveis perdas materiais e humanas e consequências graves para a população, foi recomendada a adoção de ações imediatas, de médio e longo prazo.

Entre as medidas indicadas estão: a evacuação e realocação da população das áreas de alto risco e das edificações vulneráveis; a limpeza do igarapé e entorno para remoção de lixo, galhos e detritos; estabilização e recuperação da voçoroca localizada na rua São Lázaro; a retomada das obras de saneamento do Residencial Salvação, interligando o sistema de esgoto ao sistema urbano; e o reconhecimento formal do igarapé como uma drenagem natural, e da sua bacia, como unidade de planejamento.



Figura 4



- A - Residência com risco de desabamento.  
B - Residências expostas ao bloqueio de acesso rodoviário (n: 44) em cenário de avanço da voçoroca na rua São Lázaro.  
C - Voçoroca São Lázaro com a presença de resíduos sólidos.  
D - Marcas de alagamento e inundação rápida a partir do transbordamento do igarapé. Fonte: De Cortes *et al.*, (2022).

Após o encaminhamento do relatório, as autoridades foram convidadas a uma reunião de apresentação dos resultados, na qual foi reforçado também o trabalho de divulgação dos dados para a população com suporte de mídias institucionais e independentes da cidade, marcando o início da etapa de mobilização social para reconhecimento do igarapé.

### 3 Mobilização social

As estratégias de mobilização social adotadas para o processo de reivindicação do reconhecimento do Igarapé do “Bela Vista” foram focadas em três grupos distintos: autoridades municipais, sociedade civil organizada e sociedade civil em geral (Dantas *et al.*, 2023). Em todos os casos, o papel da mídia de massa (portais de notícia tradicionais), alternativa (portais independentes) e institucional (site e canais da universidade) foram tidos como fundamentais para consolidação da pauta e disseminação dos resultados apresentados.

O primeiro evento de apresentação do relatório técnico teve como alvo as instituições às quais foi endereçado (Figura 5B). A partir deste evento, foi aberto pelo Ministério Público Estadual um procedimento investigativo, com objetivo de acompanhar as medidas tomadas pelo município, tal qual as orientações constantes no relatório. No geral, foi possível perceber que, por parte do poder municipal, houve um engajamento insuficiente, apesar de todos(as) representantes terem afirmado reconhecer e compreender os resultados apresentados, bem como o fato de que a drenagem referida como esgoto era de fato um igarapé. A exceção dentre as autoridades municipais foi a Coomdec, que indicou já ter iniciado ações relativas às situações de risco iminentes observadas.

Outra ação realizada pelo grupo teve lugar na ocasião da comemoração do Dia Mundial da Água, na qual foi aproveitada uma manifestação organizada pelos principais movimentos ligados à pauta ambiental, na cidade de Santarém, para apresentação de material gráfico e de conversas com

---

lideranças a respeito dos resultados obtidos ao longo do trabalho com o Igarapé do “Bela Vista” (Figura 5D).

Em um terceiro momento, foi realizado outro evento de apresentação dos resultados com foco na comunidade e lideranças locais. Estiveram presentes representantes de bairros que compõem a bacia hidrográfica, lideranças ligadas à pesca realizada no Lago do Juá e de movimentos sociais, e ONGs envolvidas na pauta ambiental no município. Como principais resultados desse segundo momento, tivemos a ampliação da mensagem para outros grupos e coletivos que firmaram o compromisso de tratar dessa pauta nas reuniões de base e a possibilidade de tratar do tema junto às comunidades interessadas, dentro dos territórios, com apoio das organizações participantes.

Ações de educação ambiental, dentro e fora do ambiente escolar, também foram utilizadas como estratégia de mobilização social. Duas ações de limpeza das praias do Juá e do Salvação foram realizadas em parceria com lideranças locais (Associação dos Vendedores Ambulantes da Praia do Salvação), moradores, mídia independente (*Tapajós de Fato*) e movimentos sociais (Figura 5A). Nessas ações, foram coletadas mais de 6 toneladas de resíduos sólidos, evidenciando a necessidade de um planejamento adequado e integrado da bacia. Esse planejamento deve incluir um serviço de coleta eficiente que contemple todo os bairros, em especial o Vista Alegre do Juá, uma vez que, atualmente, a coleta é realizada apenas na via principal do bairro. Além de ações de limpeza, foram realizadas atividades nas escolas de ensino fundamental utilizando maquetes que representam a microbacia, cartilhas e jogos (Mendes *et al.*, 2022; Perna *et al.*, 2021) e recepção de estudantes e integrantes de movimentos sociais no Laboratório de Geoprocessamento, Território e Meio Ambiente, com apresentação de materiais didáticos relativos à bacia do “Bela Vista” (Figura 5C).



Figura 5



A – Puxirum de Limpeza das Praias do Juá e Salvação.

B - Reunião de apresentação do Relatório de Riscos Iminentes para autoridades municipais.

C – Recepção da comunidade no Laboratório de Geoprocessamento, Território e Meio Ambiente, com apresentação de materiais didáticos relativos à bacia do “Bela Vista”.

D – Participação da equipe na Caminhada das Águas, realizada no Dia Mundial da Água.

---

Durante o processo de mobilização social, foi possível compreender que para cada grupo focal é necessária uma estratégia de comunicação e abordagem distintas. No caso do tema do igarapé, as maiores dificuldades de diálogo se deram junto às autoridades municipais, justamente onde a capacidade de tomada de decisão era maior. Em relação à mobilização junto à sociedade civil, chamou a atenção a demanda por perenidade de ações para transformação de uma percepção muito consolidada a respeito do dito “esgoto do Salvação”. Mais uma vez, a maior capacidade de ação e mobilização está ligada aos agentes públicos que atuam no poder municipal, onde é possível realizar ações sistemáticas e de longo alcance nos âmbitos da fiscalização, educação ambiental, regulamentação fundiária e territorial, entre outras frentes possíveis e necessárias de ação.

#### **4      Avanços no reconhecimento do igarapé e horizontes de planejamento**

As ações realizadas pelo Geagaa, para o reconhecimento formal do Igarapé do “Bela Vista” e a sua bacia como unidade de planejamento, estão alcançando resultados esperados (Quadro 1). Em abril de 2022, houve a inserção do igarapé nas áreas de risco mapeadas pelo Coomdec e pela Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM); em maio de 2024, foi aberto o Procedimento Preparatório pelo MPPA; em junho de 2024, durante o II Seminário Municipal de Mudanças Climáticas, foi inserida a demanda de reconhecimento formal na Carta de Santarém, documento de intenções do município a ser entregue ao poder legislativo e ao executivo municipal e estadual.

Quadro 1.

| Evento  | Período       | Atores envolvidos |
|---|---------------|-------------------|
| Inserção do igarapé entre as áreas oficialmente mapeadas como áreas de risco em Santarém  | Abril de 2022 | Coomdec / CPRM    |
| Abertura do Procedimento Preparatório pelo MPPA, reconhecendo o “Bela Vista” como drenagem natural e apurando possíveis danos ambientais na área. | Mai de 2024   | MPPA              |
| Inserção da demanda de reconhecimento formal do igarapé na “Carta de Santarém”  | Julho de 2024 | Semmas            |

Eventos importantes que reconhecem, em documentos oficiais, a existência do Igarapé do “Bela Vista”, a partir de ações realizadas pelo Geagaa.

As estratégias utilizadas pelo Geagaa, que envolvem a identificação dos elementos geomorfológicos e históricos, análise e discussão das situações de risco ambiental e as estratégias de mobilização popular visando ao reconhecimento formal do Igarapé, vêm alcançando resultados com potencial de gerar efeitos sinérgicos em toda a bacia e na cidade de Santarém, promovendo qualidade de vida e melhoria das condições ambientais, de saúde e de lazer para toda a comunidade. Dentre os impactos positivos, destacam-se a oferta de serviços públicos adequados; incentivo ao comércio, pesca, ecoturismo de base comunitária e demais atividades econômicas e de geração de renda; criação e manutenção de áreas verdes e da praia do Salvação e do Juá, proporcionando alternativas de lazer; recreação e conexão com a natureza em um dos últimos ambientes de praia dentro da cidade (Figura 6).

Figura 6



- A - Horizonte de expectativas em relação aos impactos esperados do processo de reconhecimento formal do Igarapé do “Bela Vista”.
- B - Alternativa de lazer e recreação para a população local e turistas em uma das últimas praias urbanas de Santarém.
- C - Incentivo e conservação da pesca artesanal e de subsistência no Lago do Juá, uma das principais áreas de pesca do município.

Os resultados alcançados revelam, também, a importância de compreender os processos que levam à reprodução do espaço urbano na Amazônia, para que sejam pensadas estratégias de planejamento, recuperação e uso dos espaços baseadas em princípios da sustentabilidade que considerem as especificidades do urbano amazônico, para que efetivamente se promova a qualidade de vida e melhoria das condições ambientais, de saúde e de lazer para toda a comunidade (De Cortes; Less, 2024).

## **5 Considerações Finais**

Neste trabalho, apresentamos os elementos históricos e físicos de delimitação da bacia e do Igarapé do “Bela Vista”, até então amplamente considerado como “esgoto” pelo poder público e pela sociedade de Santarém, os riscos ambientais associados à intensa degradação e comprometimento ambiental da microbacia, e ações de mobilização social conduzidas pelo Geagaa para o reconhecimento dessa drenagem natural.

Os resultados são importantes no processo de reconhecimento do Igarapé do “Bela Vista” como uma drenagem natural do município de Santarém. Pelo ponto de vista teórico, esse caso é um exemplo muito ilustrativo de como fatores antrópicos podem induzir processos geomórficos com alteração da paisagem e de como os elementos geomorfológicos permitem reivindicar o caráter “natural” da drenagem, trazendo perspectivas de inversão do rumo de degradação ambiental em que se encontra exposto o igarapé e a comunidade circundante. Para isso, é necessário que sejam agregadas aos elementos geomorfológicos estratégias de mobilização, comunicação popular e articulação com diferentes atores sociais, além de implementar estratégias de monitoramento contínuo da bacia do “Bela Vista” para garantir a sustentabilidade e eficácia das ações desenvolvidas.

---

## Referências Bibliográficas

- BARROS, D. S.; LESS, D. F. S.; CORTES, J. P. S. Problemáticas ambientais em uma microbacia urbana da Amazônia Oriental. *In: Encontro de Estudos e Debates sobre Águas Doces de Santarém e Baixo Amazonas*, 20, 2022. **Anais...**, Santarém (PA) On-line, 2022.
- BARROS, D. S.; DANTAS, A. J. C.; LESS, D. F. S. Impactos Socioambientais na Microbacia do Juá: aplicações da metodologia PEIR. *In: Jornada Acadêmica da UFOPA (VII Salão de Extensão)*, 10, 2022. **Anais...**, UFOPA, 2022.
- COSTA, T. Urbanização e diversidade socioespacial no baixo-Amazonas: Santarém e a produção do urbano regional. **Ensaios de Geografia**, v. 4, n. 8, 2015.
- DANTAS, A. J. C.; OLIVEIRA, A. R. P.; BARROS, D. S.; DE CORTES, J.P.S.; LESS, D.F.S. Avaliação da Qualidade da Água da Microbacia do Juá em Santarém-PA. *In: Jornada Acadêmica da UFOPA (VII Salão de Extensão)*, 10, 2022. **Anais...**, Ufopa, 2022.
- DANTAS, A. J. C.; TEIXEIRA, E. S.; DE CORTES, J.P.S.; LESS, D.F.S. Experiências de Mobilização Social para o Reconhecimento e Recuperação da Microbacia do Igarapé Bela Vista em Santarém, Pará. *In: Jornada Acadêmica da Universidade Federal do Oeste do Pará*, 11, 2023. **Anais...**, Ufopa, 2023.
- DE CORTES, J.P.S.; LESS, D.F.S.; MENDES J.S; RIBEIRO, S; BARROS, D.; SOUSA, E.C.S; BARROS, C. Monitoramento por drone revela processos de ocupação de áreas de risco no entorno do Igarapé do Juá, Santarém-PA. *In: XIX Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*, Rio de Janeiro. **Anais... Volume 1/ Número XIX**, ISSN: 2236-5311, 2022.
- DE CORTES, J.P.S.; LESS, D.F.S. Riscos ambientais iminentes no igarapé do “Bela Vista”, Santarém-PA. *Relatório Técnico 01/22 Geagaa*, 23 p., 2022. DOI: 10.13140/RG.2.2.31275.72487. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/366412535\\_RISCOS\\_AMBIENTAIS\\_IMINENTES\\_NO\\_IGARAPE\\_DO\\_BELA\\_VISTA\\_SANTAREM-PA](https://www.researchgate.net/publication/366412535_RISCOS_AMBIENTAIS_IMINENTES_NO_IGARAPE_DO_BELA_VISTA_SANTAREM-PA)
- DE CORTES, J.P.S.; LESS, D.F.S. Elementos para a compreensão do contemporâneo urbano amazônico na bacia do “Bela Vista”, Santarém, Pará. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*. no prelo.

- GOMES, T. V., CARDOSO, A. C. D. Santarém: o ponto de partida para o (ou de retorno) urbano utopia. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, e20170219, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.AO03>
- GUIMARÃES, L. F.; TEIXEIRA, F. C.; PEREIRA, J. N.; BECKER, B. R.; OLIVEIRA, A. K. B.; LIMA, A. F.; VEROLI, A. P.; MIGUEZ, M. G. The challenges of urban river restoration and the proposition of a framework towards river restoration goals. Journal of Cleanear Production, v. 316, n. 128330, 2021.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Carta topográfica Santarém: Folha SA-21-Z-B-II. Rio de Janeiro: IBGE, ano. 1 mapa, color., 56cm x 78cm. Escala 1:100.000. 1983.
- MACHADO, S. D. S., RIBEIRO, B. O., SILVA, A. C., BARROS, D. S., DE CORTES J.P.S. Problemas Socioambientais Associados ao Processo de Expansão Urbana na Microbacia do Igarapé do Juá, Santarém-PA. In: XIII Sinageo: Geomorfologia, Complexidade e Interescalaridade da Paisagem, 2022. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/360574879\\_PROBLEMAS\\_SOCIOAMBIENTAIS\\_ASSOCIADOS\\_AO\\_PROCESSO\\_DE\\_EXPANSAO\\_URBANA\\_NA\\_BACIA\\_HIDROGRAFICA\\_DO\\_IGARAPE\\_DO\\_JUA\\_SANTAREM-PA](https://www.researchgate.net/publication/360574879_PROBLEMAS_SOCIOAMBIENTAIS_ASSOCIADOS_AO_PROCESSO_DE_EXPANSAO_URBANA_NA_BACIA_HIDROGRAFICA_DO_IGARAPE_DO_JUA_SANTAREM-PA).
- MENDES J.S.; SOUSA, E.C.S.; LESS, D.F.S.; DE CORTES, J.P.S. A importância da defesa civil nas ações de prevenção a riscos e desastres. Santarém, Ufopa, 23 p. ISBN: 9786588512456. 2022.
- PERNA K.B., MENDES J.S., DE CORTES J.P.S. Percepção dos moradores do entorno do Igarapé do Juá, como subsídio para Elaboração de um Programa de Educação Ambiental. In: VII Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial. Tomo VII, p. 184-193, 2021. Disponível em: [https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/documentos\\_stricto.jsf?lc=pt\\_BR&idPrograma=1539&idTipo=5](https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/documentos_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=1539&idTipo=5).
- SANTOS, B. A. As políticas de habitação e urbanização diante da mudança do clima: estudo da vulnerabilidade e da adaptação em Santarém – Pará. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2017.

- 
- SILVA, A. L. A.; ROCHA, G. M. Cidade e água: a produção do espaço na Bacia do Igarapé do Tucunduba em Belém-PA. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 7, n. 1, p. 91-114, 2019.
- WALSH, C.R., ROY, A.H., FEMINELLA, J.W., COTTINGHAM, P.D., GROFFMAN, P.M. AND MORGAN II, R.P. The Urban Stream Syndrome: Current Knowledge and a Search for a Cure. *Journal of the North American Benthological Society*, 24, 706-723, 2005.

**João Paulo Soares de Cortes** é geógrafo, doutor em Geociências e Meio Ambiente. É professor no Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas (ICTA) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e nos cursos de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade (ICS-Ufopa) e Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos (Profáguas). Atua como coordenador do Laboratório de Geoprocessamento, Território e Meio Ambiente na Amazônia (Geoterra) e vice-coordenador do Grupo de Estudos Avançados em Gestão Ambiental na Amazônia (Geagaa).

**Diani Fernanda da Silva Less** é engenheira ambiental, mestre em Engenharia Química e doutora em Biodiversidade. É professora do Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas (ICTA) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e dos Programas de Pós-Graduação em Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos (Profáguas) e em Saneamento e Tecnologia Hídrica (PPGSantech). Atua como líder do Grupo de Estudos Avançados em Gestão Ambiental na Amazônia (Geagaa) e vice-coordenadora do Laboratório de Geoprocessamento, Território e Meio Ambiente (Geoterra).

**Mayerly Alexandra Guerrero-Moreno** é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Santarém, PA. Participa do Programa de Cooperação Internacional (Colômbia-Brasil) e é colaboradora do Grupo de Estudos Avançados em Gestão Ambiental na Amazônia (Geagaa). Suas áreas de atuação incluem biomonitoramento e conservação de ecossistemas aquáticos, sociobiodiversidade, educação ambiental, ecoturismo de base comunitária e entomoturismo (Odonata).



**Arícia Jaiane Carvalho Dantas** é bacharela em Ciência e Tecnologia das Águas e engenheira sanitária e ambiental pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Atuou como bolsista de extensão e iniciação científica no Grupo de Estudos Avançados em Gestão Ambiental na Amazônia (Geagaa) entre 2020 e 2024. Atualmente, é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (PPGSMARH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Emanuelle dos Santos Teixeira** é bacharela em Ciência e Tecnologia das Águas e graduanda em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Atuou como bolsista de iniciação científica no Grupo de Estudos Avançados em Gestão Ambiental na Amazônia (Geagaa) entre 2023 e 2024, com foco em educação ambiental e mobilização social.

**Wendell Felipe Costa dos Santos** é graduando em Ciência e Tecnologia das Águas pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Atuou como bolsista de iniciação científica no Grupo de Estudos Avançados em Gestão Ambiental na Amazônia (Geagaa) entre 2023 e 2024, com foco em geoprocessamento e sensoriamento remoto.

**Lívia Carla Gonçalves Pinto** é graduanda em Engenharia Sanitária e Ambiental e bacharela pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Atuou como bolsista de iniciação científica no Grupo de Estudos Avançados em Gestão Ambiental na Amazônia (Geagaa) entre 2023 e 2024, com foco em biomonitoramento e saúde ambiental.

**Sâmela do Nascimento da Silva** é graduanda Engenharia Sanitária e Ambiental e bacharela em Ciência e Tecnologia das Águas pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Atuou como bolsista de iniciação científica no Grupo de Estudos Avançados em Gestão Ambiental na Amazônia (Geagaa) entre 2023 e 2024, com foco em educação ambiental e mobilização social.



## Capítulo 10

### Metrópoles Amazônicas: fronteira urbana e complexos sub-regionais



*Tiago Veloso dos Santos*

#### **Introdução**

Identificada historicamente por suas características biogeográficas e morfoclimáticas, a região amazônica passa, a partir da segunda metade do século 20, por uma significativa alteração de sua paisagem natural de floresta tropical, que deixa de ser a única referência visual. Essa alteração, proveniente do processo de produção do espaço regional em um determinado contexto histórico, coloca as cidades e o urbano como a principal referência territorial da região no início do século 21.

A imagem da floresta urbanizada projetada por Becker (1990) é simbólica nesse sentido. Acompanhando as tendências de urbanização do território brasileiro, a região já apresentava cerca de 70% de sua população vivendo em áreas urbanas no início do século 21, em contraste com apenas 30% na década de 1950, segundo os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais que a expressão estatística dessa alteração na composição demográfica da população e do povoamento regional, os dados revelam uma tendência à formação de aglomerações urbanas como as principais bases de organização do território amazônico.

Para Becker (2001), essa constituição tem a ver com a formação de uma economia de fronteira na região, daí a autora analisar a formação de cidades

---

na Amazônia, a partir da necessidade de construção de uma rede urbana regional, que é lócus de atuação das instituições responsáveis por executar o projeto de integração nacional e desenvolvimento regional efetivado a partir dos anos 1960.

Entretanto, pensando para além do adensamento urbano e suas repercussões estatísticas e demográficas, no período mais recente, uma nova qualidade surge na dinâmica da urbanização do espaço regional, que se pode classificar como a emergência de um conjunto de centros metropolitanos em consonância com o movimento mais geral de metropolização do espaço brasileiro.

As repercussões desse processo de metropolização no espaço amazônico advêm da necessidade de expansão em direção à fronteira e dos novos padrões de acumulação de capital e do mercado de trabalho regional, mas diz respeito também ao movimento geral de complexificação urbana pelo qual passa a sociedade brasileira. No caso particular amazônico, não se pode desconsiderar a importância das capitais estaduais, não por acaso, sedes das metrópoles da região. A metropolização regional está associada a um padrão de passagem de uma urbanização da sociedade e do território para uma tendência à metropolização do espaço. É a partir dessa interpretação que se apresenta o quadro geral dos centros metropolitanos regionais.

Se os processos socioespaciais de metropolização regional se mostram como uma tendência reveladora da urbanização amazônica, isso não quer dizer que tais processos tenham configurações homogêneas. Ao contrário, a região tem aglomerados metropolitanos que apresentam características diversas, seja ao tipo de dinâmica econômico-espacial, que potencializa e intensifica o processo de metropolização, seja no que diz respeito a uma determinada paisagem produzida como expressão de processos mais profundos.

Considerando as metrópoles de Belém, Manaus e São Luís como referências empíricas de análise, apresentamos a seguinte proposição a ser demonstrada neste texto. A formação recente e a configuração atual dessas metrópoles são expressão das políticas de desenvolvimento regional efetivadas nas últimas décadas. Nesse sentido, trato de demonstrar como as

características particulares das metrópoles que se formaram na Amazônia brasileira são manifestações espaciais de políticas diferenciadas de desenvolvimento em cada porção do espaço amazônico.

## **1 Metropolização e formação de distintas sub-regiões**

A realidade de aglomerados metropolitanos está presente, em maior ou menor grau, por todo o território brasileiro, e, consequentemente, também se encontra presente no plano regional amazônico, no qual, atualmente, parcelas significativas do espaço regional acompanham as tendências de metropolização para o território nacional. A configuração desse fenômeno na escala regional é consequência de aspectos variados da expansão da globalização e como esse processo se apresenta na região, haja vista a inserção da Amazônia na internacionalização da economia brasileira desde meados dos anos 1970, com as políticas de integração nacional e desenvolvimento regional.

Levando-se em consideração a importância dos dados oficiais, conforme o censo de 2010 (IBGE, 2010), 72% da população na região amazônica vive ou reside em núcleos urbanos. Embora possam ser avaliados segundo graus diversos de carência e precariedade quanto à existência de serviços básicos, há de se considerar os núcleos urbanos existentes como constituintes de um modelo de urbanização. Além disso, a urbanização não pode ser mensurada apenas pelo espraiamento da mancha urbana ou pelo surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos seus valores pela sociedade. Nesse caso, recorda-se que, desde os anos 1980, a imagem da Amazônia enquanto uma “floresta urbanizada”<sup>38</sup> já se disseminava como possibilidade concreta (Becker, 1990; 2001) (ver Tabela 1).

---

38 Para Becker (1990; 2001; 2004), o conceito de “floresta urbanizada” caracteriza o tipo de papel que as cidades têm na região, configurando-se na base logística da ocupação do território que sustenta os surtos econômicos oriundos de forças externas. “Processou-se na região uma penosa mobilidade espacial, com forte migração e contínua expropriação

Tabela 1 - Urbanização da Amazônia Legal

| ANO  | Taxa de urbanização (%) |
|------|-------------------------|
| 1950 | 29,60                   |
| 1960 | 35,70                   |
| 1970 | 42,70                   |
| 1980 | 50,20                   |
| 1991 | 57,83                   |
| 2000 | 69,83                   |
| 2010 | 72,80                   |

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010)

A expansão da urbanização com a intensificação da metropolização, nesse contexto, gerou a interpretação de que a configuração dos sistemas de assentamento na Amazônia é irregular e descolada de um princípio geral de organização espacial. Assim, a urbanização amazônica seria funcionalmente desarticulada dos desenvolvimentos regionais industriais e agrícolas. Enquanto a expansão agrícola e o crescimento industrial são limitados a locais específicos da região, o crescimento da população urbana é generalizado, concluindo que o processo de urbanização é desconexo dos processos locais de desenvolvimento (Browder; Godfrey, 2006).

---

da terra, ligada a um processo de urbanização. Em vista disso, a Amazônia teve a maior taxa de crescimento urbano no país nas últimas décadas. No censo de 2000, 70% da população na Região Norte estava localizada em núcleos urbanos, embora carentes dos serviços básicos. Muitos discordam dessa tese, porque não consideram tais nucleamentos como urbanos. Mas esse é o modelo de urbanização no Brasil, e, ademais, a urbanização não se mede só pelo crescimento e surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos valores da urbanização para a sociedade. Por essa razão, desde a década de 1980, chamo a Amazônia de uma “floresta urbanizada” (Becker, 2004, p. 3).

Parto de uma hipótese diferente, pois, nas três metrópoles observadas, a existência desse perfil de metropolização diz respeito exatamente às redes de relações que mantêm a Amazônia, de forma variada, ligada às forças econômicas globais, o que seria um princípio geral orientador da metropolização regional, e não, por conseguinte, um reflexo de uma suposta desarticulação funcional. Nesse caso, pode-se verificar que a ideia de desarticulação funcional não cabe quando consideradas as cidades de Belém, Manaus e São Luís.

Em Belém, isso se manifesta por meio da ampliação das redes de conexão da metrópole com as regiões mais dinâmicas do interior, especialmente por meio da ampliação do raio de dispersão da malha urbana e das infraestruturas logísticas de circulação que a acompanham.

Em Manaus, essa relação se dá em virtude da localização de um polo industrial que a conecta a redes mundiais de produção e circulação de bens e mercadorias, com grau relevante de especialização, tornando-a um “nó”, ainda que bastante periférico, na rede mundial de cidades.

Em São Luís, essa relação é observada por meio da produção, em seu espaço metropolitano, de uma base de infraestrutura logística de circulação de bens de exportação, especialmente minerais, que a conecta a essas cadeias de produção globais.

Tais características, embora integralmente desenvolvidas a partir do programa de integração nacional, também revelam perfis distintos da relação das metrópoles com as sub-regiões que as circundam, e das suas estruturas urbanas. Em Belém, isso se deu a partir da formação de uma economia metropolitana baseada em redes locais de comércio relativamente modernizado. Enquanto Manaus, por meio do seu Polo Industrial e da Zona Franca,<sup>39</sup> consegue internalizar parte da riqueza produzida, especialmente

---

39 A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia ocidental e promover a integração produtiva da região ao país. A ZFM compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O primeiro teve maior ascensão até o final da década de 1980, quando o Brasil adotava o regime de economia fechada. O polo industrial de Manaus (PIM) é hoje considerado a base de sustentação da ZFM, pois

em torno do mercado de trabalho industrial. Por conseguinte, São Luís foi estruturada enquanto um espaço logístico de extração de riqueza advinda da floresta e do subsolo amazônicos, por meio da alocação no espaço urbano da cidade de grandes objetos de infraestrutura.

Por isso, é relevante compreender que, diferentemente do processo de urbanização e metropolização em outras regiões do país, como a Região Sudeste ou a Nordeste, nas quais a expansão de uma mancha urbana, com o processo de conurbação e da criação de malhas de mobilidade territorial intraurbana, a urbanização amazônica veio acompanhada não necessariamente por esses elementos, mas sim da alocação, no território, de um conjunto de sistema de objetos e um sistema de ações pontuais – os grandes objetos<sup>40</sup> –, que proporcionaram a urbanização regional para a expansão da economia de fronteira, ou seja, onde o sistema de objetos e o sistema de ações é menos complexo e menos inteligente, constituindo uma debilidade que é retrato da dependência, da incapacidade de dirigir a si mesmo (Santos, 2008).

A compreensão da urbanização regional e a sua indissociabilidade de um padrão de ordenamento territorial baseado na economia de fronteira é fundamental para entender o fenômeno urbano regional. A fronteira é

---

possui aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. Entre os produtos fabricados, destacam-se: aparelhos celulares e de áudio e vídeo, televisores, motocicletas, concentrados para refrigerantes, entre outros. O polo agropecuário abriga projetos voltados a atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outras. O modelo ZFM foi ampliado nos anos 2000 e se estende hoje para outros estados e cidades da região (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá) (Amazonas, 2012).

- 40 Para Santos (2008), os grandes objetos são as grandes coisas artificiais, produtos da história dos homens e dos lugares, localizados no espaço, criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido e localizado da forma adequada para que se produzam os resultados que dele se esperam. Instalados para obedecer a uma lógica que é muitas vezes estranha aos lugares onde se instalam, acabam por criar também uma nova forma de alienação. Esses objetos obedecem a funcionalidades extremas, que não são puramente mercantis, mas também simbólicas, constituindo assim claras diferenças entre os “espaços do mandar” e os “espaços do fazer” (Santos, 2008).



analisada como o lugar onde é “possível a criação do novo, com a introdução das formas e conceitos de vida de uma civilização técnico-mercantil” (Machado, 1999, p. 110).

Para Becker (2001), que analisa a aplicação do conceito de fronteira para a Amazônia, isso reside em um espaço no qual o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais percebidos como ilimitados (Becker, 2001). Destaca-se, assim, a importância da existência, criação e expansão de uma base urbana para dar consistência ao projeto de integração via configuração de uma economia de fronteira:

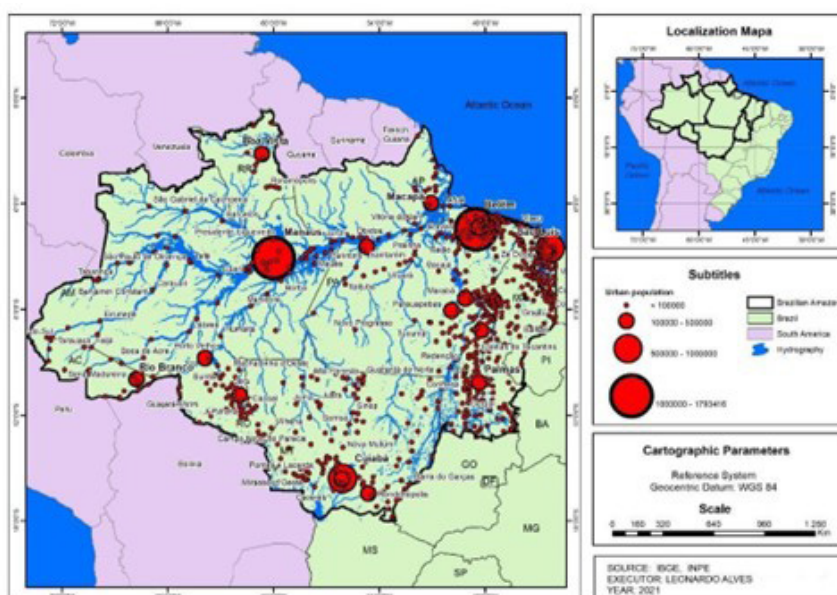
Desde o início, o projeto da fronteira amazônica previu a urbanização, seja através das várias políticas governamentais para integração do território, seja da política urbana de polos de crescimento (Polamazônia), seja de “urbanismo rural”, considerado necessário, segundo o discurso oficial para atrair a população por oferecer condições de vida similares às áreas de origem dos fluxos migratórios (Becker, 1985, p. 360).

É necessário considerar que o padrão de economia de fronteira se apresenta de forma diferenciada internamente no espaço regional, o que, de outra forma, acaba por ser uma das faces variadas do padrão de urbanização regional, e, em última instância, responsável pela existência de diferentes formas de metropolização.

Com base nesses aspectos, afirma-se que a metropolização do espaço na região amazônica está inserida em dois conjuntos de variáveis. No primeiro, a existência e expansão da metropolização é funcional às novas formas de apropriação e acumulação capitalistas em plano global, no qual a produção de valor no espaço urbano conduz à consolidação dessa nova forma de acumulação. A segunda variável está ligada ao eixo de estruturação interna dessa forma de metropolização, que tem na precarização da vida cotidiana um elemento comum em todas as realidades verificadas. A fragmentação do espaço metropolitano nesses aglomerados regionais, apesar de seus diferentes padrões, demonstra essa realidade desigual produzida como um de seus elementos comuns. Esses centros representam uma face importan-

te da dinâmica regional em amplo período histórico, sendo portadores de uma realidade que traduz o que é o processo de metropolização regional na atualidade. Pode-se perceber a importância dessas metrópoles pelo Mapa 01, como as três maiores aglomerações na Amazônia Legal.

Mapa 1 - Amazônia Legal: população das cidades (2010)



Embora a história regional pré-1960 ajude a identificar a gênese dessas aglomerações, há de se considerar que são as estratégias de integração, povoamento e desenvolvimento, na segunda metade do século 20, que provocam, justificam, estimulam e intensificam o padrão de ocupação urbana existente na atualidade, expresso no crescimento populacional das mesmas, conforme pode ser observado na Tabela 2.<sup>41</sup>

41 Os percentuais das populações das aglomerações foram calculados inicialmente (1950) considerando-se o contingente do município principal e as populações dos municípios metropolitanos. À medida que foram incluídos novos municípios, estes passaram a

Tabela 2 - Belém, Manaus e São Luís: participação da população metropolitana em relação aos respectivos estados da federação

| ANO  | Pop. Belém/PA (%) | Pop. Manaus/AM (%) | Pop. São Luís/MA (%) |
|------|-------------------|--------------------|----------------------|
| 1950 | 22,70             | 27,16              | 17,10                |
| 1960 | 25,93             | 24,31              | 14,85                |
| 1970 | 30,00             | 32,70              | 17,15                |
| 1980 | 28,50             | 44,34              | 18,50                |
| 1991 | 25,10             | 48,05              | 14,30                |
| 2000 | 29,00*            | 49,90              | 18,90                |
| 2010 | 27,90*            | 61,10*             | 20,10*               |
| 2022 | 29,18*            | 64,25*             | 24,01*               |

\* Considera os municípios que passaram a compor a Região Metropolitana.

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, 2022).

Conforme os dados expostos na Tabela 2, há diferenças na composição demográfica das metrópoles em relação ao seu estado. Belém apresenta oscilação com tendência decrescente de concentração demográfica no estado, embora a área institucional tenha sido ampliada de forma significativa no período analisado, com a inserção de novos municípios na Região Metropolitana de Belém (RMB). Esses municípios, em parte, foram criados a partir de divisões e desmembramentos dos municípios que já compunham a RMB.

Esse é um elemento que explica a perda relativa da população do espaço metropolitano em relação ao estado do Pará, posto que a entrada desses novos municípios, em princípio, consiste apenas na alteração da configura-

---

ser acrescidos na contagem, considerando as décadas em que foram constituídas as respectivas regiões metropolitanas, a saber: Região Metropolitana de Belém, instituída na década de 1970 e ampliada nas décadas de 1990 e 2000; Região Metropolitana de Manaus, instituída na década de 2000; Região Metropolitana de São Luís, instituída na década de 2000.

---

ção político-administrativa. Por outro lado, é necessário acrescentar que a perda relativa também tem explicações de outra natureza. A principal delas é a existência de núcleos urbanos economicamente dinâmicos no interior do estado do Pará, o que faz com que a hierarquia urbana do estado conte com uma significativa importância de cidades médias e algumas pequenas cidades que conseguem fazer frente a uma concentração demasiada na metrópole.

Manaus, por outro lado, apresenta tendência oposta, com crescente e significativa concentração demográfica. Essa diferença de dinâmica demográfica, quando comparada a Belém, explica-se pelo crescimento populacional a partir da implantação da Zona Franca e do Polo Industrial, nos anos 1960. Mais recentemente, a inclusão de municípios, quando da criação da Região Metropolitana de Manaus (RMM), é elemento responsável pelo incremento populacional, posto que a população dos municípios que passam a compor a região metropolitana é considerada integrante desse espaço institucional.

São Luís, por sua vez, oscila com tendência crescente de concentração populacional, embora de forma bem mais lenta e gradual quando comparada a Manaus. O crescimento populacional nas últimas três décadas é explicado pelo aumento dos investimentos no espaço urbano de São Luís, especialmente os empreendimentos ligados aos grandes projetos de mineração, que são fatores de atração de contingente populacional em direção à metrópole. Além disso, a criação da Região Metropolitana da Grande São Luís, com a inclusão de vários municípios, também aumenta a participação da população metropolitana em relação ao estado do Maranhão.

Ao encontro da tendência apresentada no aspecto da participação da população metropolitana no total estadual, observa-se tendência semelhante quando consideramos o grau de concentração da riqueza, quando se leva em consideração o Produto Interno Bruto (PIB) metropolitano em relação aos estados. Nos três estados (Amazonas, Pará e Maranhão), um percentual significativo da riqueza está concentrada na região metropolitana, embora isso se dê de forma de forma distinta. A concentração é mais intensa no Amazonas, com 85% do PIB localizado espacialmente na Região Metropolitana de Manaus. Por sua vez, Pará e Maranhão apresentam graus de concentração importantes em suas regiões metropolitanas, com a Região Metropolitana de Belém participando de 35% da riqueza estadual e a Região

Metropolitana da Grande São Luís compondo 43% da riqueza do Maranhão, como se observa na Tabela 03:

Tabela 3 - Amazonas, Pará, Maranhão: participação no Produto Interno Bruto da Região Metropolitana e do estado (em R\$ mil correntes) – 2010

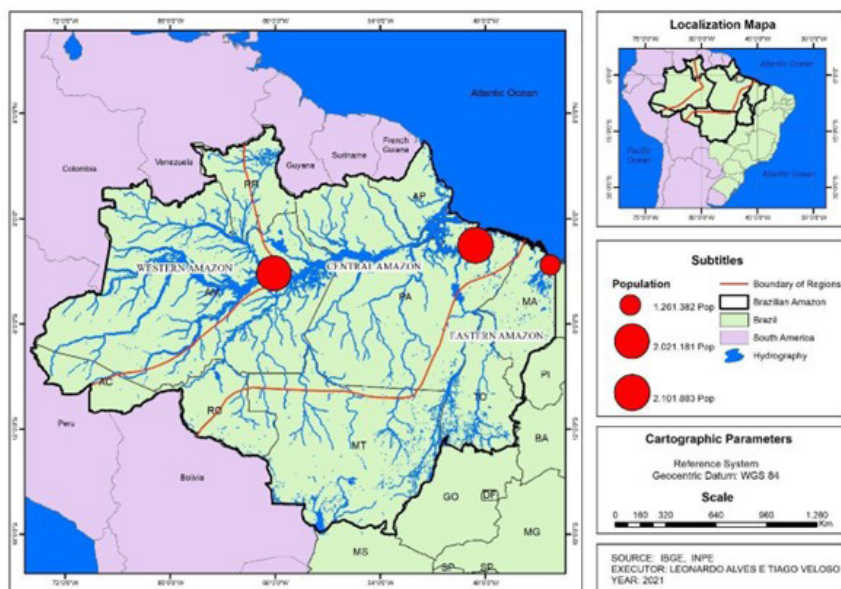
| UF       | Valor (R\$ 1.000) |              |                      |                  |                   | Participação percentual (%) |                       |
|----------|-------------------|--------------|----------------------|------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------|
|          | Região Metrop.    | Total Estado | Total Região Metrop. | Município Núcleo | Demais Municípios | RM / Estado                 | Município Núcleo / RM |
| Amazonas | Manaus            | 39.166.314   | 33.426.618           | 31.916.257       | 1.510.361         | 85,3                        | 95,5                  |
| Pará     | Belém             | 44.375.376   | 15.680.40            | 12.520.322       | 3.159.818         | 35,3                        | 79,8                  |
| Maranhão | São Luís          | 28.621.445   | 12.093.541           | 11.217.074       | 876.468           | 42,3                        | 92,8                  |

Fonte: IBGE (2010); Pará (2010; 2012).

Essas tendências, tanto demográficas quanto econômicas, estão intimamente relacionadas à forma como foram estabelecidas as políticas de integração e urbanização do território, que são um componente dessas diferenciações sub-regionais, posto que há uma imbricação entre a formação das metrópoles e o seu entorno sub-regional, quando consideradas em perspectiva. Esse elo entre as metrópoles e as sub-regiões está representado no Mapa 2, que destaca a complementaridade resultante entre as dinâmicas sub-regionais e as concentrações metropolitanas, o que torna possível reconhecer cartograficamente esses espaços como as três maiores aglomerações na Amazônia Legal.<sup>42</sup>

42 Considerando os números absolutos da população das três metrópoles analisadas: Região Metropolitana de Belém: 2.369.250 de habitantes; Região Metropolitana de Manaus:

Mapa 2 - Amazônia: metrópoles e áreas de influência sub-regional



Na representação cartográfica, observa-se a existência de uma configuração de centros metropolitanos justamente na área de influência de cada uma das sub-regiões destacadas, o que revela uma particularidade da metropolização regional, a existência de um elo entre as dinâmicas sub-regionais e as formações de centros metropolitanos.

A complementaridade entre as metrópoles e suas sub-regiões resulta não somente da localização em cada uma das sub-regiões destacadas. A própria forma de relação que se dá entre as aglomerações e as sub-regiões é diferente quando comparadas umas às outras. Indo ao encontro da expressão cartográfica, no Quadro 1 estabelecemos algumas variáveis para

2.532.226 de habitantes; Região Metropolitana de São Luís: 1.627.538 de habitantes (com base no Censo Demográfico IBGE, 2022).

expressar essas diferenciações, como elementos caracterizadores dessas aglomerações de acordo com seu padrão de metropolização.

Nesse caso, elementos como a indução da metropolização, os tipos de conexões estabelecidos com o plano global e a escala regional, os tipos de sistemas de circulação e as formas de gestão territorial apresentam características distintas nas três metrópoles, e compõem muito mais um mosaico de diversidade do que a reprodução homogênea de um mesmo processo. Isso reafirma o argumento central de diferença metropolitana regional, reconhecendo que, na Amazônia, a diversidade é elemento de diferenciação territorial e de conteúdo das formas urbanas que a região apresenta.

Quadro 1 - Aglomerações metropolitanas na Amazônia: elementos caracterizadores

| Elementos/Metrópoles                       | Belém  | Manaus   | São Luís   |
|--|--|--|--|
| Indutores da metropolização                | Desestruturação das antigas estruturas agrárias e ribeirinhas da hinterlândia e modernização do terciário. | Economia de aglomeração modernizadora da Zona Franca de Manaus.              | Frentes econômicas regionais e modernização produtiva.   |
| Conexões globais                           | Grande projeto econômico e sistema portuário exportador moderno.   | Indústria de montagem e turismo globalizado.                                 | Grande projeto econômico, sistema portuário e turismo.   |
| Principais modais de articulação regional  | Rio – rodovia – aerovia.   | Rio – aerovia.   | Rodovia – ferrovia – aerovia.  |
| Crescimento da metrópole em face da região | A região cresce mais que a metrópole, com tendência à desmetropolização.                                   | A metrópole cresce mais que a região, com perfil de metrópole macrocefálica. | Relativa simetria entre a dinâmica metropolitana e regional, com metropolização e desmetropolização convinentes. |



| Elementos/Metrópoles            | Belém   | Manaus   | São Luís   |
|---------------------------------|---|--|--|
| Configuração intrametrópolitana | Dispersa, descontínua e presença de cidades satélites conurbadas ou não.                                    | Concentrada, contínua e inexistência de cidades satélites. Metrópole quase desvinculada da região, voltada para si mesma e incipiente conurbação.  | Dispersa, tendência à continuidade e à conurbação com cidades satélites.   |
| Padrão de segregação            | Centralidade das classes de alto poder aquisitivo e processo crescente de suburbanização da pobreza urbana. | Centralidade das classes de alto poder aquisitivo com suburbanização da pobreza, mas com definição de setores seletivos em subúrbios aprazíveis que agora tendem a se estender para além do município de Manaus. | Centralidade das classes de alto poder aquisitivo com suburbanização da pobreza urbana e definição de setores seletivos em subúrbios aprazíveis. |

| <b>Elementos/Metrópoles</b>                        | <b>Belém</b>  | <b>Manaus</b>   | <b>São Luís</b>   |
|--|---|---|---|
| Configuração do tecido urbano                      | Malha urbana de dupla configuração (conurbada e descontínua) e unificada por sistema de fluxos regulares. | Malha urbana única não conurbada, com ligações recentes e rarefeitas com municípios adjacentes. | Malha urbana em processo de conurbação, com tendência à continuidade do tecido. |
| Criação da Região Metropolitana                    | Mais antiga (década de 1970).   | Mais recente (década de 2000).  | Mais recente (década de 2000).  |
| Abrangência do recorte institucional metropolitano | Menor que o aglomerado metropolitano de fato.   | Maior que o aglomerado metropolitano de fato.   | Relativa equivalência com o aglomerado metropolitano de fato.                   |
| Planejamento territorial                           | Limitado às circunscrições locais e com pouca permeabilidade intermunicipal.                              | Limitado à circunscrição municipal, mas que tem alcance metropolitano.                          | Limitado à circunscrição local e com pouca permeabilidade intermunicipal.       |

**Fonte:** Veloso, Trindade Júnior (2014)

## **2 Uma nota necessária à questão metodológica**

A escolha dessas três metrópoles está associada a um recorte metodológico. É claro que, em estudos acerca da realidade amazônica, Belém e Manaus, bem como seus espaços de expansão, não poderiam deixar de ser duas referências importantes, tendo em vista seu significado histórico na constituição da rede urbana da região e sua importância como referências urbanas no processo de integração da Amazônia no pós-1960.

Historicamente, Belém foi a cidade de referência na região em diferentes períodos, caracterizando-se como metrópole em expansão a partir dos anos 1960, ainda que, segundo algumas interpretações, tenha perdido relevância regional em termos relativos, em virtude das políticas de integração na Amazônia Central priorizarem atividades espacialmente distantes da capital, tais como mineração, agropecuária e extração energética. Nesse cenário, é significativo que, na última década, esteja ocorrendo um movimento de expansão de sua área metropolitana, com a inclusão de novos municípios, o que parece de certa forma contradizer o significado da perda de referência regional.

Manaus, a metrópole regional em ascensão, revela muito do significado das novas formas de inserção da cidade na nova dinâmica amazônica de integração com o território brasileiro e a economia global, cada vez mais internacionalizada à economia mundial, perfil que revela uma outra configuração das políticas regionais executadas para a porção ocidental da Amazônia.

Considerando Belém e Manaus como as duas metrópoles consolidadas da região, é necessário justificar a inclusão de São Luís em termos metodológicos. Para isso, dois elementos ratificam a escolha dessa metrópole, posto que, embora alguns recortes políticos-administrativos considerem o Maranhão, ou ao menos sua porção leste, como componente da Região Nordeste brasileira, há elementos da geografia e da história regional que justificam sua inclusão no contexto amazônico.

O primeiro deles é a história regional e a dinâmica pretérita estabelecida desde o período colonial, passando pela existência do estado do Grão-Pará e Maranhão, especialmente no período de existência da Companhia Geral

de Comércio do Grão-Pará e Maranhão,<sup>43</sup> empresa comercial que tornava próximas as realidades das duas cidades a partir da institucionalização de um único projeto econômico para a região, a empresa comercial monopolista no século 18. Esse elo – a empresa comercial – entre essas duas cidades, que orientava um sentido de projeto regional no período colonial, não foi perdido, mesmo com o esgotamento da empresa monopolista, no final do século 18, que foi posteriormente resgatado quando da atração de fluxos migratórios de maranhenses para o interior da região.

O segundo elemento é mais recente, da segunda metade do século 20, e está associado às políticas de integração nacional. Refere-se à divisão regional que se convencionou chamar de Amazônia Legal, oficialmente instituída em 1953 pela Lei 1.806, com 61% do território brasileiro.

Essa área tinha como objetivo definir a delimitação da região de planejamento captadora de incentivos fiscais, com o propósito de promoção do seu desenvolvimento. Oficialmente, não estava limitada por características geológicas, morfoclimáticas ou de vegetação, mas para orientar o planejamento econômico na região e sua integração ao restante do país. Posteriormente, os limites da Amazônia Legal foram alterados<sup>44</sup> em consequência de mudanças na divisão política do país.

Além da consideração de São Luís por esses dois elementos, há a história regional comum e a dinâmica econômica de modernização pelos grandes

---

43 A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foi um empreendimento comercial de natureza monopolista criado em 1755 pela Coroa Portuguesa para dinamizar a economia colonial a partir do incremento do comércio da região por uma rede que conectava o estado do Grão-Pará e Maranhão a regiões africanas fornecedoras de escravos e centros europeus consumidores dos produtos amazônicos, por meio de Lisboa.

44 Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes desde sua criação em 1953, em decorrência das mudanças na divisão político-administrativa do território brasileiro nas últimas décadas. Originalmente era composta pelos estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, norte de Goiás (posteriormente dividido da porção norte que deu origem ao estado do Tocantins, em 1988), Maranhão (parte oeste), Mato Grosso (parte Norte, que continua a fazer parte da Amazônia Legal, mesmo depois da divisão do estado e criação do Mato Grosso do Sul) e os territórios federais do Amapá (atual estado do Amapá), de Rio Branco (atual estado de Roraima) e do Guaporé (atual estado de Rondônia).

projetos. Considera-se, para o argumento central apresentado neste texto, que a rede de cidades metropolitanas amazônicas está compreendida dentro de uma mediação dos processos de consolidação da economia de fronteira, que moldou a Amazônia para além de sua composição biogeográfica. É neste sentido que se considera que São Luís faz parte das aglomerações metropolitanas amazônicas porque: a) sua história urbana e regional é comum à produção do espaço amazônico desde o início da ocupação no século 17 até a atualidade dos programas de integração do século 21; b) o padrão de metropolização recente advém da inserção nos projetos de modernização do território regional por meio da instalação de grandes projetos econômicos, semelhantes a Belém e Manaus. Esclarecida esta questão metodológica, parte-se para a compreensão do papel dessas três metrópoles para com suas realidades sub-regionais, Belém na Amazônia Centro-Oriental, Manaus na Amazônia Ocidental e São Luís na Amazônia Oriental.

Em aspecto geral, consideramos que as formações metropolitanas estão relacionadas às características das políticas de integração nacional e desenvolvimento regional que foram estabelecidas para a Amazônia desde a década de 1960 até meados dos anos 1980. Embora pensadas para alcançar um objetivo político e econômico relativamente homogêneo – a integração da Amazônia à economia e ao território brasileiro –, tais políticas foram executadas de forma diferenciada tanto em escala espacial quanto temporal. Esclarecido o recorte metodológico, as próximas seções irão expor isso de forma particular a cada uma das metrópoles regionais.

### **3 Belém: Expansão metropolitana e perda relativa de influência regional**

Belém, enquanto metrópole regional, vem paulatinamente perdendo a característica de principal aglomeração urbana da Amazônia, embora de forma alguma perca a condição de metrópole. Essa cidade, que em décadas anteriores tinha uma participação econômica e populacional de destaque na região, começa a ter sua importância alterada em face dos novos espaços de

incremento econômico verificado no interior da Amazônia Central (Velooso; Trindade Júnior, 2014).

Essa perda relativa se deve, entre outros fatores, à existência de importantes cidades médias no território paraense, como Santarém (oeste paraense) e Marabá (sudeste paraense), e de pequenas cidades que têm sua vida urbana dinamizada pela chegada de grandes projetos, tais como Tucuruí, Oriximiná e Altamira. Um ponto de conexão entre essas cidades é que todas estiveram e ainda estão mais diretamente ligadas à execução de grandes projetos de infraestrutura rodoviários, energéticos e/ou minerais.

É esse o sentido mais geral da relativa perda de importância econômica da metrópole em relação ao seu contexto sub-regional. Os dados apresentados na tabela 04 demonstram um dos significados do perfil de desconcentração das atividades econômicas pela observação do total de riquezas produzidas, levando-se em consideração as cinco maiores economias municipais do estado do Pará (Santos, 2015).

Tabela 4 - Pará: Produto Interno Bruto das maiores economias municipais

|                           | 1999 (R\$)       | 2004 (R\$)        | 2010 (R\$)        | 2020 (R\$)         | (%)<br>1999  | (%)<br>2004  | (%)<br>2010  | (%)<br>2020  |
|---------------------------|------------------|-------------------|-------------------|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Belém</b>              | <b>5.425.421</b> | <b>6.464.402</b>  | <b>17.998.495</b> | <b>30.798.556</b>  | <b>60,16</b> | <b>56,80</b> | <b>23,12</b> | <b>14,26</b> |
| Parauapebas               | 1.036.096        | 1.363.099         | 15.947.709        | 38.012.250         | 11,49        | 11,68        | 20,49        | 17,60        |
| Ananindeua                | 844.396          | 962.542           | 3.672.050         | 8.117.175          | 9,36         | 9,82         | 4,72         | 3,76         |
| Marabá                    | 521.758          | 1.470.758         | 3.562.534         | 12.928.283         | 5,79         | 7,62         | 4,58         | 5,99         |
| <b>Estado do<br/>Pará</b> | <b>9.018.310</b> | <b>34.195.676</b> | <b>77.847.597</b> | <b>215.935.604</b> | <b>100</b>   | <b>100</b>   | <b>100</b>   | <b>100</b>   |

Fonte: IBGE (2000, 2010); Pará (2010, 2021).

Ao encontro da tendência de desconcentração das atividades econômicas observada com manutenção relativa da importância da metrópole em consonância a emergência de centros urbanos do interior da sub-região,

verifica-se uma maior distribuição da participação demográfica de outros centros urbanos na composição da população. A Tabela 5 apresenta os dados populacionais referentes às maiores cidades do estado. Observa-se como no Pará existe um perfil de maior variedade demográfica entre as cidades, embora também exista uma diferença significativa entre Belém e as maiores cidades do interior:

Tabela 5 - Pará: dinâmica demográfica das oito maiores cidades

| Municípios / Ano      | 1991             | 2000             | 2010             |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|
| Belém                 | 1.244.689        | 1.280.614        | 1.393.399        |
| Marabá                | 123.668          | 168.020          | 233.669          |
| Santarém              | 265.062          | 262.038          | 294.580          |
| Parauapebas           | 53.335           | 71.568           | 153.908          |
| Altamira              | 72.408           | 77.439           | 99.075           |
| Ananindeua            | 88.151           | 393.569          | 471.980          |
| Castanhal             | 102.071          | 134.496          | 173.149          |
| Barcarena             | 45.946           | 63.268           | 99.859           |
| <b>Estado do Pará</b> | <b>4.950.060</b> | <b>6.192.307</b> | <b>7.581.051</b> |

Fonte: IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).  
Organização: Tiago Veloso dos Santos.

Uma das explicações dada para esse fenômeno de emergência de uma metrópole em paralelo ao crescimento de núcleos urbanos não influenciados pela mesma é dada por Trindade Júnior (2000; 2006), que afirma que Belém não sofreu o estímulo de crescimento a partir do setor industrial. Seu perfil é de uma cidade situada entre as que apresentam uma natureza metropolitana, com destaque para as atividades comerciais e de serviços.

As indústrias nela instaladas, portanto, detêm peso relativamente pequeno e são voltadas para o beneficiamento de matérias-primas da própria região, com um impacto relativamente maior em relação à floresta.

Nesse sentido, a reestruturação da rede urbana sub-regional e os novos conteúdos e importância atribuídos às cidades fora do aglomerado metropolitano de Belém tendem a confirmar cada vez mais a dinâmica de uma nova estrutura produtiva e do mercado de trabalho na Amazônia Central. Isso implica, necessariamente, em rupturas de antigos padrões de organização espacial e em provocar um processo de dispersão populacional, de investimentos econômicos e de ações governamentais, associados também direta ou indiretamente a novas vias de circulação, especialmente as rodovias, mais presentes nessa porção territorial da Amazônia (Trindade Júnior, 2006). É por isso que no mercado de trabalho da Amazônia tende a ter como setores mais dinâmicos a mineração, a indústria madeireira, a siderurgia e a construção civil (Castro, 1994), atividades que em geral estão associadas à economia urbana de municípios não metropolitanos.

Portanto, percebe-se que a expansão da fronteira econômica no interior da região não se dá de maneira igual quando consideramos a especificidade das sub-regiões, posto que, na Amazônia Central, a sub-região cresce mais do que a sua metrópole de referência (Belém) devido ao dinamismo econômico imprimido a outras frações do espaço regional onde foram implantados projetos, em especial os grandes empreendimentos<sup>45</sup> que necessitam de espaços urbanos relativamente bem estruturados para o seu funcionamento, mas que não se limitam a eles, implicando redefinições espaciais que

---

45 Na Amazônia Central, vários são os empreendimentos que contribuem para o fortalecimento dos espaços econômicos de pequenas e médias cidades em detrimento da aglomeração metropolitana em Belém: Santarém e Oriximiná, no oeste do Pará, com a dinâmica da soja que avança em direção ao eixo da BR-163 e a exploração mineral liderada pela multinacional Alcoa; Marabá e Parauapebas, no sudeste do Pará, região impactada pelos projetos de mineral industrial liderados pela multinacional Vale, na Serra dos Carajás; Altamira, na região do Xingu, que teve sua dinâmica socioespacial alterada com o aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu pela usina de Belo Monte; Tucuruí, na região do Tocantins, com dinâmica urbana associada à hidrelétrica de mesmo nome.



alcançam um raio de influência significativo e que repercutem no grau de urbanização do território (Trindade Júnior, 2006).

Mesmo considerando a pertinência dessa tendência para o caso da Amazônia Central, há de se levar em conta que o processo que confere maior dinamismo para o interior da fronteira econômica em detrimento da sua metrópole não pressupõe desconsiderar a importância do espaço metropolitano para os processos dinamizadores da economia regional, mas de uma redefinição dessa mesma importância (Trindade Júnior, 1998).

Considerando o argumento do autor, a Amazônia Central é uma porção que não está sob influência unicamente da metrópole belenense, e, portanto, destaca-se também a proliferação de pequenas cidades e o crescimento de cidades de porte médio no interior da região, especialmente aquelas influenciadas pelos grandes projetos.

Sendo assim, convém relativizar a perda de importância da metrópole levando em consideração aspectos econômicos. Por exemplo, quando consideramos os três setores (primário, secundário e terciário), também se observa que a Belém metropolitana mantém primazia em outros aspectos da economia urbana. No setor de serviços, por exemplo, dentre os 10 maiores municípios no valor adicionado do setor para o estado do Pará (2009-2010), Belém é responsável por 34,09% do produto, enquanto Ananindeua, segundo maior município da RMB, é o imediato segundo colocado, com 6,63%. Ou seja, mais de 40% dos serviços do Pará são fornecidos pelas duas maiores cidades do espaço metropolitano. Mesmo no setor industrial, concentrado no interior do estado, há uma produção significativa, levando em conta os dois municípios. Belém, no total do valor adicionado do setor industrial, é a segunda colocada, com 8,59%, atrás apenas de Parauapebas, que concentra 46,74%. Ananindeua é a sétima colocada, responsável por apenas 2,50% do PIB industrial estadual (PARÁ, 2010, p. 23).

Ademais, autores como Amaral e Sabino (2014), ao analisar a relação entre metrópole e região na Amazônia a partir do entendimento da rede de abastecimento e distribuição da Central de Abastecimento do Pará, a CEASA em Belém, sustentam que, por mais que a metrópole seja vista como um centro urbano relacional, não se pode desprezar o fato de que ela ainda

---

desempenha importantes funções tradicionais, especialmente no que se refere à mediação de fluxos de mercadorias produzidas, na grande maioria, em outras regiões do país, o que é um sinal da manutenção de seu papel na rede, ainda que não mais primaz.

Em consonância, Cardoso *et al.* (2015) argumentam, a partir da análise de dados econômicos, que mesmo com a mudança no papel da metrópole com a incorporação da região à economia brasileira, apesar da redução na participação da RMB no PIB do estado do Pará, a expansão metropolitana e a especialização de serviços demonstram que esta assumiu novas funções e mantém as características de metrópole regional.

#### 4 **Manaus: Concentração produtiva e ascendência regional**

Enquanto Belém polariza o que denominamos, de acordo com Bertha Becker, de Amazônia Central, a porção ocidental da região é polarizada por Manaus, a referência metropolitana da sub-região. A aglomeração manauara representa cerca de 60% do contingente demográfico do estado do Amazonas, com enorme peso relativo para o estado e demonstrando forte tendência à concentração demográfica, econômica e da infraestrutura sub-regional.

A principal explicação para esse fenômeno de concentração é a existência de um complexo e dinâmico polo industrial<sup>46</sup> na cidade, que, a partir de sua instalação na década de 1960, passar a atrair a maior parte dos fluxos econômicos e populacionais. Conforme destaca Oliveira (2008):

---

46 A Zona Franca de Manaus se tornou um polo de isenção fiscal no centro da Amazônia pelo Decreto-Lei 288, de 1967. Inicialmente, sua área estava restrita à cidade de Manaus, sendo continuamente ampliada para toda a Amazônia ocidental, compreendendo os estados do Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre, e correspondendo a aproximadamente 25% do território nacional. A partir de 1967, além da área de livre comércio, foi instalado o distrito industrial, baseado na montagem de componentes da indústria eletroeletrônica.

Se a abertura de estradas, de certo modo, provocou pouco impacto na espacialidade da cidade de Manaus, porque a construção foi um processo lento e as dificuldades de manutenção praticamente tornaram essas vias intransitáveis nos anos 1970 e 1980, a criação da Zona Franca de Manaus e a implantação do Distrito Industrial, em 1967, tiveram efetivamente impacto na paisagem urbana de Manaus (Oliveira, 2008, p. 73).

De acordo com o argumento que estamos afirmando sobre a condição de existência dessas metrópoles na região amazônica, o polo industrial do Amazonas surgiu como estratégia de ocupação diferente do que ocorreu nas demais porções para a efetivação do projeto de integração. E um dos reflexos de sua efetivação em Manaus é sua importância para a emergência de uma metrópole regional na porção ocidental.

A concentração econômica, demográfica e produtiva da metrópole em relação ao seu estado e o entorno sub-regional também causam repercussões na produção do espaço de forma diferenciada na dinâmica de fronteira, que é característica das políticas de integração e desenvolvimento. Um dos impactos, ainda que indireto, da existência do Polo Industrial de Manaus é a configuração de uma lógica sub-regional ainda marcada pelo ritmo da natureza, com potencialidade em aliar a existência de recursos naturais (águas, florestas, minerais, etc.) com uma atividade econômica de grande impacto, sem causar, necessariamente, o perfil de devastação característico da Amazônia Central, por exemplo.

Há um conjunto de estudos<sup>47</sup> que revelam que a existência de um polo industrial dinâmico em Manaus contribuiu para a redução das pressões sobre

---

47 Estudo sobre o impacto da indústria sobre a Floresta Amazônica (Rivas, Mota, Machado, 2009) afirma que a existência do Polo Industrial de Manaus (PIM) contribuiu para reduzir em pelo menos 70% o desmatamento no estado do Amazonas no período de 2000 a 2006. Estima ainda que o valor das emissões de carbono evitadas no período analisado chega a US\$ 10 bilhões. Se considerados os serviços ambientais proporcionados pela preservação, o valor estimado é da ordem de US\$ 158 bilhões. O estudo, que comprova a influência do PIM na preservação da Floresta Amazônica, foi feito por pesquisadores das universidades federais do Amazonas e do Pará, do Projeto Inteligência Socioambiental

---

a exploração dos recursos da floresta, o que é considerado uma alteração positiva<sup>48</sup> no espaço regional. Nesse caso, a causa desse fenômeno reside no fato de o polo industrial não necessitar de matéria-prima vinculada ao meio natural circundante, pois se trata de um modelo industrial importado, sendo, portanto, pouco provido de conexões que demandem recursos florestais.

Manaus, portanto, ao ser fonte de fluxos econômicos e migratórios para a indústria nas décadas de 1980 em diante, acabou por se tornar válvula de escape da pressão por recursos naturais da região, colaborando, assim, para a preservação maior dessa porção do território. Esse efeito pode ser observado quando analisados os indicadores econômicos, nos quais se percebe a expressiva concentração da riqueza em Manaus. A Tabela 6 apresenta indicadores dessa concentração por meio da proporção do PIB e dos principais impostos arrecadados em Manaus, e sua participação na composição das riquezas do Amazonas.

---

Estratégica da Indústria do Petróleo na Amazônia (Piatam) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

- 48 Também é necessário considerar criticamente essa argumentação favorável à manutenção do Polo Industrial e da Zona Franca de Manaus. Brianezi (2013), a partir da análise do discurso, revela um deslocamento da retórica de legitimação da Zona Franca, que, se antes estava embasada na ideia do progresso e da modernização industrial, agora passa a estar associada à ideia de desenvolvimento sustentável. Nesse caso, as indústrias são apresentadas como responsáveis pela conservação das florestas graças à criação de empregos urbanos. Portanto, se os incentivos fiscais acabarem, haverá desemprego e desmatamento. Essa argumentação implicitamente desconsidera, a priori, a possibilidade de outros modelos de desenvolvimento para a região, bem como o papel de povos e comunidades tradicionais na preservação da floresta (Brianezzi, 2013).

Tabela 6 - Manaus – Participação do PIB, ICMS e IPVA em relação ao estado do Amazonas – 2011 (PIB a preço de mercado – R\$ 1.000,00)

|                    | PIB (R\$)  | Participação em relação ao estado (%) | ICMS (R\$)    | Participação em relação ao estado (%) | IPVA (R\$)  | Participação em relação ao estado (%) |
|--------------------|------------|---------------------------------------|---------------|---------------------------------------|-------------|---------------------------------------|
| Estado do Amazonas | 64,5       | 100                                   | 5.911.977     | 100                                   | 179.394.366 | 100                                   |
| Manaus             | 51.025.146 | 81,4                                  | 5.695.263.403 | 96,71                                 | 171.438.097 | 95,60                                 |

Fonte: Amazonas (2012a; 2012b; 2013a).

Todavia, não se pode assegurar de forma categórica que não houve repercussões significativas com a implantação do empreendimento industrial. Embora, em comparação a outros na região, o ambiente natural tenha sido pouco modificado, os maiores impactos do polo industrial foram no espaço intraurbano de Manaus. A pressão demográfica resultante de sua instalação, a concepção de cidade pensada como polo econômico e as estratégias governamentais de planejamento e gestão da cidade acabaram por conferir problemas do ponto de vista urbanístico.

Nesse sentido, pode-se dizer que a Amazônia Ocidental é a que apresenta uma urbanização concentrada, reafirmando o papel de comando de sua metrópole, Manaus, que, apesar da existência de uma Região Metropolitana institucionalizada com vários municípios, expressa uma forma metropolitana definida por uma malha urbana de recorte municipal, exclusiva ao município de Manaus, ainda que exista uma tendência de expansão em razão da construção da ponte sobre o Rio Negro, grande objeto de infraestrutura que passou a articular Manaus a alguns municípios vizinhos de forma mais rápida na última década. Esse perfil concentrado é observado no aspecto interno da Região Metropolitana de Manaus, como visto nas Tabelas 7 e 8,

que respectivamente versam sobre a participação nas riquezas e a dinâmica demográfica dos municípios da RMM:

Tabela 7 - Região Metropolitana de Manaus – Participação do PIB dos municípios – 2010/2011 (PIB a preço de mercado – R\$ 1.000,00).

| <b>Municípios</b>           | <b>PIB (R\$ 1.000) – 2010</b> | <b>PIB (R\$ 1.000) – 2011</b> |
|-----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Manaus                      | 48.598.153                    | 51.025.146                    |
| Careiro da Várzea           | 172.147                       | 171.145                       |
| Iranduba                    | 324.071                       | 341.160                       |
| Itacoatiara                 | 955.695                       | 1.037.321                     |
| Manacapuru                  | 624.168                       | 843.972                       |
| Novo Airão                  | 70.210                        | 78.963                        |
| Presidente Figueiredo       | 428.738                       | 444.638                       |
| Rio Preto da Eva            | 222.871                       | 305.321                       |
| Itapiranga*                 | 52.992                        | 54.621                        |
| Silves*                     | 58.255                        | 59.641                        |
| Manaquiri*                  | 119.864                       | 122.233                       |
| Careiro*                    | 158.923                       | 162.776                       |
| Autazes*                    | 194.871                       | 199.365                       |
| <b>Região Metropolitana</b> | <b>51.980.958</b>             | <b>54.846.302</b>             |
| <b>Estado do Amazonas</b>   | <b>59.779.000</b>             | <b>65.039.000</b>             |

\*Municípios que somente passaram a fazer parte da Região Metropolitana por decisão judicial.

Fonte: Amazonas (2012d; 2013b).

Organização: Tiago Veloso dos Santos.

Tabela 8 - Região Metropolitana de Manaus – População absoluta por municípios: 2010 – 2014

| Municípios                  | População absoluta – 2010 | População estimada – 2014 |
|-----------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Manaus                      | 1.802.014                 | 2.020.301                 |
| Careiro da Várzea           | 23.930                    | 27.357                    |
| Iranduba                    | 40.781                    | 45.250                    |
| Itacoatiara                 | 86.839                    | 95.714                    |
| Manacapuru                  | 85.141                    | 92.996                    |
| Novo Airão                  | 14.723                    | 17.199                    |
| Presidente Figueiredo       | 27.175                    | 31.903                    |
| Rio Preto da Eva            | 25.716                    | 29.771                    |
| Itapiranga*                 | 8.211                     | 8.864                     |
| Silves*                     | 8.444                     | 9.014                     |
| Manaquiri*                  | 22.801                    | 27.480                    |
| Careiro*                    | 32.734                    | 35.938                    |
| Autazes*                    | 32.135                    | 36.301                    |
| <b>Região Metropolitana</b> | <b>2.210.644</b>          | <b>2.478.088</b>          |
| <b>Estado do Amazonas</b>   | <b>3.442.959</b>          | <b>3.873.743</b>          |

Considerada em conjunto, a Região Metropolitana corresponde a 83% do PIB do Amazonas e a 61% da sua população, sendo visível o nível de concentração dessas duas variáveis para o estado do Amazonas. Esse tipo de metropolização concentrada em Manaus está também refletido na forma de urbanização do espaço metropolitano.

## 6 São Luís: Grandes objetos logísticos e conurbação insular

Por fim, em se tratando da porção sub-regional oriental, é São Luís, capital do estado do Maranhão, que revela as particularidades da metropolização amazônica. A sub-região na qual se insere essa metrópole tem como características de inserção na dinâmica de fronteira amazônica a implantação de grandes projetos de extração mineral, como os promovidos pela Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale), como o Alumar (Alumínios do Maranhão S.A.), que criou a expectativa de desenvolvimento econômico do estado do Maranhão, assim como a do município de São Luís, refletindo a ideia de desenvolvimento socioeconômico da cidade em consequência dos projetos.

De fato, São Luís, dentre as três metrópoles analisadas, é a que apresenta a maior taxa de crescimento demográfico dos anos 1990 em diante, chegando, na década de 2000, à condição de “cidade milionária” (Santos, 2005), ou seja, com um milhão de habitantes, condição já alcançada por Belém e Manaus desde os anos 1980. A Tabela 9 revela como se distribui a população nos municípios que compõem a região metropolitana de São Luís:

Tabela 9 - Região Metropolitana da Grande São Luís: população absoluta por municípios (2010-2013)

| Municípios                | População absoluta<br>– 2000 | População absoluta<br>– 2010 | População absoluta<br>– 2013 |
|---------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| São Luís                  | 870.028                      | 1.014.837                    | 1.053.922                    |
| São José do Ribamar       | 107.384                      | 163.045                      | 170.423                      |
| Paço do Lumiar            | 76.188                       | 105.121                      | 113.378                      |
| Bacabeira                 | -                            | 14.925                       | 15.982                       |
| Rosário                   | -                            | 39.576                       | 40.983                       |
| Santa Rita                | -                            | 32.366                       | 34.710                       |
| Raposa                    | 17.088                       | 26.327                       | 28.543                       |
| Alcântara                 | -                            | 21.851                       | 21.644                       |
| <b>Estado do Maranhão</b> |                              | <b>6.574.789</b>             | <b>6.794.301</b>             |

Fonte: IBGE (2010).

Organização: Tiago Veloso dos Santos.



Assim como em outras áreas que receberam projetos econômicos, as repercussões no plano regional, com a dinamização da economia local, trouxe mudanças na produção do espaço. Neste contexto, destaca-se a concentração da riqueza produzida na capital, que concentra quase 40% do PIB estadual, uma discrepância notável quando comparada aos outros municípios que compõem a região metropolitana. Nenhum deles, à exceção de São Luís, contribui com proporções significativas do PIB estadual (Tabela 10).

Tabela 10 - Região Metropolitana da Grande São Luís – Participação do PIB dos municípios (PIB a preço de mercado – R\$ 1.000,00)

| Municípios                              | PIB (R\$ 1.000) – 2007 | Participação Relativa (%) | PIB (R\$ 1.000) – 2010 | Participação Relativa (%) |
|---|------------------------|---------------------------|------------------------|---------------------------|
| São Luís                                | 12.272.006             | 38,83                     | 17.915.048             | 39,59                     |
| São José do Ribamar                     | 365.003                | 1,15                      | 538.180                | 1,19                      |
| Paço do Lumiar                          | 195.630                | 0,62                      | 336.915                | 0,74                      |
| Bacabeira                               | 98.516                 | 0,31                      | 117.822                | 0,26                      |
| Rosário                                 | 94.026                 | 0,30                      | 145.548                | 0,32                      |
| Santa Rita                              | 72.644                 | 0,23                      | 106.281                | 0,23                      |
| Raposa                                  | 67.943                 | 0,21                      | 107.908                | 0,24                      |
| Alcântara                               | 55.432                 | 0,18                      | 74.901                 | 0,17                      |
| Região Metropolitana da Grande São Luís | 12.221.200             | 41,83                     | 19.342.603             | 42,54                     |
| <b>Estado do Maranhão</b>               | <b>31.606.026</b>      | <b>100</b>                | <b>45.255.942</b>      | <b>100</b>                |

Fonte: Maranhão (2008; 2011).

Organização: Tiago Veloso dos Santos.

Elemento importante desse fenômeno de metropolização regional em São Luís é a relação da aglomeração com a mina de ferro de Carajás (Vicentini, 2004). Mesmo localizada no estado do Pará, a exploração econômica da mina de ferro imprimiu uma dinâmica territorial importantíssima para o oeste do estado do Maranhão, por meio do escoamento do minério de

---

ferro pela ferrovia de Carajás e pelo Porto de Itaqui. Trata-se da primeira grande ferrovia moderna na Amazônia, com 890 quilômetros de extensão, que atravessa parte do território da bacia amazônica, ligando a metrópole de São Luís, no litoral atlântico, à Serra dos Carajás, no sudeste paraense (Vicentini, 2004).

A dinâmica da porção oeste do estado acompanha, em grande parte, as políticas territoriais estabelecidas para o estado do Pará, responsável por uma dinâmica migratória intensa e pela constituição de uma fronteira de expansão capitalista, pela estruturação de uma sub-região conflituosa e de rápidas transformações sociais e econômicas, assim como por estimular o processo de metropolização verificado hoje em São Luís; daí reconhecermos essa parte do território como integrante da dinâmica regional amazônica. Em São Luís, percebe-se que há um diferencial em relação àquilo que acontece em Belém, uma vez que os elementos da cidade corporativa (Santos, 2005), associada aos grandes empreendimentos, fazem-se presentes na aglomeração.

Para além dos grandes empreendimentos e do porto conectado à ferrovia, a cidade cresce incorporando à sua malha urbana municípios vizinhos que passam a formar, mesmo que às vezes de forma descontínua, uma malha urbana única, posto que, no aspecto da formação do espaço intraurbano, é somente entre o final dos anos 1960 e os anos 1970 que a cidade adquiriu um traçado urbano mais complexo em relação à sua origem colonial. Seus limites se expandem, rompendo os obstáculos naturais representados pelos Rios Bacanga e Anil, e a partir dos anos 2010 conformando um espaço metropolitano em toda a área insular que compõem a Ilha de São Luís, formada pelos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José do Ribamar e Raposa, basicamente a conurbação que configura o espaço metropolitano atual.

## 7 Conclusões

Com base na demonstração dos argumentos inicialmente apresentados, é possível afirmar que as metrópoles em questão, Belém, Manaus e São Luís,

exercem influência distinta em cada uma destas três porções sub-regionais. O quadro geral dessa relação diferenciada entre as estruturas metropolitanas em Belém, Manaus e São Luís e seu entorno sub-regional oferece a compreensão desses aglomerados a partir de uma caracterização regional, pois assim é possível identificar, no âmbito das particularidades apresentadas, aspectos de diferenciação na configuração das três metrópoles a partir das consequências distintas das políticas de integração nacional e desenvolvimento regional implantadas na Amazônia desde os anos de 1960.

Uma primeira conclusão é a de que a metropolização é intensificada a partir dos processos de integração regional via grandes empreendimentos econômicos. A estrutura urbana das metrópoles é influenciada por essas dinâmicas regionais, que interagem com capitais internos às cidades, o que possibilita afirmar que, no caso amazônico, a dinâmica regional influencia de forma direta a produção dos espaços metropolitanos. O movimento de integração da região em uma dinâmica de fronteira, orientada pelo Estado brasileiro, não faz com que simplesmente as estruturas urbanas das metrópoles apresentem um padrão comum. Ao contrário, as particularidades metropolitanas assumem forma quando consideramos os distintos modos com os quais cada uma dessas referências teve o processo de metropolização induzido.

Em Belém, a execução de grandes projetos de desenvolvimento regional no interior da Amazônia Central indiretamente mobilizou a reestruturação urbana e a consequente metropolização do espaço. O papel de referência urbana na região, combinado aos movimentos de migração da força de trabalho advinda do encerramento do período de construção das obras, condicionou a sua estrutura metropolitana e a relação com a região.

Em Manaus, a metropolização foi induzida em virtude da implantação de uma Zona de Comércio combinada com um Polo Industrial moderno, elementos que dinamizaram a urbanização na Amazônia Ocidental, até então estabilizada no pós-período da economia gomífera. O núcleo industrial e as atividades comerciais propiciaram o estabelecimento de uma estrutura metropolitana concentrada.

Já em São Luís, a combinação de empreendimentos logísticos de grande porte com as frentes de trabalho advindas do interior da Amazônia Oriental

---

foram os elementos que possibilitaram a estruturação de um espaço metropolitano recente. A concentração dos objetos logísticos na cidade aponta para a concentração de capitais e população na capital. Mas o empobrecimento de boa parte da população e a valorização imobiliária induzem ao menos a uma tendência de conurbação com os municípios mais próximos.

Esses condicionantes regionais atuam em conjunto com as outras variáveis de estruturação do espaço metropolitano, mas podem ser visualizadas pelo perfil de assentamentos humanos, de alta ou baixa renda, da ocupação de tipo industrial, da lógica da circulação que essas cidades promovem e que articulam não somente o espaço intraurbano da metrópole, mas conectam todo o entorno sub-regional ao qual estão relacionadas, sendo, portanto, produto, condição e meio dessas realidades regionais.

## Referências Bibliográficas

- AB'SABER, A. A cidade de Manaus. In: AB'SABER, A. A. (Org.). *Amazônia: do discurso à práxis*. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 201-222.
- AMARAL, M. D. B.; SABINO, T. A. G. *A metrópole e a região na Amazônia: uma análise da centralidade de Belém* – DOI 10.5216/ag.v9i1.22674. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 138-162, 2014. Acesso em: 30 mai. 2024.
- AMAZONAS. *Perfil da Região Metropolitana de Manaus (2011-2012)*. Manaus: SEPLAN, 2013.
- BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, B. Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia (RBG)*. Rio de Janeiro, n. 47, 1985, p. 357-371, jul./dez. 1985.
- BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*. Brasília, n. 12, 2001, p. 135-159.
- BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia*: conferência. Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2004.
- BECKER, B.; STENNER, C. *Um futuro para a Amazônia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- BRIANEZZI, T. *O deslocamento do discurso sobre a Zona Franca de Manaus: do progresso à modernização ecológica*. 2013. 159f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira*. Manaus: EDUA, 2006.
- BURNETT, F. L. *Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão*. São Luís: EDUEMA, 2008.
- CASTRO, E. Processos de trabalho e relações de poder no Carajás. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 457-72.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

- FERREIRA, A. J. A. *O Estado e as políticas do urbano em São Luís*. 1999. 223f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- IBGE. Sistema IBGE de Recuperação de Dados. *Informações dos Censos demográficos brasileiros: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010*. Brasília: IBGE, 2010.
- LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.
- LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*, Natal, n. 39, p. 07-20, 2008.
- LIMA, M. C. Amazônia ocidental e geografia: região metropolitana de Manaus e BR-319 – território e meio ambiente. *Revista Geonorte*, Manaus, v. 1, n. 1, p. 47-70, 2010.
- LIMA, M. C. *Quando o amanhã vem ontem: a institucionalização da região metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia ocidental*. 2014. 290 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MACHADO, L. O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. *Cadernos IPPUR*, v. XIII, n. 1, p. 109-138, jan./jul. 1999.
- MONTE-MÓR, R. L. Outras fronteiras: novas especialidades na urbanização brasileira. In: MACHADO, L. O. *Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira*. *Cadernos IPPUR*, v. XIII, n.1, p. 109-138, jan./jul.1999.
- OLIVEIRA, J. A. *Espaços urbanos na Amazônia: visões geográficas*. Manaus: Valer, 2011.
- OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. C.; TAVARES, M. G. C. (Org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-26.
- OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, E. (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Anablume, 2009. p. 13-39.

- PARÁ. *Produto interno bruto dos municípios do Pará: 2010*. Belém: IDESP, 2012a.
- PARÁ. *Produto interno bruto Municipal: 2011*. Belém: IDESP, 2012b.
- RIBEIRO FILHO, V. Novas centralidades em Manaus. In: OLIVEIRA, J. A. (Org.) *Espaços urbanos na Amazônia: visões geográficas*. Manaus: Valer, 2011. p. 71-89.
- RIBEIRO JÚNIOR, J. R. *Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991*. São Luís: Fundação Municipal de Cultura, 1991.
- RIVAS, A.; MOTA, J.; MACHADO, J. A. C. *Impacto virtuoso do Polo Industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica: discurso ou fato?* Manaus: Instituto PIATAM, 2009.
- SANTOS, M. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, Tiago Veloso dos. *Metrópole e região na Amazônia: dinâmicas regionais, estruturas metropolitanas e políticas de planejamento e gestão em Belém, Manaus e São Luís*. 2015. 271f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.
- SANTOS, Tiago Veloso dos; SOUSA, Isaque dos Santos. *Uma Amazônia metropolitana: urbanização regional e metropolização do espaço em Belém, Manaus e São Luís*. Belém: Amazônica Bookshelf, 2021.
- SOUSA, I. S. Grandes projetos na Amazônia: mudanças e perspectivas na produção do espaço urbano em Iranduba – AM. *Acta Geográfica*, Rio Branco, ed. especial: Cidades na Amazônia Brasileira, p. 71-80, 2011.
- SOUSA, I. S. A produção de centralidades urbano-regionais no estado do Amazonas. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 1-7, jun. 2011.
- SOUSA, I. S. *A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital*. 2013. 249f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

- 
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. 1998. 394f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. *Revista Geografares*, Vitória, v. 1, n. 1, jun. 2000.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 26, p. 177-194, 2006.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*, São Paulo, n. 50, p. 13-138, set./mar. 2010a.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *Revista Cidades: Brasil urbano, desafios e agendas*, v. 7, n. 12, p. 227-255, 2010b.
- VELOSO, T.; TRINDADE JÚNIOR., S. C. C. Dinâmicas sub-regionais e expressões metropolitanas na Amazônia brasileira: olhares em perspectiva. *Revista Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 17, n. 1, p. 177-202, 2014.
- VICENTINI, Y. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: UFPR, 2004.

### **Tiago Veloso dos Santos (IFPA)**

Geógrafo e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2010). Doutor em Desenvolvimento Sustentável pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e pesquisador associado ao Núcleo de Pesquisa Urbana e Regional da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Editor do *podcast* Amazônia Urbana.



## Capítulo 11

### Uma Cidade Ribeirinha-Costeira do Salgado Paraense: mudanças e permanências socioespaciais intraurbanas em Maracanã (PA)

---

*Valter Pinheiro da Costa e  
Márcio Douglas Brito Amaral*

#### Introdução

A cidade de Maracanã (PA) surgiu dos primeiros acessos realizados pelos colonizadores europeus na Amazônia, por meio do espaço costeiro do Salgado Paraense, na conquista e defesa do território contra invasores, o que resultou na formação de núcleos de povoamento na desembocadura dos rios. A rota pelo mar, embora perigosa e demorada, tinha importância considerável, contribuindo para que surgissem pequenos núcleos, os quais, posteriormente, se constituíram cidades (Égler, 1961).

O contexto amazônico, atualmente, revela uma complexidade territorial e uma difusão urbana impulsionada por propostas de desenvolvimento que intensificaram/intensificam os fluxos e os fixos por meio de dinâmicas territoriais, que imprimem mudanças nas formas e no conteúdo das cidades. No entanto, o mundo amazônico possui suas particularidades e especificidades que permanecem e se refazem em diferenças e resistências que se manifestam para além das formas, permeando as instâncias econômica e sociocultural (Trindade Jr., 2015; Oliveira, 2001).

Nesse sentido, Maracanã, uma cidade de origem atrelada ao padrão de organização do espaço amazônico rio-várzea-floresta (Gonçalves, 2015), teve sua realidade envolvida ao longo do tempo por diferentes processos de “modernização”<sup>49</sup> territorial. Porém, ainda tem sua dinâmica econômica ligada ao passado e as vias flúvio-marítimas, revelando a articulação da cidade com uma temporalidade não totalmente assimilada pelas novas atividades e modos de vida implantados mais recentemente, manifestando impactos e resistências, conferindo um caráter híbrido ao espaço.

Diante disso, propõe-se como debate as repercussões decorrentes da reestruturação do espaço amazônico após 1960, e seus rebatimentos na articulação cidade-rio e o espaço costeiro. Assim, analisa-se mudanças e permanências socioespaciais que se manifestam na relação da cidade de Maracanã com o rio e o espaço costeiro, face às dinâmicas territoriais<sup>50</sup> das estradas, da modernização pesqueira, do turismo e das Unidades de Conservação (UC).

Para alcançar seu objetivo, esta análise utilizou pesquisas bibliográficas, documentais, e trabalhos de campo. Assentou-se no método regressivo-progressivo e na teoria lefebvriana da produção social do espaço (Martins, 1996; Lefebvre; 1974) aplicando-a aos estudos da “urbanodiversidade”<sup>51</sup> regional (Trindade Jr., 2010, p. 235).

---

49 Refere-se a ideais vinculados a projetos de desenvolvimento com discurso de modernizar sociedade e espaço. Porém, tais ideais têm como objetivo principal o controle econômico e social que atende aos interesses de determinados grupos em detrimento da parcela mais carentes da população. Nesse sentido a promessa de modernização passa a ser uma máscara (Cyrino, 2021).

50 São mudanças que ocorreram e ocorrem no espaço geográfico, podendo ser de curta ou de longa duração. Resultam de interesses e projetos de atores privados, de projetos coletivos da sociedade civil e/ou do Estado (Piraux, et al., 2019).

51 Termo que indica a existência de diversos tipos de cidades, múltiplos tipos de urbanização decorrentes de um único processo de desenvolvimento desigual e combinado do capital. Além disso, revela formas mistas de espaços que indicam a hibridização de relações marcadas por contatos e resistências em face de processos de diferentes naturezas, o que faz considerar a pluralidade de tempos e de espaços (Trindade Jr., 2012; 2010).

A discussão está organizada em três momentos. O primeiro é uma breve aproximação ao perfil de cidade ribeirinha-costeira por meio das características da cidade de Maracanã (PA). No segundo momento, analisa-se as mudanças e permanências socioespaciais na frente/orla onde se encontram relações e objetos que revelam tempos que presidiram o espaço regional amazônico. E, no terceiro momento, investiga-se dois bairros, com forte presença das características ribeirinhas-costeiras, face às transformações socioespaciais urbanas.

#### 1 Uma cidade ribeirinha-costeira com fluxo bimodal de transporte

Uma autêntica cidade ribeirinha é um lugar geográfico imbuído de significado pela população local, uma tipologia de lugar onde existe um vínculo discernível entre os moradores e o espaço físico. Assim, para que uma cidade seja de fato ribeirinha, deve haver evidência de algum apego comunitário orientado para o rio, de modo que este faça parte da identidade da comunidade e não apenas apresentar-se como uma forma espacial na paisagem, pois um rio pode atravessar o coração de uma cidade e permanecer ignorado por seus moradores (Rice; Urban, 2009).

Nesse sentido, a cidade de Maracanã manifesta o perfil de cidade ribeirinha por ter fortes interações com o rio e com as comunidades em seu entorno, além disso possui particularidades importantes, incluindo as relacionadas à sua localização, que a diferencia de outras cidades ribeirinhas analisadas na Amazônia. A localização absoluta, embora não seja um elemento determinante para definir cidades ribeirinhas, não deixa de ser um atributo fundamental nesse processo.

Logo, a localização absoluta é uma característica que proporciona a Maracanã condições fisiográficas diferenciadas de outras cidades localizadas às margens de rios, as quais, embora consideradas ribeirinhas, não experienciam a dinâmica flúvio-marítima, como é o caso das cidades de: Baião, Mocajuba e Cametá, às margens do Rio Tocantins (Lima, 2010; Malheiros e Trindade Jr., 2009); Santarém, banhada pelo rio Tapajós (Trindade Jr., 2012) e Vitória do Xingu, às margens do Rio Xingu (Cornélio, 2021).

---

Maracanã, por sua vez, situa-se às margens da baía formada pelo encontro das águas de seu rio principal denominado Maracanã, das águas do Rio Caripí e das águas do Oceano Atlântico, no espaço costeiro do Salgado Paraense. Essa particularidade intrínseca à sua localização absoluta possibilita a cidade estar inserida em uma dinâmica flúvio-oceânica-estuarina, na qual se dá a coexistência de espécies de pescados de águas doce e salgada, com predomínio de uma ou de outra dessas espécies em determinada época do ano (Melo, 2020).

Além disso, Maracanã também se destaca por possuir em seu entorno uma “floresta de mangue” que faz parte da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Maracanã, com árvores de grande porte, típica da costa Atlântica. Essa floresta é recortada por rios e canais de águas escuras e tranquilas, que servem como fonte de recurso para a reprodução da existência da população ribeirinha-costeira local e como refúgio para procriação de diversas espécies de crustáceos, peixes, moluscos, aves marinhas, etc. (Menezes; Mehlig, 2009, p. 35).

Desse modo, a localização absoluta da cidade em questão, o enraizamento da expressão cultural presente na microrregião do Salgado, como: as lendas, a dança e as músicas de carimbó, o artesanato, a pintura, a pesca de curral, a extração do caranguejo uçá, do mexilhão, do turu, do sarnambi, etc., são particularidades que, em conjunto com as características relacionais e relativas do espaço (Harvey, 1980), contribuem para a identificação de Maracanã como uma cidade ribeirinha-costeira. Esses são apenas alguns atributos, entre tantos, que, de forma individual, conferem um sentido particular à cidade de Maracanã. Porém, quando analisadas em conjunto, contribuem para identificar Maracanã como uma cidade inserida na dinâmica dos rios, oceânica e estuarina no espaço costeiro, revelando a urbanodiversidade regional.

Logo, Maracanã enquanto cidade ribeirinha-costeira pertence a uma tipologia de cidades com traços de “urbanização tradicional” (Becker, 1990), que até a década de 1960 eram as mais comuns na região amazônica, e se utilizavam primordialmente dos fluxos dos rios. Porém, foram instalados na

região elementos de uma psicosfera<sup>52</sup> e de uma tecnosfera<sup>53</sup> representados por leis, regra, normas e objetos espaciais geográficos (ferrovias, estradas, etc.) que reordenaram o sistema de fixos e os fluxos no território, gerando diversos padrões de urbanização coexistentes.

No bojo dessas transformações, cidades passaram a ter caráter híbrido, realizando também a interação de modais de transportes (Cornélio, 2021). Desse modo, Maracanã agregou objetos espaciais/geográficos/urbanos que permitiram sua conexão com outros lugares tanto por via flúvio-marítima quanto por meio de rodovias (Pereira, 2007).

Além do caráter bimodal de transporte que dinamiza Maracanã, outras dinâmicas, como a modernização pesqueira, as Unidades de Conservação (UC) e o turismo, também impactam e são impactadas pela dinâmica ribeirinha-costeira da cidade. Isso ocorre por conta do processo e das condições de produção espaço-temporal inicial da cidade, que proporcionaram ao rio e ao porto no espaço costeiro circunstâncias que possibilitaram relações comerciais, sociais e culturais que coexistem e resistem na realidade presente.

## 2 Mudanças e permanências na orla da cidade: O porto, a feira e a avenida que segue o traçado das águas flúvio-marítimas

A evolução do espaço urbano de Maracanã deu-se a partir da sua origem beira-rio, de modo que as primeiras ruas definem um padrão de estruturação urbana, o qual tem como referência principal a via flúvio-marítima, isto é, a baía do Rio Maracanã. Trata-se do padrão de estruturação/organização intraurbano ribeirinho (Trindade Jr. Silva e Amaral, 2008, p. 37), que, na cidade em análise, ocorre no espaço costeiro.

---

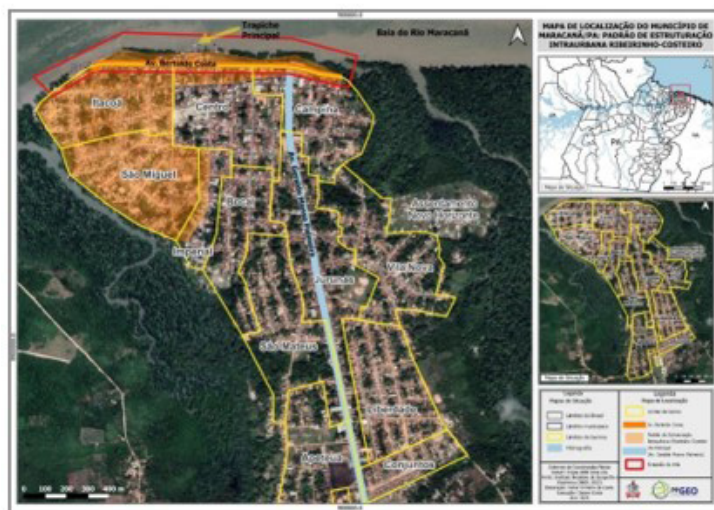
52 Ideias, crenças paixões e lugar de produção de um sentido, que fornecem regras à racionalidade ou estimula ao imaginário. A psicosfera apoia, acompanha e por vezes antecede a expansão do meio técnico científico (Santos, 2014, p. 256).

53 São locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar, sua dimensão e suas leis têm dimensões bem mais amplas e mais complexas (Santos, 2014, p. 256).

Desse modo, apropriando-se da definição de padrão de estruturação intraurbano ribeirinho, que resultou de um ordenamento territorial simples na Amazônia, anterior a 1960 (Trindade Jr., 2010), identificou-se em Maracanã um conjunto de objetos espaciais/geográficos característicos do padrão mencionado: o porto principal da cidade, o trapiche municipal, a feira da cidade, uma rua principal adjacente ao rio no espaço costeiro (Avenida Bertoldo Costa), o Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional. Além desses, identificou-se dois assentamentos humanos, os bairros Itacoã e São Miguel.

O mapa a seguir contribui para a compreensão do recorte de análise onde se localiza os objetos espaciais/geográficos mencionados anteriormente, os quais representam o padrão ribeirinho <sup>54</sup> costeiro.

Mapa 1: Padrão de estruturação intraurbano ribeirinho no espaço costeiro da cidade de Maracanã/PA: frente/orla, bairros Itacoã e São Miguel



Fonte: Costa e Costa, 2023.

54 O padrão ribeirinho tem como referências principais de sua organização as vias fluviais (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008).

A partir da observação do Mapa 1, denota-se que, partindo da origem beira-rio, ponto de contato da cidade com as águas flúvio-marítimas, depara-se com o porto principal de Maracanã, na frente costeira da cidade, onde encontram-se, entre outros elementos espaciais, Áreas de Preservação Permanente (APPs), fundamentadas na definição da Lei 12.651/2012, de 25 de maio de 2012 – área protegida, coberta por vegetação nativa de mangues, com função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Com a instituição da Reserva Extrativista (RESEX) em Maracanã, estabeleceram-se regras relacionadas ao ordenamento e planejamento territorial, aos usos e manejos dos recursos pesqueiros, aos tipos de apetrechos e instrumentos de pesca permitidos, etc. (ICMBIO, 2018). Assim, as normas estabelecidas nas Unidades de Conservação (UC) implicaram mudanças, tanto na questão fundiária quanto no uso/consumo dos recursos, o que causou alterações na relação sociedade-natureza. Desse modo, na realidade atual, existe a necessidade de instruir as populações que vivem no entorno de UC para que suas ações não inflijam a nova legalidade estabelecida (Hondá; Sobrinho, 2018), sendo necessário campanhas de educação ambiental.

No porto principal, na frente costeira da cidade, identifica-se quatro áreas tradicionais conhecidas como: porto do Itacoã, Trapiche municipal, porto do Tiro-e-Queda e porto do Botelho. No passado, os espaços nas proximidades do Rio Maracanã presenciaram o contato entre colonizadores e nativos no século 17, quando se deu início a primeira fase da formação urbana de Maracanã, considerada nesta análise entre 1613 e 1850, nesta ocorreu o aldeamento/povoamento, 1613-1689; a instituição de freguesia, 1700; Vila de Cintra, 1755 e município de Cintra, 1833 (Paixão, 2007, Barbosa, Bentes e Raiol (2019), Trindade Jr. (2015), Corrêa (1987).

As quatro áreas no porto principal, mencionadas anteriormente, são “espaços de vivências ribeirinhas”<sup>55</sup> (Trindade Jr., 2012, p. 178), costumei-

---

55 Espaço de vivências ribeirinhas é o “espaço (...) onde a interação de agentes e grupos locais com o rio é mais intensa e multidimensional – e de fluxos que marcam a organização intraurbana atual” (Trindade Jr., 2012, p. 178).

---

ramente utilizados como pontos de encontros e desencontros de usuários cotidianamente. São lugares em que a população ribeirinha-costeira costuma produzir e ressignificar sua cultura, enquanto produção material e imaterial (Vesentini, 2015), fabricando canoas, barcos, utensílios de pesca, enraizando costumes, valores e etc. Nesses espaços se faz presente o saber local, que é transmitido de geração a geração, por meio da oralidade (Fernandes; Fernandes, 2015, p. 132).

O saber local representa permanência e resistência à imposição de um suposto caminho unívoco para o conhecimento (Mato, 2008) e para o desenvolvimento (Camargo, 2009), característico de pensamentos dominantes pautados em lógicas externas que não consideram as particularidades da região nos planejamentos urbanos. Desse modo, as áreas identificadas no porto principal na frente costeira da cidade não são somente locais onde se guardam embarcações amarradas em “moirões” – hastes de madeira fixas no solo – mas também são espaços de produção da cultura ribeirinha-costeira amazônica.

No porto principal da cidade de Maracanã encontram-se vários trapiches/pontes que possuem uma importância diária para seus usuários, como ponto de contato/fluxo entre o rio e a cidade. Esses trapiches são particularidades ribeirinha às margens da baía do Rio Maracanã no espaço costeiro. “São lugares de passagem e de trocas de experiências” (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008, p. 36). Além disso, são estruturas para o embarque e desembarque de passageiros, produtos regionais e industrializados que chegam e/ou seguem cotidianamente para diversas localidades ribeirinhas, para comunidades próximas aos fluxos rodoviários intramunicipais e para outras cidades.

Maracanã tem experimentado um processo de transformação na frente/orla da cidade, onde o poder público tem investido na construção de diversos objetos espaciais: o novo Mercado Municipal de Peixes e novos locais de lazer, representados nas figuras 5 e 6 a seguir:





Figura 5: Novo Mercado Municipal de Peixes na frente/orla de Maracanã/PA.

Fonte: Trabalho de campo, mai. 2023.



Figura 6: Revitalização da frente/orla de Maracanã/PA: novos espaços de lazer.

Fonte: Trabalho de campo, jan. 2023.

Essas mudanças têm ocorrido por meio de espaços planejados pela gestão pública, são “espaços concebidos”<sup>56</sup> (Lefebvre, 1974) na frente/orla da cidade, onde, embora tenham ocorrido transformações, a presença marcante da cultura ribeirinha-costeira continua se manifestando, tanto nas formas como no conteúdo da cidade. Os novos locais de lazer na frente/orla foram construídos a beira-rio no espaço costeiro, materializando uma estrutura

---

56 Os espaços concebidos são as representações do espaço, é o espaço do planejamento, do poder público e das ações de ordenamento espacial. É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). (Lefebvre, 1974).

---

moderna que enaltece a paisagem, tornando-a atrativa tanto para a população local quanto para os turistas.

Essa revitalização de espaços na orla da cidade de Maracanã caracteriza ações do poder público, que também são identificadas em outras cidades do Salgado Paraense, como Curuçá, Marapanim e Salinópolis. Nestas cidades, os investimentos ocorreram em diferentes proporções com finalidades que também envolvem a prática turística (Santos; Costa, 2021).

Em Maracanã, o turismo é uma atividade que promove a relação da cidade com diferentes escalas no espaço, principalmente, com seu entorno próximo e a região. Tanto a cidade quanto suas localidades costeiras possuem atrativos para o lazer, como: orla, igarapés, rios, praias, lago, Unidades de Conservação (UC), manifestações culturais, etc. Porém, segundo a FAPESPA, vários desafios devem ser superados, entre eles: edificações históricas abandonadas, Secretaria Municipal de Turismo inexistente e Conselho Municipal de Turismo não implantado (Pará, 2023). Além disso, é necessário haver maior inclusão ou reconhecimento das demandas da população local nos projetos voltados para o desenvolvimento do turismo.

Segundo a opinião de moradores e/ou usuários, os novos espaços de lazer na orla de Maracanã têm atraído a visita da população local à frente costeira da cidade para “apreciar a paisagem”; “pegar um vento”; “esfriar a cabeça”; “bater um papo”; “trocar umas ideias”, além disso “fica no caminho pra feira”; “é o lugar da caminhada pela manhã ou à tarde”; “é o lugar do encontro e do desencontro”. “Ah! É também o lugar de olhar a regata de São Miguel Arcanjo, o padroeiro da cidade” (Moradores e usuários da orla da cidade de Maracanã/PA, 2023). Analisa-se, a partir dessas opiniões e da dinâmica cotidiana da cidade de Maracanã, que a dimensão do vivido (Lefebvre, 1974) pela população ainda existe e resiste nas formas e no conteúdo dos novos espaços.

Nesse sentido, observa-se, na figura 7 a seguir, um objeto espacial na forma de uma canoa a vela com letras formando o nome Maracanã. Pode-se interpretar que o referido objeto espacial se trata de uma espécie de monumento caracterizando a cidade ribeirinha-costeira por meio de um símbolo do transporte flúvio-marítimo e instrumento de trabalho utilizado pelo pescador artesanal. Na figura 8, percebe-se usuários na margem da baía



Figura 7 - Letreiro na frente/orla da cidade. Local de lazer próximo à praça São Miguel Arcanjo.

Fonte: Trabalho de campo, out. 2022.



Figura 8 - Moradores e usuários na frente/orla da cidade assistindo a regata de São Miguel Arcanjo.

Fonte: Trabalho de campo, out. 2022.

do Rio Maracanã prestigiando a regata do padroeiro São Miguel Arcanjo, tradição que ocorre todos os anos no mês de setembro.

Esse contexto revela a dialética da produção do espaço transformado pela chegada do novo, mas sem eliminar totalmente as permanências que se manifestam para além da paisagem, por meio dos costumes, valores e modos de vida da população ribeirinha-costeira. Assim, ainda que as formas e conteúdos se modifiquem, são dotadas de outras dimensões e significados, sem eliminar totalmente as características ribeirinhas-costeiras maracanaense, que coexistem contrastando diversos elementos no espaço (Oliveira, 2001).

No porto principal, na frente/orla da cidade, observa-se outros objetos espaciais/geográficos que fazem parte da paisagem: o mercado municipal de peixe sobre as águas da baía do Rio Maracanã (Figura 9 a seguir), o trapiche/ponte público(a) e as embarcações de pesca próximos ao cais de arrimo (Figura 10). São objetos característicos de um “espaço de vivência ribeirinho” (Trindade Jr., 2012, p. 178) costeiro.

É possível perceber no terceiro plano da Figura 9, citada anteriormente, a torre de telefonia, elemento que representa mudança relacionada às que ocorreram a partir de 1960 no contexto amazônico e alcançaram as cidades ribeirinhas-costeiras. A torre de telefonia foi por muito tempo o objeto visualizado à distância pelas embarcações, e indicava que a cidade estava próxima, como relata Oseias, profissional das águas, de 60 anos de idade, dos quais 40 anos foram de experiência na pesca: “Era costume falar quando já

estávamos próximo a cidade: lá está a torre, já vamos chegar em Maracanã!” (Pescador aposentado, 2023).

Esse tipo de objeto espacial/geográfico não é mais o único elemento a anunciar a chegada à cidade ribeirinha-costeira de Maracanã, pois com o avanço de tecnologias ocorreram mudanças, então, tornou-se possível receber chamadas e mensagens pelos aparelhos celulares, cujos sinais à longa distância, em meio a viagens de barcos no espaço costeiro, indicam que a cidade está próxima (Trindade Jr., 2021), e que as permanências coexistem com mudanças.

A feira também é um importante elemento característico do padrão ribeirinho-costeiro, que revela a diversidade sociocultural e econômica maracanaense (Figura 11). É espaço vivido e percebido (Lefebvre, 1974) por seus usuários. É o local da prática comercial de diversos produtos regionais: mariscos, pescados, frutas diversas, urucum, jambu, derivados da mandioca, como a farinha, a goma e o tucupi, etc.



Figura 11: Feira da cidade ribeirinha-costeira de Maracanã. Fonte: Trabalho de campo, out. 2022 e mai. 2023.

A feira é uma das principais atividades da cidade de Maracanã, abastece a população local e proporciona ocupações a grande parte da força de trabalho existente no município. Segundo o relato de Costa, morador nativo da cidade, de 82 anos, “a feira se desenvolve próximo ao trapiche público desde o período anterior a 1960” (Costa, morador da cidade, 2023). Por se articular diretamente ao porto, a feira da cidade de Maracanã é ponto de referência para o fluxo de mercadorias e passageiros, pois, próximo ao trapiche, no entorno da feira, pode-se ter acesso tanto aos transportes flú-

vio-marítimos, quanto aos que circulam pela rodovia, indicando o caráter bimodal da cidade. Seguindo para o entorno da feira, avança-se em direção a outro objeto espacial/geográfico que caracteriza a permanência do padrão de estruturação espacial ribeirinho-costeiro em Maracanã. Esse elemento trata-se de uma primeira rua, denominada Avenida Bertoldo Costa, cuja configuração espacial segue o traçado do rio no espaço costeiro. Determinados trechos dessa primeira rua recebem outras denominações além de Avenida Bertoldo Costa, como: Beira-Mar e Barão do Rio Branco.

Nessa avenida, encontram-se distribuídos objetos geográficos que indicam mudanças e permanências socioespaciais em suas formas e/ou funções. Então, a partir da feira e da primeira rua, percebe-se o desdobrar do Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional, que se constitui de atividades econômicas formais e informais, para as quais o rio e o espaço costeiro continuam sendo tão importante quanto no passado, embora as rodovias, no momento atual, sejam as vias mais utilizadas para o transporte de mercadorias e passageiros.

A segunda fase, referente à formação do espaço urbano de Maracanã, iniciou-se a partir de 1850, estendendo-se até 1960, e vivenciou os momentos em que a cidade passou a ser denominada Cintra (1885) e quando a cidade voltou a se chamar Maracanã (1897). Logo, nessa segunda fase de formação urbana, anterior a 1960, Maracanã torna-se oficialmente uma cidade (Paixão, 2007; IBGE, 1957). Alguns dos prédios antigos da cidade remontam essa



Figura 12- Prédios antigos no bairro da Campina, época em que Maracanã se denominava Cintra (PEREIRA, 2007).

Fonte: Trabalho de campo, out. 2022.



Figura 13- Casarão antigo com azulejos do Período colonial (Paixão, 2007), coexistindo com prédio do período atual. Fonte: Trabalho de

campo, jul. 2022.

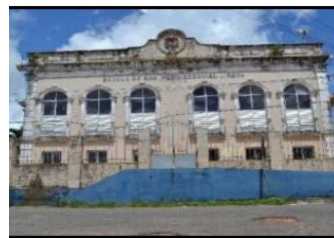


Figura 14- Prédio antigo com traços barrocos (Paixão, 2007).

Fonte: Trabalho de campo, jul. 2022.



---

segunda fase de formação urbana de Maracanã, os quais podem ser observados nas Figuras 12, 13 e 14, em que o padrão de apropriação e circulação ribeirinha ainda predominava na região amazônica.

Esses prédios permanecem na paisagem local, na primeira rua (Avenida Bertoldo Costa), coexistindo com outros prédios mais recentes. São objetos espaciais que têm passado por alterações em suas formas e funções ao longo do tempo, mas ainda representam momentos da produção do espaço urbano maracanaense, anterior a 1960.

Esses casarões vêm perdendo a originalidade da arquitetura tradicional por meio de restaurações com técnicas de construção civil moderna (Paixão, 2007; Pereira, 2007). Alguns desses prédios antigos existentes na cidade são descaracterizados, cada vez mais, de sua arquitetura histórica por meio de reformas que não priorizam o padrão original, fato que urge por atitudes de resistência que instiguem a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade.

É importante destacar que, no desenrolar da fase de formação urbana de Maracanã que ocorreu entre 1850-1960, o próprio nome da cidade sofreu mudanças: Vila de Cintra, 1755; município de Cintra, 1833; cidade de Cintra (1885). Porém, houve resistências para que a cidade, em 1897, fosse novamente chamada pelo topônimo Maracanã, que teve origem na cultura indígena nativa (Pereira, 2007; IBGE, 1957).

No período de 1850 a 1960, no contexto regional amazônico, ocorreu o *boom* da borracha entre 1850 e 1920, que impulsionou um novo modal de circulação para a região, a ferrovia Belém-Bragança. Embora nesse momento o padrão predominante de circulação na Amazônia ainda fosse o dendrítico, passou a alterar-se em suas bordas tornando-se misto, dando origem a um novo padrão de ordenamento territorial denominado “dendrítico retangular” (Trindade Jr., 2015).

Na escala local, até 1920 o transporte flúvio-marítimo em Maracanã era o único utilizado para ir à capital Belém, com a chegada da estrada de ferro Belém-Bragança em Igarapé-Açu, rasgou-se na mata de terra firme, em direção ao interior do continente, uma trilha partindo da sede Maracanã até o Rio Caripi, na parada Maracanã (Paixão, 2007). Esse trajeto foi utilizado pelos correios e telégrafos na implantação da rede telegráfica e foi transformado

em estrada de rodagem por volta de 1922 (Pereira; Paixão, 2007; Leandro e Silva, 2012; Rocha, 2015), tornando a cidade híbrida de vias de transportes, gerando mudanças intraurbanas.

No período após 1960, a dinâmica urbana se intensificou na Amazônia e, conseqüentemente, a configuração e as paisagens urbanas foram mais influenciadas pelos fluxos das estradas com a abertura da Belém-Brasília, objeto urbano que desencadeou mudanças nas relações e na organização socioespacial por todo o nordeste paraense (Barbosa, Bentes e Raiol, 2019). Assim, Maracanã foi consolidando a condição de cidade híbrida, definindo seu “caráter bimodal” de transportes (Cornélio, 2021) com acesso e influências pelo rio no espaço costeiro e pela estrada. Desse modo, na escala local, iniciou-se a terceira fase da formação do espaço urbano de Maracanã, a partir de 1960 até os dias atuais, na qual predominou o fluxo rodoviário.

O prédio da casa São Pedro, localizado na primeira rua, a Avenida Bertoldo Costa, próximo à feira em Maracanã, é uma permanência socioespacial que representa a transição do período anterior a 1960, no qual houve predomínio do padrão de circulação e organização socioespacial ribeirinho na Amazônia, para o período posterior a 1960, com maior influência das estradas.

A casa São Pedro foi construída com investimentos econômicos de Galliano Cei, filho de imigrantes italianos, nasceu em Belém e chegou a Maracanã em 19 de agosto de 1952. Este estabelecimento foi uma referência comercial na região do Salgado Paraense entre as décadas de 50 e 60, especializado na venda de uma grande variedade de produtos de farmácia, tecidos, rádios, bicicletas, artigos para caça e pesca, combustível, etc. (Pereira, 2007).

Atualmente, a casa São Pedro (Figura 15 a seguir) pertence a outro proprietário, e, embora tenha passado por alterações em sua forma original, ainda permanece com a mesma função de sua origem, no período anterior a 1960 (figura 16), de casa comercial e de residência (Pereira, 2007). Desse modo, a casa São Pedro ainda é resíduo espacial (Lefebvre, 2001) de uma urbanização tradicional intrínseca ao padrão de organização e circulação ribeirinho que predominou até 1960 na Amazônia. Além disso, esse estabelecimento comercial representa mudanças relacionadas ao período posterior

a 1960, marcado pela intensificação e predomínio da influência das estradas no contexto amazônico.



Figura 15 - Prédio atual da casa São Pedro.  
Foto: Trabalho de campo, mai. 2023.



Figura 16- Casa São Pedro em construção (1956). No detalhe, caminhão pau-de-arara que fazia o transporte de passageiros e cargas para Belém. Fonte: Pereira, 2007.

Outro prédio antigo, localizado próximo à feira e ao trapiche municipal, o qual funcionou na década de 60 do século 20, é uma usina de beneficiamento de arroz, outro empreendimento de Galiano Cei, cujo resíduo ainda se encontra na paisagem atual. Essa importante rugosidade espacial<sup>57</sup> marca, em Maracanã, o período de intensificação das estradas no contexto socioeconômico da região amazônica. Pode-se observar o referido prédio da usina como se encontra atualmente (Figura 17) e como era na década de 60 (Figura 18).



Figura 17- Prédio atual, em condições precárias, onde funcionou a antiga usina de arroz de Galiano Cei. Fonte: Trabalho de campo, mai. 2023.



Figura 18- Prédio onde funcionou a antiga usina de arroz de Galiano Cei. Fonte: Pereira, 2007.

57 Rugosidade espacial é o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares (SANTOS, 2014, p. 140).



Na época em que a usina estava ativa, a produção de arroz foi escoada, inicialmente, por Galliano Cei para Belém e Macapá, via rota flúvio-marítima, por meio de suas próprias canoas denominadas Oriente e Favorita. Posteriormente, a produção da usina foi transportada via rodovia. Galliano Cei comprava grande parte da produção agrícola no município: arroz, milho, feijão, fibra, etc. Após a desativação da usina de arroz, o prédio agregou várias funções comerciais sob a administração de outros proprietários e, no presente momento, encontra-se em condição precária.

Na Avenida Bertoldo Costa se localiza grande parte dos estabelecimentos do Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional de Maracanã, o qual tende a se expandir pelas ruas transversais/travessas, como está ocorrendo em maior intensidade pela travessa Ernesto Gomes, alcançando a segunda rua, a Avenida Magalhães Barata, significando alterações expansivas do CPCS tradicional a partir da frente/orla da cidade. Ressalta-se, ainda, que um subcentro comercial se fortalece às margens da Avenida Geraldo Manso Palmeira, trecho da rodovia PA-127, que corta a cidade de Maracanã em direção à orla.

Ainda na primeira rua encontram-se elementos que indicam mudanças no padrão ribeirinho-costeiro, os quais estão relacionados às mudanças que ocorreram a partir da intensificação da influência das estradas após 1960, como: o ponto dos transportes intramunicipais (ônibus da feira), que vêm de localidades rurais, e o ponto dos transportes intermunicipais (táxis-lotações e vans), transportes que articulam o fluxo de passageiros, mercadorias e serviços entre o rio no espaço costeiro de Maracanã e a metrópole Belém (PA).

A presença de motocicletas e mototaxistas, que dinamiza o fluxo e o tempo na cidade, se intensifica e se destaca na Avenida Bertoldo Costa, indicando mudanças e ocupando o espaço de circulação. Embora haja presença marcante de carros e motocicletas nessa Avenida, no horário de pico do movimento da feira pela manhã, nota-se que, pelo período da tarde e da noite, esse fluxo de veículos diminui consideravelmente.

Diante disso, pode-se perceber o processo de mudança acontecendo de modo que o fluxo do trânsito na cidade tem se tornado mais dinâmico em determinados locais e horários, porém encontra-se permanência de

---

um tempo lento, quando, por exemplo, se vê os pedestres ainda fazendo das ruas, e não necessariamente das calçadas, seu espaço de circulação (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008).

A formação urbana que inicialmente ocorreu em Maracanã a partir do rio no espaço costeiro, a qual já havia experimentado mudanças pela influência do funcionamento do primeiro ramal rodoviário a partir de 1922 (Pereira, 2007), passou por maiores transformações após 1960, com as mudanças econômicas e urbanas que ocorreram na região. Pois, com a intensificação das rodovias na Amazônia, houve a instalação de novos serviços urbanos em Maracanã, como a agência do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ) em 1967 (Furtado, 1987).

### 3 Bairros São Miguel e Itacoã: Forte presença da característica ribeirinha-costeira

Além do espaço da frente/orla da cidade, onde se encontram o porto, a feira e a primeira rua, identificam-se, nesta análise, como extensão do padrão de organização intraurbano ribeirinho em Maracanã, mais dois recortes espaciais, o bairro do Itacoã e o bairro do São Miguel. Esses revelam relações e objetos que caracterizam forte presença do padrão ribeirinho-costeiro, coexistindo com mudanças mais recentes.

O bairro do Itacoã em Maracanã é uma extensão da beira/orla da cidade. É um espaço onde a relação com o rio por meio da pesca tem permanecido enraizado. No passado, o bairro recebeu fortes incrementos da indústria pesqueira, por meio da construção de um Complexo Industrial inaugurado em 1959, que, por 40 anos, abrigou vários projetos, como: Empresa de Pesca e de Frigoríficos Paraense e Amazônico Ltda; Provimi da Amazônia S/A; Amazônia Pescados e Exportação Ltda (AMPEX) e seu último empreendimento, a Delmar Norte S/A (Paixão; Pereira, 2007).

O complexo industrial pesqueiro foi um objeto espacial/geográfico que também marcou o processo de transição do período anterior a 1960, com predomínio do caráter ribeirinho na Amazônia para o período pós-1960, quando, pela intensificação da influência das estradas na Amazônia, novos

equipamentos passaram a transformar os espaços intraurbanos das cidades ribeirinhas. Nesse sentido, Pereira (2007, p. 112) descreve a dinâmica que impulsionou a cidade de Maracanã no referido período de transição: “Por instantes, a cidade acordou com a sirene da fábrica, o vaivém dos operários, os barcos chegando do além mar e caminhões transportando o progresso”.

Desse modo, o complexo industrial pesqueiro (Figura 19) representou, na escala local, um reflexo da política de integração da região ao restante do país e, de maneira mais intensa, ao mercado mundial. Essa política moldou a dinâmica no espaço amazônico com a presença de grandes projetos econômicos, com bases logísticas próprias (Trindade Jr., 2015) a partir dos anos de 1950 e 1960. Isso ocorreu durante os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o Governo Militar, que optaram por abortar o projeto de integração via ferrovia, para colocar em prática a integração via rodovia (Castro *et al.*, 2019).



Figura 19- Delmar Norte S/A, 1982, último empreendimento que funcionou no prédio do Complexo Industrial pesqueiro em Maracanã/PA. Fonte: Pereira, 2007

Esse Complexo Industrial foi extinto e sua estrutura, destruída quase por completo, restando do prédio original somente alguns resíduos espaciais (Lefebvre, 2001), que foram reaproveitados e transformados em moradia. Em seu espaço atual, existem diversas residências que deram origem a um “padrão espontâneo”<sup>58</sup> (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008, p. 37) de estruturação/organização espacial intraurbano.

58 Padrão espontâneo é um padrão de estruturação/organização espacial que, embora se saiba que sua produção não é totalmente desvinculada à influência do controle do Estado

O bairro do Itacoã possui ruas pavimentadas e outros objetos espaciais/geográficos (fábrica de gelo, estação de rádio, lojas de eletrodomésticos, posto de combustível, etc). São atividades que se utilizam do fluxo rodoviário em suas relações socioeconômicas. Porém, direta ou indiretamente, também se relacionam com a população das comunidades ribeirinhas, o que realça a importância do rio no espaço costeiro, para seus empreendimentos.

Além disso, a forte relação com o rio ainda permanece no cotidiano por meio da prática da pesca artesanal, que tem seus produtos destinados tanto para a própria subsistência do pescador quanto para a obtenção do lucro. Nas figuras 20 e 21 a seguir, pode-se perceber objetos e ações relacionados à pesca artesanal no bairro de Itacoã, como atividade tradicional que absorve grande parte da força de trabalho na cidade de Maracanã.



Figura 20: Pescadores tecendo rede de pesca no porto Serejo Arcanjo, no bairro do Itacoã. Fonte: Trabalho de campo, jul. 2022.



Figura 21: Embarcações para pesca artesanal no porto do bairro do Itacoã. Fonte: Trabalho de campo, jul. 2022.

Igualmente ao bairro do Itacoã, São Miguel é outro bairro tradicional com fortes características ribeirinhas-costeiras que coexistem com mudanças mais recentes ocorridas em sua área intraurbana: assentamento humano recente, localizado no espaço do extinto campo de futebol do grêmio recreativo Ypiranga; construção de praça; pavimentação de ruas; intensificação de atividades econômicas, dentre as quais se destacam vendas de materiais para construção, depósito de gás de cozinha, etc. As características de uma cultura ribeirinha-costeira e de uma urbanização

---

e do interesse do capital. Esse padrão de assentamento revela traços mais recentes da estruturação da cidade, onde a sociedade teve sua participação direta na produção do espaço (Becker, 1990).

tradicional, anterior ao predomínio das rodovias na Amazônia, continuam enraizadas para além das formas, no cotidiano do bairro. Como exemplo, tem-se o nome do bairro, que faz uma homenagem ao padroeiro da cidade, São Miguel Arcanjo, cuja história, segundo Paixão (2007), remete-se ao ano de 1755, quando foi encontrada uma imagem desse santo no Rio Maracanã, em frente ao Sítio São Tomé, no espaço costeiro, por pescadores indígenas do aldeamento Maracanã. Esse acontecimento relaciona-se à primeira fase de urbanização considerada por esta pesquisa (1613-1850), quando, em 1755, o núcleo que deu origem à cidade de Maracanã foi elevado à categoria de Vila de São Miguel Arcanjo, reflexo da política de Marquês de Pombal na região amazônica.

A pesca artesanal é uma cultura ribeirinha-costeira bastante praticada pelos moradores do bairro São Miguel, como se observa nas figuras 22 e 23:



Figura 20: Pescadores tecendo rede de pesca no porto Serejo Arcanjo, no bairro do Itacoã. Fonte: Trabalho de campo, jul. 2022.



Figura 21: Embarcações para pesca artesanal no porto do bairro do Itacoã. Fonte: Trabalho de campo, jul. 2022.

O registro dessas cenas do cotidiano no bairro do São Miguel revela, para além dos objetos, as ações/interações dos sujeitos com atividades relacionadas à pesca e ao rio. São características de um modo de vida ribeirinho-costeiro que permanece no bairro e na cidade.

Além disso, no bairro do São Miguel localiza-se a sede da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Maracanã – AUREMA, um instrumento que pode ser usado para que o pescador artesanal usufrua de “autonomia”<sup>59</sup> (Souza, 2001, p. 106) sobre seus territórios tradicionais,

59 Fundamentada na concepção grega que se traduz no poder de uma coletividade se reger por si própria, por leis próprias. É o fundamento do desenvolvimento, entendido

---

cuja construção ocorreu, em grande parte, antes da existência da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Maracanã.

Embora a instituição de Unidades de Conservação tenha ocasionado mudanças na forma como os moradores devem usar os recursos do território tradicional; nas UC de uso sustentável do tipo Reserva Extrativista (RESEX), o espaço do pescador artesanal pode ser ampliado por meio do conselho deliberativo (Paula, 2019). Isso contribui para que a criação de UC não venha a se tornar apenas um mecanismo de controle nas mãos do Estado, para alienar a participação das populações tradicionais na busca por direitos, deixando-os invisibilizados (Quaresma, 2000), como ocorreu no passado, na região amazônica, na tentativa de fazer da pesca um instrumento do processo de “modernização”, valorizando a pesca industrial em detrimento do pescador artesanal (Cyrino, 2017).

Desse modo, a AUREMAR em Maracanã é uma possibilidade de resistência a favor da categoria de pescadores artesanais diante de forças que visam somente ao lucro, na intenção de se beneficiar dos recursos do território ribeirinho-costeiro e da força de trabalho dos pescadores. É nesse sentido que Souza (2001) aponta a importância da existência de autênticos movimentos sociais, como as associações, que fazem parte de um conselho gestor para provocar de toda maneira alterações dignas, para que ocorra mudança social dando consistência a uma sinergia transformadora que promova melhorias à sociedade.

#### 4 Considerações Finais

Maracanã é uma cidade ribeirinha-costeira, que a baía do Rio Maracanã não define apenas os seus contornos físicos, mas, “é por onde navega a economia, a cultura, os símbolos, os ritos, a experiência social” que se manifesta no espaço urbano dessa cidade. Nesse sentido, o Rio Maracanã no

---

como o processo de autoinstituição da sociedade em direção a mais liberdade e menos desigualdade (Souza, 2001).

espaço costeiro é meio de circulação, referência para o imaginário, recurso de sobrevivência, etc. (Malheiro; Trindade Jr., 2009, p. 4).

Embora Maracanã tenha passado por mudanças tornando-se uma cidade híbrida, reflexo de dinâmicas territoriais que se intensificaram ou surgiram no espaço amazônico após 1960, como as estradas, a modernização pesqueira, o turismo e as Unidades de Conservação (UC), a cidade ainda mantém uma forte relação com o rio e o espaço costeiro que se manifesta por meio de suas paisagens, de sua organização espacial, de seus costumes, de seus valores, de sua cultura e de sua economia.

Essas características revelam o modo de vida amazônico, dos povos localizados à margem de mananciais aquáticos, de onde emanam elementos materiais, imateriais e simbólicos. Nesse sentido, a cidade de Maracanã expressa uma “ribeirividade” costeira, que se traduz pelo modo de vida daqueles que têm a existência material e social relacionada ao mundo das águas, isto é, ao mundo das pescas, coletas, mariscagem, etc. (Rente Neto; Furtado, 2015). Mundo que deve ser considerado de modo solidário e equitativo nos planos, projetos e programas realizados pelo poder público.

## Referências Bibliográficas

- BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. In: \_\_\_\_\_.; MACHADO, L. O.; MIRANDA, M. (Orgs.). *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990. p. 131-144.
- BARBOSA, E. J. S.; BENTES, L.; RAIOL, R. K. S. Vigia de Nazaré (PA): organização socioespacial e a cidade, 1616 a 1960. In: NUNES, F. A.; KETTLE, W. O. (Orgs.) In: **Paisagens contam histórias**. 1. Ed. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2019, p. 47-78.
- BRASÍLIA. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**. Brasília: Congresso Nacional; Presidência da República, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 19 jan. 2023.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.
- CAMARGO, L. H. R. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, F. A.; SOARES, L. A. A. (Orgs.). **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009. p. 21-60.
- CARLOS, A. F. A. Henri lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **Geosp-Espaço e Tempo (online)**, v. 23, n. 3, p. 458-477, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163371>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- CASTRO, J. N. C. *et.al*. Da importância estratégica na economia colonial aos processos de fragmentação territorial no nordeste paraense: dinâmicas territoriais e reprodução do espaço rural no município de Maracanã (Pará/Brasil). **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 35, e, 32708, 2019. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/32708/31614>. Acesso em: 10 mai. 2022.
- CORNÉLIO, G. S. **A relação cidade e rio na Amazônia: mudanças e permanências em Vitória do Xingu/PA face a construção da UHE Belo Monte**.



- Orientador: Márcio Douglas Brito Amaral. 2021. 192f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- CYRINO, C. O. S. Modernização e segregação: a pesca artesanal no projeto nacional-desenvolvimentista. **Simbiótica**: revista eletrônica, v. 8, n. 1, p. 110-132, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/35435>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- ÉGLER, E. G. A zona bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 23, jul.-set., n. 3, p. 75-101, 1961.
- FURTADO, Lourdes de Fatima Goncalves. **Curralistas e redeiros de Maruda**: pescadores do litoral do Pará. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.
- FERNANDES, D. S; FERNANDES, J. G. S. “Experiência próxima”: saber e conhecimento em povos tradicionais. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 127-150, jan./jun., 2015.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: volume I. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2015.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HONDA, Y. F.; SOBRINHO, M. V. Análise das práticas de uso e ocupação humana da Área de Proteção Ambiental da Ilha de Algodão. In: COLÓQUIO ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE, 9; CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO, 2, 2018, Belém. **Anais do IX Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade (CODS) e II Congresso Brasileiro de Gestão (CBG)**. Belém: UNAMA, v. 9, 2018. Tema: Gestão dialogante e dialogada: formas, modelos e experiências. Eixo: Relações sociedade, Estado e mercado para o desenvolvimento, p. 313-324. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/1103>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Portaria nº 766, de 31 de agosto de 2018. Dispõe sobre regras comunitárias comuns e específicas para uso e manejo dos recursos naturais

- e pesqueiros para a gestão da Reserva Extrativista Maracanã no Estado do Pará e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 171, p. 43-45, 4 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-766-de-31-de-agosto-de-2018-39526968>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- LEANDRO, L. M. L.; SILVA, F. C. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no Estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 2, p. 143-174, 2012.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- \_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MALHEIRO, B. C. P.; TRINDADE JÚNIOR, S.C.C. Entre rios, rodovias e grandes projetos: Mudanças e permanências em realidades urbanas do baixo Tocantins (Pará). **História Revista**, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4852126>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Henri Lefebvre. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23.
- MELO, J. S. **Pequenas cidades e centralidades geográficas no Salgado Paraense**: uma análise a partir da pesca artesanal em Vigia, Curuçá e Marapanim. Orientador: Márcio Douglas Brito do Amaral. 2020. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- MATO, D. No hay saber “universal”, la colaboración intercultural es imprescindible. **Alteridades**, v. 18, n. 35, Ciudad de México, ene/jun, 2008. p.101-116. Disponível: <http://www.scielo.org.mx/pdf/alte/v18n35/v18n35a8.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- MENEZES, M. P. M.; MEHLIG, U. Manguezais: as florestas da Amazônia costeira. **Ciência Hoje**, v. 44, n. 264, p. 34-39, 2009. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/Biologia/Artigos/manguezais.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Biologia/Artigos/manguezais.pdf). Acesso em: 1 mar. 2023.

- OLIVEIRA, J. A. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 199-213.
- PIRAUX, M. *et.al.* A relação entre diversidade espacial e diversidade da agricultura familiar no território Baixo Tocantins. In: SIMÕES, A. *et. al.* (Orgs.). **Reinvenções territoriais: diversidade e aprendizagem sociais**. Belém: NUMA/UFPA, 2019, p. 43-76.
- PAIXÃO, E. N. **Maracanã: meu encanto**. 2. Ed. S/L: S/E, 2007.
- PEREIRA, S. M. **Reverendo Caminhos: a saga maracanaense**. Belém: Rocha Gráfica e Editora, 2007.
- PAULA, C. Q. O Estado como promotor da modernização que avança sobre os territórios tradicionais das comunidades de pescadores artesanais. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 7, n.13, p.85-106, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12544>>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO. **Inventário da oferta turística município de Maracanã/PA. 2023d**. Disponível em <<https://setur.pa.gov.br/sites/default/files/maracana.pdf>> . Acesso em: 3 jun. 2023.
- QUARESMA, H. D. A. B. Unidades de conservação, pescadores e turismo: a experiência da Área de Preservação Ambiental Algodoal/Maiandeuá – PA. **Papers do NAEA**, n. 134, p. 1-13, 2000.
- RENTE NETO, F.; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015.
- RICE, G.; URBAN, M. A. Where is River City, USA? Measuring Community Attachment to the Mississippi and Missouri Rivers. **Journal of Cultural Geography**, v. 24, n. 1, p. 1-35, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08873630709478215>. Acesso em: 1 mar. 2023.
- ROCHA, A.E.S. **São Luís, a Vila Caripi e a colonização da Região Bragantina**. Belém: 4 cores. 2015.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. Ed. 8. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, K. P.; COSTA, S. M. F. As articulações regionais das cidades de maré na Microrregião do Salgado (PA). In: ENCONTRO NACIONAL DE

- PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14, 2021. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Editora Realize, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), 2021. Tema: A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal. Eixo temático: pequenas cidades e as articulações urbano-regionais no contexto da reestruturação urbana, p. 1-16. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77889>>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- SILVA, E. S. *et.al*. O desafio da gestão de unidades de conservação na zona costeira amazônica: um mosaico como proposta no município de Maracanã, Pará. **Agroecossistemas**, v. 13, n. 2, p. 97-119, 2021.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.
- TRINDADE JÚNIOR, S.C.C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: \_\_\_\_\_; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 9-47.
- TRINDADE JÚNIOR, S.C.C. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **CIDADES**, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015. (Dossiê: Urbanização Difusa).
- \_\_\_\_\_. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **CIDADES**, v. 7, n. 12, p. 227-255, 2010.
- \_\_\_\_\_. A cidade e o rio na Amazônia. **Terceira margem Amazônia**, São Paulo, v.1, n.1, p. 171-183, 2012.
- VESENTINI, J. W. Educação e ensino da Geografia: Instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: \_\_\_\_\_.
- CARLOS, A. F. A. (Org.) **A Geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

**Valter Pinheiro da Costa**

Doutorando e mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia, pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduado em Licenciatura plena em Geografia, pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

**Márcio Douglas Brito Amaral**

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e da Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem experiência de pesquisa na área de Geografia Urbana e Planejamento e Gestão Urbanos.



## Capítulo 12

### Desviar (d)as águas, morar na água, morar no (arranha) céu: faces do processo de urbanização de Macapá (AP)



*Louise Barbalho Pontes,  
Marcelle Vilar da Silva,  
Danielle Costa Guimarães,  
Matheus Cleber Melo Garcia e  
Bárbara Patrícia Lima Pena*

#### Introdução

A compreensão das cidades contemporâneas requer abordagens que reconheçam sua complexidade e diversidade, evitando visões superficiais e unilaterais. Os estudos sobre a Amazônia urbana têm demonstrado a importância de repensar o planejamento urbano (convencional/hegemônico) e as políticas públicas para abrangerem a urbanodiversidade. A singularidade das cidades da região amazônica está enraizada em experiências, cosmovisões e relações inseparáveis entre cultura e natureza que se espacializam em arranjos e práticas também nas cidades (Cardoso, 2021; Loureiro, 2022).

O Amapá, localizado no extremo norte do Brasil, é o estado mais preservado do país (ICMBio, 2024). No entanto, apesar de sua riqueza em etnobiodiversidade, especialmente em Macapá, onde reside a maior parte da população, cerca de 442.933 habitantes (IBGE, 2022), os desafios ambientais decorrentes do rápido crescimento urbano estão se tornando cada vez mais evidentes. Esses entraves incluem o avanço da urbanização, inseparável das



---

discussões sobre padrões habitacionais. Na Região Metropolitana de Macapá, o déficit habitacional urbano atinge 27.972 habitantes, o equivalente a 16% da população total.<sup>60</sup>

Macapá é uma cidade de origem colonial estrategicamente localizada à foz do Rio Amazonas. Ao longo de sua história, passou por diversas experimentações urbanísticas, desde o período pombalino (1750 - 1777) até se tornar uma nova capital da federação (1988 - atual). Embora exista uma trajetória significativa em termos de planejamento urbano, especialmente durante o período como Território Federal (1943-1988), os instrumentos de planejamento urbano têm sido tratados de forma incipiente na cidade, a exemplo do Plano Diretor (PDDUA, 2004), que completa duas décadas neste ano.

Neste capítulo, refletimos sobre a realidade de Macapá, apresentando faces de seu processo de urbanização e os desafios no desenho da paisagem. Destacamos a lacuna entre a *urbanodiversidade* e a implementação de políticas públicas mais adequadas. Também propomos uma colaboração entre três pesquisadoras para identificar pontos comuns e abrir um diálogo com a rede de pesquisadores da Amazônia, Amazonidades. Assim, pensar Macapá implica estabelecer relações com outras áreas da região amazônica.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma leitura sobre a cidade de Macapá a partir de três lentes (da paisagem, da habitação social e do conforto ambiental urbano), a partir das quais se observam dois fenômenos em curso na cidade: o avanço da ocupação informal sobre as áreas úmidas (áreas de ressaca) e o processo de verticalização da cidade de Macapá. A pesquisa questiona se esses processos seriam faces predatórias da urbanização periférica que têm contribuído para o agravamento das tensões socioambientais.

A estratégia metodológica adotada é uma abordagem qualitativa que combina revisão de literatura, análise documental e elaboração de carto-

---

60 Dados recentemente divulgados pelo FJP, referentes ao censo IBGE 2022. Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1OqAuggLvHgHoPrI8jJcaAfSuiq5DCvdc/edit#gid=1992897191>. Acesso: 20 mai. 2024.



grafia. Inicia-se com um recorte espacial que engloba a escala da cidade, avançando para recortes mais específicos, como a área central da cidade, pontuando exemplos específicos para ilustrar casos relevantes para o argumento apresentado. A pesquisa se subdivide em quatro momentos: (1) *desviar (d)a água*: uma face da paisagem; (2) *morar na água*: uma face da habitação social; (3) *morar no (arranha) céu*: uma face do conforto ambiental urbano; e (4) *entre a água e o céu*: um diálogo entre as faces.

Como este é um exercício que costura faces da cidade e trajetórias de pesquisa, é importante contextualizar brevemente as três trajetórias, ressaltando que estas também são apenas algumas das trajetórias entre as muitas trajetórias de estudos sobre essa realidade.

#### 1 Entre Faces da Cidade e Trajetórias de Pesquisa

A trajetória atrelada a face da paisagem é da professora Louise Pontes. Suas pesquisas, concentradas na compreensão dos espaços abertos urbanos e nos modos de convívio, destacam-se por sua abordagem crítica às lógicas funcionalistas. Ao explorar as brechas nos espaços consolidados da cidade, Pontes busca entender a fruição desses espaços como parte de uma “infraestrutura verde”. Seus estudos têm revelado não apenas a redução da cobertura vegetal e da biodiversidade, mas também a perda gradual dos modos tradicionais de interação com as águas urbanas. Estes estudos não apenas enriquecem a compreensão da dinâmica urbana de Macapá, mas também fornecem um pano de fundo essencial para as pesquisas subsequentes nesse campo.

A face a partir da habitação social é atrelada à professora Danielle Guimarães, que investiga como Macapá, assim como outras capitais amazônicas, enfrenta os desafios na construção de habitação social. Suas pesquisas questionam como os conjuntos habitacionais contrastam com as formas tradicionais de habitação da cidade, buscando entender como estas últimas podem oferecer respostas aos problemas sociais e ambientais. Ela destaca a necessidade de considerar as soluções espaciais tradicionais das

---

comunidades ribeirinhas e áreas de ressaca, muitas vezes estigmatizadas como “desordenadas” ou “insalubres”.

A face relacionada ao conforto ambiental em escala urbana e seu impacto no planejamento urbano de Macapá, com ênfase nos efeitos da verticalização na área central da cidade, fica a cargo da professora Marcelle Vilar, que tem se dedicado a estudar a cidade desde 2016, realizando uma ampla gama de pesquisas que abrangem desde a regulação urbanística até a análise detalhada dos edifícios multifamiliares. Além disso, ela tem explorado novos métodos, como índices de caminhabilidade, e elaborado cenários para lidar com os desafios das mudanças climáticas e a resiliência urbana. Sua abordagem combina análise documental com levantamentos de campo, proporcionando uma compreensão abrangente da verticalização e sua relação com as mudanças climáticas.

#### a. Desviar (d)a água

Inicialmente para apresentar um olhar a partir da perspectiva da paisagem para construir uma reflexão sobre o processo de urbanização de Macapá, esta face da pesquisa se apoiou no conceito de paisagem, entendido neste estudo de forma polissêmica e operativa para conjugar dinâmicas inseparáveis como a cultura e os sistemas biofísicos. O método é pensado para compreender a continuidade e a multiescalaridade dos espaços, das camadas de tempo e das condicionantes biofísicas (sobretudo a hidrografia e topografia), que serão apresentadas a partir da cartografia complexa (Mcharg, 1969; Besse, 2013; Corboz, 1983; Corner, 1996; Spirn, 1997; Peres e Schenk, 2021).

Como revelam as pesquisas arqueológicas, a origem da ocupação do território onde hoje se localiza a cidade de Macapá antecede em muito os documentos oficiais lusitanos (Cantuária, Gama e Costa, 2021). Contudo, é a partir da definição do desenho da Vila de São José que se dará o recorte desta pequena narrativa sobre a cidade de Macapá.

Antes de falar sobre o desenho urbano, inicialmente é importante explicar, em termos de suporte biofísico, que Macapá está situada na bacia hi-

drográfica Rio Amazonas, é atravessada condições estuarinas e ribeirinhas, mas também é caracterizada pela existência de uma série de rios, lagos e igarapés, muitas vezes interconectados por grandes extensões de áreas úmidas (ver Figura 1). As áreas de ressaca são espaços que permanecem inundados ou alagados durante o ano inteiro, formando sistemas físicos fluviais drenados por água doce e ligados a um curso principal d'água, orientando o escoamento e trânsito das águas juntamente com o Rio Amazonas em um processo natural de comunicação com as águas pluviais e fluviais. Além disso, este é um território de ecótono, uma faixa de transição entre dois biomas, o de Cerrado e Amazônico, e entre um e outro há uma grande diversidade de ecossistemas (Takiyama et al., 2012).

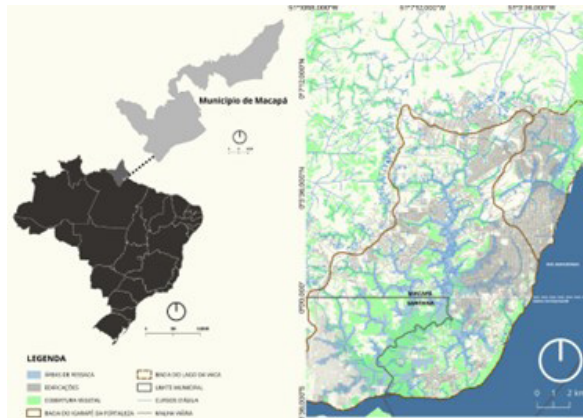


Figura 1 - Localização da cidade de Macapá entre as águas. Fonte: Elaborado por Matheus Garcia, 2023, a partir de IBGE, 2010, Prefeitura Municipal de Macapá, 2020, e Núcleo de Pesquisa do Espaço Construído na Amazônia (Tramaz-Unifap), 2021.

Desde os primórdios do Brasil Colônia, os colonizadores desejaram ocupar a foz do “Grande Rio das Amazonas” para o controle territorial (e as reservas para exploração futura). O artifício do Governo Pombalino, quando da implementação da antiga Vila de São José, fundada no século 16, foi de ocupação apenas das terras mais altas (acima de 9 metros em relação ao nível do mar), que tinha como limites um grande lago localizado ao sul, uma

---

grande área de várzea a leste, ambas as áreas interligadas ao Rio Amazonas (Araújo, 1998; Pontes, 2021).

O Plano designado para a Vila propunha um primeiro “desvio” daquilo que compõe a *urbanodiversidade*, pois, se por um lado este foi desenho atento às condições biofísicas que buscava articular o arruamento, a definição do parcelamento e das praças de uma forma sensível às condições biofísicas e climáticas da região, por outro, era também uma nova espacialidade que pretendia determinar modos de conviver distintos daqueles praticados pelos povos que habitaram a região até então (Araújo, 1998; Pontes, 2021).

Um marco temporal importante para a cidade foi a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, e a chegada dos grandes projetos de exploração mineral nesta região, pois até então o traçado regular sobre as cotas mais altas e distante das águas permaneceu sem grandes alterações (Araújo, 1998).

Toda a região amazônica foi transformada e impactada pela geopolítica do Governo Militar na segunda metade do século 20 (Cardoso, 2021). A cidade de Macapá já não cabia na parcela de cotas mais altas do desenho pombalino, pois passou a receber muitos migrantes com a promessa dos projetos de mineração (com a chegada da Icomi). A capital do território recebeu planos e projetos de modernização e alinhamento aos modos de vida e espacialidades praticadas no restante do país, inclusive “solucionar” um dos principais desafios do avanço da urbanização local: a sua relação com águas (Araújo, 1998).

Outro marco temporal, foi a adesão da Constituição de 1988, quando o Amapá foi oficialmente reconhecido como estado, iniciando então um novo período de significativas mudanças no desenho urbano. A cidade foi avançando sobre as áreas úmidas que ora foram aterradas, ora foram ocupadas por assentamentos informais. A cidade que anteriormente era delimitada por corpos d’água se expandiu através da criação de rodovias, ocasionando o surgimento de novos bairros, alterando ainda mais o desenho urbano e a paisagem (Pontes, 2021).

O avanço da urbanização não foi acompanhado por uma provisão de infraestrutura na maior parte da cidade, e por isso Macapá apresenta baixos índices de acesso a serviços básicos de saneamento ou moradia, além de perpetuar a prática de aterrar como um modelo representativo de uma

suposta “modernidade” que tenta separar em ideias dualistas cidade e natureza, o que resulta em diversos conflitos socioambientais (Matsunaga, 2021).

A mancha urbana avançou, sobretudo a partir da transformação do suporte biofísico e da constituição de “desvios”, uma grande trama hídrica que conformava os limites da cidade. Essa área era composta, a leste, pelo Rio Amazonas (e sua faixa de domínio); ao norte, pelo braço de rio hoje correspondente ao Canal do Jandiá e pela ressaca do Pacoval; a sudoeste, pela Lagoa dos Índios e uma ampla rede de corpos hídricos e as áreas alagadas conectadas a ela. A análise documental, em sobreposição de cartografias do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUA, 2004) com planos anteriores, evidencia os processos de transformação de braços da Lagoa dos Índios que compunham outrora os limites da cidade, a exemplo de áreas canalizadas e aterradas do Pacoval (norte) e do Beírol (sul).

Além disso, no perímetro urbano, as faixas marginais ao Rio Amazonas, caracterizadas pelas cotas mais baixas com influência das marés, também foram incorporadas à lógica da cidade de “terra firme (ao mercado de terras urbanas), por meio de aterros e construção de muros de contenção, ressignificando também os usos e as relações entre o rio e a cidade, com a “orla” de Macapá. A transformação desta espacialidade e do uso do solo urbano priorizou historicamente usos como passeios e áreas de contemplação, seguindo padrões semelhantes a outras cidades do país, desviando usos associados às lógicas indígenas, quilombolas e ribeirinhas que tinham nos rios um espaço de imersão e simbiose (Pontes, 2021).

Embora o traçado regular não se alinhe à topografia da região e siga como um tabuleiro de xadrez que avança mesmo quando encontra um obstáculo, os principais eixos de expansão da cidade continuam a ser definidos pelas áreas que contornam e desviam as grandes áreas de ressaca que atravessam a cidade. Além disso, a conversão de terras rurais em terras urbanas nas áreas de expansão, assim como a subdivisão dos lotes nas áreas centrais (onde antes havia quintais), contribuiu para uma redução da cobertura vegetal e a perda da biodiversidade, que, por suas vezes, refletem nas dimensões de afeto, de sentido, de pertencimento e de manutenção de saberes sobre esta paisagem (Pontes *et al.*, 2021).



Desde uma perspectiva sociocultural, essas espacialidades estão associadas a corpos, cosmovisões e modos de conviver historicamente subjugados pelas diversas experiências urbanísticas que aconteceram na cidade (Miranda, Pontes e Garcia, 2023). Para muito além de um determinismo ecológico, é fundamental compreender as outras faces deste “morar na água”.

#### b. Morar na água

Neste ponto, a segunda face é apresentada como uma chave de leitura a partir da habitação social em contexto amazônico. Se a primeira aproximação deixa evidente que o processo de urbanização é também um processo de homogeneização e de desvios da heterogeneidade da vida, também fica evidente que esse desvio é associado a modos de conviver com as águas. Sob essa perspectiva, põem-se em pauta as formas de habitar a cidade de Macapá a partir de elementos sociais, da arquitetura, da paisagem amazônica e suas relações, que envolvem o modo de vida local e tradicional, em contraste com aqueles impostos por políticas públicas universalistas de forma a trazer à superfície da leitura desta cidade possíveis soluções espaciais específicas e adequadas ao clima, à cultura, enfim, ao modo de vida local.

Como foi apresentado no capítulo anterior, o município de Macapá está localizado no estuário do Rio Amazonas e se conforma em um sítio atravessado pela singularidade de uma intensa trama hídrica, composta por áreas úmidas (áreas de ressaca), rios, lagos e igarapés, que percorrem e se modificam ao longo de uma vasta área situada no encontro dos biomas de Cerrado e Amazônico (Takiyama *et al.*, 2012).

Macapá tem uma longa e própria história de formação social, cultural e espacial; porém, a forma de ocupação do espaço urbano se parece bastante com o que ocorreu em outras cidades amazônicas, com características biofísicas semelhantes: nos processos de crescimento populacional ocorridos em diversos momentos históricos e muito intensos até hoje, devido às migrações interestaduais, as famílias mais pobres acabam localizando-se em pontos da cidade ambientalmente não apropriados à moradia. No caso da região metropolitana de Macapá, esses locais são invariavelmente áreas úmidas,



chamadas localmente de ressacas. Macapá e Santana possuem juntas 27 ressacas onde habitavam em 2012 cerca de 15 mil famílias (Takiyama *et al.*, 2012).

Nos mapas da Figura 3, é possível observar as bacias hidrográficas que abrangem todo o território do município e como ele é constituído por uma formação topográfica especial que o permite ser completamente atravessado pelas áreas de ressaca. No mapa ao lado direito, observa-se que as ocupações informais em palafitas avançam ocupando exatamente as “pontas” das ressacas, constituindo um espaço sempre em fronteira com o formal. Grande parte das pessoas mais pobres da cidade vivem nesses locais. Agora, vamos procurar entender por que e como.

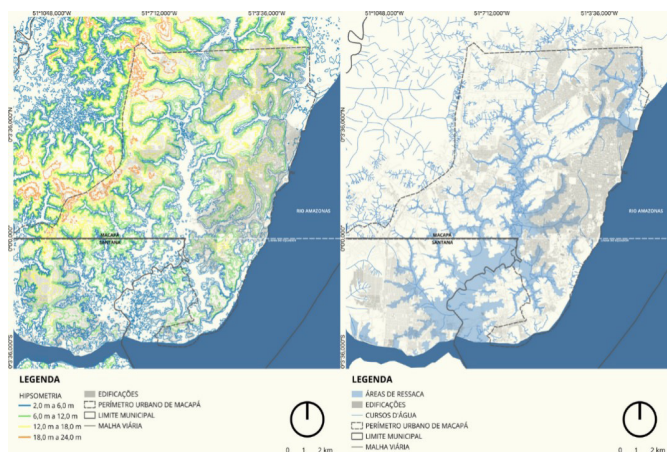


Figura 3. Configuração dendrítica dos municípios de Macapá e Santana, no Amapá. Mapas de Hipsometria, Bacias hidrográficas e de Hidrografia, com destaque para as áreas de ressaca. Fonte: Elaborado por Matheus Garcia, 2023, a partir de IBGE, 2010, Prefeitura Municipal de Macapá, 2020, e Núcleo de Pesquisa do Espaço Construído na Amazônia (Tramaz-Unifap), 2021.

Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP, 2019), o déficit habitacional total se dá pela soma de cinco subcomponentes: domicílios rústicos; domicílios improvisados; unidades domésticas conviventes; domicílios identificados como cômodos; e domicílios identificados com ônus excessivo de aluguel



urbano. Os domicílios rústicos e improvisados representam a categoria de precariedade habitacional. Em Macapá, essas moradias localizadas nas áreas de ressaca, portanto, em estatísticas habitacionais para fins de políticas públicas, acabam sendo inseridas no bojo do déficit habitacional por precariedade habitacional, devido a se caracterizarem pela ausência de padrões de habitabilidade considerados mínimos, tais como: infraestrutura de água, esgoto e características construtivas, pois são em sua totalidade construídas em madeira de baixo custo e não possuem sistema de esgotamento sanitário adequado. Os números em Macapá são interessantes: são 6.619 habitações precárias, de um déficit habitacional global de 17.757, representando 11,9% da população do município.<sup>61</sup>

Por outro lado, o estado tem provido habitação de baixa renda nas últimas duas décadas por meio de programas habitacionais federais, que padronizam a oferta (Guimaraes, 2007; Guimaraes; Souza, 2016), resultando na produção de conjuntos habitacionais que geram muitos outros incômodos e problemas às famílias que os habitam, como a inadequação ao modo de vida e a falta de adaptabilidade (Guimaraes; Perdigão, 2024; Costa et al, 2015), localização longe do local de trabalho, acesso à educação, saúde, entre outros (Santos; Moura, 2021). A provisão de habitação feita pelo estado atualmente, além de negar os modos de vida existentes, reproduz os problemas de um urbanismo funcionalista e monofuncional, como exemplifica o Residencial Macapaba, na área de expansão da cidade, que recebeu 4.366 unidades e reúne 35 mil habitantes em um único conjunto habitacional (GEA, 2023).

Segundo Aguiar e Silva (2003) existem sete ressacas na área urbana do município de Macapá, quais sejam, Lago da Vaca, Lago do Pacoval, Lagoa dos Índios, Sá Comprido, Laguinho Nova Esperança, Chico Dias, Beírol e Tacacá. Essas ressacas eram locais de moradia em 2010 para 16% da população do município (Silva; Lima, 2019), que à data possuía 398.204 habitantes (IBGE,

---

61 Dados recentemente divulgados pelo FJP, referentes ao censo IBGE 2022. Disponível em <<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1OqAuggLve9HoPrI8jJcaAfSu1q5DCvdc/edit#gid=1992897191>>. Acesso em 20 de maio de 2024.

---

2010). Ainda não há número atualizado da quantidade de habitantes nas ressacas, mas ele só tem aumentado, acompanhado pelo aumento da densidade.

As críticas às ocupações entre a população em geral e as preocupações do estado se revelam muito relacionadas aos problemas ambientais que essas ocupações causam ao ambiente frágil, mas importante ambientalmente, como as ressacas. Porém, os problemas ambientais decorrentes da ocupação dessas áreas estão mais associados à ausência de soluções de infraestrutura do que à forma do habitar em si. Isso se pode comprovar observando-se a forma de morar do ribeirão amazônico, que possui uma lógica e riqueza no habitar que permitem a adaptabilidade às especificidades biofísicas da região e que registram um processo longo de ajustamento ao meio. Nesse processo, as margens dos cursos d'água foram preferidas para serem ocupadas, devido principalmente à facilidade de deslocamento e de sobrevivência. As casas são construídas em material disponível localmente, adequam-se à umidade e não se comportam como agressor ao meio, devido à baixa densidade com a qual se apresentam até mesmo em pequenas comunidades.

Muitos moradores dessas áreas ribeirinhas têm, ao longo de décadas, se transferido para as áreas urbanas como imigrantes e, nesse processo, ao se depararem com ausência de apoio do estado para proverem sua permanência nas cidades, passam a ocupar áreas alagadas ou alagáveis das cidades da Amazônia de forma geral, e, no caso de Macapá, as áreas úmidas da cidade, conhecidas como ressacas. Olhando a partir do imigrante, talvez fosse mais fácil entender o porquê, mas é preciso investigar: grande parcela dos moradores das áreas de ressacas de Macapá tem origem em ilhas do Pará e do Amapá, nasceram na área ou são mesmo oriundos de outras áreas de ressaca do município, conforme está apresentado nos resultados de estudo em quatro ressacas na área urbana de Macapá, no quadro 01 abaixo.

Quadro 01 — Origem dos moradores de quatro áreas de ressaca no município de Macapá.

| Nome da ressaca             | Origem da população  |
|-----------------------------|--|
| Ressaca do Pacoval          | 34% - Estado do Pará<br>2% - Outros estados<br>8% - Município do Amapá<br>32% - Outro bairro de Macapá<br>24% - Nasceram na área           |
| Ressaca do Beírol           | 30,8% - Estado do Pará<br>3,8% - Outros estados<br>7,7% - Município do Amapá<br>44,2% - Outro bairro de Macapá<br>13,5% - Nasceram na área |
| Ressaca Chico Dias          | 39,7% - Estado do Pará<br>1,4% - Outros estados<br>6,8% - Município do Amapá<br>32,9% - Outro bairro de Macapá                             |
| Ressaca da Lagoa dos Índios | 16,7% - Estado do Pará<br>8,3% - Outros estados<br>16,7% - Município do Amapá<br>50,0% - Outro bairro de Macapá                            |

Fonte: Dados extraídos de estatísticas apresentadas em Carvalho (2020).

O modo de vida ribeirinho é uma solução comprovadamente adequada ambientalmente e adequada também aos aspectos cotidianos da vida doméstica e social. Com efeito, na sua apresentação original de vida nas áreas ribeirinhas, no formato de casas isoladas ou em pequenas comunidades, as habitações estão completamente em adequação com a natureza, com seu

modo de vida e com a viabilidade de construção, utilizando-se materiais disponíveis na região e biodegradáveis. O problema se apresenta no formato urbano, quando não há investimentos do estado para sua viabilização, já que possui seu modo de vida construído com base nas relações com a água e a natureza, e tudo isso se agravando à medida que os aglomerados se adensam.

Há muito o que se investigar e discutir sobre a forma de vida urbana em palafitas e sobre a relação com o modo de vida ribeirinho amazônico. Porém, este texto se compromete com a abordagem de uma simples questão: por que as cidades amazônicas não podem conviver com as palafitas das áreas de habitação da população mais pobre? Mais acima foi apresentada a origem das famílias dos moradores dessas áreas. A forma de viver em casas de alvenaria em terra firme não é a sua forma original e, muito naturalmente, quem imigra passa a morar como morava.

Os estudos sobre este modo de morar ribeirinho-urbano tem crescido em paralelo ao crescimento das próprias ocupações em áreas de ressaca. Dentre eles, chama a atenção um estudo acerca dos espaços livres em área de ressaca que elaborou a imagem abaixo, um recorte de mapa de cheios e vazios a fim de analisar a regularidade dos alinhamentos (Figura 4).

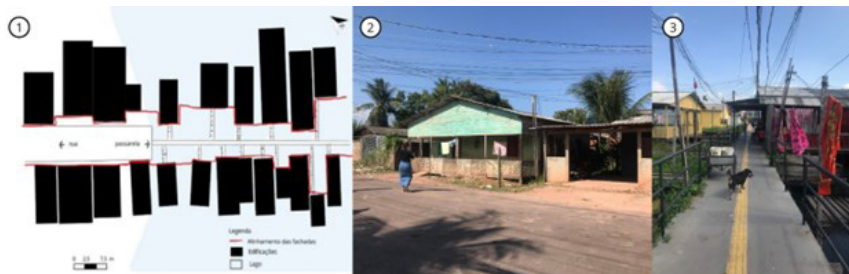


Figura 4. (1) Vista superior de um recorte da passarela da Av. Francisco Torquato de Araújo, na ressaca do Beírol. Fonte: Silva, 2024. (2) Vista do lado esquerdo da imagem 1. (3) Vista do lado direito da imagem 1. Fonte: acervo dos autores, 2023.

Ela será utilizada aqui como a imagem da fronteira, em uma das ruas que dão acesso à ressaca do Beírol, entre a cidade e a área de ressaca. De um lado (esquerdo), casas em alvenaria, asfalto, formalidade e regularidade.

Há um corte abrupto e, do outro lado, surgem casas em madeira, palafitas, pontes em madeira (neste caso específico, a ponte principal teve a madeira substituída por concreto), informalidade e irregularidade (em todos os sentidos). O que se vê são casas ribeirinhas na cidade.

É preciso entrever por trás dessa fronteira, que, aparentemente, é apenas física, mas que, na verdade, esconde muitos valores e soluções de vida cotidiana local. Na vida ribeirinha, apesar da dispersão geográfica, há uma função mítica que confere identidade e fraternidade entre os moradores da Amazônia, criando um sentimento de pertença e de identidade compartilhada. Há também as atividades antropogênicas resultantes das interações com a floresta e o rio (Paes Loureiro, 2015). O rio é um “espaço de referência identitária” na Amazônia (Cruz, 2008), existindo espaços físico-naturais, sociais e simbólicos. Isso explica por que as casas ribeirinhas possuem tanta similitude entre si. O espaço social, em particular, é relevante por mediar as tramas e os dramas do cotidiano ribeirinho. Há soluções comuns que se integram às águas e suas variadas apresentações ao longo das Amazônias existentes. Por isso, é importante observar esse modo de morar ribeirinho e como o modo de vida ribeirinho-urbano foi construído, como fonte de soluções para planejamento e não como origem de problemáticas.

Viver em conjuntos habitacionais nos modelos atuais já provou não ser a forma conveniente para solucionar a demanda por morar em Macapá. Os normativos formais que definem as formas construtivas de habitar e até mesmo do que é considerado precariedade precisam ser reformados e ajustados a diversas realidades. As soluções habitacionais apresentadas pelas pessoas incorporam décadas, quem sabe séculos, de aprendizados com a natureza local, está em perfeito equilíbrio com o meio e sobretudo com as nossas águas. Não se deve lutar contra as águas, aterrar os alagados, esconder os rios, canalizando-os, ou retirar as pessoas que moram nas águas, mas compreender, observar o vernacular para solucionar nos pontos exatos que torna as habitações inadequadas ou precárias.

As transformações urbanísticas em busca da modernidade se iniciaram em 1943, através do primeiro governador do Território Federal do Amapá, Janary Nunes, que realizou a primeira reforma urbanística de Macapá, através de ações de embelezamento, construção de prédios públicos, praças e casas para diretores e funcionários do território no centro da cidade, onde passou a vigorar um novo padrão urbanístico que não admite mais as casas de madeira cobertas de palha onde vivia a comunidade negra. Retirados do centro, eles passam a ocupar o local do atual bairro do Lagunho, no terreno cedido pelo governo e outra parte o bairro Santa Rita (Silva, 2017; Macedo, 2020). Essa reforma urbanística “resultou em uma morfologia urbana com áreas de forte homogeneidade social interior e forte disparidade entre elas”, onde a cidade antes espacialmente concentrada e socialmente diversa, agora se tornava a cidade centro-periférica, dividida espacialmente por classe social, com o Estado como agente principal dessa produção do espaço urbano. (Silva, 2017, p. 38).

O mapa da figura 5, organizado por Silva (2017), mostra que a maior expansão da malha de Macapá ocorre entre 1973, ano da implantação do Plano Urbanístico da Fundação João Pinheiro, e 2004, ano da implantação PDDUA. Em 1973 (alaranjado), a malha era formada apenas pela área do centro e os bairros do seu entorno. Em 1991 (lilás), há uma expansão para a região norte da cidade. Em 2004 (marrom), a expansão se dá nos sentidos Norte, principalmente ao longo da Rodovia BR-210 e ao Sul, ao longo da Rodovia Josmar Chaves Pinto (antiga Juscelino Kubistchek). Em 2014 (vermelho), continua se acentuando o crescimento para Norte e Sul, mas surge um novo eixo de expansão a Oeste, ao longo da Rodovia Duca Serra. A partir de 2010, esses três eixos se consolidam como principais eixos de expansão, ao longo das três principais rodovias da cidade.

O mapa de Almeida (2017), ver figura 6, mostra a setorização da verticalização, após a Lei Complementar nº 109/2014, “cujo objetivo foi aumentar a altura das edificações e a densidade de ocupação permitida em algumas áreas da cidade, em especial aquelas com interesse de verticalização pelo mercado imobiliário” (Silva, 2017, p. 118). A verticalização baixa, passou de

no máximo 14 para 23 metros; a verticalização média de 22 para 45 metros, e a verticalização alta de no máximo 33 para 76 metros. Os aumentos nas alturas dos edifícios entre 39% e 56% causaram impactos não só visuais, mas também nos sistemas de saneamentos, abastecimento de água e de energia e no conforto ambiental da cidade (Silva e Pena, 2020; Silva e Almeida, 2023).

Nota-se, na figura 6, um cinturão de verticalização alta (em vermelho) que se forma ao longo da margem do Rio Amazonas, o que é preocupante do ponto de vista ambiental, pois pode prejudicar a permeabilidade da ventilação intraurbana, variável fundamental para retirar o calor acumulado na cidade. Isso se dá porque “a vista para o rio é elemento que gera renda de monopólio, é uma especificidade impossível de reproduzir. Trata-se, portanto, tanto do monopólio dado pela propriedade como pela localização” (2017, p.147).

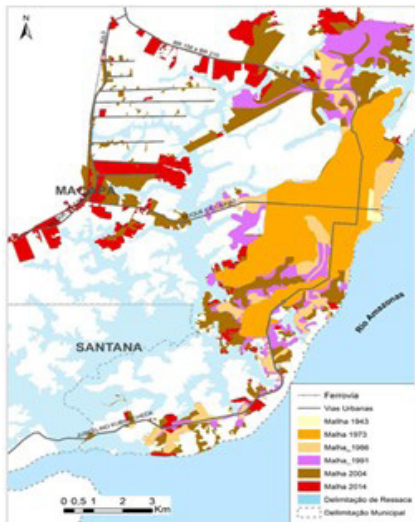


Figura 5. Mapa de expansão da malha urbana de Macapá, 1943 a 2014. Fonte: Silva, 2017.

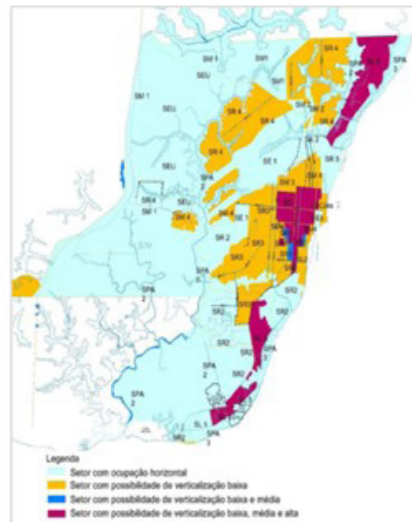


Figura 6. Mapa de setores com possibilidade de verticalização. Fonte: Almeida, 2017.

O quadro 02, abaixo, mostra que o aumento da verticalização entre 2011 e 2020 se concentra na área central de Macapá, com aumentos significativos ao longo dos anos. De acordo com esses levantamentos, houve um aumento de 37,5% de 2015 para 2017; de 64,44% de 2017 para 2019; de 29,68% de

2019 para 2020, e de 78,95% de 2020 para 2022<sup>62</sup> no número de edifícios, a partir de quatro pavimentos, só na área central da cidade.

Quadro 02 — Levantamentos da verticalização em Macapá-AP.

| Ano - Fonte dos dados  | Autores(as)                    | Nº de empreendimentos  | Área estudada                                   |
|--|--------------------------------|--|---|
| 2011 - Levantamento in loco  | Silva et al., 2011             | 24 condomínios e edifícios ≥ 4 pav.  | Toda a área urbana da cidade de Macapá          |
| 2014 – Base do Exército Brasileiro                                     | Tostes e Ferreira, 2017        | 51 edifícios ≥ 4 pav.  | Toda a área urbana da cidade de Macapá          |
| 2010 a 2015 – GEA/Exército Brasileiro, 2014. Trabalho de campo de 2017 | Silva, 2017                    | 33 condomínios: 12 verticais, ≥ 4 pav. (10 na Zona Central, 1 na Zona Norte e 1 na Zona Sul) | Toda a área urbana da cidade de Macapá          |
| 2016 - Levantamento in loco  | Batista, Brito e Pantoja, 2016 | 16 edifícios ≥ 5 pav.  | Central, Laguinho, Santa Rita e Buritizal       |
| 2017 - Levantamento in loco  | Almeida, 2017                  | 16 edifícios ≥ 4 pav.  | Central, Laguinho, Trem e Jesus de Nazaré       |
| 2019 - Levantamento in loco  | Pena e Silva, 2020             | 45 edifícios ≥ 4 pav.  | Central, Laguinho, Santa Rita, Buritizal e Trem |
| 2020 – Sites de construtoras/imobiliárias, Street View, 2012           | Silva e Almeida, 2023          | 64 edifícios ≥ 4 pav.  | Central, Laguinho, Santa Rita, Buritizal e Trem |

Fonte: Silva *et al.* (2011); Batista, Brito e Pantoja (2016); Tostes e Ferreira (2017); Almeida (2017); Pena e Silva (2020); Silva e Almeida (2023). Org.: Bárbara Pena e Marcelle Silva, 2024.

62 Dados obtidos através de levantamentos in loco realizados em 20 e 25 de agosto e 02 e 03 de setembro de 2022 por Marcelle Silva e através de imagens retiradas do Google Street View de outubro de 2022, nos bairros do Central, Laguinho, Santa Rita, Buritizal e Trem.



Sobre os edifícios catalogados em 2022, conforme figura 8, 80% deles são de verticalização baixa, 13% de verticalização média, 6% de verticalização alta e, sobre 1% ainda em construção, não foi possível de se identificar. A distribuição espacial entre os bairros é bastante díspare: 54% deles se concentram no Bairro Central; seguido do Buritizal com 22%; do Santa Rita com 10%; do Trem com 8% e, por fim, do Laguninho com 6%. Nas edificações, o que predomina é o uso habitacional com 43%; seguido do uso comercial, com 23%. Os edifícios de verticalização média e alta tem uma predominância de 68% no Bairro Central, e os de verticalização alta, de 75%, no mesmo bairro, que se consolida como o mais verticalizado e que foi o mais afetado com as alterações do PDDUA em 2014, quando o gabarito máximo permitido passou de 14 metros em 2004 para 76 metros em 2014, um aumento de 81,57% (Silva e Pena, 2020; Silva e Almeida, 2023).

O mapa também demonstra que os condomínios verticais ocupam a área central da cidade, destinados em sua maioria à classe média e alta. Nas bordas da área central, as edificações em área de ressaca (mancha cor de vinho) também aumentam, contornando o limite da borda entre a área seca e úmida da cidade, onde mora a população de baixa renda. Mas a verticalização também continua avançando na Zona Norte, com um condomínio de 12 blocos de 6 pavimentos, entregue em 2020 (4) e um conjunto habitacional de 130 blocos de 4 pav., entregue em 2014 (4) e na Zona Sul, com um condomínio de 1 bloco de 7 pav. do ano de 2012 (1); um de 13 blocos de 4 pav. de 2014 (3) e dois de alto padrão, ainda em construção, um de 4 blocos de 10 pav. (5) e o outro de 4 blocos de 15 pavimentos (6).

A área urbanizada de Macapá teve um aumento de 187% de 1985 a 2006, e ocupação da área de ressaca, com diminuição da quantidade de água/área de ressaca em 53,68% e um crescimento populacional de 168%, o que implicou na supressão da vegetação. A cidade sofreu com a redução de 23,23% na densidade de área verde. A área de cerrado também teve redução, com perda de 14,76%, neste mesmo período (Carvalho, 2013). Em 2019, a área urbanizada aumentou 34,32% desde 2006, e em 2010 apenas 8,8% das vias públicas eram urbanizadas. Mas, em 2010, a cidade ainda possuía 66% das suas vias públicas arborizadas (IBGE, 2010).

A importância da arborização para mitigar os efeitos das Ilhas de Calor (IC) é demonstrada em uma avaliação em cinco pontos de Macapá (APA do Curiaú, Distrito da Fazendinha, Linha B do Marabaixo, Museu Sacaca e Unifap). As análises mostraram que a APA do Curiaú apresentou melhores Índices de Conforto Térmico (ICT), pois possui maior porcentagem de vegetação, presença de corpos d'água e menos alterações antrópicas. Em contrapartida, os distritos da Fazendinha e da Unifap apresentaram piores ICT, pois possuem menor porcentagem de vegetação, elevada porcentagem de solo exposto e altas taxas de antropização. Assim, os autores confirmam que a IC na zona urbana de Macapá está intrinsecamente ligada ao uso e ocupação do solo, mas principalmente à redução do percentual de vegetação (Moreira et al., 2023).

É importante destacar que, por conta de a cidade estar localizada no litoral, os efeitos térmicos são amenizados pelas brisas fluviais do Rio Amazonas, de modo a suavizar as consequências do fenômeno da IC Urbana. Entretanto, essas brisas fluviais podem sofrer restrições por conta do avanço da verticalização urbana em Macapá (Costa et al., 2013; Moreira et al., 2023), principalmente na área central da cidade, que tem grande contato com o rio. O que reforça a preocupação com o cinturão de permissividade de verticalização alta que se formou às margens do Rio Amazonas, mostrado no mapa da figura 6.

Outros problemas, para além dos ambientais, começam a tomar forma com a verticalização acelerada no Bairro Central. A pressão que esses edifícios verticais fazem no entorno dos monumentos históricos, que estão todos concentrados nesse bairro, como mostra a figura 7, com vistas do entorno de um dos monumentos mais antigos e mais importantes da cidade, a Igreja de São José de Macapá, marco da fundação da Vila de Macapá.



Figura 7. (1) Vista Superior de uma fração do Bairro Central. Fonte: Google Maps, 2024 (2) Vista do ponto 2. (3) Vista do ponto 3. Fonte: Marcelle Silva, 2024. Elab.: Marcelle Silva e Bárbara Pena, 2024.

O processo de expansão da urbanização e da verticalização em Macapá foi conduzido tanto pelo setor público, estadual e municipal, quanto pelo setor privado, pelas incorporadoras/urbanizadoras/construtoras e pelas imobiliárias. São três agentes que atuaram sempre em conjunto e que fizeram prevalecer seus interesses a despeito dos interesses da população, principalmente das classes menos favorecidas que não participaram das discussões das legislações urbanísticas.

A questão da verticalização é colocada aqui como um termômetro da atuação do mercado, do processo de urbanização e do desconforto térmico, mas não no sentido de demonizar esse fenômeno, e sim de demonstrar que os indicativos de crescimento exponencial e a disposição dessa verticalização precisam de monitoramento e de uma análise mais criteriosa, para não promover o desequilíbrio ambiental e social na cidade, criando não só ilhas de calor, como também ilhas de segregação socioespacial.

### 3      Desafios de pensar a cidade de Macapá: entre a água e o (arranha) céu

O avanço da urbanização em Macapá trouxe situações de grande complexidade, as quais suscitam estudos, debates e revisões de práticas e paradigmas. As três faces apresentadas apontam questões para as quais não há respostas ou soluções simples. Contudo, como exercício de síntese e busca de articulação entre as dimensões estudadas, é possível pensar a forma urbana de Macapá em três momentos: (1) **a malha com limites**, que corresponde à vila que deu origem a cidade, de tecido delimitado pela água; (2) **a malha “sem limites”**, da consolidação da expansão horizontal advinda da transposição desses limites nos sentidos Norte e Sul, que segue inclusive sobre as águas e (3) **a malha de um “mercado sem limites”**, que traz o registro do início acelerado de um processo de expansão vertical que se alinha às lógicas do mercado nacional e global.

A “malha com limites” se refere aos limites biofísicos, mas, como já mencionado, incapaz de dialogar com outros modos de conviver com os rios pré-existentes e coexistentes na região. A “malha sem limites” cria diver-

---

sos problemas novos ao alterar os ecossistemas e se torna bastante mais complexa no encontro de migrantes e modos de conviver. A malha de um “mercado sem limites” revela uma trajetória histórica de manutenção de estratégias que privilegiam alguns em detrimento da busca de uma cidade melhor para todos. A conjuntura — que inclui vários outros processos que são apenas mencionados e podem vir a ser aprofundados em trabalhos futuros, tais como a redução da cobertura vegetal, a criação de ilhas de calor, o agravamento de alagamentos e ampliação das desigualdades sociais — indica que esses processos tendem a agravar as tensões socioambientais e que o impacto dessas decisões não será igual para todos.

A análise documental que dá base a estes dados demonstra que há valores e estratégias (muitas vezes veladas) na definição dos planos urbanos que se apresentam apenas em aspectos técnicos (como a infraestrutura, o saneamento e a provisão de habitação), mas que são dotados de valores ideológicos que contribuem historicamente para a manutenção de uma paisagem desigual.

Essa disparidade se evidencia quando se nota que, enquanto o Rio Amazonas e sua área central recebem uma atenção privilegiada (que garantida pela regulação) em termos de infraestrutura, com uma legislação cada vez mais permissiva em relação à verticalização e à valorização das vistas para o rio, as áreas de ressaca, que estão intrinsicamente ligadas aos aspectos biofísicos desse mesmo rio, são tratadas de forma completamente oposta. Nas áreas úmidas, a ocupação é estigmatizada, e as pessoas são constantemente removidas para regiões cada vez mais distantes da área central da cidade. O Rio Amazonas, que foi dinamizador da fundação da cidade para conter os anseios de ocupação e defesa da foz deste rio, hoje toma um sentido comercial, um agregador de valor de venda para aumentar ainda mais os lucros com a verticalização (fala-se aqui da venda da vista para o “majestoso Rio Amazonas”).

A canalização e o aterramento das áreas úmidas que existiam na área central da cidade, abriram espaço para a provisão de infraestrutura e serviços (de forma incompleta e desigual), ao preço da expulsão de determinados corpos e modos de habitar (Macedo, 2020). A cartografia elaborada que combina as três faces deste trabalho demonstra que, até hoje, passados

quase um século da política higienista de Janary, mantém-se a lógica de uma política excludente na área central da cidade de Macapá (ver figura 8).

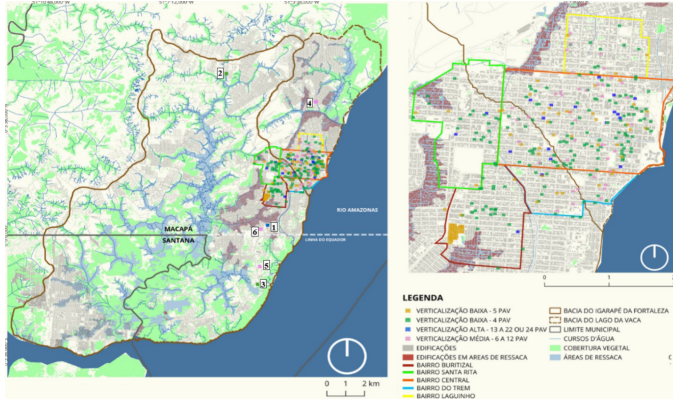


Figura 8. Mapa de Macapá com as áreas de ressaca, a distribuição da verticalização na área central e as edificações em áreas de ressaca. Fonte: IBGE, 2010; Prefeitura Municipal de Macapá, 2020; Núcleo de Pesquisa do Espaço Construído na Amazônia (Tramatz-Unifap), 2021; Levantamentos de Marcelle Silva em ago./set. 2022 e Google Street View, out. 2022. Elab.: Matheus Garcia e Bárbara Pena, 2024.

Para além da visão macro da cidade, que revela a inserção desses processos e as distâncias entre eles, os arranjos morfológicos e as tipologias edilícias que caracterizam as duas espacialidades — a palafita e o apartamento de luxo — também acentuam a desigualdade nas condições de habitabilidade. Essas desigualdades podem ser observadas tanto na escala dos lotes e edifícios quanto nas ruas e suas relações imediatas de vizinhança.

Alguns pontos relevantes merecem ser mencionados e podem abrir novas discussões e estudos futuros. Primeiramente, é importante destacar que as áreas aterradas continuam a sofrer com alagamentos de forma desigual. Além disso, o crescimento da cidade é predominantemente horizontal, o que gera preocupações sobre a conversão de terras rurais em áreas urbanas e mais pressão sobre as áreas úmidas. Também é essencial abordar o debate sobre verticalização e densidade urbana de maneira articulada com o dese-

---

inho urbano, considerando aspectos como o patrimônio histórico, ambiental, padrões espaciais e, principalmente, a justiça ambiental.

Outro ponto importante de mencionar é que há estudos (Kuwahara, Carvalho e Silva, 2017; Kuwahara, Carvalho e Silva, 2018) que indicam que a tipologia da palafita pode ser pensada como tecnologia construtiva adequada para provisão de habitação, mas que são necessários estudos aprofundados, caso a caso, das áreas de ressaca tanto a respeito da tecnologia e suas condições de habitabilidade como da relação da sua inserção urbana e ambiental, além das suscetibilidades a eventos climáticos. Este é um tema que demanda atenção e estudos.

A produção da cidade “desviando das águas”, fazendo uso das tecnologias de saneamento disponíveis para oferecer “novas” áreas de terra firme não é uma especificidade da cidade de Macapá. Do mesmo modo morar sobre as águas, seja por vínculos culturais (indígenas/ribeirinhos), seja por total falta de opção, tampouco é algo que ocorre somente nessa realidade, embora a problemática aqui esteja mais relacionada à falta de provisão pública e regulação das ocupações do que na tipologia em si. O mesmo ocorre na ineficiência da regulação e na definição de parâmetros urbanísticos que balizem os limites da verticalização e os seus impactos na cidade. Os processos de urbanização em todo o Brasil têm combinado estes processos com bastante frequência.

Isso ocorre porque, embora este estudo se concentre em Macapá, ele aborda um processo de urbanização periférica que, como muitos outros no Sul Global, resultou na expulsão de diversos grupos culturais e na subjugação de modos de vida locais, impondo modelos urbanos desconectados das realidades locais. Muitas vezes, esses modelos são eurocêntricos e insensíveis às condições locais (Quijano, 2005).

Contudo, a singularidade da paisagem de Macapá não está apenas na escala que ocupam as áreas úmidas ou no volume de água convertida em terra firme, a partir de práticas questionáveis ou mesmo nas estratégias revisitadas dos processos de urbanização periféricos, que paulatinamente vêm substituindo o verde por asfalto e concreto, promovendo habitações contemporâneas como apartamentos e condomínios fechados e alterando modos de vida. Pois tudo isso compõe uma ampla conjuntura que acontece

no que pode ser a principal peculiaridade dos processos apresentados: o tempo em que ocorrem e a possibilidade de aprender com os equívocos já praticados noutras regiões.

Ainda que em contexto periférico, a temporalidade destes processos (o avanço sobre as áreas úmidas e a verticalização), mais tardia se comparada a de outras capitais brasileiras, poderia permitir um olhar renovado sobre essas questões, acessando um importante arcabouço de conhecimento acumulado pela ciência e pela sociedade em convivência com este território.

O arcabouço de conhecimento acumulado sobre os três campos de conhecimento — os estudos da paisagem, da habitação social e do conforto ambiental — tem ferramentas, conceitos e experiências disponíveis, como mencionado nos textos apresentados, que podem auxiliar a pensar estratégias e cenários de enfrentamento dos desafios impostos, seja no planejamento na escala das bacias hidrográficas, no desenho de espaços públicos de qualidade, na definição de parâmetros para garantir a qualidade e a melhoria do clima urbano, na minimização dos impactos ambientais, seja para adotar padrões espaciais que se adequem ao modo de vida amazônico, como, por exemplo, definindo-se taxas de ocupação e parâmetros urbanísticos que permitam ocupações palafíticas de maneira regularizada.

#### 4 Considerações Finais

Em relação ao trabalho e ao esforço de conjugação de estudos de áreas diversas na elaboração deste capítulo, os autores puderam ter uma experiência que destacou a importância de dar continuidade aos estudos e às comunicações sobre cidades amapaenses, sublinhando a necessidade de manter um fluxo constante de troca de informações e conhecimentos entre os pesquisadores. A possível continuidade não apenas preserva o progresso já realizado, mas também abre caminho para novas descobertas e colaborações. Outro ponto central é o exercício de conexão entre estudos aparentemente diversos, que, na realidade, abordam diferentes facetas do mesmo objeto de estudo. Essa abordagem interdisciplinar enriquece a compreensão

---

do objeto, permitindo uma visão mais holística e integrada, fundamental para avanços significativos nos estudos sobre as cidades amapaenses.

Destaca-se que existem questões sobre faces que não foram abordadas no capítulo, sugerindo que futuras investigações possam explorar essas áreas para complementar e aprofundar a discussão, como as habitações quilombolas, áreas também de ressacas que possuem especificidades importantes como a APA do Curiaú, as questões de mobilidade, assim como a urbanização extensiva, entre outros. Reflete-se, portanto, sobre as novas ideias que emergiram ao combinar diferentes perspectivas, destacando como essa sinergia gerou ideias inovadoras que abrem novas direções de pesquisa.

No entanto, reconhecem-se também as dificuldades encontradas ao realizar esses estudos, como a necessidade de gerar dados ainda não existentes para futuras análises e a de integrar diversas metodologias. Essas dificuldades, embora desafiadoras, são vistas como oportunidades para fortalecer a colaboração e aprimorar a qualidade das investigações futuras.

Com relação aos resultados indicados, compreende-se que um ponto central é que o planejamento urbano deve definir o uso do solo considerando todos os fatores em jogo: o déficit habitacional, as mudanças climáticas e os ecossistemas. Estudos sérios são necessários, pois pode ser preciso adensar a cidade para viabilizar a infraestrutura. No entanto, isso deve ser feito buscando justiça ambiental, ética e uma cidade mais humana e gregária. É fundamental estar atento e elaborar estudos para que as políticas públicas não promovam exclusão, como já tem ocorrido, por exemplo, na instalação de alguns conjuntos habitacionais na cidade de Macapá.



## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, I. B. **A influência da verticalização no desenvolvimento das cidades: estudo de caso da área central de Macapá.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.
- ARAÚJO, R. M. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão.** Porto: FAUP, 1998.
- BATISTA, A. J.; BRITO, D. M. C.; PANTOJA, G. M. T. O processo de verticalização urbana em Macapá/AP. **Revista Geo Amazônia.** ISSN: 2358-1778 (online), Belém, v. 04, n. 08, p. 46- 63, jul./dez. 2016.
- BESSE, J. M. Estar na paisagem, habitar, caminhar. In: CARDOSO, I. L. **Paisagem Patrimônio.** Porto: Dafne Editora, 2013.
- CANTUARIA, P. C. (Org.); GAMA, C. de S. (Org.); COSTA LEITE, L. F. S. (Org.). **Coleções Científicas do Amapá: Arqueologia, Cartografia e Geologia.** Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do. 2. ed. Macapá. 2021. v. 2. 107p.
- CARDOSO, A. C. D. Que contribuições virão da Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI. **Thésis.** Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 36-53, dez. 2021
- CARVALHO, B. M.. **Habitação popular na Amazônia: o caso das ressacas de Macapá.** Curitiba: Appris, 2020.
- CARVALHO, G. **Crescimento urbano e perda de áreas verdes em Macapá: riscos e possibilidades de proteção.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Ambientais). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.
- COSTA, A. C. L.; JUNIOR, J. A. S.; CUNHA, A. C.; FEITOSA, J. R. P.; PORTELA, B. T. T.; GUIMARAES, G. C.; COSTA, R. F. Índices de conforto térmico e suas variações sazonais em cidades de diferentes dimensões na Região Amazônica. **Revista Brasileira de Geografia Física.** V. 06, N. 03, 478-487, 2013.
- COSTA, S.M.G.; PERDIGÃO, A.K.A.V.; CAVALCANTE, L.I.C. Política habitacional em Belém (PA): estudo sobre adaptação habitacional em tipologias multifamiliares. **Argumentum,** v. 7, n. 2, 2015.

- CRUZ, V.C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JR., S.-C.C.; TAVARES, M.G.C. (orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.
- FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil. Principais resultados para o período de 2016 a 2019**. Cartilha. Governo do Estado de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYIfH1oaYirjRYIKwJGHwlxulGq/view>. Acesso: 20 mai. 2024.
- FORMAN, R. T. T.; GODRON, M. **Landscape Ecology**. New York: Hohn Wiley & Sons, 1986.
- GEA - GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. 9 anos do Macapaba: maior habitacional do Amapá recebe mutirão assistencial do Governo do Estado. Portal de notícias. sexta, 23 de junho de 2023. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/noticia/2306/9-anos-do-macapaba-maior-habitacional-do-amapa-recebe-mutirao-assistencial-do-governo-do-estado>. Acesso: 20 mai. 2024.
- GUIMARAES, D. C. A casa que eu quero ou a que me oferecem, qual a casa que preciso? Cultura local e políticas públicas em habitação. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 12, 2007. Belém. Anais [...] Belém: Anpur, 2007.
- GUIMARAES, D. C.; PERDIGAO, A. K. A. V. . Adaptações na habitação social. Estudo de subsídios para melhorias do projeto formal de habitação na Amazônia brasileira.. In: **CONGRESO IBEROAMERICANO DE VIVIENDA SOCIAL SOSTENIBLE**, 1, 2024. Ciudad de México. Repensar la casa, transformar la ciudad. Madrid: Departamento de Proyectos Arquitectónicos de la Universidad Politécnica de Madrid, DPA prints, 2024. v. único. p. 249-258.
- GUIMARAES, D. C.; SOUZA, A. M. G. . Habitação, urbanização e desurbanização: como serão as cidades brasileiras pós MCMV?. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE HABITAÇÃO COLETIVA SUSTENTÁVEL**, 2, 2016, São Paulo. Anais [...]São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo., 2016. v. 1. p. 354-357

- ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Dados Geoespaciais 2024**. Disponível em: <[https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/dados\\_geoespaciais](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/dados_geoespaciais)>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- \_\_\_\_\_. Área urbanizada. Rio de Janeiro, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Censo Demográfico Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro, 2024.
- KUWAHARA, L. M.; CARVALHO, V. R.; SILVA, M. V. Arquitetura palafítica na Amazônia: Adequação Bioclimática, Sustentabilidade e Preservação Ambiental para Habitação De Interesse Social. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DA HABITAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO**, 4, 2017. Porto e Covilhã. Anais [...] Covilhã: Universidade Beira Interior, 2017.
- KUWAHARA, L. M.; CARVALHO, V. R.; SILVA, M. V. Melhorias do Desempenho térmico em residências de palafita de madeira para ocupação de áreas úmidas na cidade de Macapá-AP. In: **ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO**, 17, 2018, Foz do Iguaçu. Anais [...] Londrina: ANTAC, 2018. p. 999-1008.
- LOUREIRO, V. **Amazônia, colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022.
- MACAPÁ. **Lei Municipal Complementar nº 026**, de 20 de janeiro de 2004. Plano Diretor de Macapá.
- MACEDO, L. **Janarismo em foco: representações fotográficas da urbanização de Macapá (1944-1956)**. 2020. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- MATSUNAGA, M. K. **Quando a água vira cidade: urbanização e moradia em Macapá, AP**. 2021. Tese (Doutorado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- MIRANDA, T. B.; PONTES, L. B.; GARCIA, M. C. M. **Paisagem, raça e justiça ambiental em Macapá (AP) reflexões sobre a trama hídrica e sociorracial**

- de uma cidade amazônica.** Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie. online), v. 23, p. 121-141, 2023.
- MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 169-181). <[http://www.dpi.inpe.br/Miguel/AnaPaulaDALasta/MonteMOr\\_UrbExtensiva&Povoamento\\_1994.pdf](http://www.dpi.inpe.br/Miguel/AnaPaulaDALasta/MonteMOr_UrbExtensiva&Povoamento_1994.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- PAES LOUREIRO, J.J. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário.** 5. ed. Manaus: Valer, 2015
- PERES, R. B.; SCHENK, Luciana B. M. Planejamento da paisagem e mudanças climáticas: uma abordagem multidisciplinar em São Carlos (SP). **AMBIENTE & SOCIEDADE (ONLINE)**, v. 24, p. 1-24, 2021
- PONTES, L. B. **Espaço (em) aberto: brechas à reinvenção do projeto e da paisagem, um estudo sobre a cidade de Macapá.** 2021. Tese (Doutorado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- PONTES, L. B.; COSTA, L. M. S. A. Reflexões sobre o desenho da paisagem em contexto amazônico: de um garimpo às avessas a um desenho engajado?. In: José Alberto Tostes. (Org.). **Urbanismo no Amapá.** 1ed. Maringá: Uniedusul, 2023, v 1, p. 87-111.
- PONTES, L. B; MIRANDA; T. B; BIBAS, L. B; GODINHO, E. P.; MARTINS, I. E.S. **Cartografias Emergentes: espaços livres e experiências colaborativas na cidade da Amazônia: relatório de pesquisa** (Universidade Federal do Amapá). Macapá, 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina [Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America]. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.
- SANTOS, N. V.; MOURA, E. A. F. Conjunto habitacional Residencial Macapaba, na cidade Macapá-AP: direito à cidade? **Novos Cadernos NAEA,**

- [S.l.], v. 24, n. 1, ago. 2021. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8279>. Acesso em: 30 mai. 2024.
- SILVA, D. F.; LIMA, H. M. F. A exclusão social dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós no município de Macapá. **Inovação & Tecnologia Social**. V. 1. n° 2. 2019.
- SILVA, E. A. C. S. **Quando a terra avança como mercadoria perde-se o valor de uso na cidade: regularização fundiária e a expansão urbana na cidade de Macapá - Amapá**. 2017. 1 recurso online (192 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.
- SILVA, M. R. A. **Espaços livres nas áreas de ressacas: estudo de caso bairro Congós**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Arquitetura da Paisagem). Universidade Federal Rural da Amazônia, Canema, 2024.
- SILVA, M. V.; ALMEIDA, P. P. Análise Tipológica Dos Edifícios Habitacionais Verticalizados Da Zona Central De Macapá. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM URBANISMO**, 15, 2023. Recife. Anais [...] Recife: Universidade Católica de Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2023, p.453-467.
- SILVA, M. V.; PENA, B. P. L. Análise do Plano Diretor Urbano de Macapá (2004) com ênfase na verticalização e no conforto ambiental. In: TOSTES, Alberto (org.). **Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá – 2004**. Macapá: Editora UNIFAP, 2020. p. 77-101. ISBN 978-65-991862-0-2. E-book.
- SILVA, O. F., SENA, K.; CORDEIRO, N. F.; ALMEIDA, R. Geoprocessamento aplicado ao estudo do processo de verticalização e suas implicações no desempenho energético urbano da cidade de Macapá-AP. **XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR**. Curitiba, 2011.
- TAKIYAMA, L. R.; SILVA, U. R. L. da; JIMENEZ, E. A.; PEREIRA, R. A. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá**. Relatório técnico final. Macapá: IEPA, 2012. 84 p.

---

TOSTES, J. A., FERREIRA, S. D. Os desafios de inclusão social entre a cidade e o edifício na cidade de Macapá. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL ACADEMIA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA**, 4, 2017. Inhotim. Anais [...] Inhotim, 2017.

Louise Barbalho Pontes

Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Doutora em Urbanismo pelo Proureb/UFRJ com doutorado sanduíche (PDSE-CAPES) na Universidade Politécnica da Catalunha – UPC (Espanha) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFPA. Tem experiência nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento da paisagem, projeto urbano e da paisagem, espaços abertos e desenho urbano em contexto amazônico.

Marcelle Vilar da Silva

Arquiteta e Urbanista (Fau/UFPA). Mestra em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA). Doutoranda em Arquitetura pela Universidade de Lisboa (FAUL/ULisboa). Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Pesquisadora dos grupos Núcleo de Pesquisa do Espaço Construído na Amazônia (Tramaz/Unifap) e Observatório da Arquitetura, Tecnologia e Inovação (Obati/Ciaud/Lisboa). Atua nos temas: clima e arquitetura; conforto térmico urbano; resiliência urbana e justiça climática na Amazônia. E-mail: [cellevilar86@yahoo.com.br](mailto:cellevilar86@yahoo.com.br)

Danielle Costa Guimarães

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU/UFPA; Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifap e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UNB. Tem experiência nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: habitação social, Amazônia, espaço público, políticas públicas e projeto do equipamento.

**Matheus Cleber Melo Garcia**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-IAU) da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá (2024).

**Bárbara Patrícia Lima Pena**

Arquiteta e Urbanista (Unifap). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amapá (PPGCA/Unifap). Membro ativo da equipe do projeto Tedplan – Termo de Execução Descentralizada para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Bolsista pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – Fundape, em parceria com Unifap e Funasa. Área de pesquisa: urbanismo, mobilidade urbana e drenagem urbana. E-mail: barbara.lima.pena@hotmail.com.





## Capítulo 13

### Análise comparativa do fluxo de passageiros nos trapiches de atracação entre as cidades de Macapá (AP) e Afuá (PA)



*José Alberto Tostes  
Andrea Girleni Barreto Alves*

#### Introdução

A ocupação geográfica de orlas fluviais ou marítimas é um fator marcante na história das civilizações humanas, assinalando registros que se iniciam desde a pré-história da humanidade, chegando até as atuais características de uso e ocupação dessas áreas. Ao longo do tempo histórico, o uso desses espaços sofreu modificações, principalmente em razão de dinâmicas comerciais, facilitando rotas mercantis e militares, reconfigurando a organização da ocupação geográfica da orla e política de regiões, e até mesmo de continentes (Monte-Mór, 2006; Becker, 2001).

No Brasil, durante o período de colonização, primeiramente as longas faixas de orla marítima foram ocupadas, originando vilas e povoados importantes para a consolidação das estratégias de ocupação da época. No período de interiorização das técnicas de domínio das terras do Brasil central, rios de médio e grande porte foram utilizados para deslocamentos, criando eixos de integração e administração colonial, possibilitando novas formas de ocupação e provisionamento econômico no período (Santos, 1979).

Da mesma forma, em razão da proeminente rede hidrográfica da Amazônia, ao longo das formas de ocupação da região, os principais rios foram



utilizados em larga escala para deslocamento de contingente populacional e suporte logístico no período colonial e republicano, criando novas cidades que rapidamente se desenvolveram a partir de suas orlas fluviais, as quais eram inteiramente funcionais e integradas às questões econômicas da época.



Figura 1 – Localização geográfica entre Macapá e Afuá.

Fonte: Tostes; Feijão.

A cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, está localizada ao Norte do Brasil, cidade média Amazônica, situa-se na faixa litorânea do estado com sua costa banhada pelo Rio Amazonas e possui grande destaque frente aos demais municípios, por conta de sua hierarquia econômica e social, profundamente ligada à dinâmica fluvial de abastecimento, originada ainda no período de administração pombalina para a região (Porto-Gonçalves, 2005). Ressalta-se que Macapá se desenvolveu e ao longo do processo passou a se conectar a vilas e cidades fronteiriças, sobretudo da região estuarina do Rio Amazonas pertencente ao estado do Pará, criando fluxos e dinâmicas específicas que se configuram como objeto de estudo deste artigo (Figura 1 e 2).

Assim, consideraram-se questões pertinentes entre dois eixos de fluxos hidroviários proeminentes e que despertam atenção para o cenário delineado, constituído entre as cidades de Macapá (AP) e Afuá (PA). Tal

como supracitado, a cidade de Macapá é a capital do estado do Amapá e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, sua população estimada passou a ser de 522.357 habitantes, sendo o 51º município mais populoso do Brasil e o quinto mais populoso da Região Norte.

A outra cidade estudada é a cidade de Afuá (PA), estado do Pará, que é uma cidade ribeirinha, localizada à beira do rio Afuá, que dá acesso e nome à cidade; é limitada nas laterais pelos rios Cajuúna e Marajozinho. É nesta pequena (em extensão) sede que se observou a dinâmica de fluxos de passageiros em trapiches de atracação nesta investigação.

Nos municípios citados, o transporte hidroviário é predominante, principalmente nos municípios de Macapá (PA) e Afuá (PA), onde as portas de saída e entrada da cidade são este modal, e este modal de transporte utiliza os rios, igarapés, furos e lagoas como vias de ligação entre localidades.



Figura 2 – Local de embarque na orla da cidade de Macapá.

Fonte: Alves, 2022.

Com base nestas observações, foi proposto um estudo por meio de análises a partir de referências das cidades de Macapá (AP) e Afuá (PA), utilizando como subsídio a análise comparativa das dinâmicas de fluxos de passageiros nos pontos de orlas dessas cidades.

Foram analisados também a caracterização desses fluxos, os tipos e condições de serviços prestados nesses espaços a partir da percepção de que os fluxos existentes entre essas duas cidades ocorrem em razão de suas

---

localizações estratégicas, sendo importantes para o cotidiano de boa parte da população da cidade de Macapá e Afuá por questões econômicas, sociais e culturais, porém não são consideradas de forma integrada na elaboração de estratégias de planejamento urbano para o setor, mostrando uma possível articulação fraca entre as esferas da União, estados e municípios, ocasionando perdas no contexto da organização dos sistemas de transporte fluvial, uma vez que a principal interligação entre essas duas cidades é o Rio Amazonas.

## 1 O contexto das cidades na Amazônia

A gênese das primeiras cidades da Amazônia e/ou seus primeiros núcleos urbanos sempre apresentaram um vínculo muito próximo com o elemento hídrico, a denominar de “ribeirinha” uma primeira fase de crescimento para a cidade de Belém, o que se aplica às demais cidades da Amazônia (Trindade Júnior; Silva; Malheiro, 2005). Como é o caso de Afuá, no estado do Pará, e de Macapá, no estado do Amapá.

Na Amazônia, no entanto, muitas cidades nascem antes do campo, como base logística para a exploração dos recursos naturais por meio de grandes projetos. Essa ocupação, espontânea ou dirigida, ocorrida por meio da abertura de rodovias e da implantação de grandes projetos agropecuários, de mineração, e hidrelétricos ligados à industrialização, produziu na esfera produtiva e nas relações de produção da região amazônica, mudanças que podem ser verificadas em sua rede urbana, que se transforma e se complexifica para dar conta de integrar-se na divisão nacional e internacional do trabalho dentro da fase atual do capitalismo (Corrêa, 2006, p. 11).

Também, Fromm (1968), ao discutir o papel dos transportes no desenvolvimento econômico, evidencia que os transportes criam economias internas para muitos setores. A visão da Amazônia no início do século 21 apresenta padrões e arranjos espaciais de uma Amazônia diferente, em meio a floresta tropical, um tecido urbano complexo se estruturou, levando a criação e o uso do termo “floresta urbanizada” pelos pesquisadores que estudam e acompanham o processo de ocupação da região (Becker, 1995, p. 9).

Ainda nesse contexto, a autora enfatiza que o crescimento da população urbana não foi acompanhado da implementação de infraestrutura para garantir condições mínimas de qualidade de vida. Baixos índices de saúde, educação e salários, aliados à falta de equipamentos urbanos, denotam a baixa qualidade de vida da população local.

É durante o processo da urbanização que a rede urbana se constitui e passa a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente. A rede urbana pode ser definida como a interligação entre as cidades que se estabelece a partir dos fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informações. Assim, todas as cidades da rede urbana de um país ou do mundo estabelecem entre si algum tipo de relação, que depende da função que cada cidade possui.

*Metrópoles Regionais:* Têm capacidade de atração restrita à região em que estão localizadas, atraindo pessoas de cidades menores em busca de trabalho, moradia, educação ou tratamento médico que não encontram em suas cidades de origem. Uma rede urbana pode ser compreendida como o conjunto ou a organização de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, onde existe um centro regional que exerce um papel maior ou menor de controle econômico e político sobre a sua hinterlândia (Corrêa, 2006, p. 37).

Ribeiro (2001) afirma que a rede urbana amazônica caminha de uma rede dendrítica para uma rede complexa, em que: as cidades participam de numerosas, complexas e desiguais redes geográficas que tornaram a organização espacial caleidoscopicamente fragmentada e articulada. Há uma simultaneidade de redes que se manifestam, sobretudo, em uma cada vez mais complexa rede urbana” (Ribeiro, 2001, p. 386).

Soares e Melo (2009) afirmam que as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades, compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, e são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional no qual estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial. “A participação do Estado é fundamental para o desenvolvimento econômico, para o fomento

---

do transporte marítimo e para a circulação e a mobilidade geográfica do capital” (Corrêa, 2006, p. 49).

Arelado a essas questões, é preciso também considerar a economia política da cidade (Santos, 1994) considerando, sobretudo, a relação cidade-rio (Trindade Jr., 2008; Silva, Malheiro, 2005; Trindade Jr., Silva, Amaral, 2008), de modo que sejam concebidas as características específicas que definem a relação campo/cidade e rural/urbano nas cidades ribeirinhas.

A ocupação, espontânea ou dirigida, ocorrida através da abertura de rodovias e da implantação de grandes projetos agropecuários, de mineração, e hidrelétricos ligados à industrialização, produziu na esfera produtiva e nas relações de produção da região amazônica, mudanças que podem ser verificadas em sua rede urbana, que se transforma e se complexifica para dar conta de integrar-se na divisão nacional e internacional do trabalho dentro da fase atual do capitalismo (Corrêa, 2006).

Tal situação vai denotar na fragilidade das redes urbanas amazônicas, que está relacionada à existência de uma série de impedimentos por conta dos fluxos de pessoas, mercadorias e serviços, cabendo destacar: as grandes distâncias que separam as capitais das demais cidades e vilas; a carência de infraestrutura nos setores de transporte e comunicação em grandes porções do território amazônico; a grande proporção de população desprovida de recursos materiais e educacionais decisivos para a sua participação ativa nos diversos tipos de fluxos (Sathler, Monte-Mór, Carvalho, 2009).

Na década de 60, segundo Corrêa (1987), se inicia o sétimo período proposto, marcado por transformações que afetaram a rede urbana e tiveram como resultado novas formas espaciais. O autor afirma que houve uma política de incorporação mais efetiva no Brasil à expansão capitalista, e a Amazônia passou a ser vista como a fronteira do Capital.

Também Corrêa (1987), na obra *Periodização da rede urbana da Amazônia*, define esse espaço urbano como fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas, sendo um produto social, resultado de ações acumuladas, através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.

Cada região possui um grau de desenvolvimento das redes de transportes associados aos processos históricos, políticos, sociais e econômicos vivenciados. Neste sentido, “[...] a importância dos rios, baías, furos e igarapés como meio de circulação principal para o desenvolvimento do comércio e da circulação dos produtos extraídos, produzidos e consumidos na região amazônica é incontestável” (Santos, 2016, p. 59).

A utilização do rio para fins de mobilidade e transportes pode e deve ser encarada como uma potencial solução para promover uma mobilidade mais sustentável, nomeadamente com a criação de um transporte coletivo fluvial em apoio ao sistema de transporte coletivo rodoviário existente e interligado à malha ciclável existente, ou seja, tornar um curso de água que funciona como uma barreira em algo utilizável e navegável (Santos; Ribeiro, 2021, p. 3).

Assim os rios marcam a história e as dinâmicas espaciais dessas cidades, ou seja, define uma relação cidade-rio (Malheiro; Silva; Trindade Jr., 2005; Ravena; Santos; Trindade Jr., 2005), enfatizando que é por intermédio dos rios que há a penetração de pessoas, produtos e mercadorias extraídos das florestas. Pelo rio chegam produtos das florestas ou dele mesmo, no caso, o pescado. Mas por ele também chegam os objetos, as mercadorias dos lugares distantes e industrializados.

Ele é uma “janela” com múltiplas passagens; por ele a cidade faz-se rural e faz-se urbana. Este aspecto, contraditório, mas passível de explicação, é visualizado por Trindade Jr., Silva e Amaral (2008) através da perspectiva miltoniana de forma-conteúdo: a cidade ribeirinha é forma-conteúdo, um espaço relacional que contém e está contido em relações.

Neste hibridismo, a cidade-rio conhece o conteúdo urbano sem se desvincular do rural, faz-se e se refaz tendo o rio como referência. Assim, portanto, para o estudo da relação rural-urbano nas cidades ribeirinhas.

As redes urbanas representam localizações articuladas entre si por vias de fluxos, onde se efetivam as interações espaciais realizadas por meio dos atributos das localidades e das possibilidades reais de se articularem. As redes urbanas e as geográficas são historicamente contextualizadas, sendo parte integrante de um longo e cada vez mais complexo processo de organização espacial socialmente engendrado (Corrêa, 1997, p. 23).



## 2 Transporte Fluvial na cidade de Macapá (AP) e Afuá (PA)

O transporte hidroviário é predominante, principalmente nos municípios de Macapá (AP) e Afuá (PA), onde as portas de saída e entrada da cidade consistem neste modal e este modal de transporte utiliza os rios, igarapés, furos e lagoas como vias de ligação entre localidades, estados, oceanos e países.

Tostes (2018, p. 8) afirma que as cidades como Afuá (PA), assim como várias outras, têm um forte vínculo com as cidades de Macapá e Santana, são atividades relacionadas ao comércio, à pesca, à produção e à venda de açaí e diversos outros tipos de produtos.

A importância do transporte fluvial em municípios da Amazônia deve ser dada pela fluidez de pessoas e mercadorias que utilizam esse meio como principal deslocamento e os motivos de viagem são diversos, como trabalho, saúde e educação, as cargas não são segregadas da embarcação, além dos graves problemas advindos do terminal hidroviário.

Em nível regional, a cidade de Afuá relaciona-se basicamente com as cidades de Macapá e os municípios próximos da cidade de Belém, tendo como principal meio de transporte o barco a motor (Figura 3).



Figura 3 – Transporte Fluvial da Cidade de Macapá (AP) e Afuá (PA)

Fonte: Alves (2022).



Segundo Lomba e Nobre-Júnior (2013), mesmo após sua fundação, essas cidades ribeirinhas são caracterizadas pela dependência da hidrografia para realização de diversas atividades, sejam elas vinculadas ao transporte de pessoas ou ao de mercadorias (Figura 4).



Figura 4 – Frente da cidade com imagens das embarcações, moradores e edificações em Afuá

Fonte: Alves (2022).

O Quadro 1 traz um resumo das relações das cidades com os sistemas de objetos, indicados como atracadouros. A promoção da melhoria de infraestrutura e ações de planejamento urbano podem atender a diversas localidades e regiões.

Quadro 1 – Relações das cidades com sistema de objetos versus sistema de ações

| CIDADE      | SISTEMA DE OBJETOS   | SISTEMA DE AÇÕES  |
|-------------|--|---|
| Macapá (AP) | Atracadouros (Rampa do Santa Inês, Igarapé das Mulheres, Igarapé das Pedrinhas, Igarapé do Jandiá e Rampa do Araxá). | Atracadouros que atendem a vários municípios da ASA <sup>63</sup> e articulam com cidades paraenses como Abaetetuba e Ilhas adjacentes. |
| Afuá (PA)   | Atracadouro (Trapiche Principal e Secundários).  | Atendem toda a extensão do município.   |

Fonte: Alves, 2023.

63 Significa Amazônia Setentrional Amapaense, refere-se à centralidade urbana sub-regional da cidade de Macapá exercida num conjunto espacial chamado por Santos (2012).

O estado do Amapá tem forte influência e pressão das ilhas do Pará, sem que ocorram as medidas compensatórias pelo estado do Pará, sendo os impactos expressivos nos itens de qualidade de vida urbana.

Por isso, é necessário aferir a existência de dinâmicas provenientes dos fluxos de passageiros que acontecem nos trapiches de atracação na cidade de Macapá (AP) e Afuá (PA), podendo acontecer por diversos motivos de viagem e localização geográfica (Figura 5).



Figura 5 – Embarcações presas nos atracadouros do município de Afuá (PA)

Fonte: Alves (2022).

Na região amazônica, um dos problemas de transporte que se tem observado diz respeito aos terminais fluviais, uma vez que a maioria surgiu de uma ocupação espontânea, sem a preocupação com critérios básicos de segurança e conforto. Segundo Tobias (2009), o conceito de terminal é considerado como parte do sistema de transporte onde se realiza a transferência entre dois ou mais modos de transporte, ou entre duas diferentes rotas do mesmo modo, devendo oferecer infraestrutura que facilite essa transferência entre os modos (TOBIAS, 2009, p. 13).

Segundo a Norma Brasileira de Acessibilidade ao Transporte Aquaviário (NBR 15450, 2006), a maioria dos terminais da Amazônia apresentam problemas de acessibilidade, seja nos dispositivos de acesso às embarca-

ções (rampas, plataformas flutuantes, entre outros), além de sistemas de proteção, como guarda-corpo. A cidade de Afuá (PA) não possui requisitos mínimos e nenhuma estrutura de terminal.

Enumera-se, segundo o Planejamento Urbano de Transportes, alguns indicadores constantes no manual para concepção de terminal de passageiros, buscando reduzir seus impactos.

O Quadro 2 caracteriza as localizações de como cada orla atende a diferentes especificidades. O que se constata são características peculiares com atividades desordenadas e sempre ligadas ao rio, mas que gera movimentação de capital atuando na informalidade, mas com a ausência de gestão por parte dos estados e municípios.

Quadro 2 – Orlas Fluviais X Características Locais

|   |  |
|---|--|
| Canal de Jandiá                         | Localizada na zona norte da cidade, embarcações provenientes da Ilha do Bailique (arquipélago), acontece atividades econômicas de venda de madeira, na zona sul da cidade, assim como embarque e desembarque de passageiros no Porto Anajás.             |
| Igarapé das Mulheres (Perpétuo Socorro) | Recebe diversos tipos de embarcações de origem em Afuá e Chaves, traz diversas cargas (frutas, legumes e outros).  |
| Rampa do Santa Inês                     | Movimentação nas primeiras horas do dia, recebe fluxos de embarcações de Afuá e Chaves.  |
| Rampa do Araxá                          | Localizada na orla sul da cidade de Macapá, pequenas embarcações comercializam produtos como açaí, peixes e camarão vendidos diretamente pelos pescadores.   |
| Canal das Pedrinhas                     | Localizado na orla sul da cidade de Macapá, onde embarcações de pequeno e médio porte comercializam, predominante madeira.   |
| Trapiche de Afuá                        | Localizado na orla de Afuá, onde embarcações de pequeno e médio porte realizam fluxo de passageiros e cargas, além de realizar compras e vendas, com principal elo a cidade de Macapá, direcionando para as orlas do Canal do Jandiá e Perpétuo Socorro. |

Fonte: Adaptado de Santos (2012).

---

Tais orlas não possuem infraestrutura de terminais adequados, porque, para ser considerado terminal, deve-se obedecer aos requisitos mínimos de todo sistema de infraestrutura hidroviária.

### 3 As Potencialidades a partir do fluxo de passageiros nos atracadouros de Macapá (AP) e Afua (PA)

Para Cohen (2016), as cidades são o foco do crescimento econômico, da inovação e da geração de empregos, e, apesar das taxas de pobreza nos centros urbanos, os residentes urbanos comumente têm maior acesso à saúde, à educação e a serviços públicos de infraestrutura básica.

As cidades de Macapá e Afua possuem alto potencial para a atividade madeireira, Igarapé das Pedrinhas e Canal do Jandiá são áreas de comercialização de madeira e a ligação direta de venda entre esses municípios é constante. Segundo Meirelhes Filho (2009, p. 86), “a exploração da madeira é a principal atividade econômica de mais de cem municípios da Amazônia”.

Tobias (2013) também comenta sobre o entrelaçamento de rios, furos, lagos e igarapés, e diz que a Amazônia brasileira pode ser compreendida não somente pela peculiaridade ecológica, mas também pelo modo de vida abalizado por práticas de adaptação que integram as populações às características ambientais.

A importância do transporte fluvial dos municípios de Macapá (AP) e Afua (PA) deve ser dada por conta da fluidez de pessoas e mercadorias que utilizam esse meio como principal deslocamento, e os motivos de viagem são diversos, como trabalho, saúde e educação, as cargas não são segregadas da embarcação, além dos graves problemas advindos do terminal. É através da orla que boa parte da dinâmica da cidade é conduzida. O rio proporciona, atualmente, de forma tímida, o início da interligação e integração entre as duas cidades em estudo.

As sedes municipais do estado do Pará situam-se às margens dos rios por diversas estratégias, mas sempre considerando a facilidade de acesso. Portanto, a frente dessas cidades é ocupada por portos, trapiches públicos e privados, onde os diversos barcos se ancoram (Tobias, 2013).

Sobre circuito superior e inferior da economia local, Santos (1979) aponta diversas variáveis e características que diferenciam os dois circuitos, como a tecnologia empregada, a forma de organização, a participação dos capitais, a geração de emprego assalariado, a existência de estoques, os preços, a disponibilidade e o uso de crédito, as margens de lucro, as relações com a clientela, a existência de custos fixos, a utilização de publicidade, a reutilização dos bens, a existência de ajuda governamental, a dependência direta do exterior, dentre outras (Santos, 1979, p. 45).

O circuito inferior da economia urbana, que já era dinâmico por sua tendência de adaptar-se às diferentes conjunturas econômicas, tem a seu dispor novas ferramentas que auxiliam no esforço de subsistência e geração de renda.

A orla da cidade de Macapá compreende vários setores urbanos, configurando-se como um espaço com usos diversos e construções mistas de comércio e habitação. Os setores que correspondem às atividades de lazer compreendem grande parte da orla. Diariamente, a população utiliza esta área para praticar atividades de esporte e lazer, morar e trabalhar, proporcionando a esse espaço movimento, ao mesmo tempo que a população se apropria deles (Quadro 3).

Quadro 3: Principais características das cidades de Macapá (AP) e Afuá (PA)

| MACAPÁ (AP)                                       | AFUÁ (PA)  |
|---|--|
| - Cidade comerciária e de serviços                | - Cidade comerciária e de serviços   |
| - Cidade média                                    | - Cidade pequena   |
| - Comércio varejista e atacadista                 | - Predomínio de comércio varejista   |
| - Cidade portuária (circuito inferior)            | - Cidade portuária (circuito inferior)   |
| - Orla da cidade com funções de turismo e lazer   | - Orla da cidade com funções de lazer e turismo em período sazonal (Julho – Festival do Camarão) |
| - Lugar de permanência e distribuição de produtos |  |

Fonte: Alves, 2023

O grande desafio nas cidades que tiveram um planejamento tardio e deficiente é de implementarem a política de planejamento urbano e a movimentação segura de pessoas e cargas (mercadorias).

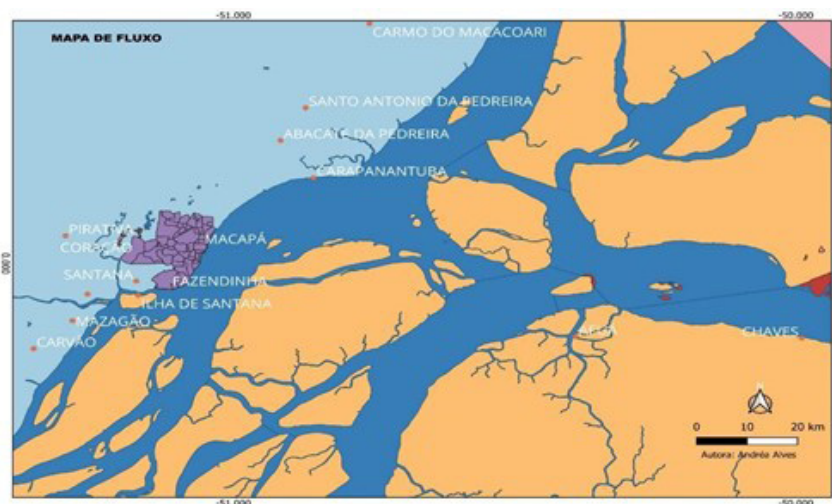


Figura 6 – A conectividade entre as cidades do Amapá e Pará

Fonte: Alves, 2023.

Cada região possui um grau de desenvolvimento das redes de transportes associado aos processos históricos, políticos, sociais e econômicos vivenciados.

Neste sentido, “[...] a importância dos rios, baías, furos e igarapés como meio de circulação principal para o desenvolvimento do comércio e da circulação dos produtos extraídos, produzidos e consumidos na região amazônica é incontestável” (Santos, 2002, p. 11, 2016 p. 59). Já Silva (1949), estuda o conceito de fluxos materiais afirmando que relaciona com a circulação e movimento.

A zona de influência de um terminal hidroviário de passageiros, tanto de origem quanto de destino, não é muito extensa, pois o modo hidroviário não apresenta as características de um transporte porta a porta. Desta forma, tem-se que os terminais devem estar localizados em áreas que ofereçam

diversas alternativas de complementação de transporte (Figura 6) (D Fluvial 2010, p. 48).

Projetos de melhorias visando à requalificação dessas áreas de entorno têm como principal objetivo a integração da cidade desenvolvendo seu potencial econômico por meio da diversidade de usos, ou seja, inserir em um mesmo ambiente equipamentos que irão auxiliar a atração não somente aos que utilizam a orla como fonte de renda, como também aos que visitam a área para lazer ou entretenimento. Com a melhoria da infraestrutura dos terminais fluviais nas orlas, haverá o aumento da acessibilidade possibilitando o deslocamento seguro de pessoas com mobilidade reduzida e portadores de deficiências.

#### 4 Considerações Finais

A cidade de Macapá é um importante entreposto geográfico na Amazônia Legal, além de ser uma região intermediária de ligação entre as ilhas do Pará, possui localização estratégica para atividades econômicas, turismo e transporte. Neste sentido, faz-se necessário um conjunto de medidas presentes nos instrumentos e obras que potencializam o fluxo de cargas e pessoas, aproveitando o mercado existente ainda não oficializado.

A principal motivação se baseia na importância do transporte fluvial por conta da fluidez de pessoas e mercadorias que utilizam esse meio como principal deslocamento, os motivos de viagem são diversos, como trabalho, saúde e educação. As cargas não são segregadas da embarcação, além dos graves problemas advindos do terminal. É através da orla que é conduzida boa parte da dinâmica da cidade, o rio proporciona a interligação e integração entre as cidades em estudo.

Na cidade de Afuá, que faz parte do circuito inferior da economia, a chegada de cargas de gêneros alimentícios e de consumo é de maior volume. Afuá é uma cidade de consumo, o principal motivo de viagem para Macapá é a comercialização de gêneros alimentícios. Considerado um centro local de baixa influência nos municípios vizinhos, é no entorno da região de Breves,

---

Pará. É oportuno a necessidade de integração entre os governos do Amapá e do Pará na elaboração de políticas públicas que oportunizem a dinâmica já existente por meio das atividades de transporte de passageiros e do fluxo de mercadorias.



## Referências Bibliográficas

- ALVES, A. G. **Levantamento da pesquisa de campo nas cidades de Macapá e Afuá**. Macapá, 2022.
- BECKER, B. **Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Parcerias Estratégicas - Número 12 - Setembro, 2001.
- BIBAS, L.B. **O espaço tradicional em contexto periférico: Inadequações e tensões entre visões de mundo: o caso de Afuá** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- COHEN, B. **Urbanization in Developing Countries: Current trends, Future projections, and key challenges for sustainability**. Technology in Society. v. 28, 2016.
- CASTRO, E. **Formação Socioeconômica da Amazônia** / Edna Ramos de, Índio Campos, Organizadores – Belém: NAEA, 2015. COLEÇÃO FORMAÇÃO REGIONAL DA AMAZÔNIA Volume 2 640 p.: il.; 22 cm - (Coleção Formação Regional da Amazônia, v.2 2015).
- CORRÊA, R. L. **A periodização da rede urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia – RGB, Rio de Janeiro, ano 49, n.03, p. 39-68, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006
- COSTA, Ana Cynthia Sampaio da. **Igarapé das mulheres: uma proposta de reabilitação urbana**/ Santana: UNIFAP, 99 f. 2015.
- COPEL, Vanessa G. **Planejamento Urbano**. GRUPO A EDUCAÇÃO S.A, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023/>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- D-FLUVIAL (2010) **Demanda potencial e formação de rede rodofluvial na Região Metropolitana de Belém**. Tobias et al.(orgs.) Belém: Fidesa; Unama; UFPA. (Relatório Final).
- FROMM, G. **Transporte e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Victor Publicações LTDA, 1968.

- PORTO, J L R. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia Aplicados, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, 2002;
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 10. (Livros 1 e 2) Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MEIRELLES FILHO, J. **Grandes expedições à Amazônia brasileira: 1500-1930**. São Paulo: Metalivros, 2009. 241 p.
- MONTE-MÓR, R. L. **As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil**. Rio de Janeiro, 98p, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte, 14p., 2006.
- NOBRE JÚNIOR B. B. **A RELAÇÃO RURAL-URBANO A PARTIR DAS CIDADES RIBEIRINHAS: O papel da feira do mercado municipal na cidade de Afuá** 2011 Trabalho de conclusão de curso. Graduação Licenciatura em Geografia Unifap.
- OLIVEIRA. J.A. **A CULTURA NAS (DAS) PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA**. VII Congresso Luso-Afro – Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra – A questão Social no Novo Milênio, Portugal, 16, 17 de Setembro de 2004.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.
- RIBEIRO, M. A. A rede urbana amazônica: da rede dentrítica à configuração de uma rede complexa. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2001, p. 369-389.
- ROCHERFORT, M. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v.6, n. 2, jul./dez., 1979.

- SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas** / Emmanuel Raimundo Costa Santos. - Presidente Prudente: [s.n], 2012 276 f. : il.
- SANTOS, K.A. A. C. S. **Análise socioambiental da ocupação urbana da área do Aturiá-AP**. 2008. 102 fl. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2010.
- SATHLER, D; MONTE-MOR, R. L.; CARVALHO, J. A. M. **As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v.19, n.1, p.11-39, jan./abr., 2009.
- SILVA, S. C. de O. **Orlas fluviais das cidades de Macapá e Santana: Analise da dinâmica urbana**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, UNIFAP. Macapá, 2017.
- SILVA, L. M. A., SILVA, S. L. F. **Fatores de decisão de compra de pescado nas feiras de Macapá e Santana-Amapá**. Boletim Técnico Científico do CEPNOR, Belém, v. 4 , n. 1, p.89-98. 2004.
- SOUZA, A. C. M. de. **Análise do planejamento urbano de um espaço em transformação: as cidades de Macapá e Santana na perspectiva do desenvolvimento local** / Ana Cláudia Machado de Souza; orientador, José Alberto Tostes - Macapá, 2014. 120 p.
- SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. **Potencialidades regionais estado do Amapá**. 56p. 1999.
- TOBIAS, M. S. G; LIMA, A. C. M. **Urbanização e Meio ambiente Vol.2 Unama**, 2013, Belém.
- TOSTES, J.A.; FERREIRA J. F. de C. **Avaliação da Sustentabilidade na Amazônia: A Mesorregião Norte do Amapá** G&DR v. 13, n. 1, p. 198-223, jan-abr/2017, Taubaté, SP, Brasil, 2017.
- TOSTES, J.A.; A.J.D FEIJÃO. **Paisagem cultural da cidade de Macapá. O rio comanda a vida**. Seminário Lusófono - Tema: Paisagens Culturais. A Paisagem e Patrimônio, Belo Horizonte, 2017.
- TOSTES, J.A. **Planejamento Urbano e Regional no Estado do Amapá** (Org.) Editora UNIFAP, Macapá, 2018.
- TRINDADE JR., S.C. C. **De volta ao rio: estratégias de gestão e de (re)apropriação do espaço urbano na área central de Belém**. In: TRINDADE JR.,

- 
- S.C. C; TAVARES, M. G. da C. (orgs.) **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: Edufpa, p.145-156, 2008.
- TRINDADE JR., S.C. C; SILVA, M. A. P. da; MALHEIRO, B. C. P. Belém, a cidade e o rio: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR., S.C.C; SILVA, M.A. P. da (orgs.) **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: Edufpa, p. 145-169, 2005.

José Alberto Tostes

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (1988), especialista em planejamento e desenho urbano UFRJ (1992), mestre e doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo ISA-Cuba (1998-2003). Coordenador do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia e da Rede de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. Professor Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá e do Mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável. E-mail: [tostes.j@unifap.br](mailto:tostes.j@unifap.br)

Andréa Girlene Barreto Alves

Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Pará (2007-2012), mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (2020-2023), Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Instituto Nova Ateneu – MG (2017-2018). Docente do Instituto Federal do Amapá nos cursos de Edificações, Estradas e Engenharia Civil, na Faculdade Estácio do Amapá e na Universidade Paulista (UNIP AP). E-mail: [agtbaretto@gmail.com](mailto:agtbaretto@gmail.com)

## Capítulo 14

### Produção do espaço urbano: conflitos por terra e discursos sobre a cidade de Rio Branco (AC)



*Maria de Jesus Morais,  
Alice Vitória Penedo da Silva,  
Bruno Oliveira do Nascimento,  
Maria Nécí Pereira da Silva e  
Ricardo Santos de Oliveira*

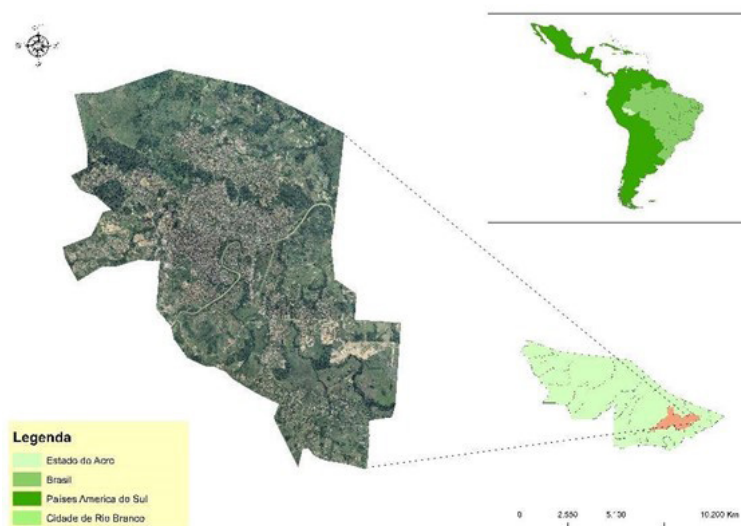
#### Introdução

A cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, localiza-se na Amazônia Sul-Occidental (mapa 01). Cidade centenária que teve seu processo de ocupação iniciado com a exploração da goma elástica, na passagem do século 19 e início do século 20. Nesse sentido, neste capítulo, fazemos uma análise dos processos recentes de reforma e/ou requalificação urbana que vem ocorrendo na cidade de Rio Branco, com o objetivo de apontar as suas contradições, pois, ao mesmo tempo que se pretende resolver a questão dos aglomerados subnormais, o poder público atua no sentido de facilitar a atuação do capital imobiliário. Visamos destacar estas questões, isto é, a produção do espaço da cidade via a atuação dos “agentes produtores do espaço urbano”, com destaque para a questão dos conflitos pela moradia popular, e os discursos sobre a cidade no que diz respeito à propaganda dos condomínios de luxo. Visa também mapear a expansão da malha urbana, destacando a ação dos diferentes agentes produtores do espaço. Em tempos



recentes, a reforma urbana, em Rio Branco, diz respeito, principalmente, às obras de “urbanização” das margens do Rio Acre e do Igarapé São Francisco, no perímetro urbano da referida cidade.

Mapa 01 — Localização da cidade de Rio Branco-AC



A produção do espaço urbano, portanto, pode ser estudada de diferentes perspectivas. O plano urbano, a densidade da população, as habitações e os imóveis de uso comercial, os equipamentos de serviços, características demográficas e étnicas, e características sócio profissionais, como aponta Cavalcanti (2001). Aqui, privilegiaremos as contradições implícitas na atuação do poder público, no que diz respeito às políticas urbanas relacionadas à questão da moradia e aos discursos produzidos ao longo do tempo que justificam as intervenções urbanas. Além disso, a ação dos promotores imobiliários, no que diz respeito à construção de condomínios de luxo.

Por um lado, o poder público tem construído conjuntos habitacionais para a população de baixo poder aquisitivo e tem apoiado a iniciativa privada no que diz respeito à construção de residenciais de luxo. Nesse processo,

têm ocorrido os processos de *deslocamento* e *desposseção* da população de baixa renda de seus locais de moradia.

Os termos *deslocamento* e *desposseção* aqui utilizados são emprestados de Harvey (2011), quando este discute a produção do espaço urbano no que diz respeito à absorção do capital por meio da “reabilitação urbana”. Ambos os termos estão relacionados à reforma urbana e à retirada da população de baixa renda de áreas valorizadas e/ou em valorização pelo capital imobiliário. O termo *desposseção* também está relacionado ao processo de “perda de direitos” da população que habita as periferias pobres das cidades. O que significa dizer que estas populações estão sendo “desposuídas dos espaços que ocupavam havia muito tempo” (p. 147).

Este processo de *deslocamento* e de *desposseção* é acompanhado pela construção de um “patriotismo da cidade”. Este é, segundo Vainer (2000), um valor construído e reforçado que permite ao poder político e ao conjunto dos cidadãos assumirem com orgulho seu passado, seu presente e seu futuro. Isso significa envolver, simbolicamente, os cidadãos com o “projeto de cidade”, seja pela força física, seja discursivamente ressaltando a importância do empreendimento.

O patriotismo da cidade visa construir um sentimento de pertencimento a uma determinada narrativa e a um determinado território, e a sua construção apoia-se em obras públicas que lhe dão visibilidade e reforçam o patriotismo cívico dos cidadãos, pois “(...) cada espaço inaugurado, transformado em evento e capturado pelos produtores de imagem, constitui oportunidade de afirmação do projeto de cidade” (Sanchez, 2003, p. 92).

Em Rio Branco, há uma produção discursiva, nos meios de comunicação e espaços de debates, acerca da vulnerabilidade da população de baixa renda que vive, principalmente, às margens de rios e igarapés. Estas áreas são apresentadas como onerosas ao serviço público, que não tem condições de investir nestes locais, dadas as perdas materiais a cada enchente, e são apresentadas também como áreas em que mais se degrada o meio ambiente.

Essa questão é extremamente contraditória, pois a população é retirada, mas o rio ou o igarapé não é despoluído, no máximo é canalizado, e são construídos parques e jardins em seu entorno, o que serve exatamente para valorizar o solo urbano. Os projetos de cidade estão relacionados à dita mo-

---

dernização urbana. O estado, nesta perspectiva, atua criando as condições necessárias para a reprodução do capital, tornando a cidade mais aprazível aos olhos do capital especulativo. E, para isso, faz-se necessário erradicar ou esconder os denominados “aglomerados subnormais”. Aglomerados daqueles sujeitos que não têm condições de pagar pela casa-cidade e que vivem nos “... arredos de cidades, nas extensas e sujas periferias ou nas áreas centrais ditas deterioradas” (Rodrigues, 1997, p. 14). Neste caso, a cidade representa para o capital a “fonte de lucro” e para “(...) os trabalhadores uma forma de existência” (Kowarick, 2000, p. 97).

Nesse sentido, o Residencial Cidade do Povo foi construído para abrigar a população de áreas de risco, que foram removidas das margens dos cursos d’água. Ao mesmo tempo, estão sendo construídos condomínios, como o Ecoville Rio Branco e o Terras Alphaville Rio Branco, para uma população de alta renda. Do ponto de vista metodológico, este estudo foi desenvolvido em três etapas, consistindo em pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de base empírica e tratamento, e análise dos dados e informações coligidas. Este capítulo discute os resultados do projeto de pesquisa “A produção do espaço urbano em Rio Branco (AC): conflitos por terra e discursos sobre a cidade”, projeto Pibic financiado pela Ufac e CNPq.

O estado do Acre, terra onde nasceu Chico Mendes, é apresentado, para a imprensa mundial, como o local que mais se respeita as populações locais. Em Rio Branco, a exemplo de outros espaços urbanos, têm sido implantados projetos de requalificação urbana que têm remodelado as suas paisagens e contribuído para desabrigar a população de baixa renda. Neste capítulo, analisaremos essas contradições a partir das obras do Residencial Cidade do Povo, de duas “invasões” e/ou ocupações de terra e, também, dos empreendimentos imobiliários Ecoville Rio Branco e Terras Alphaville Rio Branco.

## 1 A produção do espaço urbano

A produção do espaço urbano envolve vários agentes, conforme apontam Corrêa (1989, 2011, 2012), Cavalcanti (2001) e Carlos (1992, 2012). Dentre tais



agentes, encontramos os proprietários de terras, os agentes fundiários, os grandes comerciantes, o Estado, os grupos sociais excluídos e os movimentos sociais organizados. Esses agentes têm interesses às vezes diferenciados, mas concretamente as suas ações convergem para a exclusão sócio territorial da população de baixa renda.

A produção espacial da cidade, que se realiza no cotidiano, aparece como a forma de ocupação ou utilização de determinado lugar em um momento específico. Do ponto de vista do produtor de mercadorias, a cidade materializa-se como condição geral da produção e, nesse sentido, é o *locus* da produção e da circulação. Assim entendida, a cidade é também o mercado e o local das atividades de apoio à produção (Carlos, 1992). Já do ponto de vista do consumidor/morador, a cidade é o meio de consumo coletivo para a reprodução da vida. É o lugar da esperança, das melhores oportunidades de emprego e condições de vida em geral.

Com relação ao uso do solo urbano, podemos diferenciá-lo de dois modos: o primeiro é o vinculado ao processo produtivo e reprodutivo do capital (produção e realização da mais-valia), e o segundo, vinculado à reprodução da sociedade, isto é, da força de trabalho.

Para Ribeiro (1997), o solo urbano e a terra têm significados diferentes: por exemplo, para o capital construtor, a terra é suporte da produção dos objetos imobiliários. Já para o capital industrial, a terra é suporte da produção e circulação de mercadorias. Para o capital bancário e comercial, a terra urbana tem o papel de permitir o acesso aos efeitos úteis da aglomeração, que são aqueles produzidos pelos meios de circulação e de consumo concentrados na cidade. Isso significa que cada terreno particular permite maior ou menor valorização pelo acesso que a sua localização propicia aos efeitos da aglomeração, ficando o preço da terra a ser determinado pelo superlucro de localização que cada terreno propicia ao capital industrial, ao bancário e ao comercial.

A terra tem um papel particular para a construção habitacional, uma vez que, sendo uma produção de bens imóveis, a cada processo produtivo é necessário novo solo. Isso faz com que a propriedade privada da terra urbana se apresente como um obstáculo maior para o capital investido neste

---

ramo, fazendo com que haja “conflitos” de interesse entre os proprietários fundiários e dos meios de produção, com a população de baixa renda, com os industriais, comerciantes e os incorporadores imobiliários.

Para Corrêa (1989), os proprietários fundiários da cidade atuam no sentido de obterem a maior renda de suas propriedades, interessando que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de alto *status*. Eles pressionam o poder público para dotar de infraestrutura as áreas “insalubres”.

Neste contexto, tais proprietários exercem pressão junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e no zoneamento urbano, uma vez que o Plano de Desenvolvimento Urbano, popularmente chamado de Plano Diretor, é o documento técnico-legal responsável pela delimitação da zona urbana, pela regulamentação dos loteamentos, pelo zoneamento urbano e pela regulamentação do uso do solo.

Os proprietários de terras bem localizadas, valorizadas por amenidades físicas, como o mar, lagoa, sol, verde, *etc.*, agem pressionando o Estado, visando a um bom uso no zoneamento, como também na instalação da infraestrutura urbana. Tais investimentos valorizam a terra. Além disso, campanhas publicitárias exaltando as qualidades da área são realizadas, ao mesmo tempo que o preço da terra sobe constantemente.

Nessa lógica, o Estado atua no sentido de dotar o espaço urbano de equipamentos coletivos (saúde, educação e transportes), da infraestrutura física (serviços de água, esgoto, luz, telefone, pavimentação de ruas), definindo as leis de uso e zoneamento, ou seja, criando as condições gerais de (re)produção do capital, da força de trabalho e da gestão da cidade (Lojkine, 1997).

## 2 A cidade de Rio Branco

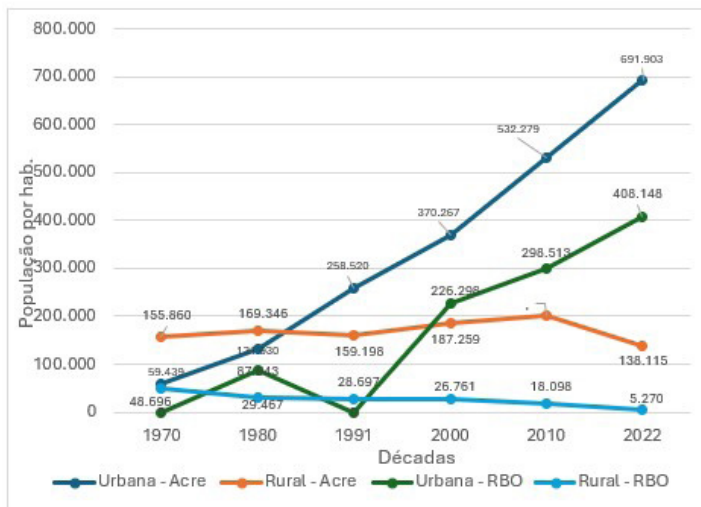
Rio Branco foi criada, enquanto cidade, em 1904, como capital do Departamento do Alto Acre, do então Território Federal do Acre. O povoamento que lhe deu origem se deu às margens de rios, a via de locomoção daquela época. Na evolução da cidade, às margens de rios e igarapés, foram consti-

tuindo-se, na alternativa para os grupos sociais de menor poder aquisitivo. Para a população de baixa renda, restam essas áreas, os vazios urbanos e os arredores da cidade.

Essa problemática se acentua com o expressivo crescimento urbano da cidade de Rio Branco a partir da década de 1970. Com as terras sendo progressivamente ocupadas por novos donos, é desencadeado o processo migratório de seringueiros, índios, posseiros e ribeirinhos para Rio Branco (Morais, 2000), como podemos observar a partir dos dados do Gráfico 01.

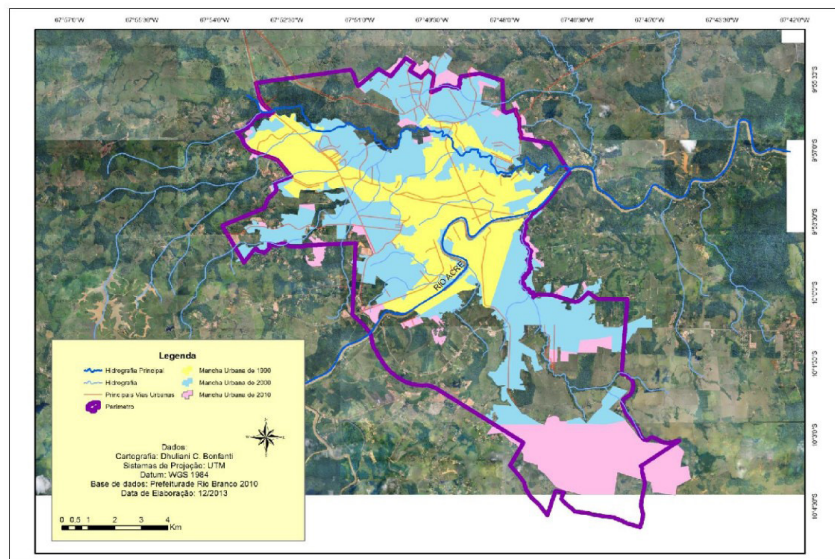
Esse elevado incremento populacional fez aumentar os bairros periféricos da população de baixa renda. A malha urbana da cidade amplia-se a partir da década de 1970, naquele momento no contexto da frente agropecuária (ver Mapa 02). O crescimento urbano de Rio Branco foi fruto, principalmente, do êxodo rural que se instalou no Acre a partir da substituição da economia extrativa pela agropecuária. Os migrantes que chegaram à cidade buscavam melhores condições de vida e novas oportunidades de emprego.

Gráfico 01 – População do estado do Acre e do município de Rio Branco a partir da década de 1970.



Fonte: dados do IBGE.

Mapa 02 - Mancha Urbana da cidade de Rio Branco.



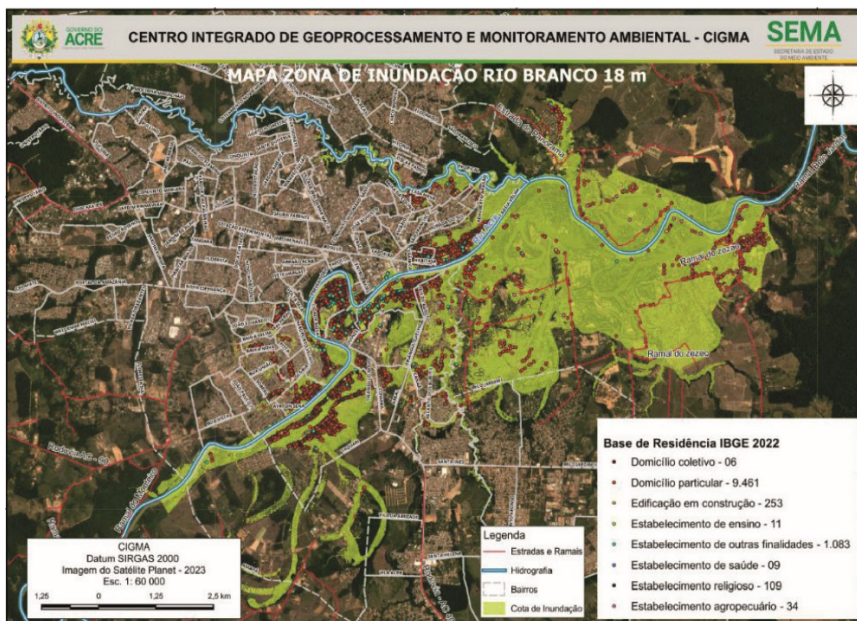
Fonte: Bonfanti, 2014.

Ao chegarem, na condição de expropriados, foram residir nos bairros periféricos, nas margens de rios e igarapés, já que não podiam pagar pela moradia em lugares mais apropriados (Morais, 2000). Restou a esses migrantes buscar os terrenos onde o preço da casa/terreno era mais baixo ou onde, pelo processo de invasão-ocupação, encontraram um lugar para viver. O problema urbano desse fluxo migratório para Rio Branco foi o surgimento de loteamentos clandestinos, em locais onde falta(va) todo tipo de infraestrutura (Morais & Venturato, 2013).

Este processo de periferização continua até hoje. Segundo Oliveira (2011, p. 127), “(...) mais de 10% da população urbana riobranquense mora em áreas suscetíveis a ocorrência de desastres naturais (...)” ou nas periferias da cidade, identificadas pelo zoneamento do Plano Diretor da Cidade (Rio Branco, 2006) e pelo Plano Municipal de Interesse Social (Rio Branco, 2011), como áreas de enchentes e de deslizamentos e/ou aglomerados subnormais. No mapa 03 (a e b) vemos a área das enchentes no ano de 2024, provocadas

pelo Rio Acre e Igarapé São Francisco. E, no mapa 04, vemos a localização dos Aglomerados Subnormais, que coincidem com as áreas de enchentes. Essa população é constituída por famílias de baixa renda que não possuem direito à terra urbana, saneamento ambiental e serviços públicos, questões essas recomendadas pelo Estatuto da Cidade para uma cidade sustentável (Dallari, 2000).

Mapa 03a – Mancha da área de enchente de 2015



Fonte: Dados da Defesa Civil/Acre



Mapa 03b – Mancha da área de enchente de 2023

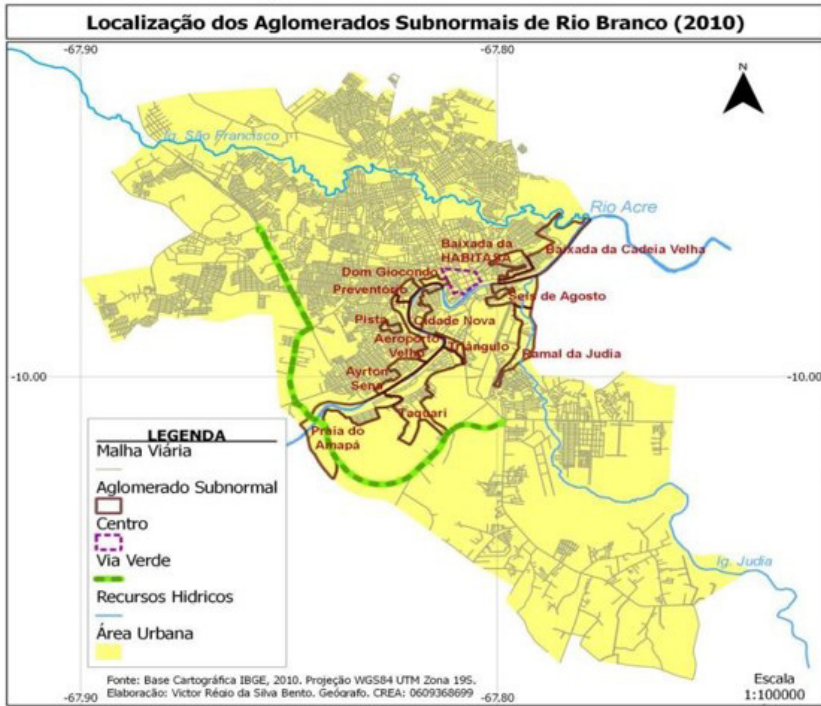


Fonte: Dados da Defesa Civil/Acre

Fonte: Dados da Defesa Civil/Acre

A Prefeitura Municipal de Rio Branco, com base no Plano Municipal de Regularização Fundiária, elencou 196 parcelamentos de terras com irregularidades na cidade, mas isso não significa que a totalidade desses parcelamentos seja local de moradia de população de baixa renda. Destes, 45% são considerados assentamentos irregulares e 40% assentamentos clandestinos. São considerados irregulares, porque não cumprem as normas urbanísticas. São considerados clandestinos os que inexistem em projetos urbanísticos aprovados pela prefeitura (Rio Branco, 2011).

Mapa 04 – Aglomerados Subnormais na cidade de Rio Branco



Fonte: Silva Bento, 2017

No que diz respeito à atuação do poder público, durante o governo Jorge Viana (1999-2006), foram construídas várias obras arquiteturais em Rio Branco. Foram reconstruídos e recuperados prédios públicos com o objetivo de materializar um discurso identitário, tanto do ponto de vista material quanto imaterial. O “Governo da Floresta” revitalizou trechos da paisagem urbana, criou novos espaços de memória e investiu no “resgate” de um modo de vida cidadão a partir da reinvenção de tradições com objetivos de “resgatar” uma certa memória de algumas cidades do Acre (Morais, 2008).

Além dos prédios e praças, foram “urbanizadas” as margens de alguns igarapés com a construção de parques urbanos, como o da Maternidade e o Tucumã. Houve também o deslocamento de população em detrimento da

---

construção de pontes, a exemplo da quarta ponte, localizada nas proximidades do centro da cidade e que abrangeu direta ou indiretamente os bairros 6 de Agosto, Cadeia Velha, Habitasa e Centro. Para a construção dessa ponte, houve remoção de moradores. Alguns, com poder aquisitivo maior, como os moradores do Habitasa, não tiveram grandes problemas para conseguir outra moradia com o dinheiro da indenização, mas a maioria dos deslocados não teve a mesma sorte e saiu à força, fosse porque não tinha título de propriedade, fosse porque não “soube” negociar. Com a construção da quarta ponte, houve uma valorização do solo urbano, e já são visíveis os conjuntos de apartamentos de uma classe média alta que se aproxima dessa área.

Nos governos posteriores ao de Jorge Viana, governadores da Frente Popular do Acre<sup>64</sup>, o de Binho Marques (2007/2010) e o de Tião Viana (2011/2014), a reforma urbana dizia respeito, principalmente, à construção de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida. Já são 5.180 (cinco mil, cento e oitenta) moradias disponibilizadas pelos programas habitacionais do governo, sem a inclusão das casas da Cidade do Povo.

No que diz respeito às obras de “urbanização” das margens do Rio Acre e do Igarapé São Francisco, o Residencial Cidade do Povo foi construído para abrigar a população removida das margens dos cursos d’água. Ao mesmo tempo em foram sendo construídos condomínios, como o Ecoville Rio Branco e Terras Alphaville Rio Branco, para uma população de alta renda.

### 3 Residencial Cidade do Povo

A construção do residencial, que faz parte do PAC 2, enquadra-se no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, é o maior empreendimento urbano na cidade de Rio Branco, e começou a ser construído em 2012. Eram previstas 10.600 unidades habitacionais, mas só foram entregues cerca de 4 mil casas, pois a obra foi abandonada pelas construtoras. Esse residencial foi construído na perspectiva dos donos da cidade ou no sentido da criação de

---

64 Frente de partidos políticos liderados pelo Partidos dos Trabalhadores.



um consenso em torno do projeto de cidade, com o objetivo de sanar o déficit habitacional de Rio Branco, que, segundo dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana, era de 46.048 unidades, e de resolver a questão da população que vive em áreas de risco (Rio Branco, 2011).

A construção do residencial removeu parte da população das áreas de risco, ou seja, a população que anualmente sofre em consequência das cheias do Rio Acre e do Igarapé São Francisco. Ele foi construído a 30 km do Centro da cidade de Rio Branco, na zona de expansão urbana (ver Mapa 05). Isso significa que valorizou o solo urbano nesse entorno e, consequentemente, provocou um novo processo de “expulsão” da população pobre, pois sempre “que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público, ele desvia para esta zona demandas de empresas e moradores que anteriormente, devido à falta de serviços, davam preferência a outras localizações” (Singer, 1982, p. 34).

Mapa 05 – Localização do Residencial Cidade do Povo, em Rio Branco (AC)



Fonte: EIA-RIMA, 2012.

---

Diante do exposto, temos a compreensão de que na cidade o processo de reprodução do espaço urbano é marcado por diferentes interesses dos agentes sociais. E, também, de que esse processo é comum tanto nas grandes cidades quanto nas cidades médias (Oliveira Júnior, 2008, 2010). O solo urbano é disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre os indivíduos e seus usos. Esses conflitos de interesses de usos são orientados pelo mercado e mediados pelo Estado, uma vez que este é o propiciador das condições gerais de reprodução do capital e o gerenciador dos conflitos sociais, como apontamos em Morais & Venturato (2013).

Dessa forma, as populações que habitam a periferia pobre de interesse dos especuladores imobiliários vão sendo *deslocadas* para áreas mais longínquas ou para conjuntos habitacionais construídos para alojá-las (Harvey, 2011). Trata-se de uma expulsão sutil das populações pobres, ao mesmo tempo que essas áreas estão sendo valorizadas para o capital especulativo. Nesse caso, a produção do espaço urbano empreendida pelo poder público e pelos agentes imobiliários e fundiários passa a atender, preferencialmente, aos capitais privados.

#### 4 Novos empreendimentos residenciais para população de alto *status*, na cidade de Rio Branco

Os novos empreendimentos residenciais que estão sendo construídos em Rio Branco são o Ecoville Rio Branco e o Terras Alphaville Rio Branco. A construção dos empreendimentos é acompanhada do discurso da cidade sustentável e segue o modelo das *ecovillas*.

As *ecovillas* são representações dos movimentos recentes que dizem buscar o equilíbrio entre a ecologia interna e externa, enquanto vão se expandindo ao longo do espaço terrestre. Busca essa baseada na criatividade de integrar tecnologias criativas com natureza, para usar seus benefícios sem causar degradação. O uso da natureza como forma de atrativo serve para conquistar clientes com o imaginário de morar em um lugar exclusivo

e de despertar em seus clientes o prazer do bem-estar e a satisfação em desfrutar de um lugar único e satisfatório às suas necessidades. Para Henrique (2009, p. 24)

A apropriação de ideias de natureza pelos empreendimentos imobiliários e a substituição de um projeto de emancipação coletiva pela satisfação individual são pura ideologia. O papel da ideologia, nesta relação entre cidade e natureza, observada nos empreendimentos imobiliários, é a negação de todas as conquistas dos homens perante a natureza, é um retorno a uma natureza romântica e primitiva, mas que esconde sob estas ilusões uma natureza altamente tecnificada e acrescida de instrumentos técnicos para propiciar o conforto na vida individual e acesso restrito, definido pela renda.

O Ecoville Rio Branco foi construído no lado oposto dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida, em uma zona de ampla valorização imobiliária (ver Figuras 01 e 02).

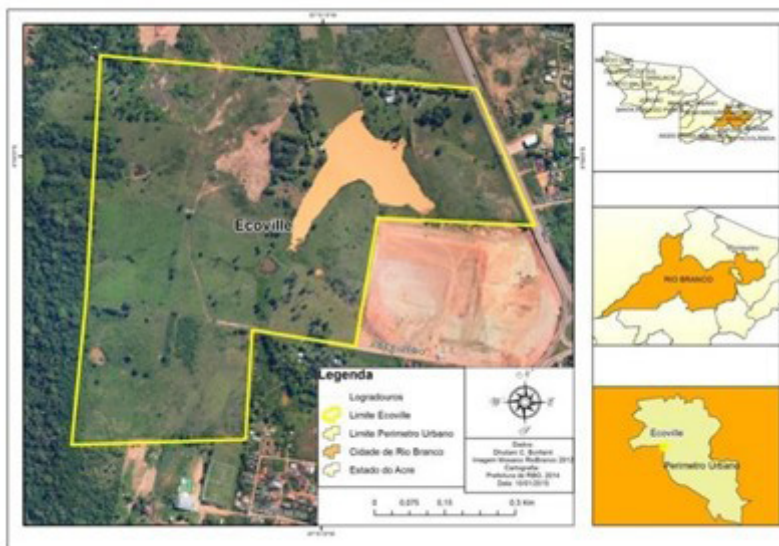


Figura 01 - Localização parcial do Ecoville Rio Branco.



Figura 02 – Localização do Ecoville Rio Branco.

Fonte: encarte de divulgação.

O residencial Ecoville começou a ser construído no ano de 2013. Ele está localizado na regional da Floresta. Uma das regionais que está se expandindo nos últimos anos. O residencial conta com mais de 390 mil metros quadrados, porém tem apenas 443 terrenos à venda, pois o restante da área é voltada para a oferta de entretenimento coletivo dos moradores, sendo que mais de 80 mil metros quadrados são de áreas verdes.

O segundo condomínio de luxo que está sendo construído em Rio Branco é o residencial Terras Alphaville Rio Branco. Esse condomínio está localizado no eixo viário BR-364/Via Verde, em área de uma antiga fazenda. Tal localização fica na zona da cidade que tem expandido as instituições públicas, em um processo de descentralização da área central da cidade, como a Cidade da Justiça e o Shopping Via Verde (ver Figura 03).

Na ocasião de seu lançamento, em dezembro de 2014, o condomínio era assim apresentado:

**Terras Alphaville é lançada com sucesso em Rio Branco.** Situado na área antes ocupada pela Fazenda Boa Vista, na Estrada do Aeroporto de Rio Branco, o ‘Terras Alphaville’, possui localização estratégica, além da proximidade com

pontos de referência como a Universidade Federal do Acre, o Parque Tucumã, Nações Unidas, Avenida Ceará e o Aeroporto Internacional Plácido de Castro. A região é reconhecida como vetor de expansão imobiliária com alto potencial de valorização.



Figura 03 – Localização dos Terras Alphaville  
Fonte: Encarte de divulgação.

Continua a reportagem:

O empreendimento proporcionará  $36,6\text{m}^2$  de área verde por morador, média superior ao mínimo de  $12\text{m}^2$  recomendado pela Organização Mundial da Saúde. O paisagismo, assinado pelo escritor Rossin Tramontina, prevê o plantio de mudas de espécies arbóreas variadas. No residencial cada rua será margeada por exemplares com cores e épocas de floração diferentes, facilitando a identificação das vias pelos moradores (Jornal AC 24horas, postado em 19/12/2014, acesso em 20/12/2014).

Entre os conflitos de terra urbana em Rio Branco, destacamos a questão do Ramal do Tufi e a ocupação Terra Prometida. O Ramal do Tufi localiza-se na área do entorno da área de proteção ambiental Raimundo Irineu Serra-Aparis, na estrada Custódio Freire. A ocupação da referida área foi iniciada há mais de 25 anos, e seus moradores não tiveram problemas com o suposto dono do terreno até meados dos anos de 2005, momento da criação da Aparis. Essa área tem passado pelo processo de valorização imobiliária, como atesta Pupim (2016). Vivem na ocupação cerca de 90 famílias. Nesse espaço, há pressão da mancha urbana no sentido de dentro para fora e de fora para dentro da Aparis.

Segundo o Plano de Manejo da Aparis, o Ramal do Tufi é classificado como “pequenos produtores rurais (posseiros) da área do Sr. Mauricio Lisboa”, um núcleo de ocupação com pessoa jurídica constituída. Para evitar o crescimento desordenado da área, a prefeitura, gestores e Conselho da Aparis fizeram um acordo entre os moradores e a Semeia. Nele, os moradores se comprometiam a praticar a agricultura e criação de pequenos animais, em “detrimento do fracionamento dos lotes” (Pupim, 2016, p. 138).

Em 2015, diante de um mandado de reintegração de posse em favor do empresário José Maurício Vilela Viana Lisboa, cerca de 80 famílias de moradores da comunidade “estiveram no Fórum Barão do Rio Branco, no centro da cidade, tentando evitar o despejo de suas propriedades”. Dos 47 hectares reivindicados pelo suposto proprietário, os posseiros ocupam apenas 17, pagam ITR, criam pequenos animais e alegam que não tem para onde ir. A reintegração de posse foi cassada, mas o conflito não foi resolvido.

A ocupação denominada Terra Prometida iniciou-se em 2021, no bairro Irineu Serra, nas proximidades da ocupação Ramal do Tufi. A ocupação quando da reintegração de posse já abrigava mais de 300 famílias.

A operação de reintegração de posse na área começou no dia 15 de agosto, com muito tumulto. Já nas primeiras horas do dia, agentes da Segurança Pública chegaram ao local e aguardavam para derrubar as casas. Com a chegada das máquinas ao local, os moradores tentaram fazer um bloqueio, e a Polícia Militar usou *spray* de pimenta, conforme noticiou o



site G1 AC — Rio Branco, em 15/08/2023. Nessa operação, foram demolidas 200 casas. Na Figura 04, vemos como ficou a área.



Figura 04 – Ocupação Terra Prometida após a reintegração de posse

Foto: Pedro Devani/Secom, G1 AC, em 19/08/2023

Após a reintegração de posse, os ocupantes acamparam na entrada da Assembleia Legislativa do Acre (Aleac). Após negociações do governador, aqueles aceitaram ir para as moradias provisórias, 30 no total, na ocupação Marielle Franco, localizada no bairro Defesa Civil, em Rio Branco. Na Figura 05, vemos um dos abrigos provisórios.



Figura 05 – Abrigo provisório na ocupação Marielle Franco, na cidade de Rio Branco

Foto: Marcos Vicentti /Secom. [agencia.ac.gov.br](http://agencia.ac.gov.br), 30 set 2023

---

Para a área da ocupação Terra Prometida, o governo estadual pretende construir, pelo programa Minha Casa, Minha Vida, 224 apartamentos. Compreendemos que lutar por moradia digna e pela permanência na região já ocupada por moradores é lutar pelo direito à cidade, pelo acesso aos serviços públicos, ao trabalho, enfim, lutar pela vivência no espaço urbano. Em uma sociedade desigual em todos os âmbitos da vida social, a habitação torna-se um direito fundamental para a efetivação dos demais direitos.

A luta por moradia através das ocupações é associada às noções de direito à cidade, ou seja, dos espaços privilegiados por sua localidade e pela acessibilidade aos bens e serviços urbanos. São estratégia de resistência da classe trabalhadora, e essas ações, respaldadas pela necessidade de cumprimento da função social da propriedade, desnudam a irracionalidade das cidades organizadas para a reprodução do capital e a parcialidade do Estado como mediador dos inconciliáveis interesses de uma sociedade dividida em classes, como diz Munhoz (2020). A reintegração de posse, com a retirada da população de uma área da cidade com uma infraestrutura básica, só mostra o jogo de interesse dos “donos da cidade”, pois essa população não é bem-vinda no local. Por outro lado, leva-os para barracas improvisadas em outra ocupação de terra, em área mais afastada e sem muito interesse imobiliário no momento. Leva-os para a ocupação Marielle Franco.

## 6 Para não concluir

Diante do exposto, podemos afirmar que Rio Branco vem passando por transformações de impactos de âmbito espacial e social. Em detrimento dos projetos de cidades, a capital vem reestruturando seus espaços e seus usos. A “urbanização” das margens de rios e igarapés está sendo transformada em uma nova paisagem. As populações que antes habitavam ou que ainda habitam as suas margens estão sendo *deslocadas* para áreas mais longínquas ou para conjuntos habitacionais construídos para alojá-las. Trata-se de uma expulsão sutil das populações pobres, ao mesmo tempo que tais áreas estão sendo valorizadas para o capital especulativo. Nesse caso, a produção do



espaço urbano empreendida pelo poder público e pelos agentes imobiliários e fundiários passa a atender, preferencialmente, aos capitais privados.

Entendemos que todo espaço é produção humana que envolve relações de disputa, conflitos, interesses e perspectivas, pressupondo que não há espaço dado, nem absoluto, nem *a priori* nem definitivo. Nesse sentido, todo espaço deve ser compreendido como processo, podendo apontar diferentes materialidades e imaterialidades em momentos diferentes e mesmo no seu interior, abarcando, por isso, multiplicidades, heteronímias e diversidades, por vezes antagônicas e contraditórias. O espaço é síntese singular de tempos passado, presente e futuro, como construção da história, do presente e do devir. Nesse texto, temos como recorte espacial a cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, localizado na Amazônia Sul-Occidental. O processo de formação dessa cidade é similar ao das demais cidades da Amazônia, já que elas também estão assentadas às margens de rios e igarapés.

Essas margens, na evolução da cidade, foram constituindo-se na alternativa para os grupos sociais de menor poder aquisitivo. Na referida cidade, vivem quase 50% da população do estado do Acre, em diferentes condições, seja em assentamentos regularizados, seja em clandestinos e/ou irregulares. Rio Branco é uma cidade, como tantas outras, que apresenta altos *déficits* habitacionais e onde rotineiramente ocorrem “invasões” de espaços vazios. Da mesma forma, também surgem loteamentos particulares que visam à demanda por moradias de diferentes grupos sociais.

---

## Referências Bibliográficas

- BONFANTI, Dhuliani Cristina. **Planejamento e Expansão Urbana em Rio Branco**. Rio Branco, 2014. Monografia (Graduação em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Acre, Rio Branco. 2014.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: USP, 1992.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” a “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et all (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma Geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: \_\_\_\_\_. **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço Urbano**. Rio de Janeiro: Contexto, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Perspectivas da Urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: PEREIRA, Elson Manoel e DIAS, Leila Christina Duarte (orgs.). **As Cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alexandri et all (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.
- IBGE. **Censos Demográficos**.
- DALLARI, Adilson Abreu & FERRAZ, Sérgio. **Estatuto da Cidade: comentários à Lei Federal 10.257/2001**. São Paulo: Malheiros, 2002.
- EIA-RIMA. **Parecer Técnico Nº. 006/2012**. Empreendimento Residencial Cidade do Povo. Rio Branco, IMAC, 2012.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco – AC, uma cidade de fronteira**: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 2000.
- MORAIS, Maria de Jesus. **Acreanidade**: invenção e re-invenção da identidade acreana. Tese de doutorado, Geografia, UFF, 2008.
- MORAIS, Maria de Jesus; VENTURATO, Raquel Duarte. Reforma urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “desposseção” de bens materiais e simbólicos. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 89-110.
- MUNHOZ, Manoela Rodrigues **“Contra-mola que resiste”**: as ocupações urbanas, da luta por moradia ao direito à cidade. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades, PUCRS. Porto Alegre, 2020.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto. Contradições e enquadramentos das cidades médias ao processo de mundialização do capital. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 25, 2008.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto. Espacialidades e temporalidades: expressões de centralidade em cidades médias. **Mercator**, Fortaleza, ano 09, n. 19, 2010.
- OLIVEIRA, Regiani Cristina de. **Estudo psicossocial e econômico das famílias atingidas por desastres naturais em áreas de risco na cidade de Rio Branco – Acre**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UFAC, Rio Branco, 2011.
- PUPIM, Ana Cláudia. **Territorialidade na cidade de Rio Branco/AC**: Conflitos e tensões na área de proteção ambiental Raimundo Irineu Serra. (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UFAC, Rio Branco, 2016.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos Cortiços aos Condomínios Fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

- 
- RIO BRANCO. **Prefeitura Municipal de Rio Branco**. Plano diretor da cidade de Rio Branco. Rio Branco, 2006.
- RIO BRANCO. **Plano municipal de habitação de interesse social de Rio Branco**. Rio Branco, 2011.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1997.
- SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades: para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.
- SILVA BENTO, Victor Régio. **Expansão urbana e segregação socioespacial em Rio Branco**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2017.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, pp. 21-36.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos B e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 75-103.

Maria de Jesus Morais

Possui graduação, mestrado, doutorado e estágio pós doutoral em Geografia. É docente da Universidade Federal do Acre, com atuação nos cursos de graduação em Geografia, Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Geografia e Mestrado e Doutorado em Letras: linguagem e identidade. Realiza pesquisas sobre a produção do espaço urbano de Rio Branco (AC), com destaque para a questão dos conflitos pela moradia popular e os discursos sobre a cidade no que diz respeito à propaganda dos condomínios de luxo.

**Alice Vitória Penedo da Silva**

Acadêmica do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Acre (Ufac) e é bolsista do Programa de Iniciação Científica (Pibic). Desenvolve pesquisa sobre conflitos fundiários e produção do espaço urbano em Rio Branco, Acre. Possui aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino de Geografia e Meio Ambiente pelo Instituto Nacional de Aperfeiçoamento Profissional (Inci).

**Bruno Oliveira do Nascimento**

Acadêmico do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Acre (Ufac) e é bolsista do Programa de Iniciação Científica (Pibic). Desenvolve pesquisa sobre conflitos fundiários na cidade de Rio Branco, Acre, tendo como recorte temporal os últimos 30 anos.

**Maria Neci Pereira da Silva**

Graduanda do curso de Bacharelado em Geografia na Universidade Federal do Acre (Ufac), conselheira suplente do Conselho Universitário da Ufac, integrante do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (Pivic) sob orientação da Professora Dra. Maria de Jesus Moraes. Desenvolve pesquisa sobre a produção do espaço urbano de Rio Branco (AC), com destaque para os conflitos pela moradia popular e os discursos sobre a cidade presentes na propaganda de condomínios de luxo.

**Ricardo Santos de Oliveira**

Acadêmico do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Acre (Ufac) e pesquisador do Programa de Iniciação Científica (Pibic), desenvolvendo estudo de conflitos por terras, produção do espaço urbano e conflito por moradias em Rio Branco (AC).



## **Secretaria de Editoração e Publicações**

Rafael André Vaz Chervenski  
Diretor

Luiz Carlos da Costa  
Coordenador-Geral

Ricardo Abril Marinho  
Assessor Técnico

Rodrigo César de Melo Barbosa  
Gestor de Atendimento

Tatiana Nassif Derze  
Coordenadora de Pré-Impressão

André Said de Lavor  
Coordenador de Impressão

André Luiz Rodrigues Santana  
Coordenador de Acabamento e Expedição

Aloysio de Britto Vieira  
Coordenador de Edições Técnicas

Márcio de Holanda Meireles Viana  
Gestor de Produção



